

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
GOVERNO DA SOCIEDADE
E SUSTENTABILIDADE**

2011

REFER
fr

PARTE I
RELATÓRIO DE GESTÃO



I RELATÓRIO DE GESTÃO

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2011.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 430.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	4
Síntese de Indicadores	6
Síntese do Ano 2011	7
Conjuntura Económica	10
Evolução da Atividade	15
Gestão da Infraestrutura	16
Investimentos	27
Atividades Complementares.....	37
Qualidade e Ambiente	39
Segurança	42
Recursos Humanos	45
Participações	49
Resultados e Estrutura Patrimonial.....	53
Gestão da Dívida Financeira	60
Perspetivas de Futuro.....	68
Aplicação de Resultados	69

Mensagem do Conselho de Administração

A REFER tem como missão Gerir a Rede Ferroviária Nacional (RFN), nas suas vertentes de construção, conservação, exploração e preservação do património, devendo desenvolver as suas atividades de acordo com os objetivos estratégicos definidos para o sector.

Em 2011, o Investimento na RFN em construção e renovação ascendeu a 269 milhões de euros. De entre as ações concluídas neste ano, destacam-se a modernização dos troços Castelo Branco – Covilhã e Bombel – Évora que permitiram o início do serviço com tração elétrica, reduzindo substancialmente os tempos de percurso e os custos para os operadores.

Três projetos da REFER foram distinguidos com Prémios Brunel - considerados como os mais prestigiados prémios de arquitetura, engenharia e design ferroviário internacionais: a Ponte sobre o rio Sado, a Reabilitação da Estação do Rossio e o Centro de Comando Operacional de Lisboa.

De acordo com o Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível, foram concluídas 64 ações. Os 25 acidentes registados em 2011 são já inferiores à meta fixada para 2015, verificando-se, desde 1999, uma redução do número de acidentes em 84% e do número de PN em 58%.

No âmbito da Gestão e Exploração da RFN, procedeu-se à reformulação da Estratégia de Manutenção, com o objetivo de, simultaneamente, minimizar os riscos associados à perda de conhecimento técnico, reduzir custos e manter a RFN com adequados níveis de segurança e qualidade. Neste sentido, centralizou-se a gestão, internalizaram-se as tarefas de inspeção e externalizou-se, com recurso a concursos públicos internacionais, a função execução. Em consequência desta nova estratégia, foi possível reduzir o custo dos subcontratos em cerca de 20 milhões de euros (-24%) e negociar a saída de cerca de 500 colaboradores.

Em virtude dos diversos programas de modernização e automatização da atividade ferroviária, implementados ao longo dos últimos anos, registou-se em 2011 a saída de 630 colaboradores, mantendo-se na empresa, no último dia do ano, 2 815 trabalhadores.

A REFER, ao longo do ano de 2011, continuou a implementação de medidas para a redução dos gastos, tendo atingido os objetivos do Programa de Estabilidade e Crescimento de redução de 15%, face a 2009, dos gastos com pessoal e FSE's.

Em dezembro de 2011 foi publicado o Regulamento nº 630/2011, que reformula o modelo de tarifação da infraestrutura ferroviária. Estima-se que, em resultado desta alteração regulamentar, a REFER possa ver aumentadas as suas receitas core em cerca de 10%.

Em 2011 assistiu-se ao arranque da REFER Património - estrutura que passou a integrar todas as atividades relevantes para a gestão do património – perspetivando-se uma evolução muito positiva na preservação do património imobiliário e no aumento das receitas não core.

Em resultado da concretização deste conjunto de medidas de redução de custos e aumento de receitas, o deficit operacional reduziu-se de 109 para 93 milhões de euros, entre 2010 e 2011, estimando-se que atinja os 15 milhões de euros em 2012. Em dois anos, a empresa alcançará assim uma redução de 86% do seu deficit operacional.

Não pode deixar de se destacar o apoio recebido do acionista, nomeadamente materializado através da disponibilização dos meios necessários para satisfazer o serviço de dívida e restantes necessidades de tesouraria. O apoio direto do Estado à REFER atingiu 2 188 milhões de euros, dos quais 125 milhões foram convertidos em capital estatutário e o remanescente num empréstimo de médio e longo prazo com maturidade em 2016.

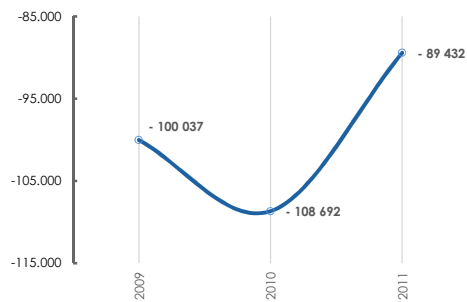
O Conselho de Administração salienta a dedicação e empenho dos colaboradores que, apesar do conjunto de medidas restritivas que lhes foram impostas, tudo fizeram para que a empresa lograsse atingir todos os seus objetivos.

Por fim, o Conselho de Administração deseja ainda expressar o seu agradecimento a todos os Órgãos Sociais, pela disponibilidade e competência demonstrada, e às demais entidades que colaboraram com a empresa ao longo do ano de 2011.

Síntese de Indicadores

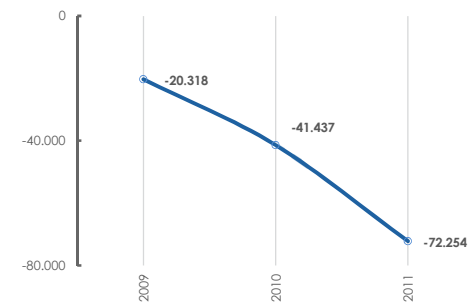
Resultados Operacionais

[milhares de euros]



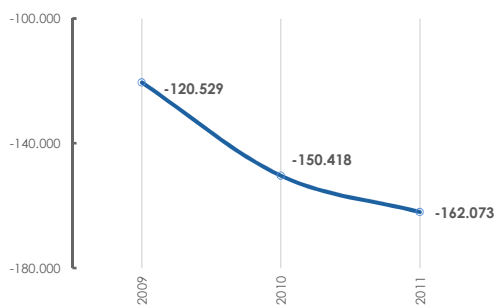
Resultados Financeiros

[milhares de euros]



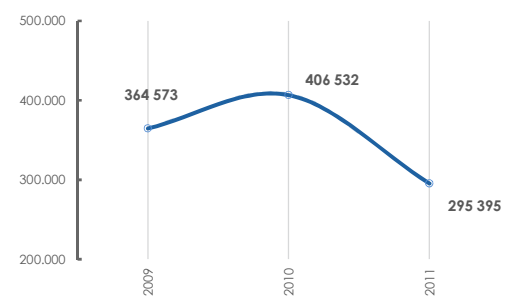
Resultados Líquidos

[milhares de euros]



Investimento em Modernização

[milhares de euros]

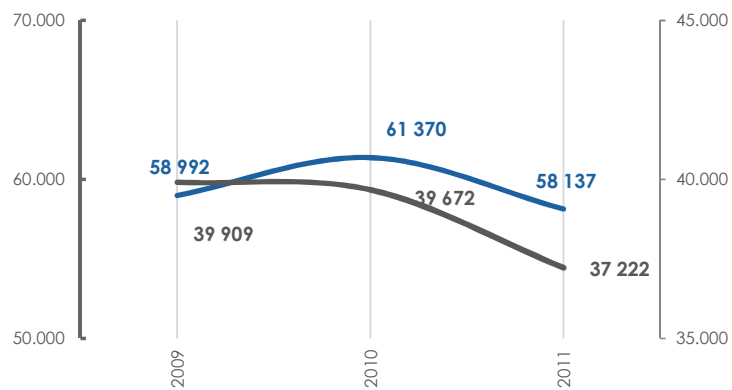


Tarifa de Utilização e CK Totais

[milhares de euros] [milhares de CK]

— Total Tarifa de Utilização

— Total CK



Síntese do Ano 2011

Janeiro

Depois de "Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro" e "Variante da Trofa", a REFER acaba de editar mais um livro sobre um terceiro e relevante empreendimento na rede ferroviária nacional concluído em 2010: "Variante de Alcácer".

Fevereiro

No âmbito da remodelação da Estação de Évora, foi consignada em janeiro a empreitada "Modernização do Edifício de Passageiros e Interface" daquela estação, prevendo-se a sua conclusão no início do segundo semestre de 2011.

No âmbito da "Empreitada de Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora", procedeu-se à abertura ao trânsito da Passagem Inferior Rodoviária ao km 56,302 da Linha do Alentejo e à abertura da Passagem Inferior Pedonal ao km 68,450 da Linha de Vendas Novas, permitindo o restabelecimento da circulação rodoviária e pedonal entre o centro da cidade de Vendas Novas e a zona periférica.

Março

Abriu trânsito o Túnel de Agualva, no Cacém, situado sob a Linha de Sintra, que estabelece a ligação da Rua Dr. António José de Almeida à Avenida dos Missionários através de uma rotunda e de uma passagem inferior à Avenida Cidade de Londres e arruamentos envolventes.

A REFER associou-se ao movimento A Hora do Planeta, promovida pela organização global de conservação da natureza World Wild Fund, desligando as luzes de duas estações ferroviárias emblemáticas – Rossio e Santa Apolónia.

Foram consignados os trabalhos da empreitada de construção de duas passagens inferiores rodoviárias e respetivos restabelecimentos de acesso e de ligação, intervenção que permitirá suprimir passagens de nível (PN) e a reconversão a tráfego pedonal da PN, na Linha do Minho, nas freguesias de Midões e Moure, concelho de Barcelos.

Abril

Foram concluídos com sucesso os testes de cobertura móvel (GSM e UMTS) no Túnel do Rossio, permitindo o serviço dos três

operadores móveis – TMN, Vodafone e Optimus – através da partilha de uma única infraestrutura. Além do túnel, também a cobertura da Estação do Rossio foi reforçada, melhorando a qualidade do sinal disponível neste importante espaço público ferroviário.

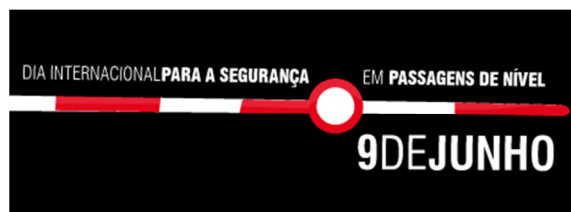
Maio

Foi inaugurada a Ecopista da Linha do Tâmega, construída no antigo canal ferroviário, entre as estações de Amarante e Chapa, passando por Gatão.

Foram concluídos os trabalhos de conservação e restauro dos painéis de azulejos que compõem o vestíbulo da Estação de São Bento, no Porto.

Junho

Numa iniciativa conjunta de diferentes países de todo o mundo, envolvendo os setores ferroviário e rodoviário, a administração pública, ONG e diversas associações ferroviárias e rodoviárias internacionais, e contando com o apoio das Nações Unidas e da Comissão Europeia, assinala-se a 9 de junho o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível".



Foram concluídos os trabalhos de limpeza e reabilitação de taludes entre os km 78,960 e 103,050 da Linha do Douro, intervenção que teve por objetivo beneficiar as condições de segurança e estabilidade da infraestrutura ferroviária naquele troço.

Julho

A Estação de Coimbra B foi alvo de melhorias significativas em diversas instalações de apoio, que vêm beneficiar os utilizadores de transporte ferroviário.

Agosto

Foram recentemente concluídos os trabalhos de conservação e restauro do conjunto azulejar da Estação do Pinhão,

localizada na Linha do Douro.

Os Prémios Brunel - considerados como os mais prestigiados prémios de arquitetura, engenharia e design ferroviário internacionais - distinguiram, na edição de 2011, três projetos da REFER. A Ponte sobre o rio Sado foi galardoada com um prémio, na categoria de Infraestruturas Técnicas e Meio Ambiente; a Reabilitação da Estação do Rossio, em Lisboa, e o Centro de Comando Operacional de Lisboa, receberam duas menções honrosas, respetivamente na categoria de Edifícios de Passageiros de Edifícios de Suporte ao Caminho-de-Ferro.

Numa edição recente da revista norte americana Travel + Leisure dedicada às mais belas estações ferroviárias do mundo, a Estação de São Bento é uma das eleitas.

Setembro

Com a conclusão dos trabalhos de construção da passagem inferior pedonal ao km 3,638 da Linha do Norte, e do restabelecimento da Rua José do Patrocínio, incluídos na Empreitada Autónoma 2 das intervenções em curso entre as estações do Areeiro e do Oriente, foi viabilizado o encerramento da passagem de nível ao km 3,594 da Linha do Norte e da passagem de nível pedonal ao km 10,066 da Linha de Cintura, ambas localizadas na freguesia de Marvila, em Lisboa.

Outubro

No âmbito da sua atividade de manutenção e recuperação do património ferroviário, a REFER concluiu os trabalhos de beneficiação da Estação de Torres Vedras, na Linha do Oeste.

Novembro

Foi concluída a primeira fase dos trabalhos de quadruplicação da Linha de Cintura entre a Estação de Areeiro, na Linha de Cintura, e a Estação do Oriente, na Linha do Norte.

Dezembro

No âmbito das suas competências e atividades de conservação e manutenção, a REFER concluiu recentemente um conjunto de ações de desmatização e limpeza do domínio público ferroviário, em mais de 25 estações e apeadeiros de diversas linhas do país, nomeadamente, das linhas do Norte, Leste, Beira Baixa, Vouga e Algarve.

Conjuntura Económica

Economia Europeia

A economia europeia caracterizou-se, em 2011, pelo progressivo e significativo abrandamento da atividade económica a nível global.

Nas economias avançadas a procura interna tem vindo a desacelerar. A recuperação do consumo privado tem sido mais frágil num contexto de manutenção de condições adversas no mercado de trabalho na maior parte das principais economias ao longo de 2011, com níveis de desemprego elevados.

O período mais recente tem sido condicionado por um recrudescimento das tensões nos mercados financeiros internacionais decorrente, em particular, da intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e do seu alastramento a um conjunto alargado de outras economias da área com impacto significativo nos custos de financiamento do setor público e privado.

O contorno das medidas de resolução institucional da crise da dívida soberana na área do euro, bem como das medidas de política económica a adotar por parte das autoridades em diversas economias da área do euro permanece indefinido e os seus impactos sobre o crescimento económico nos principais parceiros comerciais de Portugal são por isso incertos.

Os défices e dívidas públicos nas principais economias avançadas aumentaram significativamente neste período e as taxas de juro da política monetária encontram-se em níveis mais baixos. Simultaneamente, na maioria dos países existe maior preocupação sobre a situação das finanças públicas. De facto, o nível de endividamento de alguns países é muito elevado, em particular tendo em conta os baixos crescimento económicos previstos. Na área do euro, os critérios de consolidação orçamental têm enfatizado esta preocupação, pelo que vários países têm apresentado programas de austeridade orçamental.

A evolução dos indicadores de confiança da área do euro sugere a continuação de um crescimento económico moderado.

Na área euro, em 2011 o PIB registou um crescimento, face a 2010 de 1,5%.

Em 2011, a economia da área do euro foi marcada pela intensificação da crise da dívida soberana, que entrou numa nova fase. Em particular, mantiveram-se sob pressão os países que já recorreram à ajuda financeira internacional, e em outros países, como Espanha e Itália, as taxas de rendibilidade dos títulos de dívida pública aumentaram significativamente nos meses de julho e de agosto de 2011, resultando numa substancial deterioração das condições de financiamento do setor público e também dos bancos nestes países.

Ao longo de 2011, a taxa de variação homóloga do IHPC continuou a tendência de aumento já iniciada em 2010, para o que terá contribuído o aumento dos preços das

matérias-primas, pelo que se mantiveram os riscos ascendentes, provenientes, em particular, dos aumentos dos preços dos bens energéticos e de alguns impostos indiretos e preços administrados, na sequência dos esforços de consolidação orçamental de alguns países.

A inflação medida pelos preços no consumidor aumentou nas principais economias avançadas (em 2011, na área euro foi de 2,7 por cento) face ao observado no final do ano passado (em 2010 a inflação na área do euro foi de 1,6 por cento).

Apesar das respostas das autoridades europeias aos receios da sustentabilidade das finanças públicas, os mercados financeiros registaram elevada turbulência, que se intensificou a partir de julho.

As tensões nos mercados financeiros internacionais foram intensificadas pelos receios de risco sistémico na área do euro. Para além dos países com programas de ajuda financeira, como é o caso da Grécia, da Irlanda e de Portugal, outros países apresentam elevados níveis de défice ou dívida pública, aumentando os receios dos investidores internacionais quanto à sustentabilidade das suas finanças públicas.

Não obstante, a intensificação da crise de dívida soberana contribuiu para o aumento do risco de crédito do setor público das economias mais vulneráveis e também do setor bancário. Nas carteiras de investimento dos bancos encontram-se títulos de dívida pública cujos preços têm diminuído nos países onde existem receios quanto à sustentabilidade das finanças públicas. A diminuição do valor dos ativos dos bancos reduz a sua capacidade de financiamento no mercado e aumenta o risco de crédito do setor.

Economia Portuguesa

O ano de 2011 é marcado pelo início do inadiável processo de ajustamento da economia portuguesa.

Em abril, Portugal efetuou um pedido de assistência financeira à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) o qual deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural.

Por outro lado este pedido permitiu evitar uma situação iminente de incumprimento do Estado Português perante os seus credores.

Simultaneamente têm sido as medidas de política não convencional do Banco Central Europeu (BCE) a assegurar o financiamento do sistema bancário português, num quadro de virtual ausência de financiamento nos mercados internacionais de dívida por grosso a médio e longo prazo.

As condições monetárias e financeiras deterioraram-se consideravelmente no decurso de 2011.

No que se refere à evolução do PIB, no conjunto do ano de 2011, registou uma variação em volume de -1,5% (1,4% em 2010).

A evolução do PIB traduziu um significativo agravamento do contributo da Procura Interna, sobretudo em resultado da diminuição expressiva do Investimento e das Despesas de Consumo Final das Famílias.

Após um período de forte desaceleração dos preços em Portugal, iniciado no final de 2008 e prolongado ao longo do ano seguinte, que se traduziu numa taxa de inflação média anual negativa em 2009 - um facto inédito nas últimas três décadas - a taxa de inflação voltou a apresentar valores positivos a partir de 2010, mantendo-se acima de 3 por cento desde janeiro de 2011.

A taxa de inflação média anual de 2011 fixou-se nos 3,7% (compara com 1,4% em 2010).

Esta evolução reflete em larga medida o impacto do aumento do IVA, assim como do preço de alguns serviços sujeitos a regulação.

Perspetivas para 2012

Para 2012, o FMI prevê uma desaceleração do crescimento económico na área do euro. Na mesma linha, as projeções macroeconómicas dos especialistas do BCE também apontam para um abrandamento do crescimento do PIB na zona euro: entre 0.4 e 2.2 por cento para 2012.¹

O abrandamento dos fluxos de comércio internacional contribuiu para a deterioração das contas externas em alguns países. Com vista à resolução dos desequilíbrios globais, o grupo das 20 principais economias a nível mundial (G20) chegou, em fevereiro, a um acordo quanto à monitorização de um conjunto de indicadores económicos nas diversas economias. Os indicadores, que visam a deteção dos desequilíbrios económicos, incluem os níveis de dívida e défice público, a taxa de poupança e o nível de dívida privada.

Prevê-se abrandamento da procura mundial em 2012 decorrente do recrudescimento das tensões financeiras internacionais associado à crise da dívida soberana na área do euro e da conseqüente necessidade de ajustamento dos desequilíbrios das contas públicas num conjunto mais alargado de países na área do euro.

As medidas que Portugal se comprometeu a adotar aquando da formalização do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), visam assegurar condições

¹ Em fevereiro de 2012 o BCE reviu em baixa as previsões para 2012, estimando um crescimento de 0% do PIB para a zona euro.

indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas têm um inevitável efeito contracionista no curto prazo. Assim, as projeções apresentadas apontam para uma contração sem precedente da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa.

CENÁRIO MACROECONÓMICO 2012-2013

[Projeções do Banco de Portugal 2012 . 2013]

[%]

	Taxa de variação	
	2012	2013
Produto Interno Bruto	-3,1	0,3
Consumo Privado	-6,0	-1,8
Consumo Público	-2,9	-1,4
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)		
Exportações Líquidas	3,9	1,9
Procura Interna	-6,7	-1,5
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	3,2	1,0

Fonte: Boletim Económico - Inverno 2011, Banco de Portugal

No seu boletim de Inverno as projeções do Banco de Portugal apontam para um cenário de contração da economia portuguesa para 2012. Esta contração da atividade económica traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos. A forte contração da procura interna é acompanhada por um crescimento significativo das exportações, o qual não é no entanto suficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes, num quadro de desalavancagem do setor privado e consolidação orçamental.²

Ao longo deste período, assume-se a continuação da redução das despesas de investimento das Administrações Públicas.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido, a redução da procura interna necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa tem uma magnitude sem precedente. O seu impacto sobre a

² Em fevereiro de 2012 o BCE reviu, em baixa, as suas previsões para Portugal para 2012, estimando que o PIB registre uma quebra de 3,3% e a taxa de inflação atinja 3,3%.

atividade económica dependerá em larga medida do enquadramento externo da economia portuguesa. A este respeito refira-se que a atual projeção tem subjacente um abrandamento do crescimento económico mundial em 2012, em particular na área do euro, num contexto de recrudescimento das tensões financeiras internacionais, largamente determinado pela recente intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e pela necessidade de consolidação orçamental em diversas economias avançadas.

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá manter-se em níveis elevados em 2012 e descer para próximo de 1 por cento em 2013.

Esta tendência é justificada por um conjunto de medidas com impacto em 2012, nomeadamente o aumento do IVA em produtos que estavam sujeitos a uma taxa reduzida passando para taxa normal; aumento das taxas moderadoras na saúde; aumento da tributação direta sobre as famílias e as empresas, nomeadamente através da redução ou eliminação de benefícios fiscais e o agravamento da tributação dos rendimentos empresariais.

Por outro lado a contração da atividade económica em Portugal, assim como o abrandamento da economia mundial, traduzem-se numa evolução globalmente favorável dos custos de produção que, conjugada com a dissipação dos efeitos das medidas orçamentais, justificam a queda da inflação em 2013.

Evolução da Atividade

Compete à REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária de Portugal, desenvolver ações respeitantes ao seu objeto, de acordo com os princípios da modernização, segurança e eficácia, influenciando particularmente em duas áreas de negócio:

- **Gestão de Infraestruturas:** esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.
- **Investimento:** compreende a construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

Para além das atividades desenvolvidas no âmbito das missões, gestão da infraestrutura e investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras atividades complementares, visando a rentabilização dos seus ativos, conforme se evidencia a seguir, na Demonstração do Rendimento Integral por Atividades:

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL POR ACTIVIDADES

[milhões de euros]

	Investimentos	Gestão de Infraestruturas	Outras Actividades Complementares	Resultados não Imputados às Actividades	Total Empresa
Taxa de Utilização		58,1			58,1
Outras Prestação de Serviços		14,2			14,2
Concessão ILD's	58,5				58,5
Subsídios à Exploração		36,0	0,1		36,1
Outros Rendimentos			15,6	-1,1	14,5
Rendimentos Operacionais	58,5	108,4	15,6	-1,1	181,4
Custo das Vendas	31,2	3,5	0,3		34,9
Subcontratos	0,5	62,3	2,3		65,1
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	4,6	25,7	2,7		33,1
Gastos com Pessoal	20,5	98,0	6,2		124,7
Depreciação e Amortizações do Exercício	1,0	2,4	0,3	0,0	3,6
Imparidade de Activos		0,5		4,1	4,6
Provisões para outros riscos e encargos				0,7	0,7
Outros Gastos	0,8	3,0	0,4		4,1
Gastos Operacionais	58,5	195,4	12,2	4,8	270,8
Resultado Operacional	0,0	-87,0	3,4	-5,8	-89,4
Ganhos financeiros	125,0		0,5	105,2	230,8
Perdas financeiras	120,0	89,0		10,6	310,6
Ganhos / Perdas em Associadas				7,6	7,6
Resultados antes de impostos	5,1	-176,1	4,0	5,4	-161,7
Imposto do exercício		0,3	0,1		0,4
Resultado Líquido do exercício	5,1	-176,4	3,9	5,4	-162,1

Gestão da Infraestrutura

Caraterização da Rede Ferroviária Nacional

A segurança, fiabilidade e flexibilidade da rede ferroviária nacional são as preocupações base da REFER. Para isso, nos últimos anos a infraestrutura tem sido alvo de constantes ações de modernização, colocando ao serviço da população, novas instalações e remodelando e reconvertendo a tecnologia de muitas outras. Com estas intervenções a REFER pretende responder melhor às necessidades da procura de que é alvo fazendo, ainda, com que exista uma maior mobilidade entre os diversos modos de transporte.

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional, em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados, à data de 31 de dezembro de 2011 têm uma extensão total de 3 619 Km.

Em 2011, a caracterização da rede ferroviária nacional:

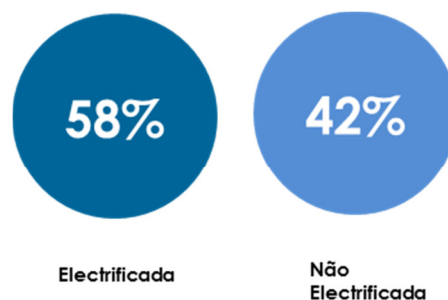
Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

[km]

	Com Tráfego Ferroviário					Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional
	Electrificada			Não Electrificada	TOTAL		
	25.000V	1.500V	Sub-Total				
Via Larga	1 604	25	1 629	973	2 602	376	2 978
Via Única	1020	0	1020	973	1993	376	2369
Via Dupla	541	25	566	0	566	0	566
Via Múltipla	43	0	43	0	43	0	43
Via Estreita	0	0	0	192	192	449	641
Via Única	0	0	0	192	192	449	641
TOTAL	1 604	25	1 629	1 165	2 794	825	3 619

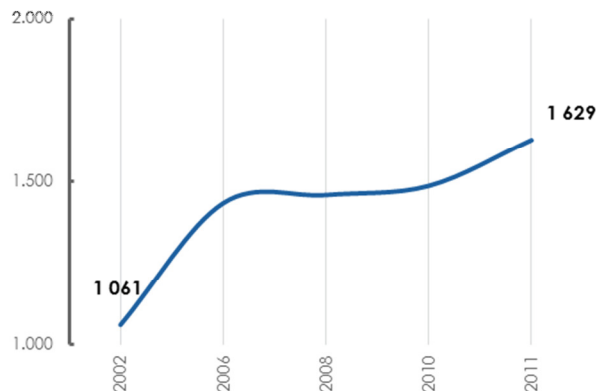
Em 2011 encontrava-se em exploração 77% da rede ferroviária, fazendo com que a parte que reúne as condições para a circulação de comboios tenha uma extensão de 2 794 Km, sendo menos 49 km que no ano anterior. Esta redução é justificada pela desativação do troço da Linha de Évora, entre o PK 126,800 e Estremoz.

A extensão de rede que se encontra eletrificada corresponde a 58% do seu total, sendo 1 629 km, este valor indicia um aumento de 6% de via eletrificada, quando comparando com 2010. Este incremento coincide com a eletrificação de cerca de 72 km na Linha da Beira Baixa, sendo 38 km entre Castelo Branco e Vale Prazeres e 34 km entre Vale Prazeres e Covilhã, corresponde ainda a um aumento de 39 km na Linha do Alentejo entre Bombel e Casa Branca e de 26 km na Linha de Évora entre Casa Branca e Évora. Verificou-se ainda a eletrificação de 4 km na Linha de Vendas Novas e cerca de 1 km no Ramal Terminal Mercadorias do Fundão.



Com o aumento de 142 km na eletrificação da via registado no ano de 2011, constata-se que nos últimos 10 anos foram eletrificados 568 km de linhas no nosso país.

Linha Electrificada [km]



A Refer tem instalado na ferrovia sofisticados sistemas de controlo de velocidade, estando o Convel em 58,6% da extensão da rede ferroviária, cerca de 1 637 km. O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a REFER, que permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a atividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e atuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança. Em 2011 este sistema de segurança foi instalado em cerca de 141 km da rede, onde 71 km se encontram na Linha da Beira Baixa, 38 km na Linha do Alentejo, 26 km na Linha de Évora e cerca de 4 km na Linha de Vendas Novas.

O Rádio Solo-Comboio é outro sistema de segurança estando presente em 54% da extensão da via. O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios. Este sistema de segurança está implementado em 1 506 km de rede ferroviária, tendo sido instalados em 2011 cerca de 10 km, nas Linhas do Alentejo e de Vendas Novas.

Sistemas de Segurança e Controlo de Comandos

[km]

	2009	2010	2011
Convel	1459	1496	1637
ATS (Linha Cascais)	25	25	25
Rádio Solo/Comboio	1459	1496	1506
Rádio Solo/Comboio s/ Transmissão de Dados	25	25	25

O sistema de cantonamento tem por objetivo garantir a segurança da circulação numa mesma secção de via ou troço de via, definindo um espaçamento delimitado por estações ou sinais (cantão), entre os quais só pode circular, em condições normais, uma composição.

Sistemas de Cantonamento

[km]

	2009	2010	2011
Eléctrico	119	119	119
Electrónico	1352	1393	1620
Mecânico	1371	1331	1055

Na rede ferroviária nacional existem três tipos de cantonamento: o Cantonamento Eléctrico (Cantonamento Automático sem Bloco Orientável), Cantonamento Electrónico (Cantonamento Automático com Bloco Orientável) e o Cantonamento Mecânico (Cantonamento Telefónico).

O Cantonamento Eléctrico está presente em 4% da rede ferroviária nacional. Neste tipo de sistema, as linhas estão divididas por cantões, os quais são obrigatoriamente antecedidos por sinais que os protegem, dando indicações ao maquinista, de cantão livre ou condicionado, através de sinais luminosos.

O sistema de Cantonamento Electrónico difere do anterior pela existência de sinalização automática de contravia. Hoje em dia, a modernização da rede ferroviária tem incrementado este tipo de exploração ferroviária, verificando-se nos últimos anos alterações profundas na forma como é gerido o tráfego em grande parte da rede. No final de 2011, este tipo de cantonamento estava instalado em 58% da via-férrea. Verificou-se um aumento de 9%, cerca de 227 Km, de via dotados deste sistema, nomeadamente na Linha da beira Baixa (71,4 km), na Linha do Alentejo (33,6 km), na Linha de Évora (26 km) e na Linha do Vouga SISE (95,8 km).

Por fim, no Cantonamento Mecânico, a segurança da circulação num determinado cantão (que neste caso é delimitado por duas estações e respetiva sinalização) é assegurada através de comunicações telefónicas. Só as estações guarnecidas de pessoal podem delimitar cantões e neles estabelecer autorizações de circulação às composições. Em 2011 verifica-se a tendência dos últimos anos, com uma redução de 276 km de via dotados deste sistema de segurança, devido à substituição deste cantonamento pelo cantonamento eletrónico, em 227 km, e devido a 49 km da Linha de Évora que estão atualmente sem exploração.

Reabertura ao tráfego ferroviário dos troços Vendas Novas a Casa Branca, na linha do Alentejo e Casa Branca a Évora, na linha de Évora, permitiu o restabelecimento do serviço Intercidades (IC) para o Alentejo, com uma redução no tempo de trajeto total na ligação Lisboa-Oriente – Évora em cerca de 25 minutos. Foi também realizada a reformulação do serviço regional na linha do Alentejo e restabelecido o tráfego de mercadorias nos moldes anteriores ao encerramento destes troços.

Com a instalação de novos sistemas de sinalização eletrónica e de controlo de velocidade (Convel), nas linhas do Alentejo e Évora, viabiliza-se a prática de velocidades da ordem dos 190 / 200 km/h.

Gestão da Infraestrutura

A atividade de Gestão de Infraestruturas abrange duas atividades:

- Conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária;
- Exploração: gestão do comando e controlo da circulação e gestão da capacidade

Atividade Gestão de Infraestruturas

[milhões de euros]

	2010	2011	Variação
Rendimentos	109,3	108,4	-1%
Tarifa de Utilização	61,4	58,1	-5%
Subsídios à Exploração	35,9	36,0	0%
Outros Rendimentos	12,0	14,2	18%
Gastos	207,3	195,4	-6%
Materiais	5,4	3,5	-35%
Subcontratos	82,2	62,3	-24%
Outros FSE	27,6	25,7	-7%
Pessoal	87,3	98,0	12%
Amortizações	3,0	2,4	-21%
Outros Gastos	1,8	3,5	93%
Resultado Operacional	-98,0	-87,0	-11%
Efectivo Médio	2 878	2 704	-6%

Rendimentos

Os rendimentos referentes à Atividade Gestão da Infraestrutura mantiveram-se em níveis muito semelhantes ao ano de 2010, apresentando um decréscimo de 1%, cerca de 1 milhão de euros. No ano de 2011 os rendimentos desta atividade foram de 108,4 milhões de euros, enquanto em 2010 esse valor foi de 109,3 milhões de euros.

Em sentido contrário estão os Outros rendimentos que registaram um aumento de 18% face a 2010, uma vez que no ano em análise foram de 14,2 milhões de euros, enquanto em período homólogo do ano anterior tinham sido de 12 milhões de euros.

Tarifa de Utilização é a rubrica que mais contribui para o valor total dos Rendimentos desta atividade. Contrariando a tendência do ano anterior, em 2011 este valor diminuiu cerca de 5%, tendo atingido o valor de 58,1 milhões de euros no final de 2011, quando em 2010 tinha sido de 61,4 milhões de euros.

Os valores aqui apresentados refletem os montantes faturados às empresas CP, CPCARGA (empresa da CP que opera no transporte de mercadorias), FERTAGUS, TAKARGO e COMSA, sendo que o tráfego operado por este último operador tem sido da responsabilidade da parceria TAKARGO / COMSA.

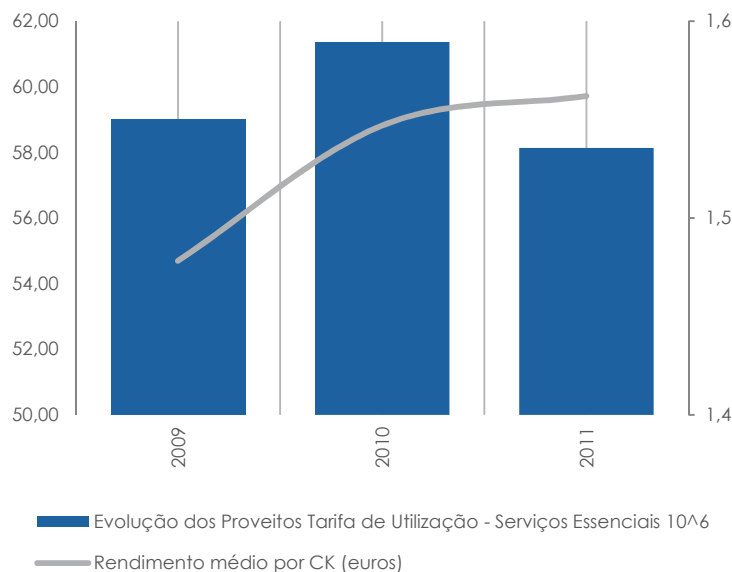
O operador que registou uma maior quebra no montante faturado foi a CP, com uma redução de 2,9 milhões de euros, sendo que 2,1 milhões de euros se referem a uma redução no serviço de passageiros. Por outro lado verifica-se que o operador

FERTAGUS mantém os valores de anos anteriores. Os operadores CP Carga e TAKARGO reduziram 809 mil euros e 299 mil euros nos serviços de mercadorias, respetivamente.

Em dezembro de 2011 o IMT publicou o Regulamento nº 630/2011, que reformula o modelo de tarifação da infraestrutura ferroviária, nomeadamente no que diz respeito à tarifa base e às regras aplicáveis à valorização da capacidade pedida e não utilizada.

A elaboração da 1ª Adenda ao Diretório da Rede 2012 e o Diretório da Rede 2013, refletiram as disposições do novo Regulamento nº 630/2011, além de terem incorporado as orientações decorrentes do Plano Estratégico dos Transportes (PET).

Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização



O número de Comboios por Quilómetro (Ck) registados em 2011 foi de 37,2 milhões, tendo sofrido uma quebra de 6% face a 2010, o que corresponde a menos 2,5 milhões de Ck. Todos os operadores contribuíram para esta descida, sendo que a CP foi aquela que mais reduziu em número efetivo, 1,8 milhões de Ck, face a 2010, ou seja, cerca de 6%, sendo a redução no serviço de passageiros, o principal motivo para esta diminuição. A CP CARGA diminuiu 594 mil Ck, 9%, quando

Evolução CK por Operador

[milhares de CK]

	2009	2010	2011
CP	37 839	30 696	28 889
CP Carga		6 646	6 052
Fertagus	1 771	1 784	1 776
Takargo	284	549	505
Compsa	15	2	0
Total CK's	39 909	39 677	37 222

comparado com o ano anterior, e a TAKARGO reduziu 44 mil CK, 8%, em relação ao mesmo período, estas duas empresas operam exclusivamente para o serviço de mercadorias. A redução de CK, observada no operador FERTAGUS é menos relevante uma vez que registou uma quebra de 8 mil Comboios por Quilometro, 0,4%, em relação a 2010.

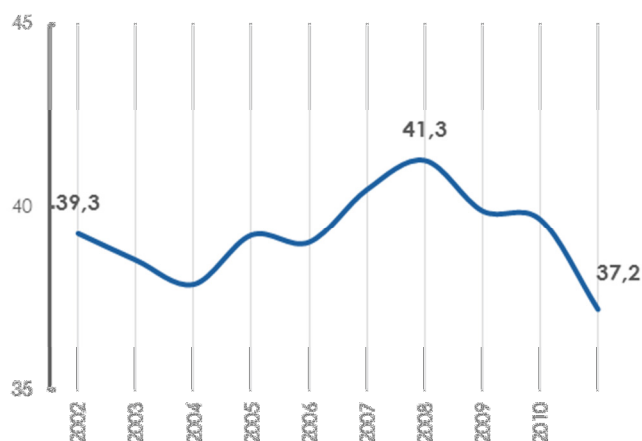
Esta atividade tem a seu cargo, para além de outras, a atribuição da capacidade aos diversos operadores da rede ferroviária nacional, medindo, controlando, faturando e cobrando a capacidade utilizada, e a capacidade pedida e não utilizada.

O ano de 2011 acentuou a tendência de decréscimo médio nas prestações de tráfego dos Operadores, na ordem dos 6,2%, correspondendo a 2,5 milhões de CK, relativamente a 2010, sendo que no ano em análise se registaram 37,2 milhões de Comboios por Quilometro.

Para além da menor procura verificada no setor de mercadorias e nos comboios de serviço, também questões de ordem de "conflito laboral" contribuíram para a quebra de CK realizados na ordem dos 6 pontos percentuais comparativamente com o ano de 2010.

Rede Geral Comboios

[milhares de CK]

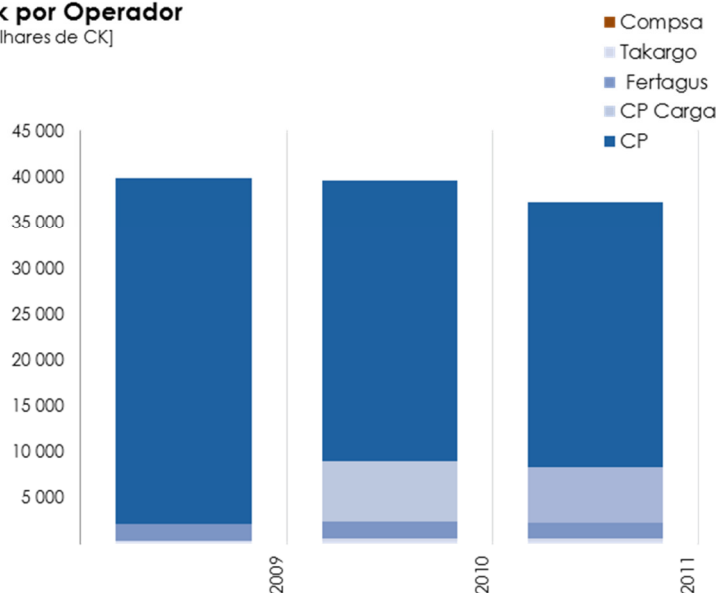


CP, CP Carga, FERTAGUS, TAKARGO e COMSA, continuam a ser os operadores da rede ferroviária nacional no ano de 2011. Mantém-se a existência de apenas dois operadores de passageiros, CP e FERTAGUS, com a FERTAGUS a dispor de concessão apenas para a exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de

passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul, entre as estações de Roma-Areeiro e Setúbal. Para o transporte de mercadorias encontram-se a operar na rede as empresas CP Carga, TAKARGO e COMSA.

O operador CP continua a ser aquele que mais comboios faz circular na ferrovia portuguesa, contudo em 2011 regista-se uma diminuição de 6%, cerca 1,8 milhões de Ck, quando comparado com o ano de 2010.

Ck por Operador
[milhares de Ck]

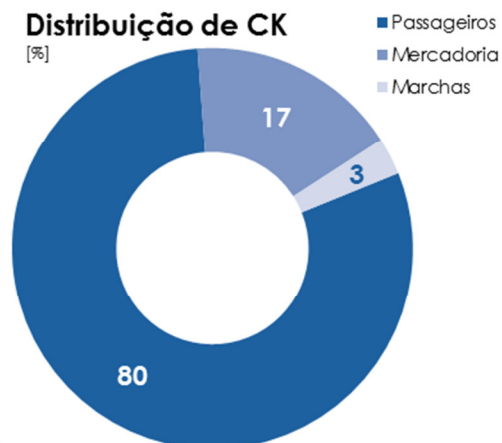


No total dos Ck o serviço de passageiros foi o que maior tráfego operou em 2011 com 80% do total, tendo registado 30 milhões de Ck, menos 1 738 mil, 5,5%, que em 2010.

O serviço de passageiros, comparativamente com o ano de 2010, registou uma quebra de 6 %. Esta quebra é devida em exclusivo ao operador CP, que procedeu a uma remodelação ao nível de oferta dos seus serviços, enquanto que a Fertagus manteve estável a quantidade de Ck realizados.

Em 2011 registou-se uma queda acentuada na procura do serviço de mercadorias representando um decréscimo de 8%, menos 556 mil Ck, face a 2010, sendo este o pior registo dos últimos 3 anos. O Operador TAKARGO tem vindo a consolidar as suas operações na rede ferroviária, tendo assumido em Portugal, todo o tráfego da responsabilidade da parceria Takargo/ Comsa, pelo que o Operador COMSA não

Distribuição de CK
[%]

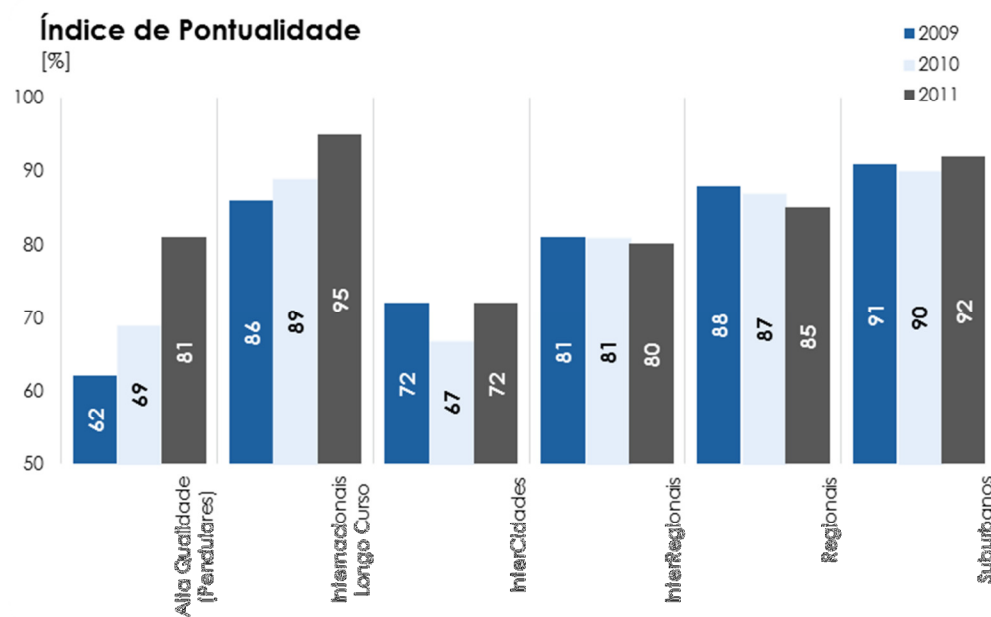


efetuou qualquer pedido diretamente à REFER. O seu volume de tráfego manteve-se idêntico ao de 2010.

Quanto ao operador predominante, a CP Carga (92% dos Ck de mercadorias realizados) registou no ano de 2011 uma quebra de 7% face a igual período de 2010.

Índice de Pontualidade

Em 2011 verificou-se uma recuperação do índice médio de pontualidade, nas famílias de comboios Pendulares, Internacionais Longo Curso e Intercidades.



O valor referente aos Subsídios à Exploração manteve-se praticamente inalterado em relação ao ano anterior, tendo sido em 2010 de 35,9 milhões de euros e em 2011 de 36 milhões de euros, registando um aumento 0,4%, cerca de 149 mil euros. Este valor corresponde às Indemnizações Compensatórias atribuídas à REFER a título de normalização de contas, conforme definido pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2011, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 240 de 16 de dezembro de 2011.

Gastos

O total dos gastos para a atividade Gestão da Infraestrutura, registou no ano em análise uma diminuição de 6%, cerca de 11,9 milhões de euros face ao ano anterior.

A rubrica que em termos absolutos mais contribuiu para esta quebra foi a de Subcontratos, com uma redução de cerca de 20 milhões de euros comparando 2011 com o ano de 2010. No final do ano passado o valor de subcontratos foi de 82,2 milhões de euros e no final de 2011 esse valor foi de 62,3 milhões de euros, comparando ambos os valores temos menos 24%.

Especialidade

[milhares de euros]

	2010	2010	Variação
Via	35,2	23,0	-35%
Sinalização	17,3	16,3	-6%
Telecomunicações	13,1	12,1	-7%
Catenária	5,5	4,6	-16%

Para este decréscimo, contribuiu a renegociação de contratos vigentes de manutenção de via, catenária e sinalização e a internalização de algumas ações de manutenção. Nas renovações de contratos foi aplicada a cláusula de redução de preço de 10% por via da aplicação do n.º 1 do art.º 22.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

A especialidade de Via foi aquela que mais contribuiu para a redução dos Subcontratos, devido à implementação de uma estratégia da manutenção, responsável pela revisão dos roteiros de manutenção postos a concurso.

A 31 de dezembro de 2011, o efetivo médio da atividade Gestão da Infraestrutura era de 2 704 colaboradores, tendo diminuído 6% face a 2010, que registava para o mesmo indicador 2 878 recursos. O valor dos Gastos com Pessoal aumentou 12%, cerca de 10,7 milhões de euros, quando se compara o exercício de 2011 com o de 2010. Considerando que em 2011 se registou um elevado número de rescisões de contrato de trabalho, se ao montante de gastos com pessoal deduzirmos o montante das indemnizações por rescisão de contrato de trabalho (3M€ em 2010 e 23 M€ em 2011), então a rubrica de gastos com pessoal registou um decréscimo de 10%.

O custo médio por trabalhador da atividade Gestão da Infraestrutura (não considerando rescisões) registou um decréscimo de 5% face a 2010. No ano agora em análise este valor é de 28 mil euros, em 2010 esse valor foi de 29 mil euros.

Resultados Operacionais

O Resultado Operacional da atividade Gestão da Infraestrutura verificou, em 2011, uma variação positiva de 11%, cerca de 10,9 milhões de euros. Em 2010, o resultado foi de 98 milhões de euros negativos, enquanto em 2011 esse valor foi de 87 milhões de euros negativos.

Principais Ações na Gestão da Infraestrutura

- A colocação ao serviço da Sinalização Eletrónica, do Sistema de Controlo de Velocidade “CONVEL” e da Infraestrutura da Catenária (IET 50 – 54º adit.), nos troços:
 - Vidígal a Vendas Novas, da Linha de Vendas Novas.
 - Bombel a Casa Branca, na Linha do Alentejo.
 - Casa Branca a Évora, na Linha de Évora.
- Reabertura ao tráfego ferroviário dos troços Vendas Novas a Casa Branca, na linha do Alentejo e Casa Branca a Évora, na linha de Évora, permitindo o restabelecimento do serviço Intercidades (IC) para o Alentejo, com uma redução no tempo de trajeto total na ligação Lisboa-Oriente – Évora em cerca de 25 minutos.
- Início do serviço comercial com tração elétrica no troço Vale de Prazeres – Covilhã, da Linha da Beira Baixa.
- Desativação do troço da Linha de Évora, entre o PK 126,800 e Estremoz.
- Encerramento do serviço urbano na Linha de Leixões. A falta de passageiros e a conjuntura económica desfavorável levaram ao natural encerramento de um serviço que previa 55 circulações em dia útil e 35 aos fins de semana e feriados. A Linha de Leixões voltou apenas a ter serviço de mercadorias.

Investimentos

A atividade Investimentos engloba a gestão de projetos e obras. A despesa de investimento engloba os gastos internos de gestão, os gastos de materiais fornecidos pela REFER, os encargos financeiros associados e todos os encargos externos com empreitadas, fiscalização, etc. Os gastos de funcionamento internos imobilizados foram os seguintes:

Actividade Investimentos

[milhões de euros]

	2010	2011	Variação
Rendimentos	63,4	58,5	-8%
Concessão ILD's	63,4	58,5	-8%
Outros Rendimentos	0,0	0,0	16%
Gastos	63,4	58,5	-8%
Materiais	33,2	31,2	-6%
Subcontratos	0,7	0,5	-23%
Outros FSE	6,5	4,6	-30%
Pessoal	21,8	20,5	-6%
Amortizações	1,0	1,0	-4%
Outros Gastos	0,2	0,8	256%
Resultado Operacional	0,0	0,0	
Efectivo Médio	464	425	-8%

Nesta actividade há a destacar, a diminuição de 8% no total dos gastos, em 2011, cerca de 4,9 milhões de euros. Para esta quebra contribuiu o decréscimo do valor dos subcontratos em 23% associado à diminuição do nível de investimento em 2011.

A rubrica de Pessoal verificou em 2011 uma diminuição de 6%, cerca de 1,3 milhões de euros, em relação a 2010, tendo seguido a tendência da redução do efetivo médio, que no ano em análise decresceu 8% face ao ano anterior. No ano de 2010 o efetivo médio desta actividade era de 464 colaboradores e no ano de 2011 esse número baixou para 425.

O gasto médio por trabalhador é de 40,1 mil euros (excluindo rescisões), tendo-se apurado uma redução de 13% face a 2010.

Em termos de Gastos de Investimentos Totais, a execução orçamental do ano de 2011 situou-se nos 94%, conforme apresentado no quadro:

Execução do Investimento. Investimento a Custos Totais

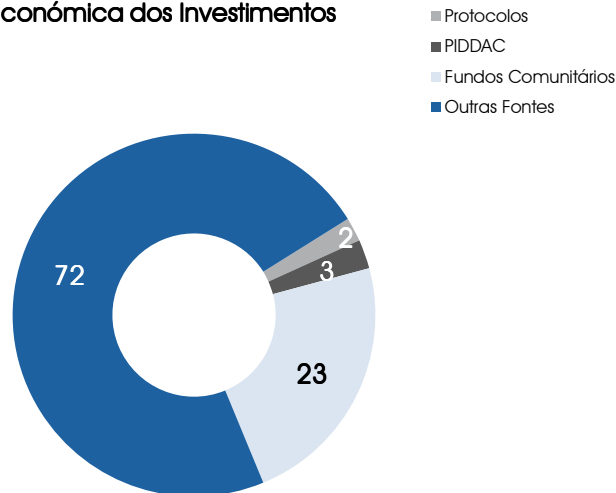
[milhares de euros]

	Orçamento Revisto	Execução	% Realiz.	% Peso
Infraestruturas de Longa Duração	259.189	236.508	91%	80%
Materiais	29.843	31.134	104%	1%
TOTAL Infraestruturas de Longa Duração Custos Técnicos	289.032	267.642	93%	91%
Encargos Estrutura	24.709	26.547	107%	9%
TOTAL Infraestruturas de Longa Duração Custos Totais (sem encargos financeiros)	313.741	294.188	94%	100%
Estruturas de Apoio à Gestão	1.150	1.206	105%	0,4%
TOTAL de Investimento 2011	314.891	295.395	94%	100%

O financiamento dos investimentos executados foi assegurado pelas participações dos Fundos Comunitários e do Estado através do Orçamento de Estado no âmbito do Cap.50º, bem como dos Protocolos estabelecidos entre a REFER e diversas entidades e pelo recurso a Outras Fontes de Financiamento.

A estrutura da cobertura económica dos investimentos teve o seguinte comportamento: as participações comunitárias representaram cerca de 23% do total (61,6 milhões de euros), o Cap.50º do Orçamento de Estado financiou o investimento em 3% do total (7 milhões de euros), o recurso a Outras Fontes de Financiamento situou-se nos 72% do total (194,5 milhões de euros), os Protocolos contribuíram com 5,7 milhões de euros (2% do total) para financiar o investimento.

Cobertura Económica dos Investimentos [%]



No total participado pelos Fundos Comunitários englobam-se, para além das já aprovadas, a candidatura relativa à Empreitada da Variante da Trofa a qual está a aguardar aprovação, pelo que a taxa de participação deste projeto é estimada.

Cobertura Económica dos Investimentos . Custos Técnicos

[milhares de euros]

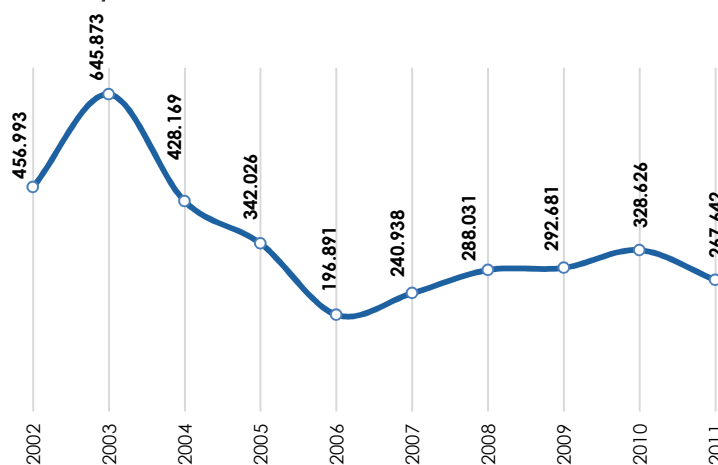
Orçamento de Investimentos	Executado	Cobertura Económica			
		Protocolos	PIDDAC	Fundos Comunitários	Outras Fontes
Total	268 848	5 736	7 000	61 591	194 521
Infra-estruturas de Longa Duração	267 642	5 736	7 000	61 591	193 315
Investimento REFER decorrente da Alta Velocidade	27 150			5 329	21 820
Ligação L.Cintura+Est.Oriente - Empreitadas Preparatórias Est.Oriente	26 647			5 329	21 318
Restantes	503				503
Ligações Inter-regionais	48 695	1 749			46 946
Segurança e Eficiência da Rede	22 150	2 381			19 768
Ligações às Plataformas Logísticas e Portos	79 643		7 000	54 100	18 543
Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha	75 271		7 000	52 690	15 581
Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	2 014			1 410	604
Restantes	2 358				2 358
Renovação e Reabilitação da Infraestrutura	29 698				29 698
Áreas Metropolitanas	33 447	1 605		2 162	29 680
Variante da Trofa (*)	3 088			2 162	926
Restantes	30 359	1 605			28 754
Sistema de Mobilidade do Mondego	26 859				26 859
Estruturas de Apoio à Gestão	1 206				1 206
Intervenções em Ativos Fixos	- 22				- 22
Investimentos de Funcionamento	1 191				1 191
Estudos	37				37

(*) - Candidatura apresentada a aguardar aprovação.

Em Infraestruturas de Longa Duração o volume de investimentos, a custos técnicos, realizado pela REFER em 2011, situou-se nos 267,6 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização de 93% face ao previsto, 289 milhões de euros.

Desde 2002, a REFER investiu na rede ferroviária nacional 3 488 milhões de euros.

Evolução do Investimento 2002 . 2011
 [milhares de euros]



O investimento realizado na rubrica, Ligações às Plataformas Logísticas e Portos, foi o que mais contribuiu para o valor dos Investimentos em 2011, tendo-se situado nos 79,6 milhões de euros. Este investimento permite a criação de acessibilidades que possibilitam o transporte de mercadorias de forma eficiente às plataformas e portos potenciando desta forma o transporte ferroviário de mercadorias.

Dos 79,6 milhões de euros realizados em Ligações às Plataformas Logísticas e Portos, 75,3 milhões de euros (94,5% do total desta rubrica) correspondem à execução do Projeto de Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha com a continuação/conclusão dos trabalhos, entre outros, das empreitadas de Construção Civil, Via e Catenária e de Sinalização e Telecomunicações do troço Bombel / Casa Branca / Évora bem como a instalação do sistema Convel na Estação de Vendas Novas e nos troços Vendas Novas (excl.) / Casa Branca e Casa Branca (incl.) / Évora.

O investimento nas Ligações Inter-regionais foi um dos que em 2011 mais contribuiu para o valor do investimento, cerca de 48,7 milhões de euros, permitindo melhorar as ligações entre cidades importantes potenciando a mobilidade inter-regiões com menores tempos de percurso.

Dos 48,7 milhões de euros realizados nas Ligações Inter-regionais, em 2011, 29,6 milhões de euros (60,8% do total desta rubrica) corresponde a trabalhos executados na Linha da Beira Baixa, com a Modernização do troço Castelo Branco / Covilhã, sendo de destacar a conclusão dos trabalhos no troço Castelo Branco / Vale de

Prazeres e a continuação da empreitada de Modernização do troço Vale de Prazeres / Covilhã, bem como a conclusão, em agosto de 2011, dos trabalhos de Sinalização no troço Castelo Branco / Covilhã / Guarda e da instalação do sistema Convel no troço Castelo Branco / Covilhã.

O investimento nas áreas metropolitanas pretende estimular a procura do transporte público em detrimento do transporte individual. O investimento realizado nas Áreas Metropolitanas ascendeu a 33,5 milhões de euros, resultando essencialmente, da continuação dos trabalhos da Empreitada de Quadruplicação da Linha de Sintra entre os Kms 13+750 e 18+250, bem como dos trabalhos desenvolvidos na Linha de Cascais, nomeadamente a conclusão, em fevereiro de 2011, da execução da empreitada de Remodelação da Estação de São João do Estoril e o início da execução do Projeto para a remodelação da Estação de Santos, isto na Área Metropolitana de Lisboa. Na Área Metropolitana do Porto o investimento executado respeita essencialmente ao fecho de contas da empreitada de Conceção / Construção do Túnel Ferroviário da Variante da Trofa, bem como à conclusão do Projeto de execução e RECAPE da Quadruplicação do troço Contumil / Ermesinde.

O valor executado em 2011 no investimento associado à Alta Velocidade – Ligação à Linha de Cintura e Gare do Oriente foi de 27,1 milhões de euros correspondendo, essencialmente, à execução e conclusão de trabalhos relativos às empreitadas autónomas n.º 1 e 2 e concretização dos correspondentes processos expropriativos do Troço Areeiro / Sacavém, que contempla a execução de trabalhos nos canais existentes das linhas do Norte e de Cintura, desde a estação do Areeiro até ao km 8+300 da Linha do Norte, para compatibilização com futuras infraestruturas da rede de alta velocidade, na zona adjacentes à TTT.

A segurança é um dos valores mais relevantes da atividade ferroviária, com um forte impacto na qualidade percebida pelos clientes. O elevado nível de segurança de pessoas e bens constitui um património do caminho-de-ferro que importa valorizar e promover, no sentido de alcançar patamares sempre mais elevados de exigência. O total investido em Segurança e Eficiência da Rede no ano de 2011 ascendeu a 22 milhões de euros.

Principais Ações de Modernização da Rede Ferroviária Nacional

Linha do Minho

Início e conclusão da empreitada de impermeabilizações e trabalhos de construção civil na estação de Campanhã. Fiscalização a cargo da REFER, EPE.

Conclusão do projeto de quadruplicação do troço Contumil / Ermesinde.

Ramal de Braga

Início e conclusão dos trabalhos da empreitada de Montagem de Três Pontões Sobre a Ribeira de S. Martinho, em Fradelos, Braga, com a fiscalização a cargo da REFER, EPE.

Linha do Norte

Supressão de diversas passagens de nível em toda a Linha do Norte.

Conclusão do projeto da Variante de Santarém com a introdução das alterações e recomendações solicitadas nos relatórios de revisão projeto do consórcio BAD, do LNEC e da Gestão de Estações.

Início e conclusão dos trabalhos da empreitada de perfuração horizontal do canal ferroviário ao Km 318+018, da Linha do Norte, para garantir a continuidade do curso de linha de água existente. Fiscalização a cargo da REFER, EPE.

Sistema de Mobilidade do Mondego

Concluiu-se a generalidade dos trabalhos da empreitada de Reabilitação das Infraestruturas do Troço Miranda do Corvo / Serpins, com supressão dos trabalhos de via-férrea e de catenária (exceto levantamento de via e maciços de catenária).

Projeto de Ligação de Alta Velocidade

Modernização da Linha do Norte e Quadruplicação da Linha de Cintura entre as Estações do Areeiro e Oriente para compatibilização com as novas infraestruturas da rede de alta velocidade.

Linha Beira Baixa

No final do primeiro semestre do ano foram concluídos os trabalhos consignados num conjunto de empreitadas contratualizadas com vista à modernização e eletrificação do troço Castelo Branco – Covilhã, cuja colocação ao serviço ocorreu em julho de 2011.

Linha de Cascais

Foi desenvolvida uma intensa atividade no acompanhamento da elaboração de projetos, na execução de obras, em contactos com entidades oficiais, com entidades privadas e promotores imobiliários com interesses em projetos nas áreas de influência da Linha de Cascais.

Linha de Sintra

Em julho foram concluídos os trabalhos associados à fase 2 com a entrada em serviço das Linhas 3 e 4, incluindo o novo cais de passageiros na estação de Agualva/Cacém.

Sines / Elvas

Concluíram-se os trabalhos relativos aos desnivelamentos, construção civil nas estações de passageiros, terraplenagem para alargamento e tratamento da plataforma. Realizaram-se igualmente os trabalhos de execução das infraestruturas de via, catenária, sinalização e telecomunicações. Em julho promoveu-se a abertura do troço à exploração, permitindo assim a exploração comercial de passageiros e mercadorias com tração elétrica até Évora e velocidades entre 160 e 200 km/h.

Passagens de Nível

No âmbito do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PN) a que a REFER está obrigada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de dezembro, e que atribui a sua materialização à REFER, às Autarquias e à empresa Estradas de Portugal, foram executadas, em 2011, 64 ações, três das quais por entidades externas, de acordo com a seguinte distribuição:

- Passagens de Nível Suprimidas: 35;
- Passagens de Nível Reclassificadas: 29.

O investimento total foi de cerca de 20,7 Milhões de Euros, dos quais 18,1 Milhões de Euros suportados pela REFER, conforme se ilustra no quadro seguinte discriminado por tipo de intervenção.

Obra	PN Suprimidas	PN Reclassificadas	Custo Realizado (euros)		
			Refer	Externo	TOTAL
Automatização	-	16	650 706	-	650 706
Caminho Alternativo	10	2	854 261	20 109	874 370
Passagem Desnivelada	21	7	16 632 012	2 545 150	19 177 162
Visibilidade Regulamentar	-	3	10 000	-	10 000
Outras	4	1	2 550	-	2 550
TOTAL	35	29	18 149 529	2 565 259	20 714 788

No universo das Linhas com Exploração Ferroviária, existiam, no final de 2011, 1049 PN com a seguinte tipologia:

Tipo de Passagem de Nível

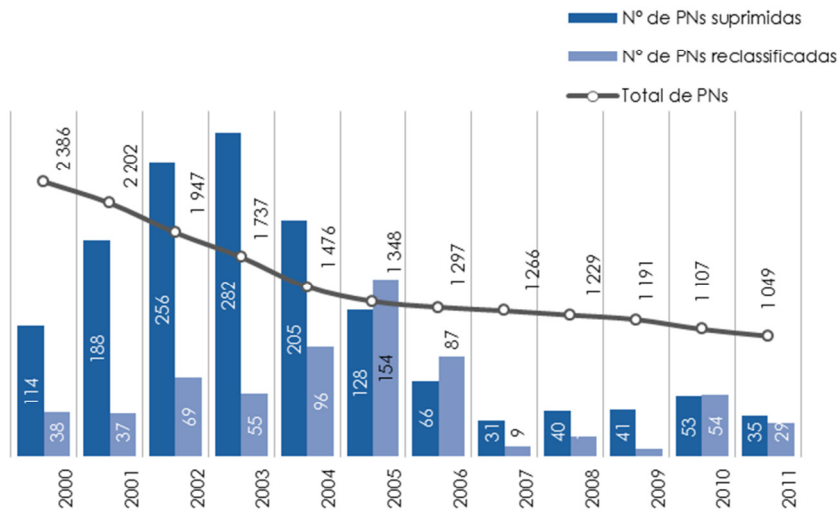
	Quantidade
PN Públicas	931
Automáticas (Rodoviárias):	351
Automatizadas com duplas meias barreiras	2
Automatizadas com meias barreiras	339
Automatizadas com obstáculo	10
Com Guarda	74
Sem Guarda	353
Tipo D	251
5ª catª	102
Peões	153
Automáticas	25
Não Automáticas	128
PNs Particulares	118
Automáticas	7
Não Automáticas	111
TOTAL DE PN	1 049

Destas 1 049 Passagens de Nível, cerca de 44% encontram-se dotadas de equipamento de proteção ativa (automatização ou guarnecimento).

A conseqüente densidade média de Passagens de Nível no final do ano em análise era de 0,375 PN/km.

Nos últimos 12 anos, foram executadas 1 439 supressões e 652 reclassificações de Passagens de Nível, representando um investimento de cerca de 338 milhões de euros:

Supressões e Reclassificações 2000 . 2011



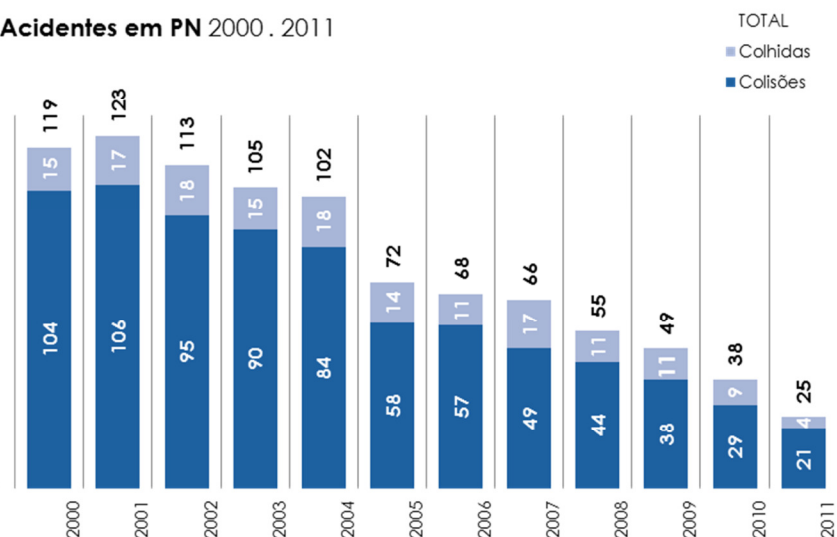
Nº de PN à data de entrada em vigor do DL 568/99: 2494

Nota: Para além das supressões ocorridas, o número de PN em 2011 reflete também o encerramento à circulação do troço da Linha de Évora entre o PK 126,800 e Estremoz (menos 23 PN).

Em 2011, no que se refere à sinistralidade, ocorreram 25 acidentes em Passagens de Nível, sendo 21 colisões e quatro colhidas, de que resultaram quatro mortos, três feridos graves e oito feridos ligeiros, o que corresponde a uma diminuição de 34% no número total de acidentes face a 2010.

Nos últimos anos a sinistralidade em Passagens de Nível registou a seguinte evolução:

Acidentes em PN 2000 . 2011



Resultado das ações persistentes de supressão e reclassificação de PN, de mitigação do risco e das campanhas de sensibilização desenvolvidas pela REFER, tem-se vindo a verificar uma redução constante na sinistralidade.

O sucesso da estratégia aplicada é hoje visível face ao resultado alcançado em 2011, ano em que se registou um número de 25 acidentes, valor significativamente melhor que a meta fixada para 2015 nas Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário – redução de 60% do número de acidentes tendo por referência os 72 acidentes ocorridos em 2005 – antecipando e ultrapassando, em quatro anos, o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Aquele valor representa uma redução em 84% da sinistralidade em passagens de nível face a 1999.

Em 2011, foi igualmente superada a meta fixada pela REFER para a Linha do Vouga, que apontava para uma redução de 70% do número de acidentes em passagens de nível face ao ano de 2006, tendo-se registado seis acidentes, que comparam com os 27 ocorridos em 2006.

Para além das campanhas de educação e sensibilização para os cuidados a ter no atravessamento da via-férrea e para as quais se pretende um maior envolvimento da sociedade civil, prevê-se para 2012:

- A concretização de 36 ações de supressão ou reclassificação de Passagens de Nível e reforço das condições de segurança em 10 atravessamentos de nível através da mitigação de fatores de risco, com um investimento na ordem dos 2,8 milhões de euros.
- A execução de vedação do canal ferroviário em 15 locais de risco associado a “trespassing”, tendo em vista a sua eliminação, com um investimento de 200 mil euros.

Atividades Complementares

Sob esta atividade inclui-se:

- Rendimentos não core, nomeadamente: concessões, telecomunicações, venda de resíduos, etc.
- Recuperação de materiais e gestão de resíduos;
- Trabalhos da responsabilidade de terceiros.

Actividade Complementares

[milhões de euros]

	2010	2011	Variação
Rendimentos	14,1	14,5	3%
Outros Rendimentos	14,1	14,5	3%
Gastos	24,7	16,9	-32%
Materiais	0,2	0,3	27%
Subcontratos	2,1	2,3	10%
Outros FSE	4,7	2,7	-42%
Pessoal	8,0	6,2	-23%
Amortizações	0,4	0,3	-34%
Provisões/Ajustamentos	8,9	4,8	-46%
Outros Gastos	0,4	0,4	-1%
Resultado Operacional	-10,7	-2,4	-78%
Efectivo Médio	154	123	-20%

Resultado Operacional

O Resultado Operacional da Atividades Complementares situou-se em 2011 em 2,4 milhões de euros negativos, verificando-se um desagravamento de 8,3 milhões de euros, 78% face ao ano de 2010. Este decréscimo verifica-se principalmente na rubrica de Provisões / Ajustamentos, que diminuiu 46% e na rubrica Outros Fornecimentos e Serviços Externos que reduziu 42%, quando comparado com o ano anterior ao da análise.

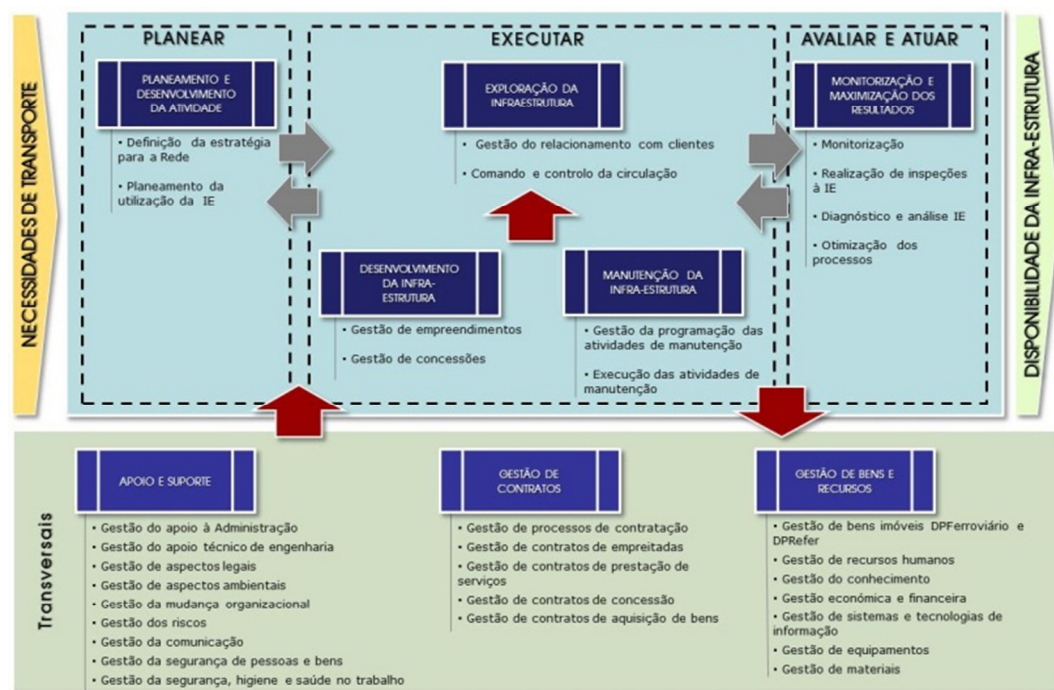
De destacar em 2011 a diminuição de 20% no efetivo médio desta atividade, tendo reduzido ainda o gasto médio por trabalhador em 4%.

Qualidade e Ambiente

Ações Relevantes

1. Gestão da Qualidade

Durante o ano de 2011, a REFER prosseguiu o desenvolvimento da nova abordagem que se pretende para a área da Qualidade, tendo-se desencadeado a primeira fase do levantamento dos processos de modo a estruturar o seu Mapa de Processos. Este trabalho foi realizado apenas com meios internos e de uma forma participada pelos principais órgãos e resultou na consolidação da seguinte representação.



Foi também concebido um modelo de funcionamento que suportará e definirá as linhas de orientação para a implementação do sistema de gestão baseado nos processos da REFER, sendo que este modelo é independente da sua estrutura orgânica e é orientado segundo as prioridades de gestão da empresa.

2. Ambiente

Seguindo o percurso que já havia sido iniciado em 2010, perseverou-se na internalização de trabalho nesta área, que assumiu uma outra abrangência com a internalização do projeto da Alta Velocidade na REFER.

Sem prejuízo das melhorias introduzidas na gestão da informação no domínio ambiental, dentro das diferentes áreas de especialidade há a destacar o seguinte:

Avaliação Ambiental – o ano foi marcado por uma diminuição do volume de apoio tradicionalmente prestado à área do investimento (onde a REFER tem vindo a internalizar tarefas, designadamente na fiscalização) sendo que o apoio tradicionalmente prestado à área de projeto vem sendo direcionado desde 2010 para a área da manutenção.

Ainda assim, durante o ano de 2011 foram acompanhados 5 RECAPES e revistos 26 estudos e projetos de natureza diferente, merecendo destaque o trabalho efetuado na orientação da elaboração de dois Sumários Técnicos Ambientais, "Intervenção no troço Covilhã/Guarda, da linha da Beira Baixa" e "Intervenção na Linha de Cascais", visando justificar o seu não enquadramento na legislação de Avaliação de Impacte Ambiental perante a Agência Portuguesa do Ambiente. De referir ainda, o desenvolvimento dos termos de referência para o Programa Base e Estudo Preliminar de Impacte Ambiental da ligação ferroviária para mercadorias entre Sines e a Linha do Sul e o subsequente acompanhamento deste processo

No contexto da integração da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S. A. na REFER foi assegurado o acompanhamento dos estudos em curso no Eixo Aveiro Salamanca, Eixo Faro-Huelva e no Eixo Lisboa-Porto (Estudo Prévio e respetivo Estudo de Impacte Ambiental do Lote E – Gaia/ Aeroporto Sá Carneiro, assim como, o Plano de Urbanização da área envolvente da estação de Coimbra).

No contexto do apoio que a REFER presta nos processos de licenciamento ambiental, dos 71 processos preparados 24 foram com meios internos.

Acompanhamento Ambiental – o ano de 2011 destaca-se pelo facto de ter havido uma aposta no acompanhamento das atividades operacionais na área da manutenção, sendo que ao longo do ano, aquelas entraram num novo ciclo ao nível das Prestações de Serviços externas, designadamente com o início dos contratos de Construção Civil e de Baixa Tensão.

Ao todo foram alvo de acompanhamento sistemático 17 contratos de Prestações de Serviço de manutenção, 3 de cariz nacional e 14 com gestão local, ao nível das Regiões Operacionais.

Já ao nível de Empreitadas foram acompanhadas em 2011, 64 empreitadas, quer no âmbito do investimento bem como no âmbito da manutenção, este último essencialmente nas especialidades de via, geotecnia e estruturas especiais (pontes).

Em 2011 foram realizados 11 dias de auditorias de ambiente aos contratos de manutenção em curso, traduzindo-se numa melhoria de desempenho e de cumprimento contratual.

Ruído - No ano em apreço é de realçar a consolidação e conclusão do Plano Estratégico para as linhas com mais de 60 000 marchas por ano, documento que se espera venha a permitir sustentar uma reflexão sobre este tema. Este plano traça vários cenários de investimento e permite perceber os benefícios de uma ação integrada para o sector e devidamente escalonada no tempo. A este respeito também merece destaque a participação ativa da REFER no Grupo de Trabalho "Repensar a lei do ruído à luz da experiência nacional e europeia - Proposta de alteração do Regulamento Geral do Ruído", dinamizado pela Associação Portuguesa de Concessionários de Autoestradas e Pontes com Portagens (APCAP) com a finalidade de promover uma alteração à legislação do ruído, de modo a introduzir critérios de sustentabilidade na mesma.

Resíduos – Atento ao retomar do processo de venda de resíduos valorizáveis economicamente, a área do ambiente tem contribuído para a reflexão em torno das melhores estratégias para operacionalizar o encaminhamento deste tipo de resíduos.

Complementarmente, destaca-se o desenvolvimento e implementação de uma nova abordagem ao processo de gestão de baterias usadas (resíduo perigoso cuja gestão tem de ser diligente) tendo como propósito a sua gestão direta pela REFER. Desde maio até dezembro de 2011, foram organizados e executados 7 processos de recolha de baterias que tiveram um retorno económico de 30 000 euros para a empresa, importando acrescentar que com a entrada na rotina deste processo, se verifica que desde o momento da comunicação da necessidade de recolha das baterias, até à sua efetiva recolha o tempo consumido não tem ultrapassado um mês.

Sistemas Ecológicos e Biodiversidade – Neste contexto continua a merecer particular destaque a prossecução do compromisso Business&Biodiversity, para além da prática regular da empresa neste contexto. Assim, foi concluído o 3.º e último plano de Ação integrado no projeto 'Promoção da Floresta Autóctone' em parceria com a Quercus. Foram plantados mais 7 500 pés de espécies da floresta nacional e organizada uma ação de plantação, na Mata Nacional da Quinta das Virtudes (Azambuja) especificamente recorrendo ao apoio voluntário dos colaboradores da REFER. No cômputo global deste projeto, a REFER apoiou a plantação de 39 780 pés, para além do seu apoio ter sido considerado essencial ao do programa 'Bosques' da Quercus. Merecem ainda destaque, as diligências efetuadas tendo em vista consolidar o projeto do 'Continuum Ecológico' tendo ficado firmado o protocolo REFER/Universidade do Porto/ Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, que permite o início da 'Cátedra REFER – Biodiversidade' em janeiro de 2012.

Segurança

Em 2011 circularam em média, diariamente, na Rede Ferroviária Nacional, cerca de 1800 comboios, a que corresponderam 37,2 milhões de Ck, sendo a grande maioria dos comboios (cerca de 80%) de serviço de passageiros.

A segurança da exploração, sendo uma vertente fundamental de qualquer sistema de transportes, beneficia, no caso do sistema ferroviário, de um vasto conjunto de equipamentos, sistemas e procedimentos por parte da REFER, que permitem garantir, aos operadores de transporte ferroviário, elevados níveis de segurança no transporte dos seus passageiros e das suas mercadorias.

Acresce, no âmbito da Segurança Ferroviária, a realização de análises de compatibilidade do material circulante com a infraestrutura no sentido de garantir a sua conformidade e promover a sua homologação, bem como a promoção de medidas tendentes à prevenção de incêndios dos terrenos circundantes do caminho-de-ferro.

Complementarmente à segurança ferroviária propriamente dita, também a segurança dos colaboradores da Empresa e dos trabalhadores dos Operadores Ferroviários e dos Prestadores de Serviços merece a maior atenção e constitui uma prioridade diária.

As preocupações atrás elencadas, intrínsecas a um serviço público de qualidade, constituem uma prioridade que é assumida por todos os trabalhadores da REFER, para o que se realizam as necessárias ações de formação e sensibilização.

Pelos riscos que acarretam, quer para a segurança das pessoas quer para a segurança da circulação dos comboios, a problemática dos atravessamentos de nível das linhas de caminho-de-ferro tem merecido uma particular atenção por parte da REFER, que, em articulação com as autarquias, tem desencadeado uma vasta ação no âmbito das passagens de nível, promovendo ações de supressão / requalificação / modernização e sensibilizando as populações para a sua correta utilização, bem como para os riscos associados à circulação de pessoas ao longo das linhas.

No sentido de promover a melhoria contínua e o controlo dos fatores de risco associados à sua atividade, a REFER recolhe e trata diariamente toda a informação estatística resultante da atividade ferroviária, permitindo conhecer a tipologia das anomalias ocorridos na Rede Ferroviária Nacional. Este conhecimento permite a promoção de medidas preventivas/corretivas e o controlo dos fatores de risco de acidente ferroviário. Com o mesmo objetivo, todos os acidentes e incidentes com repercussões na circulação ferroviária são objeto de análise criteriosa, com vista à determinação e superação das respetivas causas.

Complementarmente, a REFER promove ações de auditoria/inspeção de segurança, quer aos domínios intrínsecos ao sistema ferroviário (estrutura, regulação e operação do tráfego ferroviário), quer a vários outros domínios que, não o sendo, podem com ele interagir. Sem prejuízo das boas práticas promovidas pelos vários intervenientes do sistema de transporte ferroviário, são avaliadas e caracterizadas potenciais situações de risco, visando o seu controlo e a adoção de medidas preventivas/corretivas, contribuindo para o reforço da Segurança Ferroviária e para o aperfeiçoamento da cooperação entre as várias entidades.

Serão ainda de evidenciar os sistemas que a REFER tem implementado para fazer face a situações críticas do ponto de vista da segurança ferroviária. Neste contexto, os cenários de acidente ferroviário são analisados e enquadrados no planeamento da resposta a emergência, através da promoção de simulacros, criando-se, em articulação com os agentes da proteção civil, rotinas que garantam condições operacionais de intervenção e de proteção das pessoas em situações críticas. No mesmo contexto de cenários críticos, a REFER dispõe de instrumentos que garantem a operacionalização dos meios de socorro ferroviário.

Relativamente ao ano de 2011, identificaram-se todos os acidentes significativos, que este ano baixaram em relação ao ano anterior, reunindo-se os elementos fiáveis, no que respeita aos objetivos, aos métodos e aos indicadores de segurança, como se encontram presentemente definidos no Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de junho, os quais vêm sendo harmonizados em conjunto com os Operadores Ferroviários – CP, CP CARGA, FERTAGUS, TAKARGO Rail e COMSA Rail, e com a participação da Entidade Reguladora - IMT.

Importa, ainda salientar que, desde a década de 90, a REFER tem acompanhado de forma empenhada e proactiva as grandes transformações ocorridas no setor, refletidas na transposição e implementação das Diretivas Comunitárias, que visam essencialmente, a criação de uma rede transeuropeia de transporte ferroviário, com a harmonização, através das Especificações Técnicas da Interoperabilidade (ETI), dos sistemas e equipamentos técnicos (infraestruturas, material circulante, etc.), criando um sistema ferroviário comum entre os Estados-Membros, mais seguro e sustentável.

O impacto destes objetivos é sentido na forma como as redes ferroviárias nacionais de cada Estado-Membro se adequam e transformam para cumprir esta política europeia, não só no que respeita à visão europeia, como também, no que respeita às opções estratégicas nacionais.

É neste sentido que a Segurança Ferroviária, em conjunto com todos os órgãos que com ela interagem, observa, promove e contribui para que a Rede Ferroviária Nacional esteja permanentemente operável e intrinsecamente segura.

Como reflexo, coube à Segurança Ferroviária a importante tarefa de coordenar todo o processo de implementação e gestão do Sistema de Gestão de Segurança da REFER, em articulação com os vários órgãos da empresa, obtendo a sua aprovação pelo IMT.

Complementarmente a essa aprovação, que constitui marco importante para a REFER, ao nível dos seus processos de segurança, coube-lhe também requerer junto do IMT (de acordo com os termos da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 e com o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho) a atribuição da respetiva Autorização de Segurança, absolutamente necessária para o desenvolvimento da sua atividade, o que se veio a concretizar em 1 de setembro de 2011.

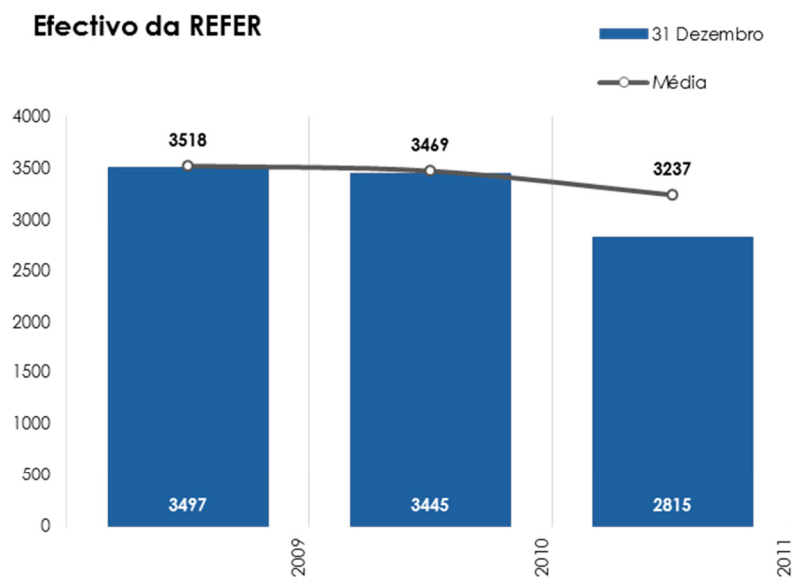
Recursos Humanos

A. Política de efetivos e salarial

A tendência de diminuição do efetivo voltou a caracterizar o ano de 2011, a um ritmo muito superior ao que se verificou no último triénio.

Em dezembro de 2011, o número de trabalhadores a cargo era de 2 815, resultado de 645 saídas, de apenas 30 entradas de novos colaboradores e da cedência de mais 14 colaboradores a outras empresas. Assim verificou-se uma redução de 630 trabalhadores a cargo ao longo do ano.

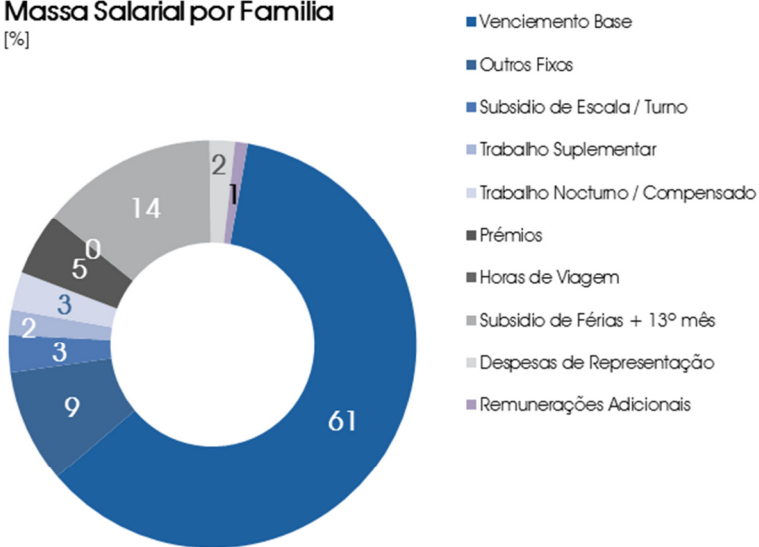
O efetivo médio foi de 3 237 colaboradores, ou seja, 6,7% inferior ao de 2010.



A Massa Salarial decresceu de 81,5 para 73,2 milhões de euros, menos 10,2%. A forte variação desta rubrica teve origem não só na redução acentuada do efetivo mas também nas reduções salariais previstas no Orçamento de Estado 2011 e no facto das progressões previstas no Regulamento de Carreiras terem sido congeladas.

A estrutura da Massa Salarial continua a refletir o elevado peso das componentes fixas, 89%, em linha com o que é comum em empresas da mesma natureza da REFER.

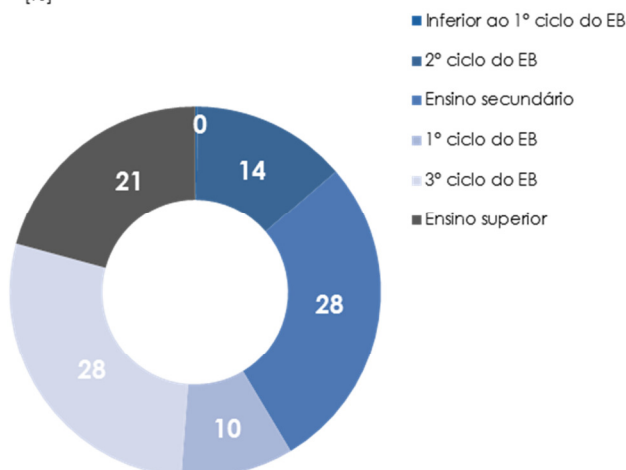
Massa Salarial por Família
 [%]



A idade e antiguidade média situaram-se, em dezembro, nos 45,4 e 19,7 anos respetivamente. Estes valores são inferiores aos do ano anterior em cerca de 1,4 anos, o que revela o impacto significativo que as saídas de trabalhadores tiveram na estrutura do efetivo da REFER.

Ao nível da estrutura de qualificações verificou-se o reforço das categorias com maiores qualificações em detrimento das menos qualificadas. Também o nível de escolaridade aumentou, tendo a representatividade dos colaboradores com ensino superior ultrapassado, no final do ano, 20% do efetivo total da Empresa (em 2010 representava 19%).

Habilitações Literárias
 [%]



B. Valorização do Potencial Humano

A formação ministrada aos colaboradores da REFER ao longo do ano de 2011 enquadrou-se sobretudo na "Estratégia de Formação Técnico-Ferroviária para o triénio 2011-2013", orientada para assegurar uma eficaz transmissão do know-how específico do setor ferroviário e garantir um melhor alinhamento entre competências detidas pelo efetivo da empresa e os objetivos estratégicos que esta se propôs atingir.

Tendo em conta o atual contexto de contenção financeira em que a Empresa atua, foi feito um esforço significativo de internalização da oferta formativa disponibilizada aos colaboradores. Esta orientação permitiu à REFER reduzir o orçamento destinado a formação de 950 mil euros em 2010 para 492 mil euros em 2011. Ainda assim foi possível realizar 1 349 ações de formação, que contaram com 5 098 participações, totalizando um volume de 90 952 horas.

A formação realizada permitiu abranger diversas áreas transversais a toda a organização, destacando-se, pela sua importância e número de participantes, as ações enquadradas no âmbito dos Concursos Profissionais e Processos Internos de Seleção, da Regulamentação de Segurança (IET77) e da Formação Técnica Ferroviária (via, catenária e sinalização).

C. Recrutamento e Mobilidade

As limitações impostas pelo Orçamento de Estado 2011 limitaram significativamente os processos de mobilidade interna na REFER, na medida em que as mesmas restringiram a realização de atos suscetíveis de resultar em valorizações remuneratórias.

Porém, a forte diminuição do efetivo que se registou no ano passado obrigou a diversas movimentações com vista a assegurar a continuidade do trabalho em áreas que ficaram mais carenciadas de recursos humanos.

Relativamente aos principais processos de mobilidade realizados em 2011 destacam-se:

- A incorporação na REFER dos colaboradores provenientes da Rede da Alta Velocidade - RAVE, S.A.;
- A cedência de colaboradores da REFER à recém-criada REFER Património, S.A., resultante da fusão da CP Com, S.A. e Invesfer, S.A.;
- Os processos tendentes à reorientação funcional de 60 colaboradores da Direção de Coordenação da Construção.

Foram também importantes os vários processos de reconversão profissional realizados ao longo do ano. Neste âmbito destacam-se os processos para funções de menor qualificação (portarias, limpezas, etc.), que permitiram rentabilizar recursos e capacidades internas, e também a aposta nas reconversões de especialidade, as quais exigiram um assinalável esforço de formação individual.

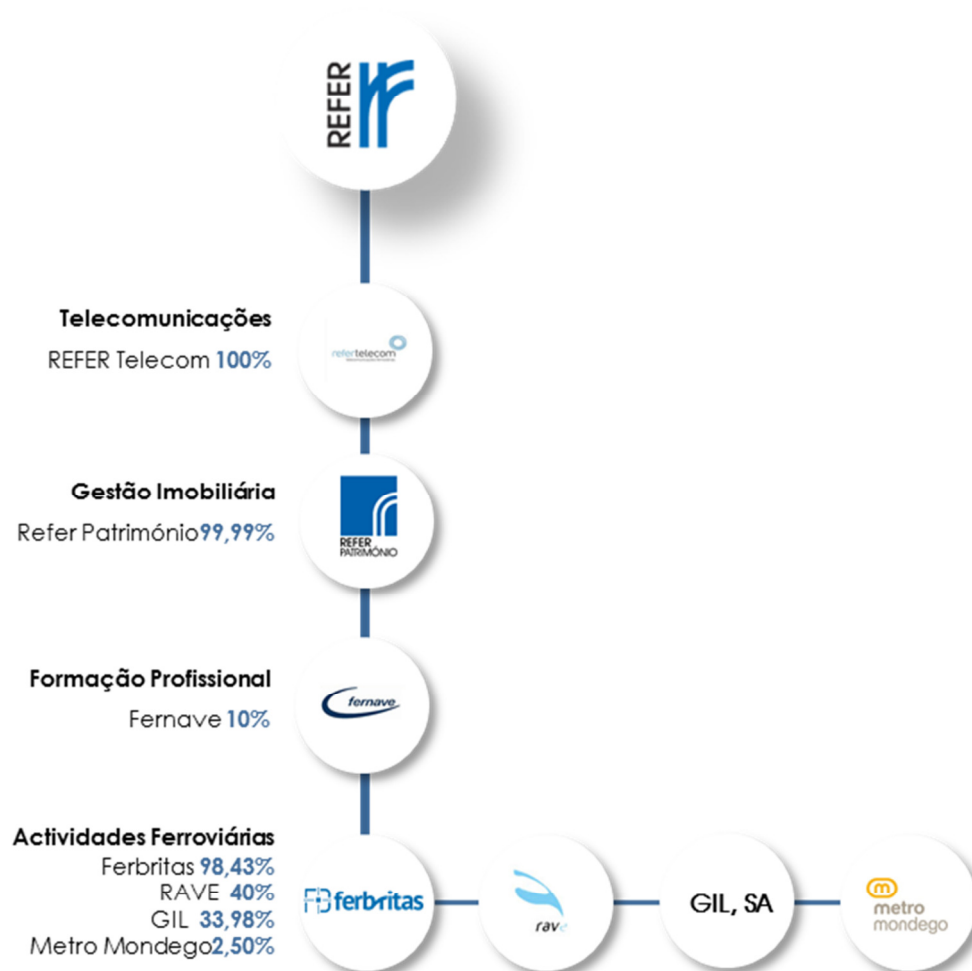
D. Trabalho e Relações Laborais

A grande maioria dos colaboradores da empresa, 66%, está representada por 22 organismos sindicais, subscritores do Acordo de Empresa em vigor. Relativamente ao ano de 2011, destaca-se a manutenção das cláusulas do Acordo de Empresa assinadas com os sindicatos do setor ferroviário relativas à prestação de trabalho suplementar, com base no facto de estas acarretarem menores custos para a Empresa do que as que constam do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores e com a Comissão de Trabalhadores não se registando durante 2011 conflitos e problemas de relacionamento laboral dignos de nota.

Participações

A REFER tem participações num conjunto de empresas criadas no âmbito da reorganização do sector ferroviário, ainda antes da criação da própria empresa e que, pela natureza da sua atividade, complementam a atividade da gestão da infraestrutura ferroviária.



Empresas Afiliadas e Principais Atividades

REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom, é um Operador de Telecomunicações licenciado pela ANACOM. A REFER Telecom está vocacionada para a Gestão, Supervisão e Manutenção das Redes e Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias. É também responsável pela instalação e gestão das telecomunicações, essenciais nesta área dos transportes. Tem uma rede com cobertura nacional e faz uso de um "backbone" de fibra ótica com mais de 2 800 quilómetros, com presença nas principais capitais de distrito e centros urbanos do País. Sobre esta rede são suportados diferentes serviços de conectividade.

Tem como missão "Assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, garantindo-lhe a excelência na prestação dos respetivos serviços, bem como a otimização de todos os recursos através de uma oferta especializada ao restante mercado."

REFER PATRIMÓNIO S.A. – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.

A REFER PATRIMÓNIO, tem como Missão Estratégica assegurar a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

Como Visão Estratégica aponta para uma filosofia de gestão integrada sob comando único do Conselho de Administração da REFER Património para toda a atividade imobiliária.

Adota como Valores:

- Orientação para resultados – planeia, definindo objetivos, de modo a alcançar resultados que vão ao encontro das expectativas e são sustentados no longo prazo;
- Acréscimo de valor para o cliente – conhece e compreende as necessidades da REFER, inova e recorre a todos os meios possíveis para criar valor ao acionista;
- Liderança com visão e estratégia – é liderada por pessoas com visão de futuro, que atuam como exemplos pelos seus valores e ética;
- Gestão assente em processos – a sua gestão é assente num conjunto de processos identificados, caracterizados e alinhados;

- Suporte nas competências individuais – valoriza e responsabiliza os seus colaboradores, pelo seu desempenho no alcance dos resultados da organização.

FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A

A Ferbritas S.A. é uma empresa de prestação de serviços especializada em Engenharia dos Transportes, particularmente focada em todos os segmentos e especialidades do sector ferroviário ligeiro e pesado.

Constituída em 1976, é desde há longos anos a única empresa portuguesa de prestação de serviços, que nos domínios de atuação a que se dedica, coloca ao serviço dos seus clientes recursos próprios especializados e experimentados em todas as áreas requeridas pela engenharia ferroviária, desde a conceção até à gestão e fiscalização de empreendimentos.

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza. Esta empresa encontra-se em fase de extinção por incorporação da REFER

Indicadores 2011

Os Indicadores mais importantes das empresas do grupo REFER no ano 2011 são:

Indicadores 2011

[euros]

Participadas	Dezembro 2011						
	Ferbritas	Refer Património	Refer Telecom	RAVE	G.I.L.	Metro Mondego	Fernave
Participação	98,43%	99,99%	100,00%	40,00%	33,98%	2,50%	10,00%
Activo não Corrente	5 782 631	5 821 721	19 245 305	12 112 253	72 776 381	3 194 2948	3 940 009
Activo Corrente	118 13 020	21 689 307	23 765 430	6 402 515	4 703 233	2 766 932	574 367
Total Activo	17 595 651	27 511 027	43 010 735	127 525 768	77 479 614	34 709 880	4 514 376
Capital próprio	110 16 492	12 387 128	25 680 685	2 686 169	- 9 690 342	24 129 325	- 2 924 614
Resultado líquido	2 574 837	622 430	3 235 606	- 165 308	- 874 806	- 29 916	- 1 329 501
Passivo	6 579 160	15 123 899	17 330 051	124 839 599	87 169 956	10 580 555	7 438 991
Proveitos Operacionais	15 067 520	11 036 035	24 154 172	27 429	5 006 940	794 163	1 846 817
Gastos Operacionais	11 331 694	10 999 368	19 577 682	1 950 362	4 092 848	789 176	2 867 205
Número de Funcionários	147	65	166	0	6	19	n.d.
Vol Negócios / N^o Funcionários	102 248	163 050	144 634	n.a.	520 157	0	
Cobertura dos Custos pelos Proveitos	133%	100%	123%	1%	122%	101%	64%
Autonomia Financeira	95%	45%	60%	2%	-13%	70%	-65%

Resultados e Estrutura Patrimonial

Resultados

Resultado Operacional

A REFER apresentou, para 2011, como um dos seus objetivos a sustentabilidade económica e financeira, nomeadamente através de melhoria de eficiência e contenção de gastos.

Em 2011 a REFER registou um desagravamento de cerca de 19 milhões de euros (-18%) no seu resultado operacional, face a 2010.

Resultado Operacional

[10⁹ euros]

	2010 ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Rendimentos Operacionais	186,8	181,4	-3%
Vendas e Prestação de Serviços	137,0	130,7	-5%
Subsídios	35,9	36,0	0%
Outros rendimentos	14,0	14,7	5%
Gastos Operacionais	-295,5	-270,8	-8%
Custo das Vendas	-38,8	-34,9	-10%
Fornecimentos e Serviços Externos	-123,9	-98,2	-21%
Gastos com Pessoal	-17,0	-124,7	7%
Depreciação e Amortizações do Exercício	-4,4	-3,6	-18%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	-3,7	-0,7	-82%
Ajustamentos de Inventários e Contas a receber	-5,3	-4,6	-14%
Outros Gastos	-2,3	-4,1	81%
Resultado Operacional	-108,7	-89,4	-18%

As rubricas com maior impacto nesta variação, face a 2010, foram:

Fornecimentos e serviços externos - registaram um decréscimo de 26 milhões de euros (-21%) devido a fatores diversos nomeadamente renegociação de contratos vigentes de manutenção de via e catenária e sinalização; internalização de algumas ações de manutenção. Nas renovações de contratos foi aplicada a cláusula de redução de

preço de 10% por via da aplicação do nº 1 do art.º 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

Provisões para outros riscos e encargos - registaram um decréscimo de 3 milhões de euros (-82%) devido ao facto de em 2010, nesta rubrica, estar registada uma provisão para reestruturação, a qual foi totalmente utilizada em 2011, não tendo sido criado reforço.

Custo do consumo de materiais - registou um decréscimo de 3,9 milhões de euros associados à reprogramação das ações de manutenção.

Por outro lado os rendimentos operacionais registaram uma quebra de 5,4 milhões de euros (-3%), devido ao decréscimo de 5% registado na rubrica Vendas e Prestação de Serviços (- 6,2 milhões de euros face a 2010). A tarifa de utilização registou uma quebra de 5% resultante essencialmente da redução no volume de tráfego de comboios de passageiros.

É de referir que por outro lado o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) preconiza a adoção de um conjunto de medidas visando o alinhamento do Setor Empresarial do Estado com a Administração Pública no domínio da redução de gastos e maximização da eficiência operacional, estabelecendo que as empresas devem reduzir os seus gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 15% face a 2009.

A REFER definiu e implementou medidas conducentes à redução dos gastos afetos à atividade de gestão de infraestrutura e investimentos tendo atingido os objetivos propostos:

Gastos atividade Gestao infraestruturas e Investimento	10 ³		
	2009	2010	2011
Fornecimentos e serviços externos	115.601	123.921	98.250
Gastos com pessoal (s/ indemnizações)	114.765	113.700	97.898
	230.365	237.621	196.147
Varição (FSE+Pessoal) face a 2009			-15%
Varição (FSE+Pessoal) face a 2010			-17%

Resultado Líquido

Apesar do desagravamento do Resultado Operacional, o Resultado Líquido registou, em 2011, um agravamento de 12 milhões de euros, resultante da degradação do resultado financeiro (+31 milhões de euros). Este agravamento resulta do aumento da dívida e da turbulência que os mercados financeiros registaram ao longo do ano com o consequente aumento sucessivo nos spreads de crédito das linhas de curto prazo. Adicionalmente, os empréstimos do Estado com taxas de juro fixas entre 4.8% e 6.5% fizeram disparar os encargos com juros.

Resultado Líquido

[10⁶euros]

	2010 ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Rendimentos Operacionais	186,8	181,4	-3%
Gastos Operacionais	-295,8	-271,2	-8%
Resultado Operacional	-109,0	-89,8	-18%
Resultado Financeiro	-41,4	-72,3	74%
Resultado Líquido	-150,4	-162,1	8%

O continuado deficit da atividade aliado à restrição de acesso ao crédito nos mercados financeiros implicaram a necessidade de obtenção de financiamento direto do Estado.

Demonstração Fluxos Caixa

[milhões de euros]

	31.12.2011	31.12.2010
Deficit Operação	- 190	- 104
Deficit Investimento	- 190	- 201
Custos Financeiros	- 236	- 188
Necessidades totais	- 616	- 493
Endividamento Curto Prazo	144	1328
Endividamento Médio Longo Prazo	4 344	4 698
Estado	2 063	-
Total Endividamento	6 551	6 026

Estrutura Patrimonial

Em 2011 a REFER dirigiu à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pedido de informação vinculativa, sobre o enquadramento fiscal da Atividade de Investimentos de Longa Duração (AILD), de forma a validar o tratamento dos ajustamentos fiscais de transição, decorrentes do regime transitório estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, o qual procede à adaptação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), n.º 158/2009, de 13 de julho.

Na sequência deste pedido, entendeu a AT dirigir à CMVM pedido de esclarecimento sobre o tratamento dado pela REFER a esta atividade.

Já em 2012, veio a CMVM pronunciar-se sobre o tratamento contabilístico da AILD, traduzido pela exploração concedida, pelo Estado Português à REFER, das infraestruturas ferroviárias de domínio público ferroviário, a qual deveria ser tratada ao abrigo da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - pese embora o facto de não existir contrato de concessão formal; por outro lado a REFER, EP.E. é equiparada a entidade privada (apesar de ser detida a 100% pelo Estado Português).

Este parecer, que acolheu o acordo do ROC, implicou alteração substancial no relato das contas da empresa.

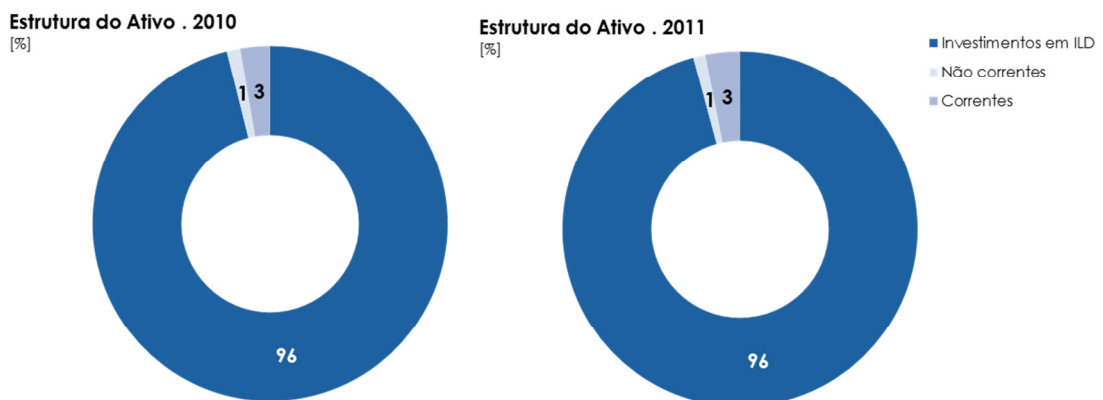
Face a esta alteração, a **Demonstração da Posição Financeira** passou a evidenciar os ativos e os passivos afetos a cada uma das atividades (de investimento de longa duração e de gestão da infraestrutura), de acordo com a IAS 1 – apresentação de Demonstrações Financeiras.

Ao nível da **Demonstração do Rendimento Integral** manteve-se a estrutura mas ocorreram impactos significativos nas respetivas rubricas dado que até agora, os ILD eram valorizados de acordo com a IAS16, IAS20 e IAS23, o que implicava que os custos incorridos com os mesmos eram imputados diretamente à AILD; com a aplicação da IFRIC 12, passou a existir um ativo financeiro no qual estão refletidos os custos incorridos com esta atividade, os quais passam a ser suportados pela REFER sendo posteriormente debitados ao concedente.

Apesar do aumento significativo da grandeza dos valores reportados, o resultado não sofrerá alterações, uma vez que o aumento dos custos suportados é acompanhado pelo rédito debitado ao concedente.

Ativo

A estrutura patrimonial da REFER mantém-se, em termos relativos, semelhante a 2010, ou seja, a atividade que maior peso regista face ao valor global do ativo continua a ser Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) com um peso de 96% tanto em 2010 como em 2011.



No entanto, a rubrica que registou variação mais significativa, em termos relativos foi a rubrica de ativos correntes afeta à Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária, verificou-se um incremento de 34 milhões de euros (+27%), face a 2010. Esta variação resulta do incremento da rubrica Clientes conta corrente (+ 37 milhões de euros), para o qual contribui o aumento do saldo do cliente CP - Comboios de Portugal (+ 23 milhões de euros), a variação do justo valor Instrumentos financeiros derivados (- 15 milhões de euros) e o incremento do saldo de caixa (+ 11 milhões de euros).

Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária - Ativos Correntes	10 ⁶		
	31.12.2011	31.12.2010	2011/2010
Instrumentos Financeiros Derivados	15	30	- 15
Inventários	14	14	0
Clientes e Outras Contas a Receber	118	78	40
Clientes C/C	69	32	37
Estado e Outros Entes Públicos	3	6	- 4
Outros Devedores	39	37	2
Acréscimo de Rendimentos	6	1	5
Gastos a Reconhecer	1	1	0
Impostos sobre o Rendimento a receber	1	3	- 2
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	0	11
total ativo corrente	159	125	34

Relativamente aos ativos correntes afetos à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração registaram um incremento de 382 milhões de euros face a 2010. Esta variação resulta do efeito conjugado das seguintes variações:

Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração - Ativos Correntes	10 ⁶		
	31.12.2011	31.12.2010	2011/2010
Concedente - Estado - Conta a Receber	4 828	4 425	404
Ativos Concessionados (ILD)	8 310	7 970	340
Subsídios	- 3 897	- 3 836	- 61
Rentabilização de Ativos	- 3	- 3	0
Juros Debitados	723	599	124
Imparidades	- 305	- 305	0
Inventários	16	31	- 15
Cientes e outras contas a receber	9	16	- 7
total passivo corrente	9 241	8 559	683

Capital Próprio

Em 29 dezembro de 2011 foi assinado pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas Comunicações e Transportes o Despacho Conjunto que determina o aumento do capital social da

REFER em 125 milhões de euros. O aumento do capital social foi efetuado por conversão parcial do empréstimo concedido pelo Estado. O capital estatutário passou de 305 200 000 euros para 430 200 000 euros.

Passivo

O passivo corrente afeto à atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária registou um decréscimo de 393 milhões de euros face a 2010.

A variação mais significativa verificou-se na rubrica Empréstimos Obtidos (-359 milhões de euros), devido à conversão de dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo.

Atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária - Passivos Correntes	31.12.2011	31.12.2010	10 ⁶
			2011/2010
Empréstimos Obtidos	143	502	- 359
Instrumentos Financeiros Derivados	79	89	- 10
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	90	113	- 23
Adiantamentos por Conta de Vendas	18	18	0
Fornecedores, C/C	25	50	- 25
Accionistas (Emresas do Grupo)	21	17	4
Estado e Outros Entes Públicos	5	4	1
Outros Credores	3	5	- 2
Acréscimos de Gastos	17	18	- 1
Rendimentos a Reconhecer	1	1	0
total passivo corrente	311	704	- 393

Gestão da Dívida Financeira

Na senda da intensificação da crise da dívida soberana em 2010 e após os resgates à Grécia e à Irlanda levados a cabo pela União Europeia (UE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), os investidores internacionais iniciaram um processo de aversão ao risco Portugal provocado pelo desequilíbrio e insustentabilidade de financiamento das contas públicas. Apesar do Orçamento de Estado para 2011 incorporar medidas de redução de despesa e aumento da receita, a ausência de reformas estruturais que permitissem promover a médio prazo o crescimento económico implicaram uma perceção de aumento do risco de crédito traduzido no alargamento substancial dos spreads das Obrigações do Tesouro, em especial nas maturidades mais curtas.

As agências de rating internacionais que, desde final de 2010 mantinham sob vigilância negativa o rating de longo prazo da República Portuguesa, apontavam como provável o recurso de Portugal ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF).

A pressão sobre o mercado secundário da dívida pública portuguesa dificultou, igualmente, o acesso da banca doméstica ao mercado de capitais que continuou a recorrer ao Banco Central Europeu (BCE) para se financiar através do desconto de ativos elegíveis.

Por outro lado, o Sector Empresarial do Estado (SEE), em particular as empresas da área dos transportes, que desde 2010 se financiavam recorrendo ao crédito bancário, viram este movimento inverter-se. De facto, a banca com uma forte exposição àquele setor, iniciou uma trajetória de desalavancagem que veio agravar as necessidades de financiamento do próprio Estado.

Foi nesta conjuntura que o Governo de então anunciou novas medidas de austeridade (PEC IV) como forma de garantir o apoio de Bruxelas e recuperar confiança dos mercados financeiros. Este anúncio, interpretado pelas restantes forças políticas como a situação financeira do país ser mais grave do que aquilo que até à data tinha sido veiculado pelos responsáveis do governo, desencadeou uma crise política que culminou com a não aprovação do PEC IV no Parlamento e com a demissão, a 23 de março, do primeiro-ministro de então³.

Na sequência destes acontecimentos, as agências de rating internacionais procederam a cortes significativos no rating da República, aproximando-o do nível de non-investment grade. A pressão sobre as yields da dívida soberana portuguesa fez-se sentir de forma acentuada chegando a dívida a cinco anos a ser transacionada acima dos 10% no dia 6 de abril de 2011. Neste mesmo dia, o primeiro-ministro, ainda

³ Destaque-se que no final de março, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, o INE divulgou o impacto na necessidade de financiamento das Administrações Públicas e na dívida pública de 2010 resultante, entre outros fatores, da reclassificação das empresas de transporte (REFER EPE, Metro de Lisboa e Metro do Porto) no perímetro de consolidação. Aqueles indicadores fixaram-se em -9,1% e 93% do PIB, respetivamente.

em funções, anunciava ao País que o pedido formal de assistência financeira fora endereçado à Comissão Europeia.

Até início de maio, o governo em gestão e os principais partidos negociaram com o FMI/UE/BCE os termos e condições do Memorando de Entendimento tendo este sido aprovado pelos Ministros das Finanças da Zona Euro e da União Europeia a 16 de maio e pelo FMI a 20 de maio. A primeira tranche foi disponibilizada ainda durante este mês.

Após as eleições legislativas de 5 de junho tomou posse um novo Governo. Este, de imediato, deu sequência à implementação das políticas preconizadas no Memorando de Entendimento que definia calendários rigorosos de reporte e de acompanhamento.

Entretanto, o IGCP adaptou a sua linha de atuação à conjuntura de mercado, recorrendo, essencialmente, a leilões de Bilhetes do Tesouro para obtenção de financiamento. Por esta via, não só o risco de refinanciamento diminuiu como o incremento no custo da dívida foi mais moderado.

O segundo semestre teve como pano de fundo o acentuar do processo de desalavancagem da banca, processo este inevitável para cumprimento das metas impostas para este setor. Com efeito, a restrição na concessão de crédito para financiamento das empresas provocou situações de tesouraria críticas resultando na deterioração da situação económica do País consubstanciada no aumento do número de falências de empresas e do desemprego. Adicionalmente, o aumento de impostos sobre o rendimento e os cortes de salários na Administração Pública levaram à diminuição do rendimento disponível das famílias. Este efeito, em conjunto com o aumento do IVA, contribuiu para a diminuição do consumo privado, acentuando a quebra na atividade económica.

Foi neste contexto de adversidade extrema que a REFER desenvolveu a atividade de gestão da dívida financeira e, em particular, a de gestão da tesouraria tendo conseguido evitar qualquer situação de incumprimento.

Desde agosto de 2010 que a REFER vinha alertando o acionista para os riscos associados ao financiamento das necessidades de tesouraria do final de 2010 e 2011 e, em particular, para o reembolso de capital do empréstimo Schuldschein ABN no valor de 300 milhões de euros a satisfazer em abril.

Desde a última emissão obrigacionista, realizada em outubro de 2009, que a REFER acomodava as suas necessidades de financiamento através das linhas de curto prazo contratadas com a banca. Com efeito e apesar da existência de oportunidades de financiamento a médio e longo prazo em 2010, a obtenção de autorização tutelar, solicitada em maio de 2010, foi obtida tardiamente impedindo qualquer refinanciamento da dívida de curto prazo.

No início de 2011, a REFER obteve a aprovação tutelar para realização de operações, quer de mercado de capitais, quer de crédito bancário com garantia explícita do Estado português para um montante global de 700 milhões de euros. No entanto, e

apesar da empresa estar totalmente preparada para fechar imediatamente uma operação de mercado de capitais com aval do Estado, a precipitação dos acontecimentos sobre a dívida soberana portuguesa afastaram qualquer hipótese de sucesso na colocação de uma emissão obrigacionista da REFER.

Desta forma, as linhas de curto prazo estavam praticamente esgotadas no início do ano, o que implicou que a REFER tivesse de recorrer à linha de back-up de 500 milhões de euros para continuar a satisfazer as suas necessidades de financiamento e, pontualmente, a emissões de papel comercial sem tomada firme.

Ainda no primeiro trimestre foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a REFER e a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) para a obtenção de financiamento bancário adicional. O grau elevado de aversão ao risco Portugal em conjunto com a indefinição que ainda existia sobre o resultado da Cimeira Europeia do final de março inviabilizou qualquer operação financeira.

Assim, a REFER terminou o primeiro trimestre com a certeza de que uma nova fase na vida da empresa estava prestes a iniciar-se, nomeadamente, quanto ao modelo de financiamento. Agora teria de ser o acionista a dotar a empresa dos meios necessários para satisfazer, não só o reembolso do empréstimo Schuldschein ABN, mas também as futuras necessidades de tesouraria.

Deste modo, no dia 7 de abril, a REFER recebeu o primeiro empréstimo do Estado no valor de 260,7 milhões de euros, o que permitiu atempadamente garantir o serviço da dívida daquele empréstimo de médio-longo prazo.

A partir de abril, a REFER passou a reportar à DGTf numa base periódica as necessidades de tesouraria para o resto do ano. Embora as necessidades de tesouraria decorrentes da atividade operacional se tenham mantido estáveis, as necessidades associadas a reembolsos de dívida foram gradualmente aumentando à medida que a banca foi notificando a REFER do não interesse em renovar as linhas de curto prazo.

A partir de julho, a tutela financeira iniciou a negociação com a banca nacional e estrangeira no sentido de acautelar um processo de desalavancagem ordenado e integrado com os vários interesses das partes.

Durante os meses de Verão a REFER conseguiu levar a cabo a renovação da linha de back-up de 500 milhões de euros por um período adicional de 3 meses e de outras linhas de curto prazo, cujo reembolso estava previsto para aqueles meses. Com efeito, a banca compreendeu que ao dar mais algum tempo às empresas do SEE estava a permitir ao Estado encontrar soluções que contribuiriam para a banca atingir também os seus objetivos.

De assinalar que no último trimestre do ano ocorreu cerca de 75% das amortizações de dívida e, conseqüentemente, cerca de 75% dos empréstimos do Estado foram desembolsados, num total de entradas do Estado de 2 164 milhões de euros. Deste total, 125 milhões de euros foram convertidos em capital estatutário elevando para 430,2 milhões esta rubrica. O remanescente foi convertido num empréstimo de médio-

longo prazo com maturidade em 2016 e reembolsável em 8 prestações semestrais com início em 2013.

Evolução da Dívida Financeira

No início do ano 2011 estavam disponíveis para utilização a linha de back-up de 500 milhões de euros e cerca de 40 milhões de euros de linhas de curto-prazo. Esta liquidez foi integralmente utilizada.

Durante o ano, a dívida financeira da REFER sofreu um agravamento de 525 milhões de euros. Este aumento resultou do défice de financiamento das atividades de investimento e gestão de infraestrutura (cerca de 55% do total) e dos encargos financeiros resultantes do stock de dívida existente.

Os reembolsos de dívida realizados durante o ano ascenderam a 2 072 milhões de euros repartidos entre 354 milhões de euros em empréstimos de médio-longo prazo, 500 milhões da back-up e o remanescente em linhas de curto-prazo.

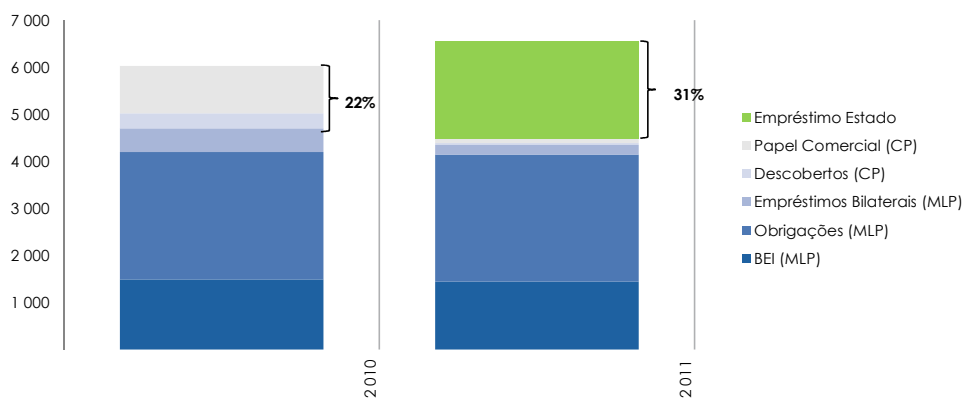
Os empréstimos de médio-longo prazo acima referidos beneficiavam do aval explícito do Estado português. Uma vez que estes reembolsos foram satisfeitos através do financiamento do Estado, o rácio de dívida garantida/total de dívida passou de 55% em 2010 para 45% em 2011.

A reconversão dos empréstimos do Estado num empréstimo de médio-longo prazo no final do ano permitiu melhor adequar a estrutura da dívida à natureza dos ativos e reduzir o risco de refinanciamento no curto prazo.

A 31 de dezembro de 2011, a REFER apresentava a seguinte estrutura de dívida:

Estrutura da Dívida

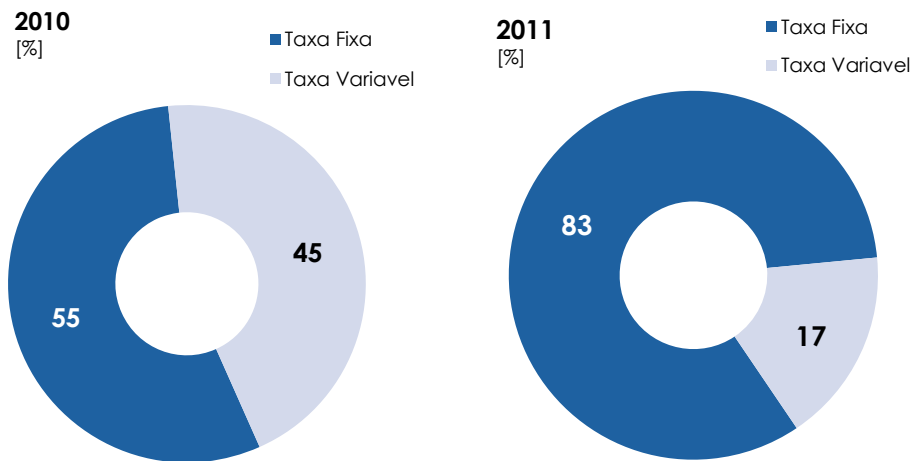
[milhões de euros]



Como se verifica, o peso relativo dos descobertos e papel comercial que, no final de 2010 representavam cerca de 22% do total da dívida e que acomodaram integralmente as necessidades de financiamento de 2010 reduziu-se, em 2011, para pouco mais de 2%, ou seja, cerca de 145 milhões de euros. Foi o apoio do Estado, consubstanciado através de empréstimos, que permitiu à REFER continuar a desenvolver a sua atividade e fazer face aos avultados montantes de reembolsos de dívida que ocorreram durante o ano. No final do ano, estes empréstimos foram reconvertidos num único financiamento de médio-longo prazo que representava 31% do total da dívida financeira.

Simultaneamente à obtenção de uma estrutura de dívida adequada, a REFER tem procurado a minimização dos respetivos encargos financeiros. Neste âmbito, têm assumido especial relevância a escolha do regime de taxa de juro dos empréstimos de médio e longo prazo, as atividades de gestão de risco de taxa de juro (Hedging) e ainda o esforço de negociação com os intermediários financeiros com vista a minimizar os spreads de crédito.

Considerando o processo de redução de exposição ao SEE por parte dos bancos, a margem de negociação com estas entidades diminuiu significativamente em 2011. A substituição da dívida bancária de curto prazo, tipicamente a taxa variável, por um empréstimo de médio-longo do Estado com taxa fixa, permitiu alcançar a seguinte repartição de dívida por regime de taxa de juro:



Também no que respeita à gestão dos riscos financeiros, as empresas do SEE viram a sua autonomia limitada. Com efeito, a partir de junho de 2011, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SETF) impôs que toda e qualquer operação com instrumentos de gestão de risco financeiro necessitasse de autorização tutelar previamente à sua realização. Foi já neste contexto e dentro da sua política de gestão de risco, que a REFER obteve autorização da SETF para liquidar, antecipadamente, três swaps de taxa de juro, que permitiram um encaixe de aproximadamente 22 milhões de euros.

Resultado Financeiro

Para a análise dos resultados financeiros considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global que parte da Demonstração de Rendimento Integral e ignora os movimentos contabilísticos relacionados com Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração com reflexo na Demonstração da Posição Financeira. Desta forma, dá-se a perspetiva real da atividade de gestão de dívida e risco da REFER. No quadro abaixo detalha-se, então, a performance financeira:

Performance Financeira

[10⁶euros]

	Real		Desvio
	2011	2010	
Actividade Investimento	-179,3	-140,9	-38,4
Ganhos financeiros	-	-	-
Perdas financeiras	-179,3	-140,9	38,4
Actividade de Gestão da Infraestrutura	-75,9	-55,9	-20,0
Ganhos financeiros	0,5	0,1	-0,4
Perdas financeiras	-84,0	-52,0	32,0
Ganhos / Perdas em Associadas	7,6	-3,9	-11,5
Actividade de Hedging	3,7	14,4	-10,8
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	83,3	91,6	8,3
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-75,5	-90,4	-15,0
Varição do Justo Valor Derivados - Ganhos	21,9	44,7	22,8
Varição do Justo Valor Derivados - Perdas	-26,1	-31,4	-5,3
Resultado Financeiro Global	-251,5	-182,4	-69,2
Valor imputado - concedente Estado	179,3	140,9	38,4
Resultado Financeiro (Demonstração Rendimento Integral)	-72,3	-41,4	-30,8

Em 2011, o Resultado Financeiro Global atingiu -251,5 milhões de euros resultando num agravamento de 69,2 milhões de euros face a 2010. Foram as componentes de Perdas financeiras associadas à dívida para financiamento, quer da Atividade de Investimento, quer da Atividade de Gestão de Infraestruturas, que contribuíram maioritariamente para esta performance. Efetivamente, os aumentos sucessivos nos spreads de crédito das linhas de curto prazo e os empréstimos do Estado com taxas de juro fixas entre 4.8% e 6.5% fizeram disparar os encargos com juros.

Por seu lado, a Atividade de Hedging contribuiu positivamente para o Resultado Financeiro Global em 3,7 milhões de euros. Se se considerar apenas a componente cash, este efeito é de cerca de 8 milhões de euros, o que contrasta com os 1,2 milhões de euros registados em 2010. A manutenção em níveis historicamente baixos das taxas de juro de curto prazo do euro, taxas de referência para grande parte das pernas receptoras dos swaps, foi compensada pela liquidação antecipada de

quatro operações de swap ao longo do ano e que permitiram um encaixe de cerca de 23 milhões de euros. De referir ainda, a relativa estabilidade do justo valor da carteira de derivados traduzida pelas reduzidas variações do seu justo valor. Face ao valor nominal da carteira estas variações representavam - 0.2% em 2011 e 0.5% em 2010.

Refira-se ainda o encaixe de 7.2 milhões de euros resultantes da distribuição de dividendos da participada REFER Telecom e de reservas livres da participada FERBRITAS.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para o período compreendido entre 2007-2011:

Taxa média anual de financiamento

	2011	2010	2009	2008	2007
Taxa média sem Hedging	4,165%	3,385%	3,525%	4,836%	4,427%
MLP	3,807%	3,542%	3,682%	4,790%	4,399%
CP ^(*)	4,991%	2,580%	2,668%	5,029%	4,800%
Taxa média com Hedging	4,143%	3,469%	3,330%	4,234%	4,095%
MLP	3,775%	3,644%	3,451%	4,042%	4,043%
CP ^(*)	4,991%	2,580%	2,668%	5,029%	4,800%
Média Euribor 6 meses	1,638%	1,084%	1,429%	4,727%	4,352%

(*) inclui os encargos financeiros com os empréstimos do Estado português

Como se pode observar, o incremento na taxa média de financiamento foi significativo de 2010 para 2011. Este movimento não foi mais acentuado porque cerca de 75% do total de reembolsos de dívida, refinanciados pelos empréstimos do Estado, ocorreu apenas entre setembro e dezembro, onerando menos a fatura anual de encargos financeiros.

Por último, destaca-se a evolução da notação de rating de longo prazo atribuída à REFER pelas agências internacionais Moody's e Standard & Poor's (S&P). Estas agências acompanharam de forma contínua a posição de liquidez da REFER e a capacidade de suporte extraordinário por parte do Estado à empresa tendo, entre outros factores, contribuído para as alterações verificadas que abaixo se detalham e que espelharam, na maior parte das vezes, os movimentos ocorridos no rating de longo prazo da República portuguesa.

De realçar que no dia 4 de março, a S&P colocou o rating de longo prazo da REFER na categoria de non-investment grade e no dia 6 de abril, a Moody's efectuou o mesmo movimento.

As emissões obrigacionistas que beneficiam de aval do Estado português mantiveram o seu rating ligado ao da República portuguesa.

Rating REFER

REFER EPE	Moody's			S & P		
	Emissões Garantidas	Emissões não Garantidas	Outlook	Emissões Garantidas	Emissões não Garantidas	Outlook
	Rating	Rating		Rating	Rating	
03-Dez-10				A-	BBB	Watch negative
22-Dez-10	A1	A1	Review for downgrade			
04-Mar-11				A-	BB	Watch negative
18-Mar-11	A3	Baa2	Negative			
31-Mar-11				BBB-	B+	Watch negative
06-Abr-11	Baa1	Ba2	Review for downgrade			
06-Jul-11	Ba2	B1	Negative			
08-Ago-11				BBB-	B-	Developing
07-Set-11	Ba2	B2	Negative			
08-Dez-11				BBB-	B-	Watch negative
20-Jan-12				BB	CCC+	Negative
16-Fev-12	Ba3	B2	Negative			

Perspetivas de Futuro

Na sequência das orientações emanadas do Plano de Estabilidade e Crescimento, a REFER reduziu o seu plano de investimentos, para 2012, em cerca de 70%. No mesmo sentido, e face ao trabalho realizado ao longo dos anos de 2010 e 2011, será possível a continuação da redução de gastos operacionais em cerca de 21 %, reduzindo o deficit de exploração em cerca de 83%,

Contudo, e apesar das substanciais reduções quer do plano de investimentos quer dos custos operacionais, prevê-se que, face aos valores inscritos em OE ao nível do Capítulo 50º do OE e das Indemnizações Compensatórias, que a empresa continue a necessitar recorrer ao crédito em montantes muito significativos, o que torna crucial o papel do Estado enquanto acionista único da REFER, no sentido de assegurar as condições financeiras que permitam a continuação da prestação do serviço público de disponibilização da Rede Ferroviária Nacional.

Não podemos deixar de salientar o apoio que sempre recebemos das Tutelas, a dedicação e empenho dos colaboradores e o apoio das demais entidades que colaboraram com a empresa ao longo do ano de 2011, condições que consideramos essenciais para a construção de um futuro para a REFER.

Aplicação de Resultados

Nos termos previstos no nº 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REFER e que, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício – défice de 162 072 948 euros – seja transferido para a conta de Resultados Acumulados.

Lisboa, 31 de maio de 2012

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal Dr. Romeu Costa Reis

Vogal Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal Eng.º Carlos Alberto Fernandes

PARTE II
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2011.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 430.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Declaração de Cumprimento	5
Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2011	6
Demonstrações do Rendimento Integral	8
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas às Demonstrações Financeiras	11
1. Atividade económica da REFER	11
1.1 Missões da REFER	11
1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER	12
2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas	14
2.1 Bases de apresentação	14
2.1.1 Alterações de políticas contabilísticas e reexpressões	15
2.2 Políticas contabilísticas	17
2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras	32
3. Políticas de gestão de risco financeiro	33
4. Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração	39
4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber	40
4.1.1 Ativos concessionados (ILD's)	40
4.1.2 Subsídios	41
4.1.3 Rentabilização de ativos	42
4.1.4 Juros Debitados	42
4.1.5 Imparidades	43
4.2 Inventários	43
4.3 Clientes e outras contas a receber	43
4.4 Empréstimos Obtidos	44
4.5 Fornecedores e outras contas a pagar	48
5. Atividade de Gestão da Infraestrutura	48
5.1 Ativos Fixos Tangíveis	48
5.2 Ativos Intangíveis	51
5.3 Investimentos em Subsidiárias	52
5.4 Investimentos em Associadas	53
5.5 Categorias de acordo com a IAS 39	55
5.6 Ativos financeiros disponíveis para venda	57
5.7 Empréstimos e contas a receber	58
5.8 Inventários	59

5.9	Instrumentos Financeiros Derivados	59
5.10	Clientes e Outras Contas a Receber	60
5.11	Caixa e Equivalentes a Caixa	63
5.12	Empréstimos Obtidos	63
5.12.1	Dívidas a Instituições de Crédito	63
5.12.2	Termos e prazos de reembolso dos empréstimos.....	64
5.13	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	65
5.14	Provisões.....	67
5.15	Impostos sobre o rendimento.....	67
5.16	Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração.....	68
5.16.1	Prestações de Serviços.....	68
5.16.2	Subsídios à Exploração.....	69
5.17	Fornecimentos e Serviços Externos.....	69
5.18	Gastos com Pessoal	71
5.19	Imparidades	72
5.20	Outros Gastos	73
5.21	Outros Rendimentos.....	74
5.22	Perdas e Ganhos Financeiros.....	75
5.23	Ganhos e Perdas em Subsidiárias e Associadas	76
5.24	Imposto sobre o Rendimento do Exercício.....	77
5.24.1	Impostos diferidos ativos e passivos	77
5.24.2	Imposto sobre o rendimento do exercício	77
6.	Demonstração dos resultados internos efetuados para a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração.....	78
7.	Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais.....	78
8.	Divulgações com partes relacionadas.....	80
8.1	Resumo das entidades relacionadas	80
8.2	Saldos e transações com empresas subsidiárias.....	81
8.3	Saldos e transações com empresas associadas.....	83
8.4	Saldos e transações com outras entidades relacionadas	84
8.5	Saldos e faturação emitida com entidades públicas.....	85
9.	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas.....	85
10.	Compromissos de investimento.....	89
11.	Garantias e avales.....	90
12.	Contingências	90
13.	Eventos subsequentes.....	91

Declaração de Cumprimento

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2011 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte.”

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal Dr. Romeu Costa Reis

Vogal Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal Eng.º Carlos Alberto Fernandes

Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2011

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

a 31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2011	2010 (Reexpresso)	1-Jan-10 (Reexpresso)
Ativos				
Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária		214 931 690	183 269 342	191 945 013
Não correntes				
Ativos fixos tangíveis	5.1.	37 858 141	40 205 657	42 250 040
Ativos intangíveis	5.2.	1944 664	2 258 601	3 141 735
Investimentos em subsidiárias	5.3.	15 972 554	15 371 043	19 286 631
Investimentos em associadas	5.4.	0	0	1000 000
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.6.	31875	31875	31875
Empréstimos e contas a receber	5.7.	0	0	2 497 861
		55 807 234	57 867 176	68 208 143
Correntes				
Instrumentos financeiros derivados	5.9.	15 399 540	29 949 075	26 947 070
Inventários	5.8.	14 277 532	14 492 397	14 418 050
Clientes e outras contas a receber	5.10.	117 818 020	77 726 398	80 272 077
Impostos sobre o rendimento a receber	5.15.	700 000	3 070 977	1463 884
Caixa e equivalentes de caixa	5.11.	10 929 364	163 319	635 789
		159 124 456	125 402 166	123 736 870
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.	4 853 055 343	4 470 785 057	4 110 727 486
Correntes				
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 828 333 834	4 424 558 234	4 059 554 636
Inventários	4.2	15 924 857	30 574 300	27 880 116
Clientes e outras contas a receber	4.3	8 796 652	15 652 522	23 292 734
		4 853 055 343	4 470 785 057	4 110 727 486
Total do ativo		5 067 987 033	4 654 054 399	4 302 672 499
Capital próprio				
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital				
Capital		430 200 000	305 200 000	305 200 000
Resultados acumulados		-2 060 270 975	-1909 852 799	-1789 324 203
		-1630 070 975	-1604 652 799	-1484 124 203
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital		- 162 072 948	- 150 418 176	- 120 528 596
Total do capital próprio		-1 792 143 923	-1 755 070 975	-1 604 652 799
Passivos				
Atividade de Gestão da Infraestrutura ferroviária		1 892 817 049	1 813 556 520	1 706 170 907
Não correntes				
Empréstimos obtidos	5.12.	1569 094 901	1094 282 418	1093 660 099
Provisões	5.14.	12 070 326	15 377 091	11702 371
		1581 165 226	1109 659 508	1105 362 470
Correntes				
Empréstimos obtidos	5.12.	142 651 608	501949 305	380 830 968
Instrumentos financeiros derivados	5.9.	78 943 804	89 282 049	99 504 050
Fornecedores e outras contas a pagar	5.13.	89 749 470	12 665 658	120 473 420
Imposto sobre o rendimento a pagar	5.15.	306 941	0	0
		311651823	703 897 012	600 808 437
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	4.	4 967 313 907	4 595 568 854	4 201 154 391
Não correntes				
Empréstimos obtidos	4.4	4 565 956 695	3 239 387 766	3 593 110 614
		4 565 956 695	3 239 387 766	3 593 110 614
Correntes				
Empréstimos obtidos	4.4	262 377 139	1185 170 468	466 444 022
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	138 980 073	171010 620	141599 755
		401357 212	1356 181088	608 043 777
Total do passivo		6 860 130 956	6 409 125 374	5 907 325 298
Total do capital próprio e passivo		5 067 987 033	4 654 054 399	4 302 672 499

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

31 de maio de 2012

O Conselho de Administração

Diretor Financeiro

Dr. Alberto Manuel Diogo

Presidente

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Dr. Romeu Costa Reis

Vogal

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal

Eng.º Carlos Alberto Fernandes

Demonstrações do Rendimento Integral a 31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2011	2010 (Reexpresso)
Prestações de serviços	5.16.1.	130 731 415	136 968 780
Subsídios à exploração	5.16.2.	36 000 000	35 850 553
Custo do consumo de materiais		- 34 947 875	- 38 834 239
Fornecimentos e serviços externos	5.17.	- 98 249 757	- 123 921 181
Gastos com pessoal	5.18.	- 124 673 646	- 117 038 518
Depreciações e amortizações do exercício	5.1/5.2.	- 3 617 424	- 4 415 667
Provisões	5.14.	- 667 628	- 3 674 720
Imparidades	5.19.	- 4 566 144	- 5 316 860
Outros gastos	5.20.	- 4 112 678	- 2 267 250
Outros rendimentos	5.21.	14 671 314	13 957 008
Resultado Operacional		- 89 432 422	- 108 692 093
Perdas financeiras	5.22.	- 310 610 450	- 268 822 247
Ganhos financeiros	5.22.	230 769 550	231 300 905
Ganhos/(Perdas) em subsidiárias e associadas	5.23.	7 587 231	- 3 915 588
Resultados antes de impostos		- 161 686 092	- 150 129 023
Imposto do exercício	5.24.2.	- 386 857	- 289 154
Resultado líquido do exercício		- 162 072 948	- 150 418 176

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras

31 de maio de 2012

O Conselho de Administração

Diretor Financeiro

Dr. Alberto Manuel Diogo

Presidente

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal

Dr. Romeu Costa Reis

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal

Eng.º Carlos Alberto Fernandes

NOTA:

Não são apresentados os resultados por ação, uma vez que a REFER se encontra excluída do âmbito do IAS 33, por o seu capital social ter a forma jurídica de "Capital Estatutário", integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por ações ou qualquer outro tipo de títulos.

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

a 31 de dezembro de 2011

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

a 31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

	Capital Social	Resultados Acumulados	Resultado Integral	Total Capital Próprio
Saldos em 01 de janeiro de 2010	305 200 000	-1 604 652 799		-1 299 452 799
Reexpressões (Nota 2.1.1)		- 305 200 000		- 305 200 000
Saldos em 01 de janeiro de 2010 (Reexpresso)	305 200 000	-1 909 852 799	0	-1 604 652 799
Reexpressões (Nota 2.1.1)			3 915 588	3 915 588
Resultado integral de 2010			- 154 333 764	- 154 333 764
Saldos em 31 de dezembro de 2010	305 200 000	-1 909 852 799	- 150 418 176	-1 755 070 975
Aplicação do resultado integral		- 150 418 176	150 418 176	0
Aumento de capital (i)	125 000 000			125 000 000
Resultado integral de 2011			- 162 072 948	- 162 072 948
Saldos em 31 de dezembro de 2011	430 200 000	-2 060 270 975	- 162 072 948	-1 792 143 923

(i) De acordo com o disposto no despacho emanado pelos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, datado de 29 de dezembro de 2011, o capital estatutário da REFER foi objecto de aumento por conversão parcial do empréstimo concedido pelo Estado, em capital (Notas 4.6 e 5.12), no montante de 125 milhões de euros.

O Conselho de Administração

Diretor Financeiro

Dr. Alberto Manuel Diogo

Presidente

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal

Dr. Romeu Costa Reis

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal

Eng.º Carlos Alberto Fernandes

Demonstrações dos Fluxos de Caixa a 31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2011	2010
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		45 336 854	82 389 862
Pagamentos a fornecedores		- 159 102 530	- 131 729 223
Pagamentos ao pessoal		- 130 592 014	- 112 000 385
Fluxo gerado pelas operações		- 244 357 691	- 161 339 746
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à atividade operacional		54 179 908	55 964 843
Fluxo das atividades operacionais (1)		- 190 177 782	- 105 374 903
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		64 073 817	127 299 006
Dividendos	5.23	1 300 000	1 000 000
		65 373 817	128 299 006
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		257 960 187	328 148 380
		257 960 187	328 148 380
Fluxo das atividades de investimento (2)		- 192 586 371	- 199 849 374
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		999 603 484	810 052 436
Juros		85 050 191	91 639 304
		1 084 653 674	901 691 740
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		370 008 851	316 977 734
Juros e custos similares		321 114 624	279 962 199
		691 123 475	596 939 933
Fluxo das atividades de financiamento (3)		393 530 199	304 751 807
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)		10 766 046	- 472 470
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	5.11	10 929 364	163 319
Caixa e seus equivalentes no início do período			
	5.11	163 319	635 789
Varição de caixa e seus equivalentes		10 766 046	- 472 470

Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

1. Atividade económica da REFER

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, *E.P.E.*, adiante designada por REFER, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela do Ministério das Finanças e Administração Pública e Ministério da Economia e Emprego, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de abril.

A REFER tem como atividade principal a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infraestruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

1.1 Missões da REFER

A atividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD's) e a Gestão de Infraestrutura (GI).

Investimentos Longa Duração (ILD'S)

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infraestruturas e / ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação;
- Substituição que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração.

A contratação do financiamento necessário para os investimentos efetuados, conforme descrito supra, é efetuada pela REFER e reveste a forma de obtenção de crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores, prestações do acionista e obtenção de subsídios.

Investimentos em estruturas de apoio e de gestão (EAG) - Gestão de Infraestruturas

Engloba o conjunto de investimentos de funcionamento (ex. mobiliário e informática), sem implicações nas concessões e exploração ferroviária.

A missão GI corresponde à prestação de um serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER

Regulação tarifária

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infraestrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de junho, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infraestrutura, para financiamento da sua atividade de gestão da infraestrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 21/2005, de 3 de fevereiro, do IMTT.

No âmbito da sua atividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Diretório da Rede.

Tarifas respeitantes aos serviços essenciais

a) Tarifas base

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infraestrutura, compreendem:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infraestruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia elétrica de tração;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

b) Tarifação da capacidade pedida e não utilizada

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada antes da entrada em vigor do horário técnico para o ano a que respeita a repartição de capacidade;
- 25% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até 12 semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 50% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até seis semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 75% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até duas semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada menos de duas semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida.

Tarifas respeitantes aos serviços adicionais

a) Energia de tração

Considerando que o acesso à energia elétrica de tração que os Operadores necessitam, apenas pode ser feito através de infraestruturas sob gestão da REFER, esta faculta aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, faturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

b) Manobras

Os serviços de manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efetivos, podendo corresponder a 3 categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação.

c) Estacionamento de material circulante

O estacionamento em linhas de estações não afetas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a 1 hora.

d) Utilização de estações e apeadeiros

Pelo direito de utilização das áreas das estações e apeadeiros afetas ao apoio aos passageiros e não incluídas nos serviços essenciais, serão cobradas tarifas, pela REFER, às empresas de transporte ferroviário.

A tarifa deste serviço encontra-se definida por estação e é aplicada ao número de paragens comerciais do serviço de passageiros efetuadas nessa estação.

Tarifas respeitantes aos serviços auxiliares

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são faturados em função dos meios humanos mobilizados.

Outras tarifas

O Diretório da Rede, a Regulamentação Ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, constituindo as demonstrações financeiras separadas da empresa.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de maio de 2012, que deliberou submete-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em euros (€), sem arredondamentos, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras da REFER foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2011.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respetivo valor de mercado, exceto aqueles para os quais o justo valor não é possível de determinar.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 2.3.

2.1.1 Alterações de políticas contabilísticas e reexpressões

As contas separadas da REFER foram objeto de duas reexpressões neste exercício, motivadas pelas situações descritas de seguida:

1. **Reexpressões ocorridas nas contas REFER PATRIMÓNIO** - As contas separadas de 2010 da REFER PATRIMÓNIO, foram objeto de reexpressão no corrente exercício. As reexpressões em causa, influíram nas suas Demonstrações financeiras como se mostra:

Unidade de medida: euro

REFER PATRIMÓNIO	Ativo	Passivo	Situação líquida			Rendimento do período
			Outras rubricas	Resultado integral	Total	
31 de dezembro de 2010	17 465 084	2 302 526	15 001 943	160 616	15 162 558	4 004 912
Reexpressões efetuadas	83 354	- 3 917 450	- 6 094	4 006 898	4 000 805	- 2 89 500
31 de dezembro de 2010 (Reexpresso)	17 381 730	6 219 976	15 008 036	- 3 846 283	11 161 754	6 824 412

Em consonância com esses acontecimentos, a REFER, reexpressou as suas contas, de forma a reduzir o valor da participação financeira da REFER PATRIMÓNIO, face à desvalorização ocorrida na situação líquida da REFER PATRIMÓNIO, no montante de 3.915.588 euros tendo por contrapartida a rubrica de Ganhos / (Perdas) em Subsidiárias e associadas (Nota 5.23).

2. **Alteração de política contabilística relativa à missão de Atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (ILD's)** - Em 2011 a REFER dirigiu à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pedido de informação vinculativa, sobre o enquadramento fiscal da Atividade de Investimentos de Longa Duração (AILD), de forma a validar o tratamento dos ajustamentos fiscais de transição, decorrentes do regime transitório estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de

julho. Na sequência deste pedido, entendeu a AT dirigir à CMVM pedido de esclarecimento sobre o tratamento dado pela REFER a esta atividade.

Já em 2012, veio a CMVM pronunciar-se que o tratamento da AILD, traduzido pela exploração concedida pelo Estado Português à REFER das infraestruturas ferroviárias de domínio público ferroviário, deveria ser tratada ao abrigo da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços, pese embora o fato de não existir contrato de concessão formal, equiparando desta forma a REFER, EPE a entidade privada, apesar de ser detida a 100% pelo Estado Português.

Este parecer, que acolheu o acordo do ROC, implicou alteração substancial no relato das contas da empresa.

Face a esta alteração, a Demonstração da Posição Financeira passou a evidenciar os ativos e os passivos afetos a cada uma das atividades (de investimento de longa duração e de gestão da infraestrutura), de acordo com a IAS 1 – apresentação de Demonstrações Financeiras.

Ao nível da Demonstração do Rendimento Integral manteve-se a estrutura mas ocorreram impactos significativos nas respetivas rubricas dado que até agora, os ILD eram valorizados de acordo com a IAS16, IAS20 e IAS23, o que implicava que os custos incorridos com os mesmos eram imputados diretamente à AILD; com a aplicação da IFRIC 12, passou a existir um ativo financeiro de onde eventuais custos incorridos com esta atividade passam a ser suportados pela REFER sendo debitados ao concedente. Do exposto se conclui que, apesar de aumentar significativamente a grandeza dos valores reportados, o resultado não sofrerá alterações, uma vez que o aumento dos custos suportados é acompanhado pelo rédito debitado ao concedente (Nota 5.16.1).

Face ao exposto, as Demonstrações Financeiras apresentadas neste exercício foram efetuados tendo como pressuposto que as mesmas devem ser reexpressas retroativamente de acordo com a IAS 8 (§30 da IFRIC 12).

De seguida apresentam-se os impactos relativos às situações atrás descritas no período decorrente de 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010.

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Reconciliação da Demonstração da Posição Financeira	Ativo LD	Ativos não correntes	Ativos correntes	Capitais Próprios	Passivos não correntes	Passivos correntes
Saldo 31 de dezembro de 2010	1 074 119 628	61 782 764	130 269 244	-1 445 955 387	1 109 659 508	1 602 467 514
Investimentos em subsidiárias		- 3 915 588		- 3 915 588		
Saldo 31 de dezembro de 2010 após reexpressão (1)	1 074 119 628	57 867 176	130 269 244	-1 449 870 975	1 109 659 508	1 602 467 514
Ativos concessionados	- 7 970 510 942		7 970 510 942			
Subsídios	3 836 244 749		- 3 836 244 749			
Rentabilização de ativos	3 088 956		- 3 088 956			
Juros debitados	- 598 580 997		598 580 997			
Imparidade			- 305 200 000	- 305 200 000		
Concedente - Estado - Conta a receber	- 4 729 758 234	0	4 424 558 234	- 305 200 000	0	0
Empréstimos	3 598 296 792				2 413 126 324	1 185 170 468
Inventários	- 30 574 300		30 574 300			
Fornecedores e contas a pagar	102 237 005				102 237 005	
Clientes e contas a receber	- 14 320 890		14 320 890			
Outros ajustamentos			- 3 535 445		724 024 437	- 727 559 882
Saldo a 31 de dezembro após reexpressão (1) +(2)	0	57 867 176	4 596 187 223	-1 755 070 975	4 349 047 274	2 060 078 100
Atividade de Gestão de Infraestrutura		57 867 176	125 402 166		1 109 659 508	703 897 012
Atividade em Investimento de Infraestrutura de Longa Duração		0	4 470 785 057		3 239 387 766	1 356 181 088

01 de janeiro de 2010

Unidade de medida: euro

Reconciliação da Demonstração da Posição Financeira	Ativo LD	Ativos não correntes	Ativos correntes	Capitais Próprios	Passivos não correntes	Passivos correntes
Saldo 01 de janeiro de 2010	429 777 031	68 208 143	128 923 048	-1 299 452 799	1 106 660 101	819 700 919
Ativos concessionados	- 7 573 451 688		7 573 451 688			
Subsídios	3 709 259 872		- 3 709 259 872			
Rentabilização de ativos	3 088 956		- 3 088 956			
Juros debitados	- 503 651 777		503 651 777			
Imparidade			- 305 200 000	- 305 200 000		
Concedente - Estado - Conta a receber	- 4 364 754 636	0	4 059 554 636	- 305 200 000	0	0
Empréstimos	3 897 670 526				3 543 628 578	354 041 948
Inventários	- 27 880 116		27 880 116			
Fornecedores e contas a pagar	88 305 715				88 305 715	
Clientes e contas a receber	- 23 118 520		23 118 520			
Outros ajustamentos			- 5 011 964		- 40 121 310	35 109 347
Saldo a 01 de janeiro após reexpressão (1) +(2)	0	68 208 143	4 234 464 357	-1 604 652 799	4 698 473 084	1 208 852 214
Atividade de Gestão de Infraestrutura		68 208 143	123 736 870		1 105 362 470	600 808 437
Atividade em Investimento de Infraestrutura de Longa Duração		0	4 110 727 486		3 593 110 614	608 043 777

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

De acordo com os conceitos previstos pela IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, empresas subsidiárias são as empresas controladas pela REFER.

Existe **controle** quando a REFER detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a empresa detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objetivo de usufruir benefícios resultantes da sua atividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

A aquisição de subsidiárias é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

b) Participações financeiras em empresas associadas

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas, empresas associadas são as empresas onde se exerça uma **influência significativa** sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle.

Presume-se que existe influência significativa quando a entidade detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

A aquisição de associadas é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

c) Atividade em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILDs) – Acordos de Concessão de Serviços – IFRIC 12

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi alocada à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “agente” nesta atividade, sem que no entanto exista contrato formal de concessão entre o Estado e a REFER. Adicionalmente, e por a REFER ser detida a 100% pelo Estado, foi entendimento consensual até 2010, inclusive, que a IFRIC 12 não se aplicava no tratamento desta atividade, pela falta de existência de contrato de concessão e por se considerar que não se tratava dum acordo entre uma entidade privada e o Estado. Esta política foi alterada em 2011 de acordo com o exposto na alínea b) da nota 2.1.1.

Para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade em Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a REFER (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), sendo essa atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de “Concessionário” nesta atividade.

A IFRIC 12 – Acordos de Concessão de serviços foi emitida pelo IASB em Novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2008. A sua adoção na União Europeia ocorreu em 25 de março de 2009, ficando estabelecida a obrigatoriedade à sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito a concessão existente na REFER encontra-se incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- I. A REFER é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu acionista ser o Estado, a mesma está constituída por um regime societário típico e dispõe de independência

patrimonial face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo como seu §4;

- II. O decreto-lei que constitui a REFER, em substância pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela REFER, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes do domínio público ferroviário nacional, definindo igualmente a quem são prestados os serviços e a que preço;
- III. O Estado, através da propriedade, controla as Infraestruturas, pois pertencem ao domínio público do Estado, cedendo este à REFER o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- I. Modelo do ativo intangível – Quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da Infraestrutura;
- II. Modelo do ativo financeiro – Quando operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deve registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade dispõe, de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser em geral, legalmente vinculativo.
- III. Modelo “misto” – Este modelo, previsto no § 18 da IFRIC 12, aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Face à tipologia dos modelos apresentados, julgamos que o modelo mais ajustado à REFER é o modelo do Ativo financeiro, pois de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os custos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a REFER um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em IRLD's. Direito esse conferido quer pelo art.º11 da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo DL 141/2008, de 22 julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes (PET) que enfatizam entre outros que “a construção de novas linhas e ramais ferroviários requer prévia aprovação do Ministro das Finanças e do ministro da tutela” e que o investimento necessário à construção de infraestrutura ferroviária, enquanto bens do domínio público é da responsabilidade do Estado.

No que respeita ao Ativo Financeiro, resultante da aplicação desta norma, o mesmo foi enquadrado de acordo com a IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal, a REFER assumiu algumas premissas para determinação do valor da concessão, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do sistema de Transportes Terrestres Conservação e Vigilância da infraestrutura – Lei 10/90 - que legisla no nº 3 do artigo 11 a compensação devida pelo estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo.
- Nos estatutos da REFER, E.P.E., nº 4 artigo 15º, que determina que “o valor dos bens patrimoniais adquiridos pela empresa, a título oneroso, e que sejam afetados ao domínio público, bem como os valores das benfeitorias realizadas pela empresa em bens de domínio público que lhe estejam afetos ou por ela sejam administrados, deve ser reposto caso a empresa seja privada da sua administração ou exploração”
- No Plano Estratégico dos Transportes (RCM 45/2011):
 - O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do sector empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nos seus balanços— através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado.

Assim, aproveitando a aparente ausência de encargos para o Orçamento do Estado e as facilidades oferecidas pelo sistema financeiro ao contínuo aumento de endividamento do setor empresarial do Estado, as políticas e decisões de investimentos conduzidas nos últimos anos, não tiveram em devida conta o princípio basilar da limitação dos recursos públicos disponibilizados pelos contribuintes, tendo sido realizado um largo conjunto de investimentos sem a devida cabimentação do Orçamento do Estado (...)

- A dívida histórica das empresas do SEE de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (...)
- Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação.

Assim, os valores suportados com os ILD's assumem a forma de “conta a receber” imputada à entidade “estado concedente”, sendo reconhecida inicialmente ao justo valor.

Como não existe maturidade definida, por falta do contrato de concessão, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente a

partir dessa data considera-se que é devido ao concessionário (REFER) juros de mora de acordo com a legislação legal em vigor. A forma de cálculo destes juros, como e mais uma vez não está definido com o concedente, é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.

Infraestruturas de longa duração ("ILD's")

Os ativos concessionados, designados por Infraestruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efetuar a prestação dos serviços de "Gestão de infraestruturas". Desta forma, encontram-se registados na rubrica da demonstração da posição financeira "Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração", por não se qualificarem como ativos controlados por esta entidade. Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP, englobam igualmente o património dos Gabinetes extintos e património transferido daquela empresa.

O **registo inicial** deste ativo foi efetuado ao custo. Este ativo aumenta pelo valor dos investimentos de longa duração ou melhorias que aumentem a sua vida útil e diminui pela desafetação de bens domínio publico ferroviários, após obtenção da respetiva autorização da Tutela.

d) Ativos Fixos Tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas

Os ativos fixos tangíveis registados na demonstração da posição financeira da REFER, referem-se a equipamentos utilizados pela REFER, no âmbito da atividade de GI, e não afetos à atividade de investimento em Infraestruturas de Longa Duração. O seu **reconhecimento inicial** é pelo custo.

Após o reconhecimento inicial, a REFER adotou o modelo do custo permitido pela IAS 16, e os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, as taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

Designação	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2 - 100
Equipamento básico	3,33 - 100
Equipamento de transporte	4 - 100
Ferramentas e utensílios	12,5 - 100
Equipamento administrativo	12,5 - 100
Outros ativos em curso	12,5 - 100

As vidas úteis dos ativos são revistas no final de cada exercício, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos.

Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais, depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira são classificados como ativos fixos tangíveis, em conformidade com a IAS 17 - Locações.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis da mesma natureza.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respetivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

A REFER, à data a que se reporta este Anexo, detém 3 viaturas adquiridas através de contratos de locação financeira (ver nota 5.1.).

Contratos de locação operacional

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de ativos fixos tangíveis.

As rendas são registadas como gastos nos respetivos períodos durante o prazo de locação (ver nota 5.17.).

e) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis reconhecidos na demonstração da posição financeira, referem-se essencialmente a programas informáticos.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

f) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são **reconhecidos** na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de

gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como "derivados detidos para negociação", sendo considerados correntes, e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração do Rendimento Integral do período em que ocorrem.

A 31 de dezembro de 2011 a REFER não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

g) Ativos financeiros

A REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("trade date"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu **reconhecimento inicial**, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são **mensurados** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por **imparidade** são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são **inicialmente** reconhecidos ao seu justo valor, sendo **subsequentemente** valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por **imparidade** quando existem indicadores de que a REFER não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- A REFER tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

h) Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor a REFER inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 e utilizado pela REFER.

i) Imparidade de Ativos

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao menor entre o valor de uso e o justo valor menos custo de vender, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

j) Inventários

As mercadorias, bem como as matérias subsidiárias e de consumo, encontram-se mensurados ao mais baixo entre o custo de aquisição ou de produção e o valor realizável líquido.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são mensurados ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais adquiridos com o fim específico e único de aplicação da Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica "Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração" (ver nota 2.2 alínea c)).

k) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

l) Passivos financeiros

Passivos financeiros representam obrigações contratuais de pagar, através da entrega de ativos financeiros, independentemente da sua forma legal. São **inicialmente** registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transação incorridos, e **subsequentemente** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

m) Empréstimos obtidos não correntes

A Empresa reconhece os empréstimos obtidos não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros; estes passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e (ii) subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A REFER detém empréstimos obtidos não correntes, sob a forma de bilaterais e obrigações para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração (ILD) e a atividade de Gestão de Infraestrutura. Os empréstimos que financiam a atividade de Investimento em ILD são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica "Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração" (Nota 2.2 alínea c)).

n) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da atividade operacional da Empresa. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de ativos da atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração, encontram-se registados na demonstração da posição financeira na rubrica correspondente (Nota 2.2 alínea c)).

o) Imparidades e provisões

São reconhecidas imparidades quando se verificam perdas no valor dos ativos registados na demonstração da posição financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para pagar a obrigação.

A REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer ex-fluxos monetários da empresa (ver nota 5.14.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

p) Reconhecimento do rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As

diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes créditos são registadas nas rubricas de outras contas a receber.

O crédito na REFER compreende as tarifas pela utilização de canais, a energia de tração, as manobras, a utilização de estações e apeadeiros, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços (conforme descrito na nota 1.2.).

a) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração do rendimento integral exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas diretamente reconhecidos em capitais próprios caso em que é também reconhecido diretamente em capitais próprios.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais em vigor à data do relato financeiro.

A REFER não tem registado nas suas demonstrações financeiras impostos diferidos ativos ou passivos porque não existem situações que originem impostos diferidos passivos e em relação a impostos diferidos ativos, as perdas fiscais acumuladas da REFER assim como a previsão de resultado dos próximos anos, não fazem prever que destas situações resulte imposto efetivo a liquidar.

r) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	2011	2010
Francos Suíços (CHF)	1,22	1,25
Coroa Sueca (SEK)	8,91	8,97

s) Subsídios

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são **inicialmente** reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo **subsequentemente** amortizados na proporção da depreciação dos ativos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica de "Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração " (ver nota 2.2 alínea c)), porque sendo atribuídos no âmbito da atividade concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas, sendo deduzidos ao valor a receber do concedente.

t) Informação por segmentos

Segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma atividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira discreta.

A REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

Uma entidade deve relatar separadamente as informações sobre cada segmento operacional identificado, que resulte da agregação de dois ou mais segmentos com características económicas semelhantes, ou que supere os patamares quantitativos previstos na IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

A principal atividade da REFER é a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional. No desenvolvimento da sua atividade a REFER tem a necessidade de recorrer a serviços complementares; porém os riscos e retornos a eles associados estão diretamente ligados à prossecução daquela prestação

Pelo exposto, à data de 31 de dezembro de 2011, apenas foi identificado um segmento operacional. Os clientes da REFER integram na totalidade este segmento, e toda a atividade se desenvolve no território nacional.

u) Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas, adotada antecipadamente pela REFER em 2010, veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a REFER, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controle comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A REFER divulga na nota 8, os saldos e transações que, à data de 31 de dezembro de 2011, tem com as entidades relacionadas, sobre as quais tem controle ou influência significativa. Relativamente às entidades públicas, e com as quais a REFER celebrou protocolos diretamente relacionados com a Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração, a empresa adotou a exceção permitida pela norma, de divulgar apenas as transações mais significativas (ver nota 8.5.).

2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (para swaps plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para swaps exóticos). Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por Imparidade de Devedores

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e conseqüentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimento de rendimentos/gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração do rendimento integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

Provisões para processos judiciais em curso

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer ex-fluxos económicos da empresa. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade, e registada uma provisão (ver nota 5.14).

3. Políticas de gestão de risco financeiro

Riscos Financeiros

A atividade da REFER está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

A gestão do risco é conduzida pela Direção de Coordenação de Economia e Finanças com base em princípios definidos pelo Conselho de Administração.

A Direção de Coordenação de Economia e Finanças identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como a utilização de instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro, o aumento ou diminuição de linhas de curto prazo e a contratação de operações de médio e longo prazo para cobrir o risco de liquidez, entre outras.

Gestão do risco de câmbio

A REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua atividade.

Gestão do risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP Carga. O risco de crédito resultante da atividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com exceção da travessia da Ponte 25 de Abril. No final de 2011, a CP tinha em atraso o pagamento da taxa de uso referente aos meses de maio a outubro de 2011, para além de outros valores conciliados e com prazo de pagamento ultrapassado. Apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade, dado tratar-se igualmente duma E.P.E. com capital detido a 100% pelo Estado Português. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a REFER detém uma exposição ao sector bancário nacional e internacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem e operações de instrumentos financeiros derivados contratadas. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com os bancos.

A tabela seguinte apresenta um resumo a 31 de dezembro de 2011 e dezembro de 2010 da qualidade de crédito dos depósitos e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo:

Instituições financeiras

Unidade de medida: euro

Rating	2011	2010
>=AA-	7 651 626	7 727 973
>=A-	15 453 887	22 370 878
< A-	203 605	1 157
Sem rating	3 005 727	674
	26 314 845	30 100 683

Nota : Não inclui caixa

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

Gestão do risco de liquidez

Este tipo de risco nasce ligado à capacidade de refinanciamento das responsabilidades assumidas em operações financeiras, quer perante os bancos, quer perante o mercado de capitais. Este risco é medido pela liquidez à disposição da empresa para fazer face aos reembolsos de dívida previstos.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de atuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Como exemplo de uma das medidas para mitigação deste risco, a REFER tinha contratada uma linha de back up no montante de 500 milhões de euros que foi integralmente utilizada em 2011 dada a ausência de alternativas de financiamento

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras para fazer face à gestão corrente. Até 2010 a REFER tinha à disposição um conjunto de linhas de curto prazo, que lhe permitiram financiar a sua atividade e fazer face aos reembolsos de dívida. Em 2011, essa realidade alterou-se, passando a ser o Estado o garante da liquidez da Empresa.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Emp. Obtidos			
- empréstimos para atividade Investimento	382 455 168	3 165 390 503	3 334 677 123
- outros empréstimos	45 250 000	757 000 000	606 250 000
- papel comercial	100 000 000		
- descobertos bancários	44 283 989		
- instrumentos financeiros derivados (gross outflows)	68 502 206	181 950 071	179 819 444
- instrumentos financeiros derivados (gross inflows)	- 58 968 912	- 172 947 288	- 187 190 000
	581 522 450	3 931 393 286	3 933 556 567
Fornecedores e contas a pagar (Nota 5.5)			
	188 014 042		
Aval	5 812 447	20 457 974	31 877 240
	775 348 939	3 951 851 261	3 965 433 807

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Emp. Obtidos			
- locações financeiras	35 041	56 909	0
- empréstimos para atividade Investimento	487 636 784	1 021 068 506	3 603 405 285
- outros empréstimos	45 250 000	781 000 000	627 500 000
- papel comercial	1 006 750 000	0	0
- descobertos bancários	320 837 288	0	0
- instrumentos financeiros derivados (gross outflows)	91 461 317	306 870 969	355 964 572
- instrumentos financeiros derivados (gross inflows)	- 85 124 814	- 305 234 731	- 366 238 500
	1 866 845 615	1 803 761 655	4 220 631 357
Fornecedores e contas a pagar (Nota 5.5)			
	237 792 615		
Aval	6 207 215	21 340 430	36 807 231
	2 110 845 445	1 825 102 085	4 257 438 588

Gestão do risco de taxa de juro

Desde 2003, a REFER gere ativamente a sua carteira de dívida utilizando instrumentos financeiros derivados para a cobertura de risco de taxa de juro. Todos os derivados contratados têm, no máximo, a mesma maturidade dos passivos subjacentes.

As contrapartes da REFER nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais e internacionais, de rating e credibilidade elevadas. As operações são enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a

movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

A opção pelo tipo de instrumento resulta de uma análise custo/benefício aplicada a cada caso. Para além do objetivo principal descrito acima, a REFER realiza ainda operações destinadas a reduzir o custo do financiamento a taxa fixa ou variável. Pontualmente, a empresa efetua reestruturações de posições tirando partido da evolução do mercado. Na gestão de carteira procura-se a diversificação como forma de manter um portfólio equilibrado e de volatilidade reduzida, adotando uma postura conservadora face aos riscos a assumir, quer em termos das características dos instrumentos, quer em termos dos indexantes. Esta estratégia determina a decisão da empresa de não classificar nenhum dos instrumentos derivados como de cobertura, na medida em que o impacto sobre resultados da parte da carteira não designável seria potencialmente mais desfavorável.

A partir de junho de 2011, estas operações só podem ser realizadas após a obtenção de autorização tutelar e parecer do IGCP, conforme despacho nº 896/2011-SETF de 9 de junho.

Teste sensibilidade à taxa de juro

A REFER utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro e volatilidade sobre o justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados. Esta análise é um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro já que, na prática, tanto as taxas de juro como a volatilidade, raramente se alteram "ceteris paribus" e existem ainda outras variáveis que influenciam o justo valor daquelas posições, como por exemplo, as correlações. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para cobrir o risco de taxa de juro associado a empréstimos de médio e longo prazo indexados a taxa de juro variável. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- ii. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para reduzir os encargos financeiros associados a empréstimos de médio e longo prazo a taxa fixa. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respetivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- iii. À data de 31 de dezembro de 2011, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- iv. Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros e/ou modelos de avaliação de opções utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte;

- v. Sob estes pressupostos, a 31 de dezembro de 2011, um aumento ou diminuição de 0.5% e 5% nas curvas de taxa de juro (do euro, libra esterlina ou coroa sueca) e na curva de volatilidade das mesmas moedas, respetivamente, resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados com consequente impacto direto nos resultados:

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	9 769 645	- 12 174 153	17 337 014	- 18 685 781
GBP	- 11 130 000	3 890 000	109 299	- 482 714
SEK	0	0	629	- 9 364

	Variação no justo valor de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	87 631 866	- 84 104 272

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 77 862 221	71 930 119	17 337 014	- 18 685 781
GBP	- 11 130 000	3 890 000	109 299	- 482 714
SEK	0	0	629	- 9 364

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	24 650 000	- 30 190 000	12 172 675	- 12 849 294
GBP	- 10 090 000	5 980 000	96 494	- 741 341
SEK	10 000	- 20 000	26 246	- 48 567

	Variação no justo valor de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	98 988 266	- 93 695 204

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 74 338 266	63 505 204	12 172 675	- 12 849 294
GBP	- 10 090 000	5 980 000	96 494	- 741341
SEK	10 000	- 20 000	26 246	- 48 567

Gestão do risco de capital

O objetivo da REFER em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após análise das necessidades financeiras para o investimento e para atividade operacional, as participações do Estado e os subsídios comunitários é, então, definido o plano de financiamento da REFER. Em 2011, a ausência de fontes de financiamento de mercado, levou o Estado a conceder à empresa um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 2.062 milhões de euros e a aumentar o capital estatutário para 430,2 milhões de euros permitindo desta forma assegurar a sustentabilidade económica da Empresa.

4. Atividade de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração

A decomposição da “Atividade de Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração” é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2011	2010
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração			
Ativo		4 853 055 343	4 470 785 057
Correntes		4 853 055 343	4 470 785 057
Concedente - Estado - Conta a Receber	4.1	4 828 333 834	4 424 558 234
Inventários	4.2	15 924 857	30 574 300
Clientes e outras contas a receber	4.3	8 796 652	15 652 522
Passivo		4 967 313 907	4 595 568 854
Não Correntes		4 565 956 695	3 239 387 766
Empréstimos obtidos	4.4	4 565 956 695	3 239 387 766
Correntes		401 357 212	1 356 181 088
Empréstimos obtidos	4.4	262 377 139	1 185 170 468
Fornecedores e outras contas a pagar	4.5	138 980 073	171 010 620

4.1 Concedente – Estado – Conta a Receber

O Ativo financeiro subjacente à concessão é composto pelas rubricas abaixo:

Unidade de medida: euro

Ativo financeiro de conta do estado	Notas	2011	2010
Ativos concessionados (ILD's)	4.11	8 309 550 022	7 970 510 942
Subsídios	4.12	-3 896 526 692	-3 836 244 749
Rentabilização de ativos	4.13	- 3 088 956	- 3 088 956
Juros Debitados	4.14	723 599 460	598 580 997
Imparidades	4.15	- 305 200 000	- 305 200 000
		4 828 333 834	4 424 558 234

4.1.1 Ativos concessionados (ILD's)

Os movimentos ocorridos durante o exercício resumem-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Ativos Concessionados (ILD'S)	Saldo Inicial	Transferências	Aumentos	Abates/Regul	Saldo Final
Ativos Concessionados (ILD's Ativos)					
Terrenos e Recursos Naturais	223 926 718	165 548			224 092 265
Edifícios e Outras Construções	4 912 272 951	881 820 073		- 233 675	5 793 859 349
Equipamento Básico	30 268 679				30 268 679
Ativos em Curso	2 796 604 907	- 880 321 882	340 343 797		2 256 626 823
Adiant. P/conta dos AC	7 579 068			- 1 659 880	5 919 188
	7 970 652 322	1 663 739	340 343 797	- 1 893 555	8 310 766 303
Ativos Concessionados (ILD's Desativados)					
Terrenos e Recursos Naturais	- 6 508 510	- 1096		- 8 520	- 6 518 126
Edifícios e Outras Construções	6 367 130	716		- 1 066 001	5 301 845
	- 1 41 380	- 380		- 1 074 521	- 1 216 281
Total dos Ativos Concessionados (ILD's)	7 970 510 942	1 663 359	340 343 797	- 2 968 076	8 309 550 022

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Ativos Concessionados (ILD'S)	Saldo Inicial	Transferências	Aumentos	Abates/Regul	Saldo Final
Ativos Concessionados (ILD's Ativos)					
Terrenos e Recursos Naturais	221570 137	2 747 920		- 391340	223 926 718
Edifícios e Outras Construções	4 685 657 334	226 297 066	374 680	- 56 130	4 912 272 951
Equipamento Básico	30 268 679				30 268 679
Ativos em Curso	2 624 431 610	- 229 127 049	401300 346		2 796 604 907
Adiant. P/conta dos AC	11573 396		844 925	- 4 839 253	7 579 068
	7 573 501 156	- 82 063	402 519 951	- 5 286 722	7 970 652 322
Ativos Concessionados (ILD's Desativados)					
Terrenos e Recursos Naturais	- 6 466 112			- 42 398	- 6 508 510
Edifícios e Outras Construções	6 416 644			- 49 514	6 367 130
	- 49 468			- 91 912	- 141 380
Total dos Ativos Concessionados (ILD's)	7 573 451 688	- 82 063	402 519 951	- 5 378 634	7 970 510 942

Ativos Concessionados (ILD's Desativados)

A rubrica dos ativos concessionados (ILD's Desativados) resulta da obrigação, publicada em despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, de deduzir os proventos da alienação de ativos desafetos do domínio público aos valores a haver do concedente.

A variação ocorrida em 2011, resulta das alienações do bairro ferroviário em Viana do Castelo e um edifício em Godim.

4.1.2 Subsídios

Os movimentos ocorridos em **subsídios** foram os seguintes:

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
PIDDAC	996 750 992	7 000 000		1003 750 992
Fundo de Coesão	1164 473 514	52 668 572		1217 142 085
DGTREN	317 13 831	815 026		32 528 857
FEDER-IOT	634 998 658	548 345		635 547 003
Alta Velocidade				
Poceirão-Caia	18 337 737			18 337 737
Lisboa - Poceirão	7 071 250		- 750 000	6 321 250
Sinalização e Telecomunicações	7 492 073			7 492 073
Outros	975 406 695			975 406 695
Subsídios - Atividade de Investimento	3 836 244 749	61 031 943	- 750 000	3 896 526 692

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: €

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
PIDDAC	989 550 991	7 200 000		996 750 992
Fundo de Coesão	1094 959 038	69 514 476		1 164 473 514
DGTREN	31020 430	693 401		31713 831
FEDER-IOT	618 009 186	16 989 472		634 998 658
Alta Velocidade				
Poceirão-Caia		18 337 737		18 337 737
Lisboa - Poceirão	313 534	6 757 716		7 071 250
Sinalização e Telecomunicações		7 492 073		7 492 073
Outros	975 406 695			975 406 695
Subsídios - Atividade de Investimento	3 709 259 873	126 984 876		3 836 244 749

Na nota 2.2 alínea s) encontra-se descrita a política de reconhecimento dos subsídios.

O reembolso evidenciado foi originado pelo cancelamento da ajuda financeira para a ação denominada o "Projeto de execução relativo ao subtroço Moita-Poceirão, Parte integrante do Eixo Lisboa-Madrid - PP3 Eixo Ferroviário de Alta Velocidade do Sudoeste Europeu", decisão da CE C (2010) 4442, como consequência da decisão do Governo ter decidido anular o concurso que se encontrava a decorrer, e ter iniciado outro, que em termos de calendário permitiu dar cumprimento ao instituído na secção 4.2 do texto do convite à apresentação anual de 2009, em que era definido que a conclusão dos projetos deveria acontecer até 31 de dezembro de 2011.

4.1.3 Rentabilização de ativos

Esta rubrica refere-se ao produto resultante da rentabilização de ativos do domínio público ferroviário.

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Rentabilização de Ativos	- 3 088 956	- 3 088 956

4.1.4 Juros Debitados

Os juros debitados decorrem da situação já explanada na nota 2.c). A variação ocorrida nesta rubrica (125.018.463 euros) é relevada na rubrica de ganhos financeiros – Juros obtidos – concedente - Estado (Nota 5.22).

Unidade de medida: euro

Ativo financeiro de conta do estado	2011	2010
Juros Debitados	723 599 460	598 580 997

4.1.5 Imparidades

A constituição do capital estatutário da REFER foi realizada em espécie, com a entrega da infraestrutura ferroviária, avaliada então em 62.349.737,13 euros. De 1998 a 2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242.850.261,87 euros, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário.

Dado que a essa data o normativo contabilístico em vigor, apenas deixava a hipótese de relevar estes aumentos diretamente em capital, porque o valor dos ativos de domínio público ferroviário constavam como imobilizado corpóreo da REFER, com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pelo concessionário REFER.

É assim considerado que este valor já não será reembolsado pelo Estado concedente, relevando-se assim o valor evidenciado a receber do concedente em imparidade relativamente ao valor já recebido.

4.2 Inventários

Esta rubrica refere-se aos materiais que se encontram em armazém, cuja aquisição foi específica, para aplicação na construção das infraestruturas ferroviárias.

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2011	2010
Inventários	15 924 857	30 574 300

4.3 Clientes e outras contas a receber

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2011	2010
Clientes e outras contas a receber	8 796 652	15 652 522

Nesta rubrica referimos o valor a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 619.682 euros (2010: 8.250.890 euros) e o imóvel a receber da REFER PATRIMÓNIO, de 4.547.631 euros (2010: 4.553.612 euros), relativo à operação de permuta de terrenos de Sines.

4.4 Empréstimos Obtidos

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos afetos à Atividade de ILD's:

Atividade de investimento		Unidade de medida: euro	
Descrição	2011	2010	
Empréstimos não correntes			
Dívidas a instituições de crédito	1 381 877 704	1 644 254 844	
Empréstimos obrigacionistas	1 595 463 755	1 595 132 922	
Empréstimo do Estado	1 588 615 236		
	4 565 956 695	3 239 387 766	
Empréstimos correntes			
Dívidas a instituições de crédito	262 377 139	1 185 170 468	
	262 377 139	1 185 170 468	
Financiamentos obtidos	4 828 333 834	4 424 558 234	

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efetuada pelo custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Em dezembro, a REFER contraiu um empréstimo junto do Estado Português no montante de 2.062.771.620 euros com maturidade em 2016, tendo sido alocado à Atividade de Investimento 1.588.615.236 euros.

Os termos e prazos de reembolso dos financiamento de projetos de investimento apresentam-se como segue:

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento
31 de dezembro de 2011

	Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro	
					Data inicial	Data final	Periodicidade				
FINANCIAMENTOS BEI COM AVAL	CP II E	29-06-1992	30 633 783	2 356 445	15-06-1998	15-06-2012	Anual	15-Jun	Variável BEI		
	CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	36 578 512	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%		
	Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	21 947 107	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%		
	Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	49 879 790	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%		
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	39 903 832	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%		
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 49 759 579	13 792 500 14 282 500 23 221 137	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. v ar.	4,670% 5,800%	
	Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 24 819 685	13 792 500 14 282 500 11 582 519	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. v ar.	4,670% 5,800%	
	CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	24 208 325	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,658%	
	Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	90 000 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,648%	
	Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	59 855 748	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,648%	
	CP III/2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,648%	
	CP III/2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,658%	
	Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	85 714 286	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,658%	
	Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	90 476 190	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-Set	Fixa Revisível	3,615%	
	Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	52 380 952	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,247%	
	Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,648%	
	CP III 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,054%	1,582%	
	CP III 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,056%	1,584%	
	BEI sem Aval	Refer V	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-Mar	Fixa Revisível	4,786%
		Refer VI	10-09-2009	110 000 000	110 000 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-Set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond c / Aval	Eurobond 06/26 (1)	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		Bullet	16-Nov	Fixa	4,047%	
	Eurobond 09/19 (1)	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		Bullet	18-Fev	Fixa	5,875%	
	Eurobond 09/24 (1)	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		Bullet	18-Out	Fixa	4,675%	
Emp. Com Aval	Emp. "Schuldschein" WestLB AG	02-10-2002	200 000 000	200 000 000	08-10-2012		Bullet	08-Abr 08-Out	Euribor 6M	1,755%	
Emp. Sem Aval	Empréstimo Estado Português	30-12-2011	1 588 615 235	1 588 615 235	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	Fixa	6,500%	
Total				4.832.870.079							
(1) Total considerando custo efetivo				4.828.333.834							

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projetos de investimento

31 de dezembro de 2010

	Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Periodicidade			
FINANCIAMENTOS BEI COM AVAL	CP II E	29-06-1992	30 633 783	4 712 890	15-06-1998	15-06-2012	Anual	15-Jun	Variável BEI	1,160%
	CP II B	19-09-1991	29 927 874	1 995 192	15-09-1997	15-09-2011	Anual	15-Set	fixa, revisível por períodos de 5 anos	3,928%
	CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	39 903 832	15-06-2008	15-06-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	26 336 529	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	59 855 748	15-09-2007	15-09-2016	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	46 554 470	15-09-2003	15-09-2017	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 49 759 579	15 427 500 15 900 000 26 538 442	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. v. var.	4,670% 5,800% 1,156%
	Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000 25 000 000 24 819 685	15 427 500 15 900 000 13 237 165	15-09-2004	15-09-2018	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	1º desemb. fixa 2º desemb. fixa 3º desemb. v. var.	4,670% 5,800% 1,156%
	CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	25 937 491	15-09-2011	15-09-2020	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	90 000 000	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,146%
	Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	59 855 748	15-09-2012	15-09-2021	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,146%
	CP III/2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,146%
	CP III/2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	90 476 190	15-06-2009	15-06-2024	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,15%	1,156%
	Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	95 238 095	15-09-2010	15-09-2025	Anual	15-Set	fixa Revisível	3,615%
	Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	55 000 000	15-03-2011	15-03-2026	Anual	15-Mar	fixa Revisível	4,247%
	Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	15-03-2013	15-03-2022	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M+0,12%	1,146%
	CP III 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,054%	1,080%
	CP III 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	Anual	15-Mar 15-Jun 15-Set 15-Dez	Euribor 3M+0,056%	1,082%
	BEI sem Aval	Refer V	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	15-03-2014	15-03-2033	Anual	15-Mar	fixa Revisível
Refer VI		10-09-2009	110 000 000	110 000 000	15-09-2013	15-09-2032	Anual	15-Set	fixa Revisível	2,976%
Eurobond c/ Aval	Eurobond 06/26	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		Bullet	16-Nov	fixa	4,047%
	Eurobond 09/19	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		Bullet	18-Fev	fixa	5,875%
	Eurobond 09/24	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		Bullet	18-Out	fixa	4,675%
Bilateral com Aval	Emp. "Schuldschein" ABN (Deutschland) AG	03-04-2001	300 000 000	300 000 000	11-04-2011		Bullet	09-Abr 09-Out	Euribor 6M - 0,03%	1,167%
	Emp. "Schuldschein" WestLB AG	02-10-2002	200 000 000	200 000 000	08-10-2012		Bullet	08-Abr 08-Out	Euribor 6M	1,190%
Papel Comercial	Papel Comercial sem aval	Várias datas	831 128 521	831 128 521	2011		Bullet	Várias datas	Euribor	-
Total				4.429.425.312						
(1) Total considerando custo efetivo				4.424.558.234						

Os empréstimos BEI, Schuldschein Westlb, Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 foram contraídos exclusivamente para financiamento de projetos de investimento em Infraestruturas de Longa Duração.

Os respetivos juros são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI e Estado Português, o capital é reembolsado em anuidades iguais e consecutivas, após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade.

Com exceção dos empréstimos BEI REFER V, BEI REFER VI e Estado Português todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado.

Em abril de 2011 foi integralmente amortizado o empréstimo Schuldschein ABN no valor de 300 milhões de euros.

Relativamente a 2010 saliente-se a alocação ao financiamento da Atividade de Investimento 831,1 milhões de euros referentes a papel comercial.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2011:

Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
BEI - Minho A	25 000 000	13 792 500	15 301 591	4,67% Fixa
	25 000 000	14 282 500	16 465 122	5,80% Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	13 792 500	15 301 591	4,67% Fixa
	25 000 000	14 282 500	16 462 821	5,80% Fixa
BEI - Suburbanos B	100 000 000	90 476 190	99 280 792	3,615% Fixa
BEI - Suburbanos C	55 000 000	52 380 952	59 993 589	4,247% Fixa
BEI - REFER V	160 000 000	160 000 000	196 533 703	4,786% Fixa
BEI - REFER VI	110 000 000	110 000 000	115 205 363	2,976% Fixa
Eurobond 06/26	600 000 000	600 000 000	241 197 833	4,047% Fixa
Eurobond 09/19	500 000 000	500 000 000	249 741 039	5,875% Fixa
Eurobond 09/24	500 000 000	500 000 000	202 424 333	4,675% Fixa
Empréstimo Estado Português 11/16	1 588 615 235	1 588 615 235	1 588 390 037	6,5% Fixa
		3 657 622 378	2 816 297 814	

4.5 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar explica-se, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação das linhas ferroviárias.

A rubrica de **acréscimos de gastos** inclui o valor de 66.842 milhares de euros (67.442 milhares de euros em 2010) de juros corridos com os empréstimos afetos à Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração.

Unidade de medida: euro

Fornecedores e outras contas a pagar	2011	2010
Fornecedores - Gerais	62 563 360	92 709 588
Fornecedores - Retenção de garantias	9 574 304	10 859 049
Acréscimos de Gastos	66 842 409	67 441 982
	138 980 072	171 010 619

5. Atividade de Gestão da Infraestrutura

5.1 Ativos Fixos Tangíveis

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e Recursos Naturais	4 844 786	8 480		- 8 480	4 844 786
Edifícios e Outras Construções	35 884 733	- 2 523 980		- 670 802	32 689 951
Equipamento Básico	22 725 759	10 680	501 296	- 413 13	23 196 422
Equipamento de Transporte	6 611 310	125 319	20 244	- 493 754	6 263 119
Ferramentas e Utensílios	554 192		3 888		558 080
Equipamento Administrativo	10 619 405	765 101	335 624	- 1239 058	10 481 071
Outros AFT	458 757			- 5 579	453 178
Ativos em curso	554 226	- 48 760	2 510 648		3 016 113
Total do Ativo Fixo Tangível Bruto	82 253 167	- 1 663 160	3 371 700	- 2 458 987	81 502 720

Unidade de medida: euro

Depreciações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e Outras Construções	10 293 712		1048 123		11341836
Equipamento Básico	14 631 413		1416 206	- 37 127	16 010 492
Equipamento de Transporte	6 375 531		155 261	- 493 754	6 037 038
Ferramentas e Utensílios	545 434		9 027		554 462
Equipamento Administrativo	9 807 747		741696	- 1242 410	9 307 034
Outros AFT	393 672		5 626	- 5 579	393 718
Total das Depreciações	42 047 510		3 375 939	- 1 778 870	43 644 579
Total do Ativo Fixo Tangível Líquido	40 205 657	- 1 663 160	- 4 239	- 680 117	37 858 141

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e Recursos Naturais	4 844 786				4 844 786
Edifícios e Outras Construções	35 884 733	80 486		- 80 486	35 884 733
Equipamento Básico	22 245 707	- 80	484 418	- 4 286	22 725 759
Equipamento de Transporte	7 473 979		33 279	- 895 948	6 611 310
Ferramentas e Utensílios	532 189		22 003		554 192
Equipamento Administrativo	10 325 682	80	580 218	- 286 575	10 619 405
Outros AFT	458 587		170		458 757
Ativos em curso	390 504	1577	162 145		554 226
Total do Ativo Fixo Tangível Bruto	82 156 167	82 063	1 282 233	- 1 267 295	82 253 167

Unidade de medida: euro

Depreciações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e Outras Construções	9 179 900		1 113 813		10 293 712
Equipamento Básico	13 216 284		1419 415	- 4 286	14 631 413
Equipamento de Transporte	7 145 519		115 092	- 885 080	6 375 531
Ferramentas e Utensílios	516 829		28 606		545 434
Equipamento Administrativo	9 461 655		631802	- 285 710	9 807 747
Outros AFT	385 941		7 731		393 672
Total das Depreciações	39 906 126		3 316 459	- 1 175 075	42 047 510
Total do Ativo Fixo Tangível Líquido	42 250 040	82 063	- 2 034 227	- 92 219	40 205 657

Os valores mais significativos incluídos na rubrica Ativos em Curso referem-se a ações de remodelação de edifícios

Os ativos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia apresentam o seguinte detalhe:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Edifício ART'S		468 804
Terreiro do Paço	42 040	42 040
	42 040	510 844

A variação face ao ano anterior resulta da denúncia do contrato de arrendamento do Edifício Art's, com efeito a 30 junho de 2011 (nota 5.17).

As instalações do Terreiro do Paço são as que constam no Despacho Conjunto nº 261/99, relacionado com o "estabelecimento da concessão CP" e respetivas obras de melhoramento ocorridas em 31.12.1999.

Contratos de Locação Financeira

A REFER regista os ativos adquiridos através de contratos de locação financeira em ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2011 os contratos de locação em vigor referem-se a três viaturas, sendo os respetivos valores como segue:

Unidade de medida: euro

Designação	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido 2011	Valor Dívida 2011
Matricula 97-GN-03	51015	- 51015		18 970
Matricula 97-GN-04	51015	- 51015		18 970
Matricula 10-GO-71	51015	- 51015		18 970
	153 044	- 153 044		56 909

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação financeira que a REFER celebrou:

Unidade de medida: euro

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
De acordo com o contrato celebrado		
97-GN-03	11680	
97-GN-04	11680	
10-GO-71	11680	
	35 040	
Valor presente da dívida	22 142	

5.2 Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos em 2011 e 2010 nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas amortizações foram:

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Despesas de Desenvolvimento	662 768				662 768
Programas de Computador	17 194 654	- 1319	4 960		17 198 295
Trespases					
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Ativo Intangível em Curso	1845 362	120	7 395	- 80 000	1773 877
Total do Activo Intangível Bruto	19 732 712	- 199	12 355	- 80 000	19 664 868

Unidade de medida: euro

Amortizações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Ativos Intangíveis					
Despesas de Desenvolvimento	643 907		9 841		653 748
Programas de Computador	16 800 276	- 1319	237 572		17 036 528
Trespases					
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Total das Amortizações	17 474 111	- 1 319	247 412		17 720 204
Total do Ativo Intangível Líquido	2 258 601	1 120	- 235 057	- 80 000	1 944 664

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Activos Intangíveis					
Despesas de Desenvolvimento	662 768				662 768
Programas de Computador	17 190 825		3 830		17 194 654
Trespases					
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Activo Intangível em Curso	1633 118		212 244		1845 362
Total do Activo Intangível Bruto	19 516 639		216 073		19 732 712

Unidade de medida: euro

Amortizações	Saldo inicial	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Saldo final
Activos Intangíveis					
Despesas de Desenvolvimento	625 047		18 860		643 907
Programas de Computador	15 719 929		1080 347		16 800 276
Trespases	-				
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Total das Amortizações	16 374 903		1 099 207		17 474 111
Total do Activo Intangível Líquido	3 141 736		- 883 134		2 258 601

Os Ativos Intangíveis com maior expressão resumem-se à implementação de soluções informáticas para suporte das atividades da empresa.

5.3 Investimentos em Subsidiárias

Durante os exercícios de 2011 e 2010 os investimentos em subsidiárias registaram os seguintes movimentos:

Unidade de medida: euro

Subsidiárias	2011	2010 (Reexpresso)
Valores de aquisição	20 286 631	19 286 631
Aquisições	220 000	
Transferências (RAVE)		1000 000
Saldo final	20 506 631	20 286 631
Imparidades acumuladas	- 4 534 077	- 4 915 588
Valor líquido	15 972 554	15 371 043

Em maio de 2011, foi efetuado o registo comercial definitivo da fusão da REFER PATRIMÔNIO – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. com a CP COM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A., tendo esta sido incorporada, cessando a sua atividade.

Assim, antes da incorporação dos ativos e passivos da CP COM na REFER PATRIMÓNIO, a REFER reforçou a sua posição na CP COM, adquirindo os restantes 20% desta, pelo montante de 220.000 euros.

Em 2010, o investimento financeiro na RAVE foi classificado como subsidiária e objeto de ajustamento, por imparidade (Ver nota 5.23).

O movimento ocorrido nas imparidades é devidamente explicado na nota 5.23.

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Subsidiárias:

Empresas	2011	Valor da participação	2010	Valor da participação (Reexpressa)
FERBRITAS - Empreend. Industriais e comerciais, S.A. Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	98,43%	2 589 142	98,43%	2 589 142
REFER PATRIMÓNIO - Promoção e Com.De Edif., S.A. Palácio de Coimbra - Rua de Santa Apolónia nº 53 - Lisboa	99,997%	12 383 412	99,997%	11 158 405
REFER TELECOM - Serviços e Telecomunicações, S.A. Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa	100,00%	1 000 000	100,00%	1 000 000
CPCOM - Exploração de Espaços Comerciais da CP, S.A. Av. da República, 90 Galeria Fracção 4 - Lisboa			80,00%	623 496
RAVE Av D.João II Lote 107.2.1, 1º Piso - Parque das Nações - 1990 -096 Lisboa	40,00%		40,00%	
		15 972 554		15 371 043

Verifica-se que a participação anteriormente detida na CP COM, foi incluída, juntamente com as aquisições do ano, na REFER PATRIMÓNIO, como resultado da incorporação da totalidade do Património da CP COM na REFER PATRIMÓNIO, pelo processo de fusão anteriormente descrito.

5.4 Investimentos em Associadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a composição que segue:

Unidade de medida: euro

Associadas	2011	2010
GIL	322 476	322 476
	322 476	322 476
Imparidades acumuladas (Nota 5.19)	- 322 476	- 322 476
Saldo	0	0

A participação financeira na empresa GIL encontra-se totalmente ajustada, como se constata pelo quadro acima, resultado dos sucessivos prejuízos que esta empresa tem vindo a acumular ao longo dos vários exercícios.

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Associadas:

2011

Unidade de medida: euro

Empresas	Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Ativos	Total de Passivos	Rendim. do período	Valor da Demonstração de posição financeira
Associadas							
GIL	33,98%	- 9 690 342	- 874 806	77 479 614	87 169 956	5 042 609	0
Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 115 1990-233 Lisboa							

Os saldos acima evidenciados são provenientes das Demonstrações disponíveis à data, as quais ainda não foram objeto de auditoria.

2010

Unidade de medida: euro

Empresas	Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Ativos	Total de Passivos	Rendim. do período	Valor da Demonstração de posição financeira
Associadas							
GIL	33,98%	- 8 928 657	- 1 128 564	78 248 158	87 176 815	5 377 667	0
Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 115 1990-233 Lisboa							

5.5 Categorias de acordo com a IAS 39

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros justo valor por via de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos financeiros justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos							
Ativos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária	121 580 625	15 399 540	31 875			7 166 759	144 178 799
Não correntes							
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5.6)			31 875				31 875
			31 875				31 875
Correntes							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.1)	10 929 364						10 929 364
Clientes e Outras contas a receber (Nota 5.10)	10 651 261					7 166 759	17 818 020
Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.9)		15 399 540					15 399 540
	121 580 625	15 399 540				7 166 759	144 146 924
Ativos em investimentos de infraestruturas de longa duração	4 836 321 147					809 339	4 837 130 486
Correntes							
Concedente - Estado - Conta a Receber (Nota 4.1)	4 828 333 834						4 828 333 834
Clientes e outras contas a receber (Nota 4.3)	7 987 313					809 339	8 796 652
	4 836 321 147					809 339	4 837 130 486
Total ativos financeiros	4 957 901 772	15 399 540	31 875			7 976 098	4 981 309 285
Passivos							
Passivos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária				78 943 804	1 770 354 782	31 141 197	1 880 439 783
Não correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12)					1 569 094 901		1 569 094 901
					1 569 094 901		1 569 094 901
Correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12)					142 651 608		142 651 608
Instrumentos financeiros derivados passivos (Nota 5.9)				78 943 804			78 943 804
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 5.13)					58 608 274	31 141 197	89 749 470
				78 943 804	201 259 881	31 141 197	311 344 882
Passivos em investimentos de infraestruturas de longa duração					4 957 739 603	9 574 304	4 967 313 907
Não correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 4.4)					4 565 956 695		4 565 956 695
					4 565 956 695		4 565 956 695
Correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 4.4)					262 377 139		262 377 139
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 4.5)					129 405 769	9 574 304	138 980 073
					391 782 908	9 574 304	401 357 212
Total passivos financeiros				78 943 804	6 728 094 385	40 715 500	6 847 753 689

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros justo valor por via de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos financeiros justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total
Ativos							
Ativos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária	68 392 903	29 949 075	31 875			9 496 813	107 870 667
Não correntes							
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5.6)			31875				31875
			31 875				31 875
Correntes							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.1)	163 319						163 319
Clientes e Outras contas a receber (Nota 5.1)	68 229 584					9 496 813	77 726 398
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9)		29 949 075					29 949 075
	68 392 903	29 949 075				9 496 813	107 838 792
Ativos em investimentos de infraestruturas de longa duração	4 440 176 755					34 001	4 440 210 757
Correntes							
Concedente - Estado - Conta a Receber (Nota 4.1)	4 424 558 234						4 424 558 234
Clientes e outras contas a receber (Nota 4.3)	15 618 521					34 001	15 652 522
	4 440 176 755					34 001	4 440 210 757
Total ativos financeiros	4 508 569 658	29 949 075	31 875			9 530 814	4 548 081 423
Passivos							
Passivos em Gestão de Infraestrutura Ferroviária				89 282 049	1 673 872 666	35 024 715	1 798 179 429
Não correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12)					1 094 282 418		1 094 282 418
					1 094 282 418		1 094 282 418
Correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12)					501 949 305		501 949 305
Instrumentos financeiros derivativos passivos (Nota 5.9)				89 282 049			89 282 049
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 5.13)					77 640 943	35 024 715	112 665 658
				89 282 049	579 590 248	35 024 715	703 897 012
Passivos em investimentos de infraestruturas de longa duração					4 584 709 906	10 858 947	4 595 568 854
Não correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 4.4)					3 239 387 766		3 239 387 766
					3 239 387 766		3 239 387 766
Correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 4.4)					1 185 170 468		1 185 170 468
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 4.5)					160 151 672	10 858 947	171 010 620
					1 345 322 141	10 858 947	1 356 181 088
Total passivos financeiros				89 282 049	6 258 582 572	45 883 662	6 393 748 283

Apresenta-se de seguida a desagregação dos ativos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados de acordo com os níveis definidos na IFRS7:

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros justo valor por via de resultados		15 399 540		15 399 540
		15 399 540		15 399 540
Passivos financeiros				
Passivos financeiros justo valor por via de resultados		- 78 943 804		- 78 943 804
		- 78 943 804		- 78 943 804

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros justo valor por via de resultados		29 949 075		29 949 075
		29 949 075		29 949 075
Passivos financeiros				
Passivos financeiros justo valor por via de resultados		- 89 282 049		- 89 282 049
		- 89 282 049		- 89 282 049

5.6 Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de ativos disponíveis para venda inclui os seguintes investimentos:

Unidade de medida: euro

Ativos disponíveis para venda	2011	2010
Saldo inicial	96 369	96 369
Imparidades acumuladas (Nota 5.19)	- 64 494	- 64 494
Saldo final	31 875	31 875

Unidade de medida: euro

Ativos disponíveis para venda	2011	2010
Valor bruto da participação		
Fernave	64 494	64 494
Metro Mondego	26 875	26 875
CRV	5 000	5 000
	96 369	96 369
Imparidades acumuladas	- 64 494	- 64 494
	31 875	31 875

Estes instrumentos de capital próprio não se encontram cotados num mercado ativo, estando registados ao custo deduzido de perdas de imparidade conforme a política divulgada na Nota 2.2 g).

A participação detida na FERNAVE é de 10% e no Metro Mondego é de 2,5%. Em relação à CVR – Centro para a Valorização Resíduos, trata-se de 10 unidades de participação.

O investimento na FERNAVE, encontra-se totalmente ajustado por imparidade, uma vez que os capitais próprios (versão provisória a esta data) desta ascendem a um valor negativo de 1.855.893 euros (3.800.454 euros em 2010).

5.7 Empréstimos e contas a receber

Apresentamos de seguida os empréstimos concedidos a empresas em que a REFER detém participações financeiras, não constituindo instrumentos de capital dessas entidades:

Unidade de medida: euro

Empréstimos e contas a receber	2011	2010
Empréstimos a associadas	9 002 763	4 889 014
Imparidades em empréstimos acumuladas (Nota 5.19)	- 9 002 763	- 4 889 014
Total (Nota 8.3)	0	0

Em 2011, foram reforçados os suprimentos a empresas associadas (GIL), tendo como finalidade garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas por aquela empresa. Estes suprimentos foram objeto de ajustamento por imparidade neste exercício (ver nota 5.19), atendendo ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade.

5.8 Inventários

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	14 967 287	14 638 615
Mercadorias em trânsito		82 479
Imparidade em inventários (Nota 5.19)	- 689 755	- 228 698
Inventários	14 277 532	14 492 397

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção de infraestruturas.

Numa base periódica e tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventários é efetuada inventariação física de stocks, e uma análise dos mesmos. Assim, a imparidade refere-se:

- a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizadas na atividade da REFER, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado;
- a uma comparação entre o preço de mercado dos materiais e o valor pelo qual estes se encontram registados.

Da análise efetuada no final do exercício de 2011 concluiu-se que o ajustamento por imparidade dos inventários deveria ser reforçado em 461.058 euros (Nota 5.19).

5.9 Instrumentos Financeiros Derivados

A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (ver Nota 2.2. alínea f)). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições como instrumento de cobertura contabilística.

Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. À data de 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, o valor nominal da carteira de derivados da REFER, ascendia a 1.850 milhões de euros e 2.750 milhões de

euros, respetivamente, num passivo financeiro global de 6.551 milhões de euros em 2011 e de 6.025 milhões de euros em 2010.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes:

31 de dezembro de 2011

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 11/ Dez 10 (€)		Montante Nominal (milhões €) Dez-11	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldschein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5.80%)				3 137 131	300	11-04-2011
Schuldschein West LB	100%	Digital Cap (Sibor 12m -6,25%;Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		- 3 335		2 580 808	200	08-10-2012
Schuldschein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6%)		- 3 992 776		4 167 026	200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP -10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]		- 16 476 067	- 5 109 380		50	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	15 399 540			1813 833	50	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla			- 7 727 973		50	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 15 596 623	- 1 889 901		50	16-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		- 28 025 575	- 2 757 352		300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)		- 9 775 292		7 545 782	500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m < 6.50%)		- 5 074 136		4 683 644	200	16-11-2026
Eurobond 06/26		Plain vanilla			- 2 345 336		100	16-11-2026
Eurobond 06/26		Fixed-Fixed Swaption Bermuda				347 487	100	16-11-2026
Eurobond 09/24		Plain vanilla			- 6 289 409		250	16-10-2024
			15 399 540	- 78 943 804	- 26 121 352	21 910 061	1 850	

31 de dezembro de 2010

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 10/ Dez 09 (€)		Montante Nominal (milhões €) Dez-10	Maturidade
			Ativo	Passivo	<0	>0		
Schuldschein BHH	100%	Plain vanilla				5 502 447		
Schuldschein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5.80%)		- 3 137 131		5 570 931	300	11-04-2011
Schuldschein West LB	100%	Digital Cap (Sibor 12m -6,25%;Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		- 219 143		407 504	200	08-10-2012
Schuldschein West LB		Cap KO (Eur 6m < 6%)		- 8 159 802		977 750	200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range [(10Y GBP -10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)]		- 11 366 687	- 3 074 225		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	13 586 357			2 251 667	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	7 727 973			3 417 709	150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 13 704 722	- 13 704 722		150	16-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla			- 11 302 116			
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		- 25 268 223		12 723 134	300	16-03-2015
Eurobond 06/21	100%	Cap KO (Eur 12m < 7%)		- 17 321 074	- 1 731 666		500	13-12-2021
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 12m < 6.50%)		- 9 757 779	- 1 280 441		200	16-11-2026
Eurobond 06/26		Long Cap	2 345 336			3 488 542	100	16-11-2026
Eurobond 06/26		Fixed-Fixed Swaption Bermuda		- 347 487	- 347 487		100	16-11-2026
Eurobond 09/24	50%	Plain vanilla	6 289 409			10 324 980	250	16-10-2024
			29 949 075	- 89 282 049	- 31 440 657	44 664 663	2 750	

5.10 Clientes e Outras Contas a Receber

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Clientes	69 377 931	32 420 708
Outras contas a receber	38 926 532	36 815 239
Acréscimos de rendimento	6 272 498	1047 928
Estado e outros entes públicos	2 627 991	6 149 925
Gastos a reconhecer	613 068	1292 599
	117 818 020	77 726 398

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** constituem saldos correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

Os clientes decompõem-se como segue:

Unidade de medida: euro

Clientes	2011	2010
Clientes - Outras entidades relacionadas (Nota 8.4)	59 860 085	26 650 676
Clientes - Empresas subsidiárias (Nota 8.2)	5 421 250	2 946 829
Clientes - Empresas associadas (Nota 8.3)	37 696	12 361
Clientes - Diversos	4 058 901	2 810 841
	69 377 931	32 420 708

Os débitos a **clientes-outras entidades relacionadas** (CP e CP Carga) e **clientes diversos** (Fertagus e Takargo), incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infraestruturas, e também os débitos efetuados aos operadores de serviços prestados no âmbito da atividade comercial, manobras, capacidade pedida e não utilizada, utilização de estações, serviço de informação ao público, estacionamento de material circulante e outros serviços.

O aumento significativo do valor a receber de Outras entidades relacionadas, é decorrente do atraso dos pagamentos das entidades identificadas, conforme nota 3 e evidenciado pela diminuição registada na rubrica recebimentos de clientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As outras contas a receber apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

Outras contas a receber	2011	2010
Outros contas a receber - Diversos	41 181 571	39 078 941
Imparidades acumuladas (Nota 5.19)	- 2 255 039	- 2 263 702
	38 926 532	36 815 239

Na rubrica de **outras contas a receber**, cerca de 32% (38% em 2010) diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente.

Nesta rubrica deixou de estar considerada a verba a receber do Gabinete Metro Sul do Tejo (2010 de 616.982 euros), dado ter sido este gabinete extinto pela Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2010 de 11 de Novembro; no OE 2012, capítulo 50 também não se encontra incluída qualquer verba para reembolso das despesas efetuadas pelo já extinto GMST, pelo que se procedeu à regularização do valor evidenciado como devido (antes de regularização era de 597.813 euros).

Esta rubrica inclui ainda valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação.

Também o valor do IVA, referente à inversão do sujeito passivo de 414.323 euros (377.229 euros em 2010) liquidado com base nos autos de medição assinados e que por diferença temporal na receção das faturas respetivas, não estavam criadas as condições fiscais para a dedução respetiva.

As **imparidades acumuladas de outras contas a receber** são de 2.255.039 euros, cuja reversão, após análise efetuada à probabilidade de cobrança de saldos, foi de 8.664 euros (Nota 5.19). Esta diminuição encontra-se registada na rubrica "Reversões de Perdas de Imparidade de Dívidas a Receber" da Demonstração do Rendimento Integral.

O ajustamento é constituído pelos saldos da Benaterras – 6.818 euros – que data de 2001 a 2003; da Aetur – 22.070 euros – que data de 2003 a janeiro de 2006; e da O2 – 1.805.995 euros. Quanto ao valor restante refere-se às entidades que estão em processo de insolvência.

Quanto à rubrica de **acréscimos de rendimentos** diz respeito a rendimentos operacionais, destacando-se o montante referente à especialização da concessão da exploração das estações (41% do total), faturados em 2012 mas referentes a períodos de 2011. Deste valor destaca-se o contrato de concessão celebrado com a REFER PATRIMÓNIO, e na sequência da reestruturação da atividade desta última, foi entregue a gestão de estações ferroviárias na componente do serviço público de exploração ferroviária, a concessão de exploração de bens de domínio público ferroviário não afetos à exploração ferroviária assim como bens de domínio privado da REFER através de três contratos autónomos. Estes três contratos estão a ser objeto de reformulação num único contrato, encontrando-se à data da apresentação de contas aprovada a respetiva minuta, mas ainda não valorizado. Como tal os valores apurados em relação aos três contratos em vigor assumiram a forma de acréscimo de rendimentos.

Foram identificados materiais sobrantes de diversos projetos de investimento. Estes materiais foram, em devido tempo, requisitados aos armazéns e imputados aos diferentes projetos. Por não ter sido possível em tempo útil, identificar as nomenclaturas da grande maioria, que os órgãos operacionais estimam em 3.087.742 euros, este valor não consta do material inventariado pelo que foi acrescido a esta rubrica por contrapartida de ganhos em inventários / Sobras (Nota 5.21). Pela introdução das nomenclaturas em inventário, esta rubrica será saldada em 2012.

Quanto à rubrica de **Estado e outros entes públicos** é composta pelo valor de IVA a receber referente ao período de julho de 2011, no valor de 2.500.000 euros. Este reembolso foi recebido em 06 de janeiro de 2012.

O saldo devedor à Segurança Social no montante de 127.991 euros justifica-se por a REFER ser entidade centralizadora, e neste âmbito, substituir-se temporariamente à Segurança Social, pelo pagamento devido aos trabalhadores na situação de baixas/licenças médicas.

5.11 Caixa e Equivalentes a Caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da demonstração da posição financeira.

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Depósitos bancários	10 915 305	151 607
Numerário	14 060	11 711
Caixa e Equivalentes	10 929 364	163 319

O saldo materialmente relevante evidenciado na rubrica de caixa, corresponde a uma transferência temporária entre contas de disponibilidade, sendo que o saldo médio desta rubrica no final de cada mês de 2011 foi de 503.639 euros.

5.12 Empréstimos Obtidos

5.12.1 Dívidas a Instituições de Crédito

O financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura reparte-se em empréstimos correntes e não corrente como segue :

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Empréstimos não correntes		
Empréstimos obrigacionistas	1094 938 517	1094 225 508
Estado	474 156 384	
Locações financeiras (Nota 5.1)		56 909
(Nota 5.5)	1 569 094 901	1 094 282 418
Empréstimos correntes		
Dívidas a instituições de crédito	142 592 673	50194 265
Locações financeiras (Nota 5.1)	58 935	35 041
(Nota 5.5)	142 651 608	501949 305
Financiamentos obtidos	1 711 746 509	1 596 231 723

A rubrica de empréstimos correntes inclui o montante de 1.691 milhares de euros (2010: 5.455 milhares de euros) referente a juro corrido e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infraestrutura, por via do reconhecimento do custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011 a REFER detinha 100 milhões de euros em papel comercial e cerca de 44,3 milhões de euros em descobertos bancários, classificados em "Dívidas a instituições de crédito". Em 2010, foram alocados ao financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura 175,6 milhões de euros relativos a papel comercial e 320,8 milhões de euros respeitantes a descobertos bancários.

5.12.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infraestrutura

31 de dezembro 2011

Designação	Data de assinatura	Montante (euros)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade		
Sem Aval do Estado								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000 000	600 000 000		16-03-2015	Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021(1)	30-11-2006	500 000 000	500 000 000		13-12-2021	Bullet	13-Jan	4,25%
Empréstimo estado português	30-12-2011	474 156 385	474 156 385	31-05-2013	30-11-2016	Semestral	31-Mai 30-Nov	6,50%
Papel Comercial	Várias datas	100 000 000	100 000 000	-	Mar-12	-	Semestral/ Trimestral	5,23%
Descobertos Bancários	Várias datas	44 283 989	44 283 989	-	Jul-12	-	Trimestral	3,227%
Total			1 718 440 374					
(1) Total considerando custo efetivo			1 713 378 890					

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infraestrutura

31 de dezembro 2010

Designação	Data de assinatura	Montante (euros)	Capital em dívida	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
				Data inicial	Data final	Periodicidade		
Sem Aval do Estado								
REFER Eurobond 2005/2015 (1)	16-03-2005	600 000 000	600 000 000		16-03-2015	Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021(1)	30-11-2006	500 000 000	500 000 000		13-12-2021	Bullet	13-Jan	4,25%
Papel Comercial	Várias datas	175 621 479	175 621 479	Várias datas		-	Semestral/ Trimestral	-
Descobertos Bancários	Várias datas	320 837 288	320 837 288	Várias datas		-	Várias datas	-
Total			1 596 458 768					
(1) Total considerando custo efetivo			1 590 684 276					

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2011:

Designação	Valor nominal	Capital em dívida	Justo valor	Taxa de juro
Eurobond 5/15	600 000 000	600 000 000	254 473 363	4% Fixa
Eurobond 6/21	500 000 000	500 000 000	157 780 682	4,25% Fixa
Empréstimo Estado Português 11/16	474 156 385	474 156 385	474 089 170	6,50% Fixa
		1 574 156 385	886 343 215	

5.13 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Fornecedores	24 947 049	50 256 121
Financiamentos obtidos de entidades relacionadas (Nota 5.13 / 8.2)	21454 980	17 100 000
Adiantamentos por conta de vendas	18 252 137	17 606 311
Acréscimos de Gastos	15 587 405	17 663 216
Estado e outros entes públicos	5 309 076	3 789 961
Outras contas a pagar	3 390 368	5 338 595
Rendimentos a Reconhecer	808 455	911454
	89 749 470	112 665 658

A decomposição da rubrica de fornecedores é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Fornecedores	2011	2010
Fornecedores - Gerais	16 252 666	28 888 936
Fornecedores - Facts em recepção e conferência	3 904 174	4 643 815
Fornecedores - Empresas subsidiárias (Nota 8.2)	2 792 475	12 483 177
Fornecedores - Outras entidades relacionadas (Nota 8.4)	999 300	3 030 674
Fornecedores - Retenção de garantias	718 996	877 988
Fornecedores - Empresas associadas (Nota 8.3)	279 438	331531
	24 947 049	50 256 121

A decomposição da rubrica estado e outros entes públicos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Estado e outros entes públicos	2011	2010
IVA	2 594 060	733 115
Contribuições para a segurança social e CGA	1821471	1977 538
IRS	893 544	978 199
Outros impostos		101109
	5 309 076	3 789 961

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2011, e regularizados em janeiro de 2012.

O IVA a pagar respeita ao período de dezembro de 2011, tendo sido liquidado em fevereiro de 2012.

Os **acréscimos de gastos** incluem a responsabilidade com férias de 2011 devidas em 2012, que representa 8% do saldo de 2011 (15% do saldo em 2010, pois englobava igualmente a responsabilidade do subsídio de férias de 2010). Regista também rendas de instalações e custos diversos de 2011 não faturados pelas respetivas entidades até final do respetivo exercício.

Inclui também o acréscimo resultante dos pagamentos efetuados ao pessoal, por motivo de indemnização de rescisão de contrato de trabalho, no montante de 3.233.136 euros (847.731 euros em 2010). Estes adiantamentos resultaram de diferença temporal entre a data de processamento e o fecho do exercício em causa, dado que as respetivas datas não são coincidentes (o período de processamento de salários ocorreu a 19 de dezembro de 2011).

Os **financiamentos obtidos de entidades relacionadas** referem-se a empresas subsidiárias e representam aplicações temporárias de excedentes de tesouraria, seguindo regras instituídas pela REFER, sobre esta matéria (ver nota 5.22).

Os **adiantamentos por conta de vendas**, no montante de 18.252 milhares de euros (17.606 milhares de euros em 2010) da qual cerca de 77% é referente a um Contrato de Promessa de Compra e Venda assinado em 28/07/2000, sobre um Direito de Superfície concedido, cuja escritura ainda não se concretizou, continuando no entanto a receber-se valores referentes a este contrato. Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do rédito, nomeadamente os despachos de desafetação de domínio público ferroviário, dos bens em causa.

No saldo evidenciado como **outras contas a pagar** destaca-se a rubrica de consultoria e assessoria, no montante de 2.348.704 euros, que representa 69% daquela (20% em 2010).

Pela aplicação do Regulamento nº 473/2010 de 6 de maio de 2010, a REFER passou a debitar e creditar os valores referentes a “Melhoria de Desempenho” (MD) e calculados de acordo com o referido Regulamento. Encontra-se assim registado o valor de 119.363 euros na rubrica de **outras contas a pagar**, referente ao prémio calculado no corrente ano e a distribuir pelos operadores.

Os **rendimentos a reconhecer** incluem 595.260 euros (747.516 euros em 2010) referente ao valor a integrar na proporção das respetivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em ativo fixo tangível em 2007.

5.14 Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	11402 698	1589 988	922 361	12 070 326
Provisão para reestruturação	3 974 393		3 974 393	
	15 377 091	1 589 988	4 896 754	12 070 326

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Reversão/ Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	11702 371	1547 444	1847 117	11402 698
Provisão para reestruturação		3 974 393		3 974 393
	11 702 371	5 521 837	1 847 117	15 377 091

Os montantes registados em provisões resultam da identificação de situações em que a REFER espera que seja provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, razoavelmente estimável, seja exigida para liquidar a obrigação.

A provisão dos **processos judiciais em curso** inclui os processos cíveis e processos de relações de trabalho.

A provisão para **reestruturação** constituída em 2010, foi utilizada na sua totalidade no corrente exercício, tendo sido materializada por rescisões de contrato de trabalho por mútuo acordo resultantes do plano de supressão e automatização de passagens de nível, da implementação da nova estratégia de manutenção e na reestruturação técnica e funcional organizativa iniciada em 2010.

5.15 Impostos sobre o rendimento

Os valores a receber / (pagar) ao estado, no período 2011/2010 relativo ao imposto sobre o rendimento são:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
IRC		
IRC a recuperar	700 000	3 070 977
IRC a pagar	- 306 941	

O imposto a recuperar, no montante de 700.000 euros, respeita a pagamentos especiais por conta (2010: 630.000 euros) efetuados pela REFER.

Deste montante, ao abrigo da legislação fiscal vigente, foram efetuados pedidos de reembolso, sendo 200.000 euros de 2003, 40.000 euros de 2004, 40.000 euros de 2005 e 70.000 euros de 2006, num total global de 350.000 euros.

No corrente exercício, face às tributações autónomas apuradas no exercício (387 milhares de euros – nota 5.24.2), contra as retenções de prediais efetuadas (80 milhares de euros) resultou o imposto a entregar ao estado; em 2010, o valor de retenções na fonte de natureza prediais foi mais significativo, motivado pelo contrato de arrendamento em vigor nessa data, em relação ao edifício Art's e que foi rescindido em 2011. (ver nota 5.1 e 5.17)

5.16 Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração

5.16.1 Prestações de Serviços

As prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Concedente Estado - Rédito ILD (Nota 6)	58 487 847	63 439 759
Utilização de canais (Tarifas)	55 688 734	58 801 453
Energia de Tração	4 431 061	3 944 251
Manobras/Estac. Material Circulante	3 541 297	3 533 802
Utilização de Estações e Apeadeiros	2 680 526	2 620 778
Capacidade Pedida Não Utilizada	2 448 740	2 569 001
Informação ao Público	448 637	520 451
Atravessamentos	153 506	115 575
Melhoria de desempenho	148 211	115 355
Conservação de Ramais Particulares	82 535	80 806
Outros serviços	2 620 320	1 227 550
	130 731 415	136 968 780

Os montantes registados em **Concedente Estado – Rédito ILD** correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade em investimento de infraestruturas de longa duração (ver nota 6).

Nesta rubrica encontram-se igualmente registados os rendimentos associados às prestações de serviços, faturados de acordo com o Diretório de Rede produzido em consonância com o Decreto-Lei 270/2003, alterado pelo Decreto-Lei 231/2007, em particular com o disposto nos artigos 30 a 32 (ver nota 1.2), destacando-se, os rendimentos por utilização das infraestruturas, ou seja, a taxa de utilização das

infraestruturas ferroviárias, homologada pelo Instituto Nacional de Transportes Ferroviários e debitadas à CP, CP Carga, à Fertagus e à Takargo.

Esta rubrica inclui, ainda, serviços prestados por funcionários da REFER, no âmbito das manobras de circulação ferroviária, debitados às mesmas entidades, referentes à utilização de complexos ferroviários, débito de energia de tração, estacionamento de material circulante e utilização de apeadeiros.

5.16.2 Subsídios à Exploração

Através da Resolução de Conselho de Ministros 53/2011, de 16 de dezembro, foram atribuídos 36.000.000 euros (2010: 35.850.553 euros), a título de indemnizações compensatórias, e que se encontram registados nesta rubrica.

5.17 Fornecimentos e Serviços Externos

A posição da rubrica de fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Subcontratos	65 148 640	85 063 149
Eletricidade	10 166 725	9 031 582
Trabalhos especializados	4 391 352	7 562 852
Vigilância e segurança	4 166 387	4 528 539
Rendas e alugueres	3 163 554	4 093 881
Limpeza, higiene e conforto	1 710 112	1 874 969
Comunicações	1 402 628	1 612 808
Seguros	1 251 952	1 333 953
Combustíveis	1 184 485	1 352 714
Royalties	1 166 330	1 149 872
Conservação e reparação	1 104 899	1 835 464
Água	1 102 973	1 210 796
Transportes de pessoal	920 551	1 008 776
Honorários	238 549	291 844
Outros inferiores a 200 000 euros	924 473	1 701 887
Fornecimentos e Serviços Externos	98 249 757	123 921 181

A rubrica de **subcontratos** refere-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção de via, sinalização, telecomunicações e catenária.

Os gastos com a subcontratação registaram um decréscimo transversal a todas as especialidades, sendo a manutenção de via a especialidade com gastos mais significativos.

Dos contratos de via mais significativos, salienta-se a realização dos Contratos de Manutenção Integrada de via nas zonas Sul, Lisboa, Beira Alta e Oeste, que representam 57% do total de gastos desta especialidade.

A diminuição registada na rubrica de **trabalhos especializados** deve-se ao esforço pela empresa de internalização de serviços outrora contratados, aliado ao facto de decréscimo da atividade de investimentos que exigiu um recurso menos significativo de gastos desta natureza.

O decréscimo de 23% registado face ao ano anterior, na rubrica de **rendas e alugueres**, resulta da denúncia do contrato de arrendamento do Edifício Art's, com efeito a 30 junho de 2011.

Quanto aos gastos referentes à rubrica de **conservação e reparação** verificou-se um decréscimo face a 2010, ocorridos nos contratos de prestação de serviços de assistência técnica de equipamentos informáticos, conservação e reparação da frota automóvel, bem como no que se refere aos equipamentos ferroviários.

Locações operacionais

A rubrica de rendas e alugueres inclui 1.471.891 euros (1.481.892 euros em 2010) relativos ao custo com locações operacionais de viaturas e 173.937 euros (87.771 euros em 2010) com locações operacionais de equipamentos administrativos.

A REFER, à data a que se reporta este Anexo, detém ao seu serviço 346 viaturas (394 viaturas em 2010), e 41 equipamentos administrativos (51 equipamentos em 2010), através de contratos de locação operacional.

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação operacional que a REFER celebrou:

Unidade de medida: euro

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
De acordo com contratos celebrados		
Viaturas	1 146 739	861 249
Equipamentos	180 070	466 625
Valor presente da dívida		
Viaturas	1 124 232	836 019
Equipamentos	176 536	448 581

5.18 Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 repartem-se da seguinte forma:

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2011	2010
Remunerações do Pessoal	74 688 004	87 786 431
Indemnizações	26 775 918	3 003 142
Encargos sobre Remunerações	16 090 152	18 786 891
Outros Gastos com Pessoal	5 462 869	5 460 162
Seguros de acidentes de trabalho	772 628	832 196
Gastos de Ação Social	588 178	755 172
Remunerações Órgãos Sociais	295 896	414 524
	124 673 646	117 038 518

Os **outros gastos com pessoal** abrangem, essencialmente, despesas com formação, recrutamento, e benefícios na utilização de concessões de transporte.

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa, ao longo do ano de 2011 foi de 3.237 (em 2010 era de 3.469), sendo o número de efetivos a 31/12/2011 de 2.815 (3.445 em 31/12/2010). A diminuição do número de trabalhadores da REFER justifica o aumento verificado na rubrica de Indemnizações, cujo valor ascendeu a 26.775 milhares de euros (em 2010 era de 3.003 milhares de euros). O prazo médio de retorno destas compensações é de 26 meses, sendo a antiguidade média dos colaboradores que as receberam de 33 anos.

Também as rubricas relativas a **Remuneração do Pessoal** e **Encargos sobre Remunerações** sofrem em 2011 o impacto da redução do efetivo. A Massa Salarial teve uma redução de 10,26% face ao ano anterior. Sem o valor das indemnizações os gastos com pessoal ascenderiam a 97.897 milhares de euros em 2011, o que compara com os 114.035 de 2010. A tendência de redução de gastos com pessoal, líquidos de indemnizações, deverá manter-se em 2012.

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2011 e 2010 nos montantes de 126.586 euros e 188.739 euros respetivamente.

A discriminação é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Retribuição mensal	67 287	101 185
Diuturnidades	6 628	8 013
Sub. Férias e Sub. Natal	15 002	23 051
Contribuição Patronal	23 896	35 833
Outros	13 773	20 657
Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores	126 586	188 739

Os trabalhadores envolvidos nestas estruturas foram os seguintes:

Descrição	2011	2010
A tempo parcial (nº médio)		
Dirigentes sindicais	175	154
Comissão e Subcomissões	21	26
A tempo inteiro		
Dirigentes sindicais	6	7
Comissão e Subcomissões		
Nº de Trabalhadores envolvidos em Estruturas Representativas	202	186

5.19 Imparidades

A decomposição da rubrica de imparidades é a seguinte:

31 de dezembro de 2011

Unidade de medida: euro

Imparidades	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Saldo final
Investimentos em associadas (Nota 5.4)	322 476			322 476
Ativos disponíveis para venda (Nota 5.6)	64 494			64 494
Suprimentos - Empresas associadas (Nota 5.7)	4 889 014	4 113 749		9 002 763
Inventários (Nota 5.8)	228 698	461 058		689 755
Outros devedores (Nota 5.10)	2 263 702		8 664	2 255 039
	7 768 384	4 574 807	8 664	12 334 527

31 de dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Imparidades	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Saldo final
Investimentos em associadas (Nota 5.4)	322 476			322 476
Ativos disponíveis para venda (Nota 5.6)	64 494			64 494
Suprimentos - Empresas associadas (Nota 5.7)		4 889 014		4 889 014
Inventários (Nota 5.8)	91 159	137 539		228 698
Outros devedores (Nota 5.10)	1973 395	290 307		2 263 702
	2 451 524	5 316 860		7 768 384

5.20 Outros Gastos

A decomposição da rubrica de outros gastos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
IMTT	2 211 984	610 743
Impostos diretos e indiretos	501 874	522 040
Perdas em investimentos não financeiros	469 979	65 767
Indemnizações	281 943	452 529
Do nativos	266 228	317 847
Quotizações	183 234	202 098
Perdas em inventários	128 043	61 248
Gastos Operacionais < a 10000 euros	53 700	25 253
Outros Gastos	4 112 678	2 267 250

A variação registada na rubrica do IMTT, não reflete um aumento real do gasto suportado, dado que o valor de 2010 se encontrava influenciado pelos acertos de faturação real de 2008 e 2009; o valor efetivamente suportado em relação ao ano de 2010 foi de 2.211.987 euros.

Os impostos indiretos compreendem fundamentalmente o imposto do selo e taxas diversas suportadas nos anos respetivos.

Quanto aos donativos, a referir o da Fundação do Museu Nacional Ferroviário no montante de 213.728 euros (252.000 euros em 2010) e à UNICRI no montante de 20.000 euros (20.000 euros em 2010).

5.21 Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de outros rendimentos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Concessões de utilização e licenças	6 816 599	6 540 696
Ganhos em inventários	3 221 253	84 858
Telecomunicações	1 596 036	1 626 746
Venda/Cedência energia e água	921 119	859 587
Vendas diversas	611 721	190 072
Cedência de materiais e pessoal	4 18 041	1 188 608
Aluguer de equipamento	189 273	290 251
Fundo Conservação Casa	164 716	189 891
Subsídios	61 609	128 152
Outros rendimentos < a 50000 euros	670 946	2 858 148
Outros Rendimentos	14 671 314	13 957 008

A rubrica de **concessões de utilização de licenças** inclui essencialmente a concessão de utilização de espaços comerciais, que contribui com 66% (24% em 2010) e edifícios e terrenos, cerca de 16%, (47% em 2010) para esta rubrica. O aumento significativo da concessão de espaços comerciais resulta do contrato de concessão assinado com a REFER PATRIMÓNIO no corrente exercício (ver nota 5.19).

As vendas de resíduos e travessas registaram um significativo aumento em 2011, o que explica a variação positiva da rubrica de **vendas diversas**; 611.691 euros, valor em 2011 e 189.976 euros, valor em 2010).

A variação extremamente negativa da rubrica de **cedência de materiais e pessoal**, **65%** em relação a 2010, é justificada pela resolução dos contratos desta natureza celebrados com a RAVE, S.A., por motivo do atual processo de extinção da RAVE.

5.22 Perdas e Ganhos Financeiros

A decomposição da rubrica de perdas e ganhos financeiros é a seguinte:

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2011	2010 (Reexpresso)
Perdas Financeiras		
Juros Suportados:		
Empréstimos	- 192 637 526	- 137 071 344
Instrumentos financeiros derivados	- 75 463 959	- 90 440 444
Outros juros suportados	- 657 320	- 171 452
Varição de justo valor :		
Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.9)	- 26 121 352	- 31 440 657
Outras perdas financeiras	- 15 730 293	- 9 698 350
	- 310 610 450	- 268 822 247
Ganhos Financeiros		
Rendimentos títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras	160 325	334
Juros Obtidos		
Instrumentos financeiros derivados	83 327 575	91 636 550
Outros juros obtidos	169 229	70 045
Juros obtidos-concedente Estado (Nota 4.14)	125 018 463	94 929 220
Varição de justo valor :		
Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.9)	219 10 061	44 664 663
Outros ganhos financeiros	183 897	92
	230 769 550	231 300 905
(Imparidades) / Reversões (Nota 5.23)	381 511	- 4 915 588
Dividendos (Nota 5.23)	7 205 720	1 000 000
Ganhos/(Perdas) Subsidiárias e Associadas (Nota 5.23)	7 587 231	- 3 915 588
Resultados Financeiros	- 72 253 669	- 41 436 930

Os juros suportados dizem respeito a juros associados à dívida afeta às Atividades de Investimento e Gestão de Infraestrutura, nomeadamente, empréstimos obrigacionistas, empréstimos bilaterais e a linhas de crédito de curto prazo. Inclui também os juros referentes às pernas pagadoras e prémios pagos dos swaps de taxa de juro contratados e, ainda, a remuneração paga pelas aplicações de tesouraria de empresas subsidiárias efetuadas junto da REFER. As subsidiárias são remuneradas à

taxa Euribor a 1 semana deduzida de 1 ponto percentual numa base de 365 dias, com taxa de juro mínima de 0,25%.

As Outras perdas financeiras respeitam aos encargos com a taxa de aval, imposto de selo e comissões associadas aos empréstimos obtidos para financiar as Atividades de Gestão de Infraestruturas e Investimento em Infraestruturas de Longa Duração.

A rubrica de juros obtidos inclui os juros obtidos em instrumentos financeiros derivados decorrentes das operações de swap (perna recebedora e prémios recebidos), outros juros auferidos em resultado de aplicações financeiras e os juros obtidos do concedente Estado (Nota 4.14).

As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em Perdas Financeiras e as variações positivas em Ganhos Financeiros. O efeito líquido destas variações ascendia a 4,2 milhões de euros negativos em 2011 (13,22 milhões de euros positivos em 2010).

5.23 Ganhos e Perdas em Subsidiárias e Associadas

Nos exercícios findos em 2011 e 2010, a rubrica de Ganhos / (Perdas) em subsidiárias decompõem-se como segue:

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010 (Reexpresso)
(Imparidades) / Reversões (Notas 5.3 / 5.22)	381511	-4 915 588
Ganhos em empresas subsidiárias (Nota 5.22)	7 205 720	1000 000
Ganhos/(Perdas em Subsidiárias)	7 587 231	- 3 915 588

Os ganhos em empresas subsidiárias decorreram da distribuição de reservas livres da FERBRITAS no montante de 5.905.720 euros (2010: 0) e de dividendos da REFER TELECOM 1.300.000 euros, (2010: 1.000.000 euros).

Em 2010 foram registadas imparidades sobre as participações financeiras da RAVE (1.000.000 Euros) e REFER PATRIMÓNIO (3.915.588 euros – Nota 2.1.1). Em 2011, face à evolução positiva ocorrida nos capitais próprios da REFER PATRIMÓNIO houve lugar a uma reversão parcial do ajustamento constituído em 2010, (Ver nota 5.3).

A imparidade constituída sobre o investimento na RAVE, tem em vista a perspetiva de uma futura integração da RAVE na REFER, conforme previsto nas medidas de Consolidação Orçamental do Estado, publicada no Diário da República, 1ª série, em 27/12/2010. Assim a Administração, perspetivou a existência de um risco de recuperação do investimento, face à natureza do património a integrar proveniente da RAVE, tendo desse modo ajustado a totalidade do valor desta participação.

5.24 Imposto sobre o Rendimento do Exercício

5.24.1 Impostos diferidos ativos e passivos

A REFER não reconheceu nas suas demonstrações financeiras ativos e passivos por impostos diferidos.

Em relação a impostos diferidos passivos, não foram identificadas situações que originassem o seu reconhecimento.

No que diz respeito a impostos diferidos ativos, existem prejuízos fiscais por utilizar no valor total de 904.733.293 euros. Aliado a estes prejuízos por utilizar, com a atual conjuntura económica, os orçamentos dos próximos anos, e a natureza da atividade da REFER, não se espera que venham a existir lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação das diferenças temporárias ativas.

Unidade de medida: euro

Data dos prejuízos	Data limite de reporte	Montante
2006	2012	191696 681
2007	2013	222 339 125
2008	2014	208 952 175
2009	2015	236 172 810
2010	2014	45 572 502
		904 733 293

5.24.2 Imposto sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração de rendimento integral, refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor a cada data de relato.

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Imposto corrente do exercício	386 857	289 154
	386 857	289 154

6. Demonstração dos resultados internos efetuados para a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração

Os trabalhos internos efetuados para a atividade de investimento em ILD's, que foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral, apresentam-se de seguida (ver nota 5.16).

Unidade de medida: euro

Descrição	2011	2010
Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		
Consumos		133 705
Materiais para Investimento	31 133 765	33 168 062
Equipamento	37 764	24 246
Mão-de-Obra	769 435	1267 103
Encargos de Estrutura	26 546 882	28 846 643
Total Atividade em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração	58 487 847	63 439 759

7. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

Informação a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005 de 8 de setembro de 2005 e o art.13º-A, do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto.

Unidade de medida: euro

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2011			
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	86 495	67	20 543	
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	75 495	535		5 975
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	75 495	802	14 297	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Regime Normal	75 495	67	14 297	
Remunerações Atribuídas			312 979	1 470	49 137	5 975

Unidade de medida: euro

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2010			
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	97 912	334	23 254	
Alfredo Vicente Pereira	Vice Presidente	Regime Normal	58 507		13 895	
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	85 460	1504		6 488
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	85 460	752	20 297	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Regime Normal	85 460	1921	20 297	
Remunerações Atribuídas			412 798	4 511	77 743	6 488

Os valores postos à disposição da Comissão de Fiscalização foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

Entidade	2011			2010		
	Valor Mensal	Valor Total	Descontos Patronais para SS	Valor Mensal	Valor Total	Descontos Patronais para SS
Hilário Manuel Marcelino Teixeira	951	3 802	903	951	11 412	2 710
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	3 037	36 439		4 392	52 708	

O vogal da comissão de fiscalização, o Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira, optou pela suspensão da remuneração a partir de maio de 2011.

Os valores evidenciados a favor de Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC assumem a forma de remuneração de trabalhos especializados.

8. Divulgações com partes relacionadas

8.1 Resumo das entidades relacionadas

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER são as seguintes:

2011

	Relação
Empresas Subsidiárias	
Refer Património	REFER detém 99,997% capital
Ferbritas	REFER detém 98,43% capital
Refer Telecom	REFER detém 100% capital
RAVE	REFER detém 40% capital
Empresas Associadas	
GIL	REFER detém 33,98% capital
Outras entidades relacionadas	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

2010

	Relação
Empresas Subsidiárias	
Refer Património	REFER detém 99,997% capital
Ferbritas	REFER detém 98,43% capital
CP Com	REFER detém 80% capital
Refer Telecom	REFER detém 100% capital
RAVE	REFER detém 40% capital
Empresas Associadas	
GIL	REFER detém 33,98% capital
Outras entidades relacionadas	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

8.2 Saldos e transações com empresas subsidiárias

Os saldos com **empresas subsidiárias** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	2011	2010
Saldos a receber		
REFER PATRIMÓNIO	4 547 631	4 553 612
ILD'S - Saldos a receber (Notas 4.3.3)	4 547 631	4 553 612
REFER PATRIMÓNIO	3 705 246	234 612
REFER TELECOM	1638 977	1560 898
RAVE	74 703	442 990
FERBRITAS	2 324	16 838
CP COM	0	691491
Clientes (Nota 5.10)	5 421 250	2 946 829
	9 968 881	7 500 441
Saldos a pagar		
FERBRITAS	3 551603	5 832 537
REFER PATRIMÓNIO	38 280	1479 459
REFER TELECOM	20 471	2 819 541
CP COM	0	18 637
ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar	3 610 354	10 150 173
REFER TELECOM	2 583 933	10 655 447
REFER PATRIMÓNIO	201079	799 100
FERBRITAS	7 463	1028 509
CP COM	0	121
Fornecedores (Nota 5.13)	2 792 475	12 483 177
REFER TELECOM	13 500 000	9 200 000
FERBRITAS	6 424 980	7 250 000
REFER PATRIMÓNIO	1530 000	650 000
Financiamentos obtidos (Nota 5.13)	21 454 980	17 100 000
	27 857 809	39 733 350

De seguida apresentam-se as transações ocorridas no período em análise com as empresas subsidiárias:

Unidade de medida: euro

Empresa	2011	2010
Investimentos e Fornecimentos e Serviços		
REFER TELECOM	13 910 685	17 635 793
FERBRITAS	12 334 325	13 061 149
REFER PATRIMÓNIO	84 535	1 793 551
CP COM	0	10 865
	26 329 545	32 501 358
Prestação de serviços		
FERBRITAS	5 946 113	19 317
REFER TELECOM	3 116 347	1 958 047
REFER PATRIMÓNIO	2 347 567	713 465
RAVE	551 095	1 327 456
CP COM	0	2 118 266
	11 961 122	6 136 551
Encargos financeiros		
REFER TELECOM	28 248	18 038
FERBRITAS	21 649	18 946
RAVE	5 437	0
REFER PATRIMÓNIO	2 492	6 861
	57 826	43 845

8.3 Saldos e transações com empresas associadas

Os saldos com **empresas associadas** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	2011	2010
Saldos a receber		
GIL		
Empréstimos e contas a receber (Nota 5.7)	0	0
GIL	37 696	12 361
Clientes (Nota 5.10)	37 696	12 361
	37 696	12 361
Saldos a pagar		
GIL	279 438	331 531
Fornecedores (Nota 5.13)	279 438	331 531
	279 438	331 531

As transações verificadas com empresas associadas, no período em análise, apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

Empresa	2011	2010
Investimentos e Fornecimentos e Serviços		
GIL	908 741	1096 057
	908 741	1 096 057
Prestações de serviços		
GIL	40 863	40 863
	40 863	40 863

8.4 Saldos e transações com outras entidades relacionadas

Os saldos com a CP e CP Carga detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	2011	2010
Saldos a receber		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	46 418 011	17 878 134
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	13 442 073	8 772 542
Clientes (Nota 5.10)	59 860 085	26 650 676
	59 860 085	26 650 676
Saldos a pagar		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	215 250	3 640
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	27 798	10 420
ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar	243 048	14 060
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	961558	2 944 215
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	37 742	86 459
Fornecedores (Nota 5.13)	999 300	3 030 674
	1 242 348	3 044 734

As transações com a CP e CP Carga ocorridas no período em análise, apresentam-se de seguida:

Unidade de medida: euro

Empresa	2011	2010
Investimentos e Fornecimentos e Serviços		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	6 473 375	6 351 464
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	114 861	135 990
	6 588 236	6 487 454
Prestação de serviços		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	52 016 232	54 065 810
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	14 340 728	14 287 285
	66 356 960	68 353 095

8.5 Saldos e faturação emitida com entidades públicas

Os protocolos em vigor à data de 31 de dezembro de 2011, de montante mais significativo, são os seguintes:

Unidade de medida: euro

Município	Descrição do Protocolo / Entidade relacionada	Faturação Emitida acumulada até 31/12/2011	Valor em Dívida a 31/12/2011
Saldos a receber			
Espinho	Intervenção em Espinho. Requalificação Urbana e rebaixamento de via.	15 750 890	6 19 682
Aveiro	Construção da Nova Estação de Aveiro - Interface Rodoviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente, Financiamento do Empreendimento	13 350 792	13 350 792
EP - Estradas de Portugal	Protocolo para a Gestão da Conservação de Obras de Arte objeto de exploração Rodoviária e Ferroviária	5 730 346	670 415
Viana do Castelo	Supressão de Passagens de Nível no Concelho de Viana do Castelo	3 209 153	2 464 825
Sintra	Colaboração Técnica e Financeira entre a REFER e o Município de Sintra para a construção do "Túnel de Aqualva"	3 171 712	1 132 509
Cascais	Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais – Troço Carcavelos/Estoril (Revisão)	3 132 348	3 076 512
Fundão	Infraestruturas Rodoviárias na Área Urbana do Fundão - 2º Aditamento	2 865 417	2 865 417
Coimbra	Encerramento definitivo das 21 passagens de nível no Concelho de Coimbra e respetivos caminhos de acesso	2 676 764	2 676 764
Viseu	Cedência ao Município de Viseu de todo o património imobiliário da REFER localizado naquele Concelho, após desafetação do minial	2 125 000	300 000
Ovar	Encerramento de 6 PNs no Concelho de Ovar, construção de 4 obras, e respetivos caminhos de acesso	1 405 654	- 11 776
		53 418 076	27 145 141

9. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Os impactos da adoção das normas e interpretações que se tornaram **efetivas a 1 de janeiro de 2011**, são os seguintes:

Normas

- IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2010). Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos acionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transação com acionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da REFER.

- IFRS 1 (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2010, na União Europeia). Esta alteração permite às entidades que adotem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7. Esta alteração não apresenta impactos na REFER em virtude do facto desta já relatar em IAS/IFRS.
- IAS 24 (alteração) 'Partes relacionadas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2011). A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transações significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta norma teve aplicação antecipada na REFER em 2010.
- Melhoria anual das normas em 2010. Como parte do processo de revisão da consistência da aplicação prática das IAS/IFRS, o IASB decidiu fazer melhorias às normas como o objetivo de clarificar algumas das inconsistências identificadas. As melhorias mais significativas referem-se às alterações efetuadas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. A adoção das melhorias de 2010 às normas, não tiveram impactos relevantes na REFER.

Interpretações

- IFRIC 19, 'Extinção de instrumentos de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Clarifica qual o tratamento contabilístico a adotar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (ações) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando como valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 14 (Alterações), Com esta emenda, uma entidade deve reconhecer como ativo os pagamentos de serviços futuros feitos antecipadamente e, em cada ano, a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados. A IFRIC 14 não teve impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é **obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2011** ou em data posterior, que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

Normas

- IFRS 1 (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração vem incluir uma isenção específica para os primeiros adotantes das IFRS que operavam anteriormente em economias classificadas como hiperinflacionárias. Assim, quando a data de transição para as IFRS corresponde à data ou é posterior à data em que a moeda funcional da Entidade "normalizou", esta pode optar por mensurar todos os ativos e passivos detidos à data da normalização ao justo valor, na transição para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à remoção de datas nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS pela primeira vez. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos no balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IAS 12 (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A alteração à IAS 12 resultou na incorporação da SIC 21 – 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' e na exceção ao tratamento contabilístico previsto na SIC 21 para as propriedades de investimento ao justo valor. No caso das propriedades de investimento ao justo valor existe a presunção de que a sua recuperação será sempre pela venda, para efeitos de determinação do impacto fiscal. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IAS 1 (alterações) 'Apresentação das Demonstrações financeiras – Demonstração do rendimento integral' (aplicar para os exercícios que se iniciem após 1 janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que as entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 39 prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de

resultados. A REFER aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- IFRS 10 (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma única entidade mantém-se inalterado.
- IFRS 11 (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser: Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. A REFER aplicará essa norma no ano em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 12 (Novo), 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A IFRS 12 estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas ao interesse da entidade. Uma entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A REFER aplicará essa norma no ano em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 13 (Novo), 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao efetuar uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS. A REFER aplicará essa norma no ano em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 27 (Revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos da contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A REFER aplicará essa norma no ano em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 28 (Revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos', (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico

dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A REFER aplicará essa norma no ano em que a mesma se tornar efetiva.

- IAS 19 (Alteração), 'Benefícios aos empregados', (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. A REFER aplicará essa norma no ano em que a mesma se tornar efetiva.

10. Compromissos de investimento

O valor estimado de investimentos a efetuar em Infraestruturas de Longa Duração (ILDs) no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILDs (EAGs - Estruturas de Apoio e de Gestão integrando investimentos de funcionamento, estudos e outros ativos fixos) necessários ao desenvolvimento das atividades previstas ascende a 73 milhões de euros.

Do total de investimento previsto 97% (71 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILDs; os restantes 3% (2 milhões de euros) correspondem a investimentos em EAGs.

Unidade de medida: milhões de euros

Programas/Projetos	Estimativa 2012
Investimento em ILD	
Inscritos no âmbito do PIDDAC	
Programa de Investimentos mínimo na Rede Ferroviária Nacional	71
Não inscritos no âmbito do PIDDAC	
	0
Total Investimento em ILD	71
Total Investimento em EAG	2
Total Investimento REFER	73

Nota: investimento a custos técnicos

11. Garantias e avales

Em 31 de dezembro de 2011, os **empréstimos que beneficiavam de aval do Estado** totalizam 2.974.254.844 euros (em 2010: 3.328.296.792 euros), conforme nota 4.6.

O total de **garantias bancárias recebidas de fornecedores** ascendia a 187.407.517 euros (em 2010: 203.562.838 euros).

Em relação a **garantias bancárias recebidas de clientes/devedores**, são no montante de 11.363.720 euros (em 2010: 8.698.030 euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de concessão a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

À data de 31 de dezembro de 2011, a REFER assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 171.552 euros (em 2010: 454.326 euros) e **outras garantias** 2.629.092 euros (em 2010: 2.632.592 euros).

Como acionista maioritário da FERBRITAS, a REFER tem subscrita carta de conforto a favor do Banco Millennium relativa a Financiamento de Médio e Longo Prazo até ao montante de 188.372 euros.

12. Contingências

Processos em tribunal

No final do exercício de 2011, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações, atingem o valor de 359.586 euros (em 2010: 788.891 euros), sendo que este valor não tem reflexo a nível de demonstração da posição financeira.

Neste caso, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde está a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da resolução destes processos não resulta um custo para a empresa, mas sim um investimento em infraestruturas ferroviárias. Para além destes, existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas de que a empresa é gestora, danos provocados em propriedades alheias, mas imputáveis à empresa, e a alguns processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, objeto de provisão.

Quanto à ação contra a REFER, intentada pelo consórcio TeixeiraDuarte/EPOS, na sequência da rescisão, por parte da REFER, do Contrato de Reabilitação do Túnel do Rossio e divulgada em 2008 à data de elaboração deste anexo, não existem conclusões ou informação adicionais relevantes sobre este processo passíveis de influenciar as contas ora apresentadas.

Outras Situações

A empresa apresentou em 05 de maio de 2011, pedido de informação vinculativa à Autoridade Tributária e Aduaneira respeitante ao enquadramento fiscal conferido à

atividade de investimentos em ILD e do qual ainda não houve resposta até à data de apresentação das contas.

Face a pareceres fiscais entretanto obtidos, é convicção da empresa que não advenham correções e/ou liquidações adicionais resultantes de tal parecer.

13. Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2012 a agência de rating Standard & Poor's reviu em baixa a notação de risco de crédito da REFER de B- para CCC+, com Outlook negativo.

Em 14 de fevereiro de 2012 a REFER assinou um novo empréstimo com o Estado Português no montante de EUR 273.400.000 com maturidade em 2017 e taxa de juro de 3,25%a.a..

Em 16 de fevereiro de 2012 a agência de rating Moody's reviu em baixa a notação de risco de crédito das obrigações garantidas da REFER de Ba2 para Ba3. A notação das emissões obrigacionistas não garantidas permaneceu em B2. O Outlook é negativo.

O Grupo REFER, tem vindo a participar num empreendimento conjunto, por intermédio de uma entidade constituída para o efeito (IFERVISA) detida em partes iguais pela subsidiária REFER PATRIMÓNIO e um grupo privado (VISABEIRA).

Tem-se constatado, que a referida parceria há muito que deixou de ter interesse para o Grupo, uma vez que a mesma tem implicado a partilha de perdas constantes face aos termos contratados. Assim, desde março do corrente exercício, foi encetado o processo de negociação com vista à cessação dessa parceria, tendo resultado da mesma, uma proposta de alienação dos 50% da participação em posse da REFER PATRIMÓNIO, mediante a futura recompra por parte da REFER do terreno de Tomar para reintegração parcial ou total no domínio público ferroviário.

A aquisição do terreno supra mencionado, será feito mediante a assunção da posição contratual da IFERVISA relativa a parte da dívida afeta ao Terreno de Tomar.

PARTE III

RELATÓRIO GOVERNO DA SOCIEDADE



III GOVERNO DA SOCIEDADE

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2011.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 430.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Introdução	4
Missão, Objetivos e Políticas	5
Gestão do Risco Financeiro	8
Órgãos Sociais	10
Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	17
Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos	20
Informação Sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	23
Informação Sobre Outras Transações	24
Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores	26
Cumprimentos Deveres Especiais de Informação	27
Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2010	28
Cumprimento das "orientações ao nível das remunerações":	29
Componente Variável de Remunerações	30
Normas de Contratação Pública	31
Racionalização de política de aprovisionamento de Bens e Serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas	33
Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento	34
Cumprimento do Plano de Redução de Custos	35
Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado	36
Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental	37
Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	38
Código de Ética e Conduta	40
Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Ativos	41
Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses	42
Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Atualizada	43
Publicidade Institucional	44
Sistema de Gestão de Riscos	45
Anexos	47

Introdução

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades, bem como a divulgação periódica – junto dos seus stakeholders, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adotadas pela REFER, E.P.E. nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspetos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pela RCM n.º 49/2007 e do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 5/2008.

Missão, Objetivos e Políticas

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril, a REFER, E.P.E., tem como objeto principal o serviço público de gestão da rede ferroviária nacional. Incluem-se ainda no objeto:

- A construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento.
- O comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária.
- Atividades complementares ou subsidiárias do objeto principal.

Em 2008 os Estatutos da REFER foram republicados, através do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, o qual entrou em vigor em 23 de julho. Este Decreto-Lei vem alterar e republicar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Assim, a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P., é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos.

Natureza da REFER, E. P. E.:

“A REFER, E. P. E., é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes.”

Sinteticamente a REFER tem como Missão:

“Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.”

E como Visão:

“A REFER será uma referência europeia na gestão da infraestrutura ferroviária”

Para o desenvolvimento da sua atividade, a REFER estruturou-se diferenciando as duas vertentes da sua missão, mas considerando que o seu objeto principal se centra na prestação de serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária. No entanto, toda a estrutura corporativa e administrativa serve indiferentemente as duas atividades.

Para além das atividades desenvolvidas no âmbito das missões Gestão da Infraestrutura e Gestão de Investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras atividades complementares.

A REFER, de acordo com o seu objeto social, atua em duas áreas de negócio que se complementam:

- **Gestão e Exploração da Infraestrutura**, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, que engloba o comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária.
- **Investimento** na construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento; atividade esta, que é desenvolvida por conta do Estado (os bens que integram o domínio público ferroviário).
- **Outras Atividades**, como a construção, instalação e gestão dos interfaces com os serviços de outros modos de transporte.

No desenvolvimento das suas atividades, dado o seu objeto, a REFER detém, total ou parcialmente, um conjunto de empresas que, pela natureza das suas atividades, são complementares ou subsidiárias do serviço público de gestão de infraestrutura ferroviária.

Através da resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 novembro, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes (PET), o qual define as prioridades de atuação no setor das Infraestruturas e transportes no horizonte 2011 – 2015 e que assenta em três vetores de atuação prioritária:

- a) “Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o setor financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses;
- b) Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional;
- c) Assegurar a mobilidade e acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social.”

(in: Plano Estratégico dos Transportes)

Ao nível da missão, destacam-se como Objetivos e Políticas da Empresa:

- Contenção de gastos e melhoria da eficiência;
- Ajustamento das condições e dos meios afetos à realização das atividades da Empresa aos condicionalismos decorrentes do PEC e do Memorando de Entendimento;
- Promoção de adequados níveis de segurança e de qualidade e fiabilidade do serviço;
- Conclusão da execução das intervenções e projetos em curso;
- Execução das intervenções essenciais à manutenção de adequados níveis de segurança e de serviço.

Gestão do Risco Financeiro

No âmbito do Despacho n.º 101/09-SETF de 30 de janeiro é definido um conjunto de instruções a observar pelas empresas públicas não financeiras (EPNF) com vista à minimização dos efeitos de volatilidade dos mercados financeiros sobre os seus resultados financeiros. No quadro abaixo detalha-se o nível de cumprimento daquelas instruções:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01

	Cumprido			Descrição
	Sim	Não	Não Aplicável	
Procedimento adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	√			Descobertos; papel comercial; mútuos; empréstimos obrigacionistas
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	√			Taxa fixa; taxa variável
Diversificação de entidades credoras	√			> 10 entidades credoras
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	√			swaps de taxa de juro
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: Transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	√			Empréstimo do Estado
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	√			bid competitivo
Minimização da prestação de garantias reais	√			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	√			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			√	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			√	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			√	
Inclusão nos E&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	√			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	√			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	√			
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
	√			

Legenda

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SETF de 9 de junho, ficaram as EPNF obrigadas "... a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF, incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SETF de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP);...".

As operações de IGRF realizadas pela REFER a partir de junho de 2011 foram objeto de autorização tutelar e parecer do IGCP previamente à sua celebração.

Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos (Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de abril) a REFER, E.P. tem como órgão de gestão o Conselho de Administração e como órgão de fiscalização a Comissão de Fiscalização. O Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho, veio transformar a REFER numa entidade pública empresarial procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos. As competências da antiga comissão de fiscalização são, agora, repartidas por dois novos órgãos sociais: Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Até ao dia 31 de dezembro de 2011, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG. LUÍS FILIPE MELO E SOUSA PARDAL

- Secretaria-Geral
- Direcção-Geral de Desenvolvimento da Rede
- Direcção de Coordenação de Capital Humano, Organização e Suporte Jurídico

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG.º ALBERTO JOSÉ ENGENHEIRO CASTANHO

- Engenharia e Exploração da Infraestrutura
- Segurança
- Logística

RIBEIRO

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DR. ROMEU COSTA REIS

- Auditoria Interna
- Comunicação e Relações Internacionais
- Fundos Comunitários

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG.º CARLOS ALBERTO JOÃO FERNANDES

- Direcção de Coordenação de Economia e Finanças
- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Gestão de Concessões da Alta Velocidade
- Contratualização com o Estado

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

Em 2011 o Conselho de Administração efetuou 50 reuniões com periodicidade semanal.

Mês	Número de reuniões
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	5
Abril	3
Maió	4
Junho	5
Julho	4
Agosto	4
Setembro	5
Outubro	4
Novembro	5
Dezembro	3
TOTAL	50

Nas suas reuniões o Conselho de Administração, no âmbito das suas competências delibera sobre:

- Os objetivos, estratégias e políticas de gestão da empresa
- Os planos de atividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do ministro das Finanças e do ministro da tutela;
- Apresentação ao ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de março de cada ano, dos documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer da comissão de fiscalização, com referência a 31 de dezembro do ano anterior;
- Gestão dos negócios da empresa e das operações relativas à prossecução do respetivo objeto;
- Contração de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;
- Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de proteção e de exercício de servidões administrativas;

- g) A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções coletivas de trabalho;
- h) Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
- i) A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades.

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 31 de dezembro de 2011, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Rave	Presidente
Dr. Romeu Costa Reis	Vogal	Ferbritas	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	REFER Património	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Refer Telecom	Presidente
		Rave	Vogal

Objetivos Anuais 2009-2011

Estabelece o Decreto-lei nº 71/2007 que o desempenho das funções de gestão praticadas pelos gestores públicos deve ser objeto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objetivos fixados nas orientações previstas no art.º 11º do DL 558/99, de 17/12, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral (art.º 6.º, n.º 1). No seguimento do preconizado pelo referido Decreto-lei foi assinado, em 30 julho de 2009, entre a Administração da REFER e o Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações - Secretaria de Estado dos Transportes (representantes do estado português), um Contrato de Gestão, com cada um dos Administradores, o qual estabelece indicadores e metas quantificadas com vista à prossecução dos objetivos estabelecidos, para o triénio 2009-2011.

Os indicadores e metas propostos para 2011, assim como o seu grau de realização foram os definidos na tabela abaixo:

REFER Objectivos Anuais 2009 . 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011	Ponderação
			Meta	Meta	Meta	
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns)	$[\text{Custos de Funcionamento Ano N} / \text{Custos de Funcionamento Ano N-1}] - 1$	8%	4%	3%	20%
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	$(\text{Saldo fornecedores exigível}) / (\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) \times 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	50 dias	42 dias	36 dias	5%
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA	$\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Próprios (em \%)}$	-157%	-138%	-129%	20%
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	>=14M €	>=15M €	>=16M €	15%
5. Qualidade e Fiabilidade do serviço	Índice de Pontualidade	$[\text{Ipp} \times \text{CP} / \text{CT} + \text{IPm} \times \text{CM} / \text{CT}] / \text{CT}$ (%)	83%	84%	85%	10%
	Índice de Qualidade da rede (IQV)	Através de Equipamento específico são avaliados os parâmetros técnicos da rede função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom: 67 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 4	Bom: 68 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 3	Bom: 69 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 2	10%
6. Segurança	Número de acidentes significativos ocorridos por comboio/quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	Nº de Acidentes Significativos/CK realizados	1,771	1,682	1,597	5%
7. Controlo dos Investimentos	Desvio Financeiro	$\text{Desvio financeiro da execução do orçamento Investimentos (\%)} = ((\text{Execução financeira no período}) / (\text{Valor orçamentado no período}) - 1)$	<=12%	<=11%	<=102%	15%

Objectivos de Gestão para 2011

Realização 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2011		
			Real	Meta	Desvio
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns) (%)	$[\text{Custos de Funcionamento Ano } N / \text{Custos de Funcionamento Ano } N-1] - 1$	-8,6%	3,0%	- 11,6 p.p.
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores (dias)	$((\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) / (\text{Saldo fornecedores exigível})) \times 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	80 dias	36 dias	44 dias
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA (%)	EBITDA/Rendimentos Próprios (em %)	-144%	-129%	- 15 p.p.
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core (M €)	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	115 M €	>= 16 M €	-4,49204056
	Índice de Pontualidade (%)	$[(\text{pp} \times \text{CP} / \text{CT} + \text{IP} \times \text{CM} / \text{CT}) / \text{CT}] \times \text{CT}$ (%)	88%	85%	3 p.p.
5. Qualidade e Fiabilidade de Serviço	Índice de Qualidade da Rede (IQV)	Através de equipamento específico são levantados os defeitos geométricos da via em função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom:66% Aceitável:24% Deficiente:7% Mau:3%	Bom:69% Aceitável:23% Deficiente:6% Mau:3%	Bom: -3 p.p. Aceitável: 1 p.p. Deficiente: 1 p.p. Mau: 1 p.p.
6. Segurança (*)	Número de acidentes significativos ocorridos por milhão de comboio quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	$N.º \text{ de Acidentes Significativos} / 10^6 \text{ ck realizados}$	0,773	1,597	-0,824
7. Controlo dos investimentos (**)	Desvio Financeiro (%)	Desvio Financeiro de execução do orç. Investimento (%) $((\text{Execução Financeira no período}) / (\text{Valor Orçamentado no período}) - 1)$	7%	<= 10%	- 3 p.p.

Órgãos de Fiscalização (Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho)

“Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.”

Conselho Fiscal

“Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;
- b) Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- c) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- d) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- e) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos atos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância."

Revisor Oficial de Contas

"Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respetivas causas."

Conforme referido anteriormente, até ao dia 31 de dezembro de 2011, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho, a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

Comissão de Fiscalização

Comissão de Fiscalização

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Representada por Dr. Issuf Ahmad	
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	DC SETF e SET de agosto 2007
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Auditoria

No exercício de 2011 a empresa não contratou auditor externo.

Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório fixado para os órgãos sociais da REFER E.P.E., à data de 31 de dezembro, é:

1. Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente

- Remuneração de 6 864,70 euros, 14 vezes por ano;

Vogais

- Remuneração de 5 991,65 euros, 14 vezes por ano.

Nota: sobre as remunerações acima referidas aplica-se a redução decorrente da Lei nº 55-A/ 2010.

2. Comissão de Fiscalização

Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

- Remuneração Exercício Comissão Fiscalização 950,51€12 vezes por ano

(a partir de abril de 2011 suspendeu a remuneração pelo exercício do cargo).

As remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração, em 2011, são:

Conselho de Administração - Remunerações 2011

[euros]

	Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Dr. Romeu Costa Reis	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Eng. Carlos Alberto João Fernandes
	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	101 164	88 298	88 298	88 298
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	5 058	4 415	4 415	4 415
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	9 611	8 388	8 388	8 388
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	86 495	75 499	75 499	75 499
1.5. Senha de presença (€)				
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)				
1.7. Remuneração variável (€)				
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)				
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	1200	1200	1200	1200
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	305	276	862	823
2.3. Subsídio de deslocação (€)				
2.4. Subsídio de refeição (€)				
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Proteção Social (€)	20 543	5 975	14 297	14 297
3.2. Seguros de saúde (€)	247	247	247	247
3.3. Seguros de vida (€)	32	32	32	32
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)				
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)				
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca	Volvo	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	S80	E220 CDI	E220 CDI	E220 CDI
4.3. Matrícula	74-IO-93	48-FT-67	30-EF-86	30-EF-57
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	AOV	AOV	AOV	AOV
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	57 397	48 167	48 167	48 167
4.6. Ano Início	30-12-2009	05-06-2008	21-08-2007	21-08-2007
4.7. Ano Termo	29-12-2013	04-06-2012	31-12-2011	31-12-2011
4.8. N.º prestações (se aplicável)	48	48	52	52
4.9. Valor Residual (€)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	17 369	13 094	18 576	12 841
4.11. Combustível gasto com a viatura (L)	2 445	1944	3 551	2 537
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (L)	3.600	3.600	3.600	3.600
4.13. Outros (portagens e reparações) (€)	617	110	1.064	2.741
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem (€)				
5.3. Regime de Proteção social	Regime Normal	Caixa Geral Aposentações	Regime Normal	Regime Normal
5.3.1. Segurança social (s/n)	sim	não	sim	sim
5.3.2. Outro (indicar)				
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)				
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2008 de 22 de julho, a REFER, E.P.E é fiscalizada por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas. Este mesmo Decreto-Lei prevê, que até à sua designação, os membros da Comissão de Fiscalização se mantêm em funções.

Comissão de Fiscalização 2011

[euros]

	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
Remuneração		
Remuneração base	3 802	
Segurança social obrigatória	903	
Regime Segurança Social	Regime Normal	
Honorários *		47 437
TOTAL	4 705	47 437

* ho no rários acordados para o exercício de 2011

Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos

Neste capítulo pretende-se elencar os regulamentos externos e internos a que a REFER está sujeita:

- **Constituição da República Portuguesa** - VII Revisão Constitucional no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90 de 17 de março** - aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril de 1997** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008.
- **Decreto-lei n.º 558/99**, de 17 de dezembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) revisão do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 93/2000**, de 23 de maio, estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Diretiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de julho, que procede à supressão de omissões detetadas na transposição da Diretiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 93/2000, de 23 de Maio.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro**, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de janeiro**, altera o Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro.
- Em março de 2005 foi publicado o **Regulamento 21/2005** do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infraestrutura.
Na sequência do estabelecido neste diploma legal a **REFER** preparou e **publicou**, logo neste ano, a primeira edição do **Diretório da Rede** que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.
- **Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro**, estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
- Relativamente a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários a REFER deve publicar toda a informação exigida no **Código dos Valores Mobiliários**, bem como nos **Regulamentos da CMVM n.º 5/2008** (define os deveres de informação de emitentes de valores mobiliários) e **11/2005** que se refere à adoção das IFRS.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007**, de 7 de maio, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Decreto-Lei n.º 231/2007**, de 14 de junho - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, que altera a Diretiva n.º 91/440/CEE, do Conselho, de 29 de julho, relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários e, parcialmente, a Diretiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade, alterando e republicando o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infraestrutura ferroviária.
Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de abril** - aprova a lei orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do sector de transportes terrestres.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007** - aprova os princípios do Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro** - aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-lei n.º 71/2007**, de 27 de março - aprova o novo estatuto do **Gestor Público**, o qual foi modificado pelo **Decreto-Lei n.º 8/12 de 18 janeiro**.
- **Decreto-Lei n.º 280/2007**, de 27 de agosto - estabelece o regime jurídico do património imobiliário público.
- **Decreto-Lei n.º 300/2007** de 23 de agosto - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, que estabelece o regime do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas.
- **Decreto-Lei 18/2008**, de 29 de janeiro e legislação complementar - aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** - aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 58/2008**, de 26 de março - estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei n.º 77/2008**, de 29 de abril - altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de Passagens de Nível e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível.
- **Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio** - através do Decreto -Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, procedeu-se à alteração do regime jurídico do sector empresarial do Estado constante do Decreto -Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro,

tendo em conta a experiência colhida ao longo de cerca de oito anos na respetiva aplicação prática e a necessidade de assegurar a harmonia entre aquele regime e o novo Estatuto do Gestor Público, constante do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

- **Decreto-Lei n.º 141/2008**, de 22 de julho - o qual altera e republica os Estatutos da REFER, tendo entrado em vigor em 23 de julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P. E.**
- **Portaria n.º 701-D/2008**, de 29 de julho, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Decreto-Lei n.º 69-A/2009**, de 24 de março - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009, aprovado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março.
- **Portaria n.º 959/2009**, de 21 de agosto - é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas.
- **Resolução Conselho Ministros n.º 1/2011 de 4 janeiro - estabelece a aplicação das normas de redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público.**
- **Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março** - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011.
- **Lei n.º 52/2011, de 13 outubro** - procede à sexta alteração à lei do enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 de 10 de novembro** - define o plano estratégico dos transportes.
- **Lei n.º 64-A/2011 de 30 de dezembro** - aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
- **Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro** - aprova o Orçamento do Estado para 2012.
- **Lei n.º 64-C/2011 de 30 de dezembro** - aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.
- **Decreto-Lei n.º 126-C/2011 de 29-12** - que aprova a lei orgânica do Ministério da Economia e do Emprego, passando o IMTT a designar-se Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Informação Sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

Durante o ano de 2011 as transações mais relevantes, da REFER com empresas do grupo, são os que se encontram no quadro seguinte:

Transações Relevantes com empresas do Grupo REFER

[euros]

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
Rave- Rede de Alta Velocidade, S.A.	Prestação de serviços	- 551 095
	Total	- 551 095
REFER TELECOM -Serviços de Telecomunicações, S.A.	Compras de serviços	13 910 685
	Prestação de serviços	-3 116 347
	Custos Financeiros	- 28 248
	Total	10 766 090
Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	Compras de serviços	12 334 325
	Prestação de serviços	-5 946 113
	Custos Financeiros	- 21649
	Total	6 366 562
Refer Património	Compras de serviços	84 535
	Prestação de serviços	-2 347 567
	Custos Financeiros	- 2 492
	Total	-2 265 524

Informação Sobre Outras Transações

A partir do dia 30 de julho de 2008 a REFER, E.P.E. passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efetua a transposição das diretivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março (empreitadas de obras públicas);
- b) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aquisições de bens e serviços);
- c) Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- d) Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

Em 2011 o Conselho de Administração deliberou sobre a constituição um Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública o qual tem por objetivo, nomeadamente, proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo quer decorrentes de alterações legislativas quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa.

No quadro seguinte apresentam-se os fornecedores cujo valor faturado foi superior a 1 milhão de euros:

[euros]			
Empresa	Valores Facturados em 2011	Empresa	Valores Facturados em 2011
Neopul - Soc Estudos Construções S.A.	32 883 102	Bombardier Transportation Portugal, S.A.	3 431 443
THALES PORTUGAL, S.A.	23 609 236	FITONOVO, S.A.	3 013 466
Obrecol - Obras e Construções S.A.	20 458 958	GIBB Portugal Strategic Alliance with Gibb Hold	3 007 384
SOMAGUE Engenharia S.A.	19 700 979	ELECTREN, SA - Sucursal em Portugal	2 977 725
OPWAY - Engenharia, S.A.	19 393 708	Satepor-Indústria de Travessas de Betão, S.A.	2 898 873
Dimetric S.A.	19 206 743	VAE GMBH - Sucursal em Portugal	2 787 254
Ferrovias e Construções, S.A.	18 813 999	COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente	2 479 925
Refer Telecom Serv Telecomunic S.A.	17 392 830	Geofer -Prod Com Bens Equipment S.A.	2 460 280
FERBRITAS - Empreend. Industriais e Comercia	16 643 070	Promorail - Tecnologias de Caminhos de Ferro	2 179 299
Edifer-Const.Pires Coelho & Fernandes, S.A.	12 302 145	EDP Serviço Universal, S.A.	1 676 799
Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov S.A.	9 452 552	Iberlim-Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.	1 555 550
DST - Domingos da Silva Teixeira	8 250 077	Ecoiaf -Construção Civil e Obras Públicas, Lc	1 530 041
TECNOVIA - Sociedade de Empreitadas Lda	7 928 725	BRISA Engenharia e Gestão, S.A.	1 495 784
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias S.A.	7 661 175	ECG Engenharia, Co ordenação Gestão de Emp	1 337 219
VIAS Y CONSTRUCCIONES SA	6 788 404	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia S.A.	1 294 244
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	6 757 263	RAILTECH PORSOL Prod. e Serviços Ferroviá	1 280 913
Ramalho Rosa Cobetar Soc. Constr.S.A.	6 281 342	FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod Metál	1 197 779
EDP Comercial Comercialização de Energia,S.A	5 055 985	GIL - Gare Intermodal de Lisboa S.A.	1 117 751
Futrifer-Indústrias Ferroviárias S.A.	4 958 108	ENSULMECI - Gestão de Projectos de Engenh	1 067 103
Teixeira Duarte-Eng. Construções S.A.	4 762 802	LeasePlan Portugal-Com Alug Automóv e Equi	1 059 898
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	4 692 388	ALSTOM Portugal, S.A.	1 049 780
Grupo 8-Vigilância Prev Electr Lda	4 466 934	Aurélío Martins Sobreiro & F.ºs, S.A.	1 041 554
Construções Gabriel A. S. Couto S.A.	3 835 435	Viyella & Carvalho, Lda	1 017 933

Nota: Valores com IVA incluído

Anexos:

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (ajuste direto)

Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250 mil euros

Anexo III – Aquisição de Bens de valor superior a 250 mil euros

Anexo IV – Aquisição de Serviços de valor superior a 250 mil euros

Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas. Estabelece a RCM objetivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o cálculo do indicador do prazo médio de pagamentos.

A REFER publicita o seu prazo médio de pagamento no seu relatório e contas anual, trimestralmente no seu site, envia igualmente, mensalmente à DGTf os montantes que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução, em 2011, foi:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

[dias]

	31-Dez-10	31-Mar-11	30-Jun-11	30-Set-11	31-Dez-11
PMP (dias)	61	66	65	75	80
cf.Despacho n.º 9870/2009					

O agravamento do indicador durante o ano de 2011 deve-se à situação recessiva da conjuntura económica com a consequente dificuldade de recurso ao mercado financeiro, o que levou a uma dependência da tutela financeira para cumprimento das suas responsabilidades.

Cumprimentos Deveres Especiais de Informação (em conformidade com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio)

No cumprimento do Despacho n.º 14277/2008, o qual estabelece o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e deveres especiais de informação, a REFER envia às tutelas, financeira e setorial, os seus Planos de Investimentos anuais e plurianuais, assim como as respetivas fontes de financiamento; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado.

A informação é também prestada de forma desmaterializada no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A Empresa procede também à divulgação das remunerações da gestão no relatório e contas, site da empresa e Diário da República.

Deveres Especiais de Informação

[Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio]

	DGTF	SIRIEF	GPRI	IGOPTC	IGF
Planos de Actividades Anuais e Plurianuais	X	X	X	X	X
Orçamentos anuais incluindo estimativa de operações Financeiras com o Estado	X	X	X	X	X
Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento	X	X	X	X	X
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhado dos relatórios do órgão de fiscalização	X	X	n.a.	n.a.	n.a.
Documentos de prestação anual de contas, bem como relatórios produzidos pelos auditores externos e relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas	X	X	X	X	X

Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2010

As contas da REFER, referentes ao exercício de 2010, foram aprovadas por Despacho Conjunto, de 24 de novembro de 2011, dos senhores Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações. No referido Despacho determina-se que o Conselho de Administração tome as medidas necessárias para garantir o preconizado no Programa de Estabilidade e Crescimento, assim como no Despacho nº 510/10 do SETF, de 1 de junho, designadamente quanto ao limite máximo de acréscimo do endividamento, fixado em 6% para 2011; recomenda-se ao Conselho de Administração que tome as ações necessárias no sentido de dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas.

A REFER tomou as medidas de gestão necessárias ao cumprimento do preconizado no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Cumprimento das “orientações ao nível das remunerações”:

Dos órgãos sociais:

A REFER, E.P.E. efetuou uma redução de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida do seu Conselho de Administração, de acordo com o determinado no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Dado que, nos termos do disposto no artigo 20.º, n.º 4 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o disposto no artigo 12.º produziu efeitos a partir de 1 de junho de 2010 e tendo em consideração que na data de publicação daquele diploma legal já se encontravam processadas as remunerações na Empresa, foram efetuados no mês de julho de 2010 os correspondentes acertos na remuneração dos membros do Conselho de Administração, com vista à regularização da situação face à lei.

Com a publicação do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro) e uma vez que os membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E. se encontram no âmbito subjetivo de aplicação da norma (cf. artigo 19.º, n.º 9, alínea q da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), foi efetuada, na remuneração dos membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E., a redução remuneratória determinada no artigo 19.º daquela Lei. Esta última redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 19.º, n.º 8 da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Dos restantes trabalhadores:

Os trabalhadores da REFER, E.P.E. cujas remunerações totais ilíquidas mensais são de valor superior a € 1500, foram objeto de redução remuneratória de acordo com o determinado no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, uma vez que se encontram no âmbito subjetivo de aplicação da norma (cf. artigo 19.º, n.º 9, alínea t da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro)."

Componente Variável de Remunerações

Determina o ofício circular nº 2590 que seja adotada por todo o Sector Empresarial do Estado uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração, designadamente não havendo lugar, nos anos de 2010 e 2011, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Assim, apesar de se reconhecer o cumprimento dos objetivos fixados, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável aos membros do Conselho de Administração.

Normas de Contratação Pública **(Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)**

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a REFER, E.P.E. encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspetos específicos decorrentes das regras do CCP).

Em 2011, cumpridos os objetivos do grupo de trabalho inicial, e sendo imperativa a permanente atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo, de acordo com legislação que é produzida, foi constituído um novo Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública, com o objetivo, nomeadamente, de proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo (quer decorrentes de alterações legislativas, quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa), bem como propor o que tiver por conveniente no âmbito da contratação pública, designadamente a elaboração de documentos tipo para os procedimentos de contratação ainda não existentes (nomeadamente de fornecimentos e de prestação de serviços de manutenção).

A REFER, E.P.E. tem vindo a utilizar, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objetivos a atingir, sempre na ótica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspetiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações mais recentes que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), foram aprovadas, durante o ano de 2011, novas minutas tipo referentes à fundamentação da iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

No caso da fundamentação da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta inclui de modo individualizado e entre outros aspetos, a necessidade de contratar, justificando que a solução proposta satisfaz o princípio da economia, eficiência e eficácia, a eventual ausência de soluções internas ou outro motivo específico para a proposta de recurso ao exterior, bem como os objetivos que se pretendem alcançar com a contratação.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€, conforme orientação transmitida via ofício circular nº 6132, de 6 de agosto de 2010, da DGTF), a minuta inclui, também de modo individualizado e entre outros aspetos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respetiva justificação.

Durante o ano de 2011, foram também introduzidas em todas as minutas tipo existentes, as alterações necessárias para que passassem a contemplar as novas regras de cabimentação (a que a REFER passou a estar obrigada enquanto Entidade Pública Reclassificada, bem como a sujeição ao visto prévio do Tribunal de Contas - por via da publicação em dezembro de 2011 da Lei 61/11).

Anota-se que, atualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em preparação, a REFER, E.P.E. acautela já devidamente nos respetivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas de específicas de responsabilidades e de penalidades por deficiências no serviço.

É ainda de referir que a REFER, E.P.E. tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas maioritariamente no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas os adotem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Racionalização de política de aprovisionamento de Bens e Serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A REFER aderiu durante o ano de 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), e credenciou alguns utilizadores para a aplicação Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) da ANCP, E.P.E., com o objetivo de facilitar todo o processo de compras, simplificando os procedimentos de aquisição de bens e serviços, na medida em que o SNCP permite que os mesmos se desenvolvam ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, E.P.E.).

Para concretizar a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e após a credenciação dos utilizadores na CNCP, foi assinado em 14 de abril de 2011 o contrato de Adesão entre a REFER e a ANCP.

Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento

Estabelece o Despacho nº 155/2011- MEF, de 28 de abril, que as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) devem promover uma maior seletividade no investimento público e estabilizar o crescimento do nível do endividamento das empresas do SEE. Deste modo o Programa de Estabilidade e Crescimento fixa um limite máximo para o crescimento anual do endividamento das empresas públicas da área dos transportes.

Assim, em 2011 a REFER reviu em baixa quer o seu orçamento de exploração quer o orçamento de investimento, observando os limites que lhe foram autorizados no âmbito do então Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações. Os investimentos foram reformulados de forma a garantir as adequadas condições de segurança e serviço.

Cumprimento do Plano de Redução de Custos

Estabelece o Despacho nº 155/2011- MEF de 28 de abril, para as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), a fixação da despesa máxima anual de custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado no ano anterior.

A REFER elaborou os seus planos de atividades e orçamentos considerando como objetivo principal a melhoria, a eficiência e contenção de gastos, de forma a contribuir para a sustentabilidade financeira da Empresa.

Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado

A conjuntura de escassez de liquidez e subida dos custos de financiamento para os bancos nacionais, aliados aos sucessivos downgrades do rating da REFER tiveram como consequência a inexistência de alternativas de financiamento a curto-prazo e a limitação da capacidade negocial da empresa a médio-longo prazo, sendo desta forma necessária a intervenção do Estado Português no refinanciamento da REFER, para fazer face às necessidades de refinanciamento resultantes do pagamento de serviço da dívida.

Caso a Empresa apresente excedentes de tesouraria, e face ao estipulado nos termos da lei, estes serão canalizadas para o IGCP. No entanto, nas esporádicas ocasiões em que tal se verifique, e pelo facto de o IGCP não possibilitar aplicação de fundos em muito curto prazo, reforçamos que continuará a existir um custo de oportunidade para a REFER.

No que se refere aos valores de disponibilidades em caixa e depósitos à ordem, são atualmente mantidos com os saldos mínimos e apenas necessários ao pagamento das responsabilidades de tesouraria da REFER, maioritariamente pagamento a fornecedores e colaboradores, pagamentos estes que, sempre que possível serão efetuados por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP.

Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios Económico, Social e Ambiental, está incluída no Relatório de Sustentabilidade produzido pela REFER. Neste relatório estão referidos os seguintes aspetos:

- Estratégias adotadas;
- Grau de cumprimento das metas fixadas;
- Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade;
- Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa;
- Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:
 - Responsabilidade Social:
 - Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação;
 - Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;
 - Adoção de práticas ambientalmente corretas.
 - Desenvolvimento sustentável:
 - Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades);
 - Promoção da proteção ambiental;
 - Contribuição para a inclusão social (empregabilidade).
 - Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade.
- Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo;
- Planos de ação para o futuro.

Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

(RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

De forma a tornar clara a conformidade do Relatório e Contas de 2011 com o instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, foi elaborada a seguinte tabela descrevendo cada um dos princípios:

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
2.4. São realizadas auditorias anuais às contas da empresa, por parte de entidades independentes? Exemplifique.	√			É emitido, pelo Revisor Oficial de Contas, relatório anual de auditoria às contas e Certificação Legal de Contas	Relatório e Contas
2.5. Procedeu à criação e manutenção, pelo órgão de administração, de um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa? Demonstre	√			Através da aprovação de normas específicas e do desenvolvimento de software aplicacional (SAP e E contratos)	
2.6. Existe rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização? Demonstre.	√			Conforme definido nos estatutos da Empresa os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.	
I.3. Remuneração e outros direitos					
3.1. Procedeu à divulgação pública das remunerações totais - fixas e variáveis - e demais benefícios e regalias (Seguros de saúde, utilização de viatura, etc.) auferidos por cada membro do órgão de administração e fiscalização? Por que meios?	√			No Relatório e Contas anual e no site de Sector Empresarial do Estado	Relatório e Contas
I.4. Prevenção de conflitos de interesse					
4.1. Os responsáveis da organização abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas?	√				
4.2. É efectuada uma declaração, no início de cada mandato, ao órgão de administração e fiscalização e à IGF, por parte dos membros dos órgãos sociais das empresas, contendo a indicação de quaisquer participações patrimoniais que tenham na empresa ou de relações relevantes que sejam susceptíveis de gerar conflitos de interesses?	√				
I.5. Divulgação de informação relevante					
5.1. Procedeu à divulgação pública imediata de todas as informações que sejam conhecidas, passíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da empresa ou as condições de prestação de serviço público?	√			No site da CMVM e site do SEE a informação relevante é imediatamente publicada após a sua ocorrência	
I.6. Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa					
6.1. Procedeu à explicitação dos motivos pelas quais a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de respeitar os princípios de bom governo, caso seja essa a situação verificada?			√		
II. Princípios relativos à divulgação de informação					
1. Divulga, em site próprio e no site da DGTF, a informação financeira histórica e actual da empresa, identidade e elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, obrigações de serviço público, modelo de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios? Demonstre.	√			Informação divulgada através do Relatório e Contas e no portal da DGTF (SIRIEF)	Relatório e Contas
2. Foi nomeado um Provedor do Cliente, de acesso livre e gratuito?	√			No sitio da EMPRESA estão disponíveis opções de contacto, através das quais o cidadão pode colocar questões/sugestões. Estas são reencaminhadas para os departamentos repetitivos consoante o assunto.	
3. É incluído, nos relatórios de gestão, um ponto sobre o governo das sociedades que inclua: regulamentos internos e externos; transacções relevantes; remunerações dos órgãos sociais; análise de sustentabilidade; análise sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo? Demonstre.	√			Ver Relatório e Contas	Relatório e Contas

Código de Ética e Conduta

Relativamente à ética empresarial, a Comissão de Ética prosseguiu com a sua atividade de acompanhar a implementação do Código de Ética e de Conduta da REFER, bem como de divulgar o seu conteúdo. Nesta última vertente, membros da Comissão de Ética realizaram várias sessões de formação aos colaboradores da Empresa em vários locais do País, integradas no Plano de Formação da empresa.

A Comissão de Ética continuou, também, a acompanhar os casos que lhe foram submetidos, muitos dos quais para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação prática do Código, o que significa que os colaboradores o utilizam como mais uma ferramenta de trabalho, tendo interiorizado os seus princípios e normas de conduta.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a atuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

As empresas do Grupo REFER pautam a sua atuação pelos valores, princípios éticos e normas de conduta no código de ética do seu acionista.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em www.refer.pt.

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço eletrónico comissao.etica@refer.pt.

Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Ativos

(Ponto 19 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Com a entrada em vigor do novo código da contratação pública através da publicação do Decreto-Lei nº 18/2008 e, tendo em vista uniformizar a informação e definir os procedimentos que fixem as competências e a forma como deve ser exercido o respetivo controlo foi criado um manual de Procedimentos de Contratação, o qual envolve a função contratação na sua globalidade.

Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

(Ponto 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.”

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Atualizada

(Prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Informação a constar no Site SEE

(RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

	Cumprido			Comentários (Documento SEE)
	Sim	Não	Não Aplicável	
Estatutos Actualizados (PDF)	√			Estatutos
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Caracterização da empresa
Ficha Síntese da Empresa	√			Ficha síntese
Identificação da Empresa				
Missão, objectivos, políticas, obrig.serv. Público e modelo de financiamento	√			Caracterização da empresa
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (Identificação Órgãos Sociais)	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Estatuto remuneratório fixado	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Remunerações auferidas e demais regalias	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos internos e externos	√			Princípios de Bom Governo
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Princípios de Bom Governo
Outras transacções	√			Princípios de Bom Governo
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Princípios de Bom Governo
Avaliação do Cumprimentos dos PBG	√			Princípios de Bom Governo
Código de Ética	√			Princípios de Bom Governo
Informação Financeira histórica e actual	√			Informação Financeira histórica e actual
Esforço Financeiro do Estado	√			Esforço Financeiro Público

Publicidade Institucional

(RCM n.º 47/2010)

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão da REFER, enquanto empresa gestora da rede ferroviária nacional, e divulgar as suas atividades de serviço público.

Durante 2011, a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Informar sobre o lançamento de concursos públicos, no âmbito de empreitadas de construção, conservação e modernização, e sobre outros investimentos em curso;
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e esclarecer sobre atividades da REFER com impacto nas populações (interdições, entradas ao serviço, etc.);
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública da REFER, melhorando a perceção social sobre o carácter único e específico da atividade da empresa.

São exemplos, as seguintes iniciativas:

- Ações de informação relativas à conclusão de investimentos e entrada ao serviço (ex: reabertura do troço Bombel-Casa Branca-Évora);
- Campanha de sensibilização e segurança em passagens de nível – no âmbito da campanha “Pare, Escute, Olhe” e da celebração do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, assinalado no dia 9 de junho de 2011, foram realizadas ações publicitárias nalguns órgãos de imprensa nacional;
- Presença em edições e revistas especializadas - ex: revista O Foguete, da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário, revista Flecha de Prata, do Clube de Entusiastas do Caminho-de-ferro e revista Comboios em Linha, da Fundação Museu Nacional Ferroviário.

Em 2011 o investimento realizado em publicidade institucional foi no valor de 8.025 euros.

Sistema de Gestão de Riscos

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, a REFER tem vindo a desenvolver um conjunto de sistemas de controlo interno e de gestão de risco que visam essencialmente garantir a conformidade entre objetivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação contabilística, financeira e operacional, mitigar a ocorrência de fraude e corrupção e garantir que os riscos críticos são identificados, controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Estes sistemas, alinhados com as melhores práticas internacionais, têm vindo a ser executados continuamente, estando atribuída a responsabilidade pela sua implementação e cumprimento ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direções operacionais e corporativas) e sendo estabelecida a aceitação do risco residual pelos gestores executivos (Conselho de Administração).

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio, nomeadamente nas áreas relativas à preparação e divulgação de informação financeira, representando assim o forte compromisso assumido pela REFER, desde há muito tempo, com a existência de um ambiente de controlo interno efetivo.

Neste âmbito convém referir que a empresa dispõe de normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adotados, encontrando-se disponíveis para consulta no portal interno da empresa e sendo objeto de revisões regulares por parte dos órgãos responsáveis de forma a garantir que estão adequados à dimensão e complexidade das operações realizadas e dos objetivos da organização.

A empresa dispõe ainda de um sistema integrado de informação (ERP) – SAP e aplicações informáticas de apoio à sua atividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios. Este sistema é sujeito a controlos e ajustamentos regulares, sendo objeto de descrição detalhada em documento apropriado sobre as alterações realizadas.

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de Julho de 2009 veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano. Assim importa referir que a REFER procedeu à elaboração do referido plano, com um âmbito mais alargado, identificando os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade e não apenas o sistema de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, representando este documento uma sistematização e descrição sumária do modelo organizativo instituído.

Nestes termos foi criada a Comissão de Supervisão da Gestão do Risco, órgão autónomo e diretamente dependente do Conselho de Administração, tendo por atribuição, entre outras, proceder à avaliação regular, em articulação com os responsáveis pelas direções operacionais e corporativas, sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A metodologia de avaliação seguida tomou em consideração as referências fornecidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e as orientações estabelecidas pela norma internacional ISO 31001 sobre gestão de riscos, sendo elaborado, anualmente, um relatório sobre a execução do referido plano.

No que se refere à implementação e execução dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, e na sequência das referências supramencionadas, foi desenvolvido em 2011, um conjunto de iniciativas que contribuíram para reforçar o ambiente de controlo interno da REFER, nomeadamente:

- i) Elaboração de instrumentos previsionais, designadamente, planos de atividades e orçamentos de exploração e de investimentos, acompanhamento regular e periódico da respetiva execução, quer pela elaboração e análise de relatórios mensais de execução quer pelo acompanhamento diário das diversas atividades;
 - ii) Revisão sistematizada de normativos internos que regulam as atividades de planeamento, execução, controlo e avaliação, devendo-se destacar a implementação do modelo de caracterização de processos, projeto faseado, contemplando a segmentação e detalhe dos macroprocessos, seguindo as prioridades da estratégia da empresa, com ênfase nas que se relacionam com os objetivos de sustentabilidade financeira;
 - iii) Diagnóstico e revisão de modelos de contratação e de logística implementados, optando-se pela segregação, em função da natureza, tipo e exigências das atividades, tendo sido constituída, na dependência direta do Conselho de Administração, a Direção de Logística e alocado as áreas de contratualização à Direção de Economia e Finanças,
 - iv) Revisão da estrutura organizacional, tendo como propósito fundamental a racionalização de meios e o aumento da eficiência e eficácia das atividades da organização, a qual se tem consubstanciado, essencialmente, na concentração de órgãos, redução de chefias intermédias e consequente melhoria da cadeia de comando e de reporte;
 - v) Ações de formação, sobre as matérias mais relevantes para a prossecução dos objetivos estabelecidos, extensíveis aos colaboradores com intervenção direta nas respetivas atividades/processos de suporte;
-

Anexos

(Anexo ao capítulo Informação sobre Outras Transações)

Anexo I – Contratos que não ocorrem em condições de mercado (Ajuste Direto)

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
510000094	Adicional projecto da Variante de Santarém	Prestação de Serviços	Adicional	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	2011-01-03	267 795
510000314	Adicional Empreitada - Linha do Norte - Subtroço 2.3 (Alfa	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	2011-01-11	321677
5010005464	Tr.Electrif.Túneis Gardunha e Penamacor	Empreitadas	Ajuste Directo	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-01-12	690 022
510000388	Adicional Assistência, Manutenção e Reparação de Máq.	Prestação de Serviços	Adicional	EMEF -Emp Manutenç Equip Ferro	2011-01-27	720 000
5010002552	Sistema Desgaste Ondulatório EM 120	Acordo em Valor	Ajuste Directo	Kurt Hommé & CIA, Lda	2011-01-31	378 200
5010006112	L.Sul.estabilização de aterro Pk 236,450/720	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNASOL-FGE Fundações Geotecn	2011-02-09	2 295 949
510000355	Adicional Quadruplicação da Via entre os PK's 13,750 e 13,7	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-02-10	525 430
510000321	Adicional LINHA DO MINHO VARIANTE DA TROFAEM F	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-02-10	687 734
5010005976	Prest Serv Reformulação PE Est. Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-02-18	278 624
5010006629	Extensão do Sistema de Informação ao Público - Estação	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-02-22	279 997
510000347	Adicional Variante de Alcácer (2ª Fase); Via-Férrea e Instal	Empreitadas	Adicional	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-02-24	764 573
510000365	Adicional Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessa	Empreitadas	Adicional	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-02-25	1283 330
510000328	Adicional Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessa	Empreitadas	Adicional	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-02-25	3 572 927
5010002107	Proj. Passagens Desníveladas	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	GIBB Portugal Strategic Allian	2011-03-01	294 800
510000262	Adicional modernização do troço Barreiro Pinhal Novo	Empreitadas	Adicional	Construtora Abrantina, Sa	2011-03-04	439 000
5010006293	LN-Lx SA-Ex Armz viveres-Remodelação e adaptação esc	Empreitadas	Ajuste Directo	Ecofiac -Construção Civil e O	2011-03-10	885 000
5010007290	C. Branco/Covilhã:Rede Telef. Exploração	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-04-15	300 000
5010005471	Assessoria Gestão Empreend.M mondego	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-05-09	884 690
510000470	Repartição Custos Anuais Estação Oriente	Prestação de Serviços	Adicional	GIL - Gare Intermodal de Lisbo	2011-05-13	908 741
5010006230	L. do Sul repar/repos superestrutura via	Empreitadas	Ajuste Directo	Neopul - Soc Estudos Construção	2011-05-18	897 46
5010005645	Aq. Trav. A zobé Túneis Caminha e Tamel	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2011-05-20	262 778
5010000422	Ensaio de Bombagem	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Ancorpor - Geotec. Fundações,	2011-05-25	305 606
5010007532	Manutenção contrato de licenciamento estabelecido entre	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2011-06-02	754 728
5010005938	Assessoria e Gestão na fase de construção das empreit	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-06-07	820 050
510000433	Adicional ao Contrato remodelação da estações Barcarei	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-06-09	707 232
510000460	Adicional manutenção da Infraestrutura ferroviária na área	Prestação de Serviços	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-06-16	3 361 920
5010006848	Aquisição de material sinalização	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-06-17	286 688
5010007381	Aq. de Caixas de impedância ITES	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-06-29	356 250
5010006467	Sinalização - V.Novas (EXC) a Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	Dimetronic SA	2011-07-14	4 799 496
5010006550	Instalação ATP - Vendas Novas (EXCL) a Evora	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	2011-07-18	944 925
510000498	Adicional EP e Interf Estação Évora	Empreitadas	Adicional	TECNOVIA - Sociedade de Empreita	2011-07-18	264 723
510000310	Adicional Assessoria e Fiscalização e Coordenação de	Prestação de Serviços	Adicional	Ws Atkins (Portugal) Consultores	2011-07-19	920 626
510000497	Adicional - Modernização da Linha do Norte e Quadruplica	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	2011-07-19	896 460
5010005966	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2011-07-22	280 000
510000279	Adicional Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-08-01	405 530
510000476	Adicional Projecto Sines - Elvas. Modernização do Troço	Empreitadas	Adicional	SOMAGUE Engenharia SA	2011-08-05	1438 302
5100000513	Adicional soldadura de carris	Prestação de Serviços	Adicional	RAILTECH PORSOL	2011-08-10	508 140
5100000511	Adicional - Manutenção PNs	Prestação de Serviços	Adicional	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-08-10	684 553
510000458	Adicional quadruplicação de via entre Barcarena e Cacém	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-08-23	728 619
5010006658	Aquisição de balizas convél	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	2011-09-09	521481
5010009402	Elaboração do Projeto de Ampliação da Estação do Oriei	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	SANTIAGO CALATRAVA GmbH	2011-09-19	3 280 000
5010008176	Aditamento Contrato de Prestação de Serviços de Manut	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2011-10-12	2 636 054
5010008239	LN-Lx SA-Criação de Instalações RAVE	Empreitadas	Ajuste Directo	Ecofiac -Construção Civil e O	2011-10-26	348 933
510000621	Adicional Trab. de Manutenção geral de via BA LO	Prestação de Serviços	Adicional	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-10-27	421401

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
510000650	Adicional contrato manutenção da Infraestrutura ferroviária	Prestação de Serviços	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-11-04	2 351 280
5010007600	Empreitada de Modernização do Troço de Bombel e Vidig	Empreitadas	Ajuste Directo	Tomás Oliveira, Empreiteiros S. / Neopul - Soc Estudos Construcô. / SOMAGUE Engenharia	2011-11-14	580 947
510000474	Adicional Linha do Minho Variante da Trofa Empreitada Ge	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-11-17	642 660
5010007557	Plataforma de Passageiros - Est. Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA - Sociedade de Empreita	2011-12-14	275 646
5010009243	Assessoria e consultoria técnica, elaboração do program	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-15	1580 822
510000630	Adicional, manutenção de Infraestruturas Ferroviárias na /	Prestação de Serviços	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construcô	2011-12-19	110 000
510000566	Adicional SISTEMA DO METRO DO MONDEGOREABIL	Empreitadas	Adicional	VIAS Y CONSTRUCCIONES, SA/GABRIEL COUTO, SA/ ELECTREN, SA	2011-12-20	252 335
5010006306	Resinalização da Linha de Sintra	Empreitadas	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-12-22	4 839 566
510000544	Sistema de Mobilidade do Mondego; Ramal da Lousã; Reabilitação do Troço Mirando do Corvo/ Serpins	Empreitadas	Adicional	DST - Domingos da Silva	2011-12-22	319 935
510000510	Adicional Reabilitação e Reforço do Túnel do Sabugal.	Empreitadas	Adicional	Spie Batignolles/Monte Adriano	2011-12-22	252 873
510000494	Adicional Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-12-22	677 376
510000411	Adicional Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-12-22	1 127 394
510000632	Adicional Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Migue	Empreitadas	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-12-22	619 992
5010007520	Novas Infraestruturas Sinalização	Empreitadas	Ajuste Directo	Tomás Oliveira, Empreiteiros S. / Neopul - Soc Estudos Construcô. / SOMAGUE Engenharia	2011-12-22	431 476
5010007791	Linha do Sul - Estabilização do talude de aterro entre os kn	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNASOL-FGE Fundações Geotecn	2011-12-26	637 936
5010009111	RIV Alfarelos / Pampilhosa	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-26	882 679

Anexo II – Empreitada de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objeto	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
5010004535	Const. EP e Interface - Évora	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	2011-01-04	2.086.571,01
5110000314	Empreitada - Linha do Norte - Subtroço 2,3 (Alfarelos / Pampilhosa) - Construção de Passagens Desniveladas, Caminhos de Acesso e	Obreco I - Obras e Construções	2011-01-11	321676,93
5010005464	Tr. Electríf. Túneis Gardunha e Penamacor	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-01-12	690.02197
5010006112	L.Sul.estabiliz. aterro Pk 236,450/720	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia	2011-02-09	2.295.948,69
5110000355	Quadruplicação da Via entre os PK's 13,750 e 13,250 da linha de Sintra e remodelação das estações de Barcarena/Cacém.	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-02-10	525.429,90
5110000321	Adicional LINHA DO MINHO	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-02-10	687.734,02
5110000347	VARIANTE DA TROFA Adicional Variante de Alcácer (2ª Fase): Via-Férrea e Instalações Fixas de Tracção Eléctrica.	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-02-24	764.572,78
5110000365	Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessamento Ferroviário do Sado: Ponte e Viadutos de Acesso.	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-02-25	1283.329,56
5110000328	Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessamento Ferroviário do Sado: Ponte e Viadutos de Acesso.	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-02-25	3.572.926,84
5110000262	Modernização do troço Barreiro Pinhal Novo	Construtora Abrantina, Sa	2011-03-04	438.999,82
5010003519	Linha do Vouga - Segmentos Agueda/Aveiro e Espinho/Oliveira de Azeméis - Accão de Manutenção Correctiva na Superestrutura de	Ferrovias e Construções, S.A., / Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2011-03-10	1279.000,00
5010006293	LN-Lx SA-Ex Armz viveres-Remodelação e adaptação escritórios	Ecociaf - Construção Civil e O	2011-03-10	885.000,00
5010002754	L. Minho-Sup PNs 5.ª Cat.-Barcelos	Aurélio Martins Sobreiro & F.ª	2011-03-18	1.399.312,32
5010006230	L. do Sul reparação/repos superestrutura via	Neopul - Soc Estudos Construção	2011-05-18	897.146,07
5110000433	Remodelação da estações Barcarena e Cacém	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-06-09	707.231,99
5010006467	Sinalização - V.Novas (EXC) a Évora	Dimetronic S.A.	2011-07-14	4.799.496,31
5010006550	INST. ATP - VENDAS NOVAS (EXCL) A EVORA	Bombardier Transportation Port	2011-07-18	944.924,88
5110000498	Adicional EP e Interf Estação Évora	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	2011-07-18	264.722,57
5110000497	Adicional - Modernização da Linha do Norte e Quadruplicação da Lir	Obreco I - Obras e Construções	2011-07-19	896.460,40
5110000279	Empreitada Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-08-01	405.529,78
5110000476	Adicional Projecto Sines - Elvas. Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora. Empreitada Geral de Trabalhos de C. Civil.	SOMAGUE Engenharia SA	2011-08-05	1438.30192
5010002775	Reforço Fundações Ponte da Praia BBaixa	Obreco I - Obras e Construções	2011-08-09	2.133.283,03
5110000458	Quadruplicação de via entre Barcarena e Cacém	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-08-23	728.619,25
5010005612	Benef. de Pontes e Ph's na Linha do Leste	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2011-10-17	358.425,19
5010008239	LN-Lx SA-Criação de Instalações RAVE	Ecociaf - Construção Civil e O	2011-10-26	348.933,06
5010007600	Empreitada de Modernização do Troço de Bombel e Vidigal a Évora. Infraestruturas de RCT-TP	Tomás Oliveira, Empreiteiros S./ Neopul - Soc Estudos Construção, / SOMAGUE Engenharia SA	2011-11-14	580.947,01
5110000474	Adicional Linha do Minho Variante da Trofa Empreitada Geral de Con	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-11-17	642.660,28
5010006242	Reforço e Reabilitação da Pte. Valença	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-12-09	3.540.000,01
5010007557	Plataforma de Passageiros - Estação Évora	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	2011-12-14	275.645,66
5110000566	SISTEMA DO METRO DO MONDEGO REABILITAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS TROÇO ALTO	VIAS Y CONSTRUCCIONES, SA/GABRIEL COUTO, SA/ ELECTREN, SA	2011-12-20	252.334,62
5010006306	Resinalização da Linha de Sintra	THALES PORTUGAL, SA	2011-12-22	4.839.566,19
5110000544	Sistema de Mobilidade do Mondego; Ramal da Louçã; Reabilitação do Troço Mirando do Corvo/ Serpins	DST - Domingos da Silva	2011-12-22	319.935,26
5110000510	Reabilitação e Reforço do Túnel do Sabugal	Spie Batignolles/Monte Adriano	2011-12-22	252.872,86
5110000494	Empreitada Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-12-22	677.376,19
5110000411	Empreitada Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-12-22	1.127.394,04
5110000632	Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel da Carreira, do Tâmel, de Stª Lucrécia e de Caminha aos Pks 41849:59.303:63.265	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-12-22	619.992,03
5010007520	Novas Infraestruturas Sinalização	Tomás Oliveira, Empreiteiros S./ Neopul - Soc Estudos Construção, / SOMAGUE Engenharia SA	2011-12-22	431.476,43
5010007791	Linha do Sul - Estabilização do talude de aterro entre os km 252,940 e o km 253,010	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia	2011-12-26	637.935,50

Anexo III – Aquisição de Bens de Valor Superior a 250 000 euros

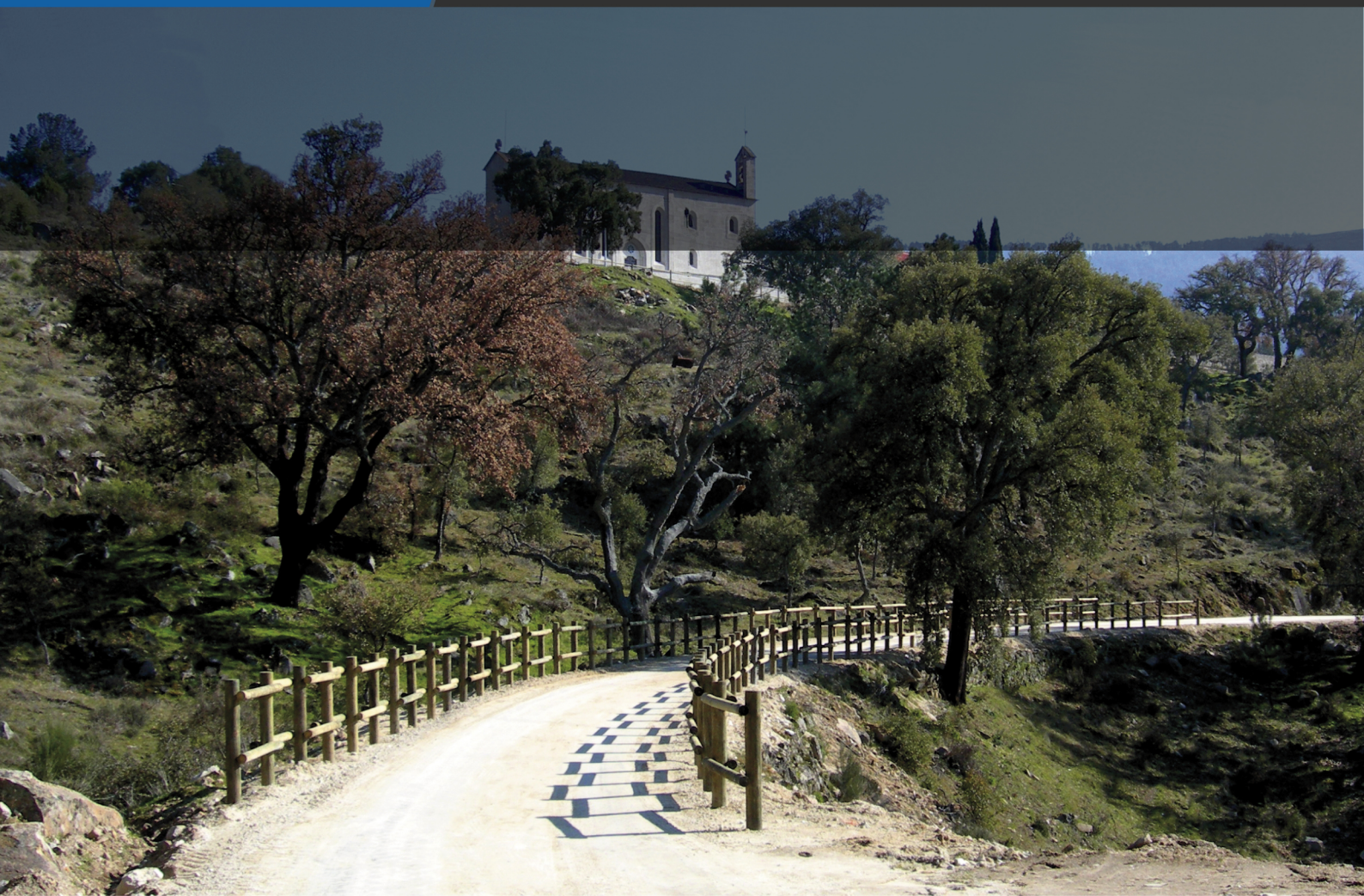
Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
5010005645	Aq. Travessas Azobé Túneis Caminha e Tamel	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviárias	2011-05-20	262 778
5010006658	Aquisição de balizas convel	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Portugal	2011-09-09	521481
5010006848	Aquisição de material sinalização	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,S.A.	2011-06-17	286 688
5010002552	Aquisição de sistema de inspecção do desgaste ondulado	Ajuste Directo	Kurt Hommé & CIA, Lda	2011-01-31	378 200
5010007381	Aq. de Caixas de impedância ITEs	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,S.A.	2011-06-29	356 250

Anexo IV – Aquisição de Serviços de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
5110000094	Projecto da Variante de Santarém	Adicional	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	2011-01-03	267 795
5010004875	Aluguer de equipamentos multifuncionais	Concurso Público	RICOH Portugal, Unipessoal Lda	2011-01-04	825 865
5110000388	Assistência, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos de Via, celebrado com a EMEF	Adicional	EMEF - Emp Manutenc Equip Ferro	2011-01-27	720 000
5010004254	Seguro de Acidentes de Trabalho	Concurso Público	Mapfre Seguros Gerais, SA	2011-02-10	3 002 362
5010005976	Prest Serv Reformulação PE Est. Évora	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-02-18	278 624
5010006629	Extensão do Sistema de Informação ao Público - Estações do Fundão e da Covilhã, na linha da Beira Baixa	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-02-22	279 997
5010002107	Proj. Passagens Desniveladas	Ajuste Directo	GIBB Portugal Strategic Allian	2011-03-01	294 800
5010004712	Prestação de Serviços de Exploração, Manutenção, Conservação, Reparação, Limpeza e Segurança dos Parques de Estacionamento das estações do Barreiro (Lote 1) e Setúbal (Lote 2)	Concurso Público	4 Parking, Lda	2011-04-08	252 000
5010007290	C. Branco/Covilhã:Rede Telef. Exploração	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-04-15	300 000
5010002325	Inspeção ultrasónica de carril	Concurso Público	Sperry Rail International Ltd	2011-05-09	779 400
5010005471	Assessoria à Gestão global do empreendimento, Fase de Projecto, da 1ª Fase do Sistema de Mobilidade do Mondego	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-05-09	884 690
5110000470	Repartição custos anuais Estação Oriente	Adicional	GIL - Gare Intermodal de Lisbo	2011-05-13	908 741
5010000422	Ensaio de Bombagem	Ajuste Directo	Anco por - Geotec. Fundações,	2011-05-25	305 606
5010004512	Manutenção das subestações	Concurso Público	Siemens,S.A.	2011-06-01	2 41781
5010004512	Manutenção das subestações	Concurso Público	Efacec - Servicos Manut Assist	2011-06-01	1973 544
5010007532	Manutenção contrato de licenciamento estabelecido entre a REFER e a Microsoft	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2011-06-02	754 728
5010005938	Assessoria e Gestão na fase de construção das empreitadas Miranda do Corvo/Serpins e Alto de S. João/Miranda do Corvo do Sistema de Mobilidade do Mondego.	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-06-07	820 050
5110000460	Manutenção da Infraestrutura ferroviária na área geográfica do Contrato 15/05-CA/CM, para as Especialidades de Via e Catenária	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-06-16	3 361920
5010004529	Deservagem Química na RFN - Via Larga	Concurso Público	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-06-29	2 306 016
5110000310	Adicional Assessoria e Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra relativa à Empreitada de Construção Civil, Via e Catenária – Modernização da Linha da Beira Baixa	Adicional	Ws Atkins(Portugal)Consultores	2011-07-19	920 626
5010005966	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2011-07-22	280 000
5110000513	Adicional soldadura de carris	Adicional	RAILTECH PORSOL	2011-08-10	508 140
5110000511	Manutenção PNs	Adicional	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-08-10	684 553
5010009402	Elaboração do Projeto de Ampliação da Estação do Oriente e sua adaptação à Alta Velocidade	Ajuste Directo	SANTIAGO CALATRAVA GmbH	2011-09-19	3 280 000
5010006611	Manutenção B. Tensão-C.Rainha,Tunes	Concurso Público	Efacec - Servicos Manut Assist, / Manvia - Manutenção e Exploraç	2011-10-04	452 663
5010006611	Manutenção B. Tensão-C.Rainha,Tunes	Concurso Público	MANINDÚSTRIA - Conserv. Manute	2011-10-10	678 344
5010008176	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Assistência a Aparelhos de Via	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2011-10-12	2 636 054
5110000621	Adicional Trab. de Manutenção geral de via BA LO	Adicional	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-10-27	421401
5110000650	Contrato manutenção da Infraestrutura ferroviária na área geográfica do Contrato 15/05-CA/CM, para as Especialidades de Via e Catenária	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-11-04	2 351280
5010009242	Assessoria e consultoria técnica, elaboração de estudos e projectos (programa base, estudo prévio, anteprojecto, projecto de execução) no âmbito do Empreendimento Areiro-Sacavém	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-09	5 985 000
5010009243	Assessoria e consultoria técnica, elaboração do programa base e do estudo prévio no âmbito da Empreitada Geral 1 – Areiro/Oriente do Empreendimento Areiro-Sacavém	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-15	1 580 822
5010007548	Prestação de Serviços do Seguro de Responsabilidade Civil da REFER	Concurso Público	BES-C.S.Tranquilidade Vida S.A. / Zurich Insurance PLC - Sucursa	2011-12-15	1 788 942
5110000630	Adicional, manutenção de Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação Sul	Adicional	Neopol - Soc Estudos Construçõ	2011-12-19	1 110 000
5010009111	RIV Alfarelos / Pampilhosa	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-26	882 679

PARTE IV

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



IV Relatório de Sustentabilidade

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2011.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 430.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Relatório.....	4
Principais Indicadores da Sustentabilidade.....	6
Principais Acções da Sustentabilidade.....	8
Visão de Desenvolvimento Sustentável.....	10
Apresentação da Empresa.....	13
Estrutura da Governação.....	16
Desempenho Económico.....	33
Desempenho Social.....	45
Desempenho Ambiental.....	61
Quadro Compromisso com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo.....	82
Glossário.....	87

Relatório

Consciente da sua responsabilidade para com um conjunto de partes interessadas e como empresa pública, a empresa REFER, E.P.E., apresenta no ano de 2011, o seu Relatório de Sustentabilidade, sendo este, parte integrante do Relatório e Contas. À semelhança de anos anteriores, será apresentado o desempenho económico, social e ambiental da empresa referente ao ano em análise, no contexto dos compromissos e da abordagem de gestão adoptada pela organização.

O presente documento tem como objectivo, a apresentação do Relatório de Sustentabilidade à Tutela e aos restantes stakeholders a avaliação do desempenho sustentável da REFER, numa perspectiva de futuro. Pretende-se, promover a transparência em relação à sustentabilidade das actividades da organização, disponibilizando informação considerada relevante para diferentes grupos de interesse, Clientes, Accionista, Colaboradores, entre outros. São, assim, divulgados princípios e práticas, bem como os programas e iniciativas desenvolvidas para melhorar o desempenho da Empresa, no que respeita aos impactos económicos, ambientais e sociais, no exercício da sua actividade.

Os princípios para a definição do conteúdo deste Relatório de Sustentabilidade foram essencialmente a transparência, a relevância e a abrangência, a fim de proporcionar uma leitura cómoda e objetiva aos stakeholders.

De acordo com o Despacho nº 26 811/2004, publicado no DR II Série de 24 de dezembro de 2004, as empresas tuteladas pelo sector de transportes devem passar a integrar nos relatórios de actividades e contas anuais, informações relativas aos aspectos sociais e ambientais da sua actividade, em documento autónomo.

A estrutura apresentada foi aprovada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Auditoria Ambiental, pelo ofício nº 51-03/03/2006.

Estrutura do GRI

A estrutura do presente relatório está conforme as Diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, na abordagem "Adopção Informal", em que os relatórios se baseiam nas linhas orientadoras do GRI, contudo, não cumprem todo o seu conteúdo. Esta opção permite que seja adoptada a abordagem mais adequada à actual situação da nossa organização, possibilitando a evolução progressiva para a "Adopção Formal" das Directrizes do GRI.

O envolvimento das organizações no GRI é voluntário e tem em vista a informação às diversas partes interessadas sobre os aspectos sociais, económicos e ambientais das suas actividades. Até à data, milhares de organizações de áreas distintas (química, farmacêutica, telecomunicações, transportes, energia, autoridades públicas, entre

outras) publicaram relatórios adoptando as linhas orientadoras da GRI, algumas das quais em Portugal.

Justificação dos Indicadores

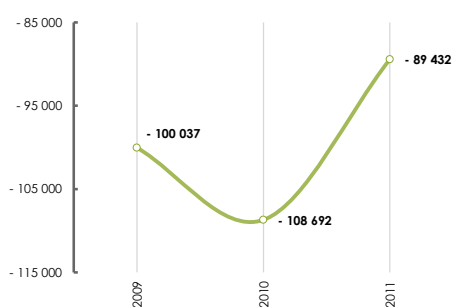
A prossecução do desenvolvimento de boas práticas das atividades associadas à REFER origina uma série de impactos sobre os sistemas económicos, ambientais e sociais nos quais a empresa opera. O conhecimento desses impactos é fundamental para avaliar o desempenho de uma empresa nas três áreas da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Deste modo, o leque de indicadores seleccionados ilustra o relacionamento estabelecido entre a gestora da infraestrutura ferroviária portuguesa e os diversos Stakeholders (entidades que coexistem no seu ambiente empresarial).

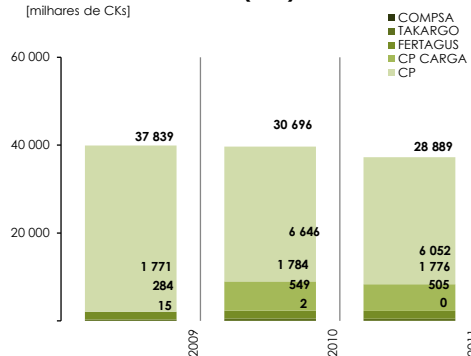
Principais Indicadores da Sustentabilidade

Perspetiva Económica

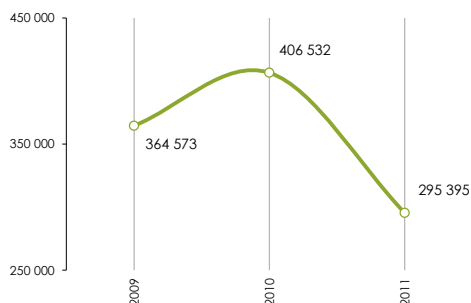
Resultados Operacionais
 [milhares de euros]



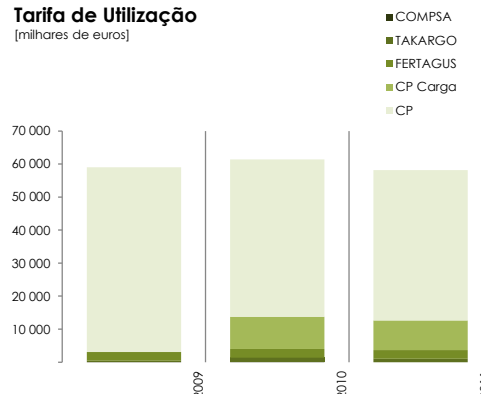
Comboios Quilómetro (CKs) Realizados
 [milhares de CKs]



Investimento em Modernização
 [milhares de euros]

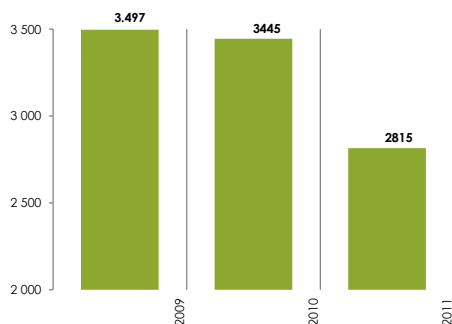


Tarifa de Utilização
 [milhares de euros]

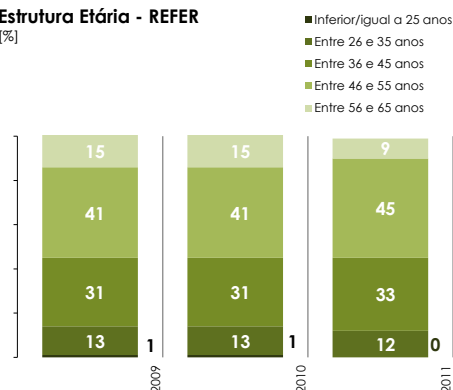


Perspetiva Social

Total Colaboradores
 [a 31 de Dezembro]

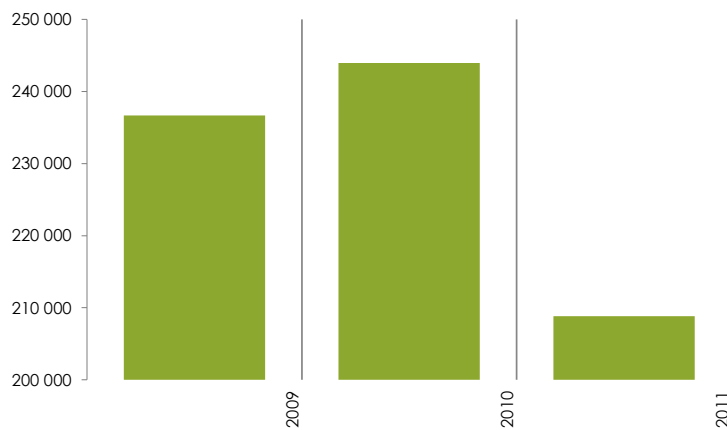


Estrutura Etária - REFER
 [%]



Perspetiva Ambiental

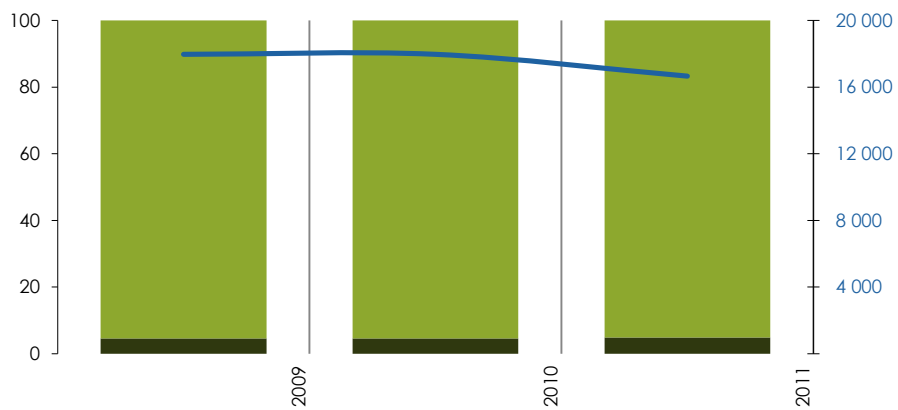
Consumo de Água - Abastecimento Público
 [m3]



Consumo Energético Direto

[%][Consumo total de energia (tep)]

■ Comb. Fósseis
 ■ Electricidade
 — Total



Principais Ações da Sustentabilidade

A responsabilidade sustentável, é para a REFER, como uma integração voluntária de cuidados sociais, ambientais e económicos por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com todas as outras partes interessadas.

Assim, considera-se que existem duas vertentes essenciais de atuação, a interna, onde se incluem os temas como a gestão do capital humano, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança ou a gestão do impacto ambiental dos recursos naturais. A outra vertente a considerar é a externa, onde as preocupações se focalizam sobretudo na comunidade local, nos parceiros comerciais e clientes, e onde a perspetiva ambiental é encarada numa perspetiva global.

Vertente Externa

A REFER, procedeu em 2011 a várias ações, no sentido de promover a sustentabilidade económica, social e ambiental, sendo de referir:

- Foram inaugurados 51km de ecopistas, entre as linhas do Tâmega e do Dão, representando um acréscimo na rede de 47% face ao ano de 2010;
- Foram executadas diversas campanhas de sensibilização de segurança em Passagens de Nível;
- Proporcionou a plantação de 7 500 pés de espécies da floresta autóctone, elevando para 39 780 o número de pés cuja plantação apoiou diretamente. Essa plantação ocorreu na Mata Nacional da Quinta das Virtudes;
- Elaboração de uma campanha, a desenvolver no espaço escolar, que visa sensibilizar os mais jovens para a segurança e preservação do espaço ferroviário;
- Apoio da iniciativa "Leituras em viagem";
- A Refer associou-se ao movimento "A Hora do Planeta", desligando as luzes de duas estações ferroviárias emblemáticas, Rossio e Santa Apolónia, durante uma hora;
- Depois do sucesso das últimas campanhas, e do interesse e entusiasmo manifestado pelos colaboradores, a Refer voltou a associar-se ao Banco Alimentar Contra a Fome;
- "Refer Solidária – Um Natal Diferente". Uma parceria estabelecida com duas entidades, a CAIS e a AMI. Teve como objetivo apoiar os beneficiários destas duas entidades, com donativos simples mas que vão ao encontro das necessidades transmitidas;
- Apoio à iniciativa "Comboio de Natal", que teve como objetivo transportar 150 crianças de várias instituições de solidariedade social de Setúbal.

Vertente Interna

Em 2011, a REFER procedeu a diversas ações no sentido de promover a sustentabilidade social perante os seus colaboradores. Neste contexto encontram-se ao dispor dos colaboradores da REFER:

- Seguro de Saúde
- Campanha de vacinação
- Promoção de eventos culturais, nomeadamente a feira do livro
- Apoio REFER à educação:
 - Bolsas de Estudo
 - Subsídio de Pré-escolaridade
 - Campos de Férias REFER
- Condições mais favoráveis em viagens CP
- Possibilidade de aderir ao cartão GALP Frota, com descontos em combustíveis
- Outras Parcerias e Descontos
 - Restauração e Hotelaria
 - Clínicas, Médicos e uma Farmácia
 - Produtos bancários
 - Cultura e Desporto
 - Bens de Consumo
 - Informática
- Clube ferroviário com atividades desportivas e culturais
- Continuação do Programa Envia Ideias
- Campanha de sensibilização para a prevenção de patologias ginecológicas.

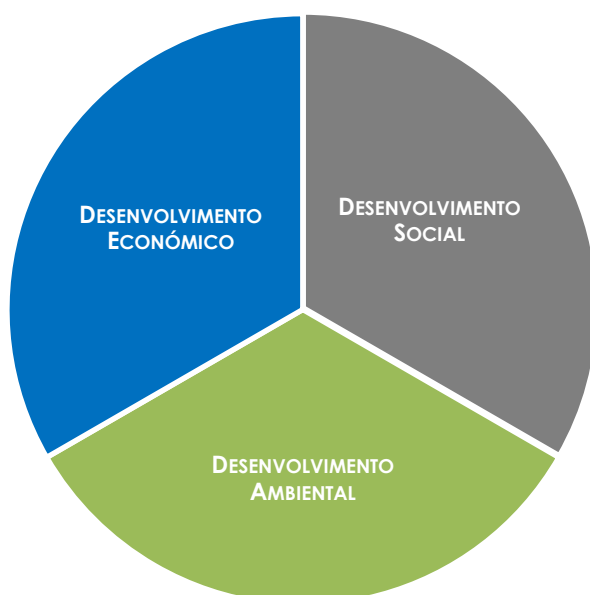
Visão de Desenvolvimento Sustentável

A REFER ocupa uma posição chave no sector ferroviário devendo garantir, por um lado, a disponibilização de uma rede ferroviária com capacidade e condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança e, por outro, assegurar o cumprimento das metas e objetivos de modernização da rede, indo ao encontro da estratégia de desenvolvimento prevista para o Sector dos Transportes.

A procura de um modelo mais sustentável de evolução da sociedade tem constituído preocupação dominante nas últimas décadas face ao conjunto de oportunidades, mas também de ameaças, que afetam o conjunto do tecido social, a estrutura das atividades económicas e o equilíbrio ambiental.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é, normalmente, definido como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando espécies e os habitats naturais”.

O Desenvolvimento Sustentável assenta em três pilares:



O Desenvolvimento Sustentável só pode ser alcançado se estes três pilares evoluírem de forma harmoniosa.

Visão Estratégica e Missão

A REFER tem como finalidade “Gerir a rede ferroviária nacional, nas suas vertentes de construção, conservação, preservação do património e gestão de capacidades”. Consciente de que a sustentabilidade de uma unidade empresarial se avalia pela sua capacidade de enfrentar os desafios do futuro atuando no presente, de forma equilibrada em três áreas nem sempre facilmente conciliáveis (Economia, Sociedade e Ambiente).

A atual conjuntura macroeconómica e as orientações estabelecidas no PEC e no Memorando de Entendimento FMI / BCE / CE / Estado Português de 3 de maio de 2011 constituíram o enquadramento de todo o processo de elaboração que conduziu à definição dos seguintes Objetivos de Referência (Plano de atividades 2012):

- Melhorar a Eficiência e Controlo de Gastos
 - Reduzir os Gastos em Serviços Partilhados
 - Reduzir os gastos em Subcontratos
 - Adequar o Efetivo às necessidades do Negócio
 - Minimizar o tempo médio de imobilização de stocks
- Contribuir para a Sustentabilidade Financeira da Empresa
 - Gerir eficientemente os recursos financeiros
 - Adequar o perfil temporal da dívida financeira à maturidade dos ativos
 - Assegurar a Execução dos Investimentos Programados
 - Assegurar a manutenção dos níveis de rendimentos não core
 - Elaborar o Plano Estratégico da REFER
- Assegurar a manutenção de adequados padrões de Qualidade, Fiabilidade e Segurança
 - Assegurar adequados níveis de Pontualidade
 - Assegurar adequados níveis de disponibilidade e fiabilidade da rede
 - Assegurar adequados níveis de Segurança da rede
 - Preparar e Publicar atempadamente o Diretório de Rede
 - Reduzir a Sinistralidade em Passagens de Nível

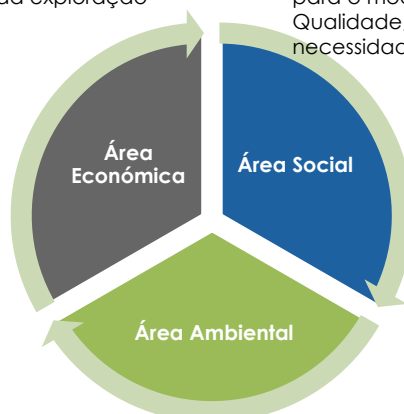
- Disponibilizar Sistemas Informáticos de suporte aos Processos
- Prosseguir com a implementação dos Planos Estratégicos de Ruído
- Contribuir para o reforço das competências técnico – ferroviárias
- Assegurar o cumprimento do Plano de Auditoria

Estes objetivos visam o cumprimento de:

- Contenção de gastos e melhoria da eficiência;
- Ajustamento das condições e dos meios afetos à realização das atividades da empresa aos condicionamentos decorrentes do PEC e do Memorando de Entendimento;
- Promoção de adequados níveis de segurança e de qualidade e fiabilidade do serviço;
- Conclusão da execução das intervenções e projetos em curso;
- Execução das intervenções essenciais à manutenção de adequados níveis de segurança e de serviço.

Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, reduzindo gastos em serviços partilhados e em subcontratos; Optimizar o nível do serviço ao cliente, assegurando em simultâneo, elevados níveis de segurança e fiabilidade da exploração

Manter a estratégia de introdução concentrada, de novas tecnologias de informação, associadas à modernização dos processos e desenvolvimento de competências dos colaboradores, numa perspectiva de novas práticas de gestão, orientadas para o modelo de Gestão da Qualidade; Adequar o efetivo às necessidades do negócio.



Na área Ambiental, a missão definida na deliberação 33/07, de 30 de Agosto coloca a ênfase na "... integração dos diferentes requisitos ambientais, na exploração e manutenção da infra-estrutura, bem como, no planeamento, concepção e execução dos novos projectos de investimento."

Apresentação da Empresa

A Diretiva Comunitária 440/91 e a Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres estabeleceram as linhas de orientação da indispensável e urgente reestruturação do sistema ferroviário nacional, designadamente apontando a necessidade de separar a gestão das infraestruturas ferroviárias da produção de transportes. O Governo definiu as linhas gerais desta reorganização assente num modelo baseado em três entidades:

1. **Entidade reguladora do sector ferroviário (IMT)**, que tem como objetivo principal regular a atividade entre os operadores ferroviários e o gestor das infraestruturas, fomentando a segurança, a qualidade e a preservação do ambiente sendo, consequentemente, um órgão da Administração Central do Estado;
2. Entidade gestora da Infraestrutura com a incumbência de garantir a instalação, desenvolvimento e manutenção das infraestruturas ferroviárias, bem como "gerir os sistemas de comando e controlo da circulação, tendo sido publicado o Decreto-lei nº 104/97, de 29/04, criando a **REFER**;
3. Operadores de Transporte - a CP, a CP Carga, a Fertagus, a Takargo e a Comsa, cabendo-lhes os serviços de passageiros e mercadorias, devendo promover a sua reorganização de modo a tornar-se numa empresa virada para o mercado, com uma cultura de cliente.

O processo de criação da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., ficou concluído em 1999, ano em que a empresa assumiu a totalidade das funções que lhe tinham sido cometidas.

História

1997	Fundação da REFER, com a integração das atividades de investimento provenientes dos Ex-Gabinetes dos Nós Ferroviários de Lisboa e do Porto, da Ponte 25 de Abril e da própria CP.
1998	Passagem para o âmbito da REFER das atividades de conservação e manutenção assumidas até à data pela CP.
1999	Conclusão da passagem para a REFER de todas as atividades relacionadas com a gestão e exploração da Rede Ferroviária Nacional com a integração da atividade de controlo e gestão da circulação. A 29 de julho de 1999 foi inaugurada oficialmente a instalação do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril e o Eixo Ferroviário Norte – Sul, elemento fundamental nas ligações da margem sul do Tejo a Lisboa e que passou a ser explorada por um operador privado.
2000	Início da concepção de um sistema de gestão da qualidade (SGQ), em conformidade com a norma NP EN ISO 9001:2000, a implementar na REFER. Início dos estudos referentes ao reaproveitamento do património ferroviário desactivado.
2001	Assinatura do primeiro protocolo para a construção de uma Ecopista, tendo por base o traçado do antigo Ramal de Monção. “Estações com Vida”, arranque da primeira fase do projecto, abrangendo treze cidades. Este projecto tem como objectivo requalificar o modo ferroviário e sua envolvente, devolvendo-lhe o papel de importante dinamizador do desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades que serve.
2002	Elaboração do primeiro Directório de Rede, onde se estabelecem as condições de acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, indo ao encontro do que se previa vir a ser o estatuído no DL-270/2003 de 28 de outubro.
2003	Obtenção da Certificação de Qualidade da ZOC Lisboa, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Concretização do acordo CP/REFER relativo à Taxa de Utilização das infra-estruturas ferroviárias referente aos anos de 1999-2002. Criação das Direcções de Ambiente e de Segurança. Publicação do Directório de Rede 2004 elaborado de acordo com o estabelecido no DL-270/2003 28 de Outubro.
2004	Realização da viagem inaugural da ligação directa Braga/Faro no dia 30 de maio de 2004. A intervenção subjacente a esta ligação teve por objectivo tornar este eixo fundamental da rede (Eixo Atlântico) mais

	<p>competitivo relativamente aos modos de transporte concorrentes. Assinatura de um protocolo com a UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento), no âmbito das iniciativas relacionadas com a promoção da sociedade de informação.</p>
2005	<p>Obtenção da Certificação de Qualidade da Zona Operacional de Conservação do Porto, em junho de 2005, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação).</p> <p>Electrificação da Linha da Beira – Baixa (Mouriscas A – Castelo Branco).</p>
2006	<p>O ano de 2006 assinala a passagem de 150 anos do caminho-de-ferro em Portugal, que representou um marco na História do nosso país, a primeira viagem inaugural de comboio, que ligou Lisboa – Estação de Santa Apolónia ao Carregado.</p>
2007	<p>O ano de 2007, ficou marcado, a 29 de abril, pelos 10 anos de existência da REFER. Deu-se a conclusão das obras de remodelação do edifício da Estação do Rossio. Adaptação da Estação de Santa Apolónia à nova Estação de Metropolitano.</p>
2008	<p>Em 2008 destaca-se a reabertura do Túnel e Estação do Rossio totalmente remodelados. Conclusão das empreitadas da Ligação Ferroviária à Siderurgia Nacional, 1ª fase da Variante de Alcácer, Terminal Multimodal de Cacia e Electrificação e Sinalização do Troço Barreiro – Pinhal Novo. Entrada em funcionamento do Centro de Comando Operacional do Porto a 22 de abril.</p>
2009	<p>Em 2009 destaca-se a inauguração da Plataforma Multimodal de Cacia e do Interface de Transportes do Cais do Sodré. Reabertura do serviço ferroviário de transporte de passageiros na Linha de Vendas Novas.</p> <p>Concluída a pintura da Ponte Maria Pia, no Porto.</p>
2010	<p>Neste ano é de salientar a inauguração do Ramal do Porto de Aveiro no início do ano, da abertura à exploração da Variante da Trofa na Linha do Minho e da Inauguração da Variante de Alcácer. Foi ainda o ano em que ficou concluída a Remodelação da Estação de Setúbal.</p>
2011	<p>Reabertura ao tráfego ferroviário dos troços Vendas Novas a Casa Branca, na linha do Alentejo e Casa Branca a Évora, na linha de Évora, permitindo o restabelecimento do serviço Intercidades para o Alentejo, com uma redução no tempo de trajeto total na ligação Lisboa-Oriente – Évora em cerca de 25 minutos.</p>

Estrutura Vocacionada para o Negócio da REFER



Enquadramento Legal

Separação CP/REFER Decreto-Lei 104/97



A Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, Lei n.º 10/90 de 17 de março, define que o sistema de transportes terrestres compreende as infraestruturas e os fatores produtivos afetos às deslocações por via terrestre de pessoas e de mercadorias no âmbito do território português ou que nele tenham término ou parte do percurso e rege-se pela presente lei, seus decretos-lei de desenvolvimento e regulamentos.

A 29 de abril de 1997 foi publicado o Decreto-Lei 104/97 que cria a REFER, E.P.

A REFER é uma empresa cujo capital estatutário é 100% do Estado, sendo tutelada conjuntamente pelos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego.

Compete-lhe desenvolver as atividades pertinentes ao seu objeto, de acordo com princípios de modernização e eficácia de modo a assegurar o regular e contínuo fornecimento do serviço público da gestão de infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional.

De acordo com o estabelecido, a REFER:

- Pode praticar todos os atos de gestão necessários ou convenientes à prossecução do seu objeto;
- Conserva os direitos e assume as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao Domínio Público Ferroviário nas disposições legais e regulamentos aplicáveis.

O Decreto-Lei 299-B/98, publicado a 29 de setembro de 1998, cria o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), que tem por finalidade regular e fiscalizar o sector ferroviário, supervisionar as atividades desenvolvidas, assim como intervir em matéria de concessões de serviço público. Este Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei 147/2007.

Em setembro do mesmo ano, pelo Despacho Conjunto n.º 731/98, foi dada a concessão do serviço de transporte ferroviário de passageiros no Eixo Norte-Sul à FERTAGUS, primeiro operador privado.

Em maio de 2000 é publicado o Decreto-Lei n.º 93/2000, que estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Diretiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de julho, que procede à supressão de omissões detetadas na transposição da Diretiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de julho.

Em outubro de 2003, é publicado o Decreto-Lei 270/2003 de 28 de outubro, que transpõe para o direito nacional as Diretivas nos 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE, normalmente designadas por "Pacote Ferroviário I", visando abrir o mercado do transporte ferroviário à participação dos agentes económicos privados,

garantindo um conjunto de critérios de capacidade técnica, financeira e de segurança. Este Decreto-Lei foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei 271/2007.

O Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de agosto.

Na sequência do estabelecido neste diploma legal a REFER preparou e publicou, logo neste ano, a primeira edição do Diretório da Rede que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.

Em março de 2005 foi publicado o Regulamento n.º 21/2005 do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infraestrutura.

O Diretório da Rede de 2006, publicado em setembro de 2005, foi o primeiro diretório a ser elaborado à luz das regras fixadas no Regulamento n.º 21/2005. Após a sua publicação, os Operadores interpuseram recursos o que obrigou a REFER a apresentar os processos devidamente instruídos à Entidade Reguladora e a disponibilizar, no decurso de 2006, várias informações adicionais em complemento aos elementos disponibilizadas aquando da fundamentação da tarifação, com vista à tomada de decisão por parte do INTF.

Decorrente dessa decisão foi publicada em 2006 a 1.ª Adenda ao Diretório de 2006.

Pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, foi criado o IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, fundindo diversos organismos incluindo o antigo INTF – Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 define os princípios do Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado.

A 22 de julho de 2008, o Decreto-Lei 141/2008, alterou e republicou os Estatutos da REFER, tendo este entrado em vigor a 23 de julho do mesmo ano. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P. E.**

Em 2008, a empresa TAKARGO tornou-se o primeiro operador privado a efetuar comboios de mercadorias no território nacional.

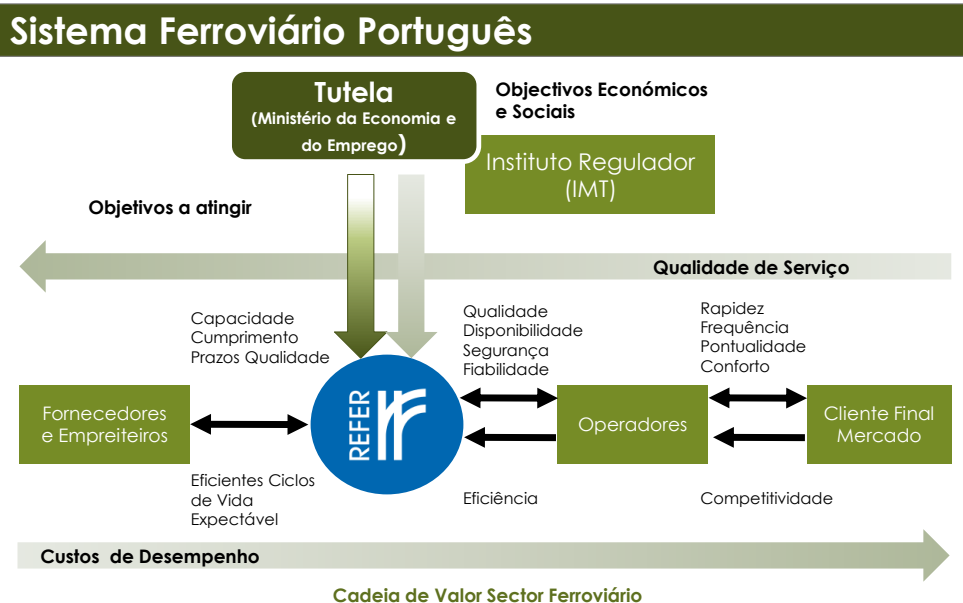
A empresa COMSA iniciou a sua operação na rede ferroviária nacional, no ano de 2008, tendo começado por solicitar reserva de canais para ensaios e formação no eixo Lisboa - Vilar Formoso.

Áreas de Negócio

À REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, compete-lhe desenvolver as atividades pertinentes ao seu objeto, de acordo com princípios de modernização e eficácia, atuando essencialmente em duas áreas de negócio:

- **Gestão de Infraestruturas** - compreende a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária e a gestão dos respetivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo a sinalização, regulação e expedição, por forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público de transporte ferroviário.
- **Investimento** - consiste na construção, instalação e renovação da infraestrutura, atividade desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).

A REFER ocupa assim, uma posição chave na cadeia de valor do sector ferroviário, devendo garantir, por um lado, a disponibilização de uma rede ferroviária com capacidade e condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança, e, por outro, o cumprimento das metas e objetivos de modernização da rede, traçados pelo Estado.



Gestão e Exploração da Infraestrutura

Compete à REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária de Portugal, desenvolver ações respeitantes ao seu objeto, de acordo com os princípios da modernização, segurança e eficácia, influenciando particularmente a gestão da infraestrutura.

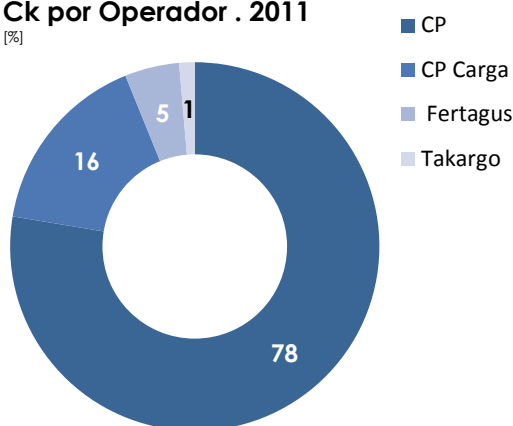
Em 2011 a REFER contava com 3 619 km de via, sendo que apenas 2 794 km, cerca de 77%, se encontravam em exploração no final do ano. No ano em análise verifica-se uma redução de 49 km de via aberta à exploração ferroviária, quando comparado com 2010, devido à desativação do troço da Linha de Évora, entre o PK 126,800 e Estremoz.

À semelhança dos anos anteriores, a rede ferroviária nacional tem sido alvo de constantes modernizações, no sentido de oferecer ao utilizador do transporte ferroviário a segurança mínima necessária. Para tal tem sido colocado ao serviço novas instalações tendo sido ainda, remodelada e reconvertida a tecnologia de muitas outras, fazendo com que a exploração ferroviária seja atualmente mais segura, fiável e flexível, respondendo melhor às necessidades da procura e fazendo com que exista uma maior e melhor mobilidade entre os diversos modos de transporte. Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2011, no capítulo Evolução da Atividade.

Em 2011 verifica-se um aumento nos sistemas de segurança alojados na rede ferroviária nacional, estando o Convel em 58,6% da sua extensão, em mais 141 km do que em 2010. O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a REFER, que permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. O Rádio Solo-Comboio é outro sistema de segurança estando presente em 54% da extensão da via, tendo, em 2011, sido instalado em cerca de 10 km linha. O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego.

O número de Ck registado em dezembro de 2011 sofreu uma quebra de 6% face a igual período de 2010, tendo o valor da tarifa de utilização seguido a mesma tendência com uma redução de 5% quando comparando os mesmos períodos. No ano de 2011

Ck por Operador . 2011
[%]



registaram-se 37,2 milhões de Ck enquanto em 2010 esse valor foi de 39,7. A tarifa de utilização foi de 58 milhões de euros em 2011 e em 2010 tinha sido de 61 milhões de euros.

O operador CP continua a ser o que mais contribui para a utilização da ferrovia para transporte de passageiros, enquanto a CP Carga é a empresa que mais transporte de mercadorias opera no nosso país. Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2011, no capítulo Evolução da Atividade.

A REFER pretende disponibilizar ao operador ferroviário uma infraestrutura com grandes níveis de segurança, fiabilidade e flexibilidade, através da modernização da rede, colocando em serviço uma quantidade significativa de novas instalações, muitas delas inexistentes anteriormente, e outras substituindo sistemas muito rudimentares com introdução de novas tecnologias. Para tal a REFER tem vindo a realizar nos últimos anos, investimentos de expansão e modernização da rede ferroviária.

Nos gastos da atividade de gestão das infraestruturas ferroviárias existem duas rubricas que devem ser analisadas, os "Fornecimentos e Serviços Externos" com destaque para os "Subcontratos" e a rubrica "Gastos com Pessoal".

No ano de 2011 verifica-se o decréscimo, na rubrica Subcontratos, em 24%, cerca de 20 milhões de euros tendo contribuído para este valor, a renegociação de contratos vigentes de manutenção de via, catenária e sinalização e a internalização de algumas ações de manutenção. Nas renovações de contratos foi aplicada a cláusula de redução de preço de 10% por via da aplicação do nº 1 do art.º 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

O valor dos Gastos com Pessoal aumentou 12%, cerca de 10,7 milhões de euros, quando se compara o exercício de 2011 com o de 2010. Considerando que em 2011 se registou um elevado número de rescisões de contrato de trabalho, se ao montante de gastos com pessoal deduzirmos o montante das indemnizações por rescisão de contrato de trabalho (3M€ em 2010 e 23 M€ em 2011), então a rubrica de gastos com pessoal registou um decréscimo de 10%.

Investimento

O investimento na construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária é efetuado pela REFER em nome e por conta do Estado.

O volume de investimentos realizado pela REFER durante o exercício de 2011 (a custos totais) ascendeu a 295 milhões de euros, representando uma taxa de realização de 94% face ao previsto (372,6 milhões de euros). Deste valor, 294 milhões de euros dizem respeito a investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (quase 100% do

investimento total) e 1 milhão de euros a investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão (menos de 1% do investimento total).

No âmbito do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível a que a REFER está obrigada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de dezembro, e que atribui a sua materialização à REFER, às Autarquias e à empresa Estradas de Portugal, foram executadas, em 2011, 64 ações, três das quais por entidades externas. Desta 64 ações, 35 dizem respeito a Passagens de Nível Suprimidas e 29 a Passagens de Nível Reclassificadas. O investimento total foi de cerca de 20,7 Milhões de Euros, dos quais 18,1 Milhões de Euros suportados pela REFER.

Em 2011, no que se refere à sinistralidade, ocorreram 25 acidentes em Passagens de Nível, sendo 21 colisões e quatro colhidas, de que resultaram quatro mortos, três feridos graves e oito feridos ligeiros.

Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2011, no capítulo Evolução da Atividade.

Dimensão da Organização

Em 2011 verificou-se, na REFER, uma elevada quebra no número de trabalhadores a cargo da empresa, derivado da adaptação da organização aos diversos programas de modernização e automatização da atividade ferroviária implementados ao longo dos últimos anos. No ano agora em análise registou-se a saída de 630 colaboradores, estando na empresa no último dia do ano 2 815 trabalhadores a cargo.

No final do ano de 1999 a Refer tinha 6 359 trabalhadores a cargo, verificando-se uma redução de 3 544 colaboradores até 2011, cerca de 56%.



Enquadramento no Setor da Gestão de Infraestrutura dos Transportes

A política ferroviária tem sido, tradicionalmente, tratada de forma dispersa pelos diferentes países, facto que conduziu a uma situação generalizada de falta de interconexão e interoperabilidade, penalizando o desenvolvimento do mercado ferroviário europeu e incentivando o crescimento do modo rodoviário, do qual resultam impactos energéticos, ambientais, de congestionamento e sinistralidade.

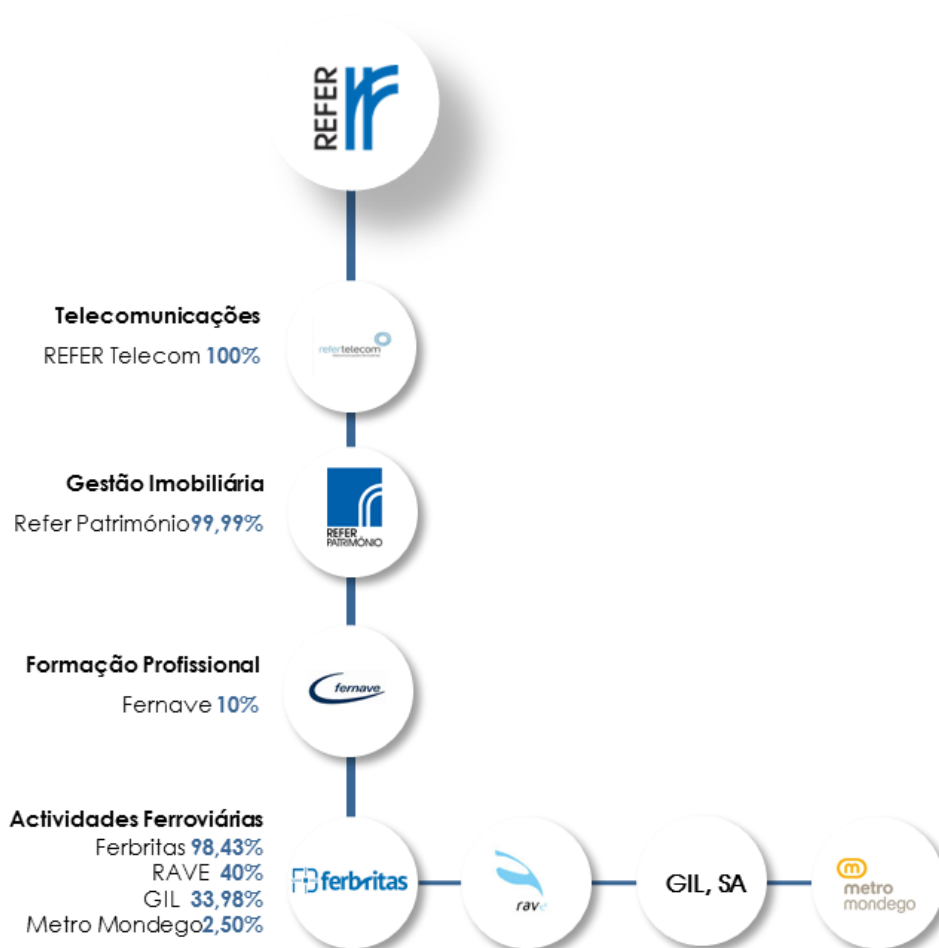
Esta situação, conduziu à adoção de uma política europeia de mobilidade sustentável, que tem sido de inequívoco apoio ao desenvolvimento dos caminho-de-ferro, tendo como objetivo a criação progressiva de um esforço ferroviário europeu integrado, com garantia de acesso a todos os operadores.

Neste contexto, cumpre referir que o processo de abertura do mercado ferroviário se iniciou com a Diretiva 91/440/CE, a qual originou o processo de separação contabilística das atividades de gestão da infraestrutura e de exploração do transporte ferroviário, de modo a tornar a tarifação da infraestrutura o mais transparente possível e a abrir o acesso aos serviços internacionais.

A consolidação do modelo ferroviário português, inspirado na reforma do sector ferroviário preconizada pela União Europeia (UE), constitui um passo determinante para o desenvolvimento e melhoria do sistema ferroviário.

Grupo REFER

A REFER tem participações num conjunto de empresas criadas no âmbito da reorganização do sector ferroviário, ainda antes da criação da própria empresa e que, pela natureza da sua atividade, complementam a atividade da gestão da infraestrutura ferroviária.



REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom, é um Operador de Telecomunicações licenciado pela ANACOM. A REFER Telecom está vocacionada para a Gestão, Supervisão e Manutenção das Redes e Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias. É também responsável pela instalação e gestão das telecomunicações, essenciais nesta área dos transportes. Tem uma rede com cobertura nacional e faz uso de um “backbone” de fibra ótica com mais de 2 800 quilómetros, com presença nas principais capitais de distrito e centros urbanos do País. Sobre esta rede são suportados diferentes serviços de conectividade.

Tem como missão “Assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, garantindo-lhe a excelência na prestação dos respetivos serviços, bem como a otimização de todos os recursos através de uma oferta especializada ao restante mercado.”

REFER PATRIMÓNIO S.A. – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.

A REFER PATRIMÓNIO, tem como Missão Estratégica assegurar a sua eficiente utilização, valorização e rentabilização em consonância com os objetivos de gestão da infraestrutura ferroviária.

Como Visão Estratégica aponta para uma filosofia de gestão integrada sob comando único do Conselho de Administração da REFER Património para toda a atividade imobiliária.

Adota como Valores:

- Orientação para resultados – planeia, definindo objetivos, de modo a alcançar resultados que vão ao encontro das expectativas e são sustentados no longo prazo;
- Acréscimo de valor para o cliente – conhece e compreende as necessidades da REFER, inova e recorre a todos os meios possíveis para criar valor ao acionista;
- Liderança com visão e estratégia – é liderada por pessoas com visão de futuro, que atuam como exemplos pelos seus valores e ética;
- Gestão assente em processos – a sua gestão é assente num conjunto de processos identificados, caracterizados e alinhados;
- Suporte nas competências individuais – valoriza e responsabiliza os seus colaboradores, pelo seu desempenho no alcance dos resultados da organização.

FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A

A Ferbritas S.A. é uma empresa de prestação de serviços especializada em Engenharia dos Transportes, particularmente focada em todos os segmentos e especialidades do sector ferroviário ligeiro e pesado.

Constituída em 1976, é desde há longos anos a única empresa portuguesa de prestação de serviços, que nos domínios de atuação a que se dedica, coloca ao serviço dos seus clientes recursos próprios especializados e experimentados em todas as áreas requeridas pela engenharia ferroviária, desde a conceção até à gestão e fiscalização de empreendimentos.

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

Estrutura da Governação

Áreas de Atividade dos Membros do Conselho de Administração

O Governo é responsável por definir os objetivos gerais a prosseguir pela REFER e o enquadramento no qual se deve desenvolver a respetiva atividade de modo a assegurar a sua harmonização com as políticas globais e sectoriais do país.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros: Presidente, Vice – Presidente e três Vogais, são nomeados pelo Governo, os seus mandatos são de três anos, sendo renovável dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público, por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração da cessação das mesmas.

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da Empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela. Naturalmente, os membros do Conselho de Administração têm de assegurar os deveres e obrigações legalmente estabelecidas para os gestores públicos, nomeadamente a ausência de conflito de interesses.

O atual Conselho de Administração da REFER tomou posse no final do ano de 2005, tendo sido reconduzido no dia 21 de janeiro de 2009. Em junho de 2010 o vice-presidente cessou funções, sendo que a 31 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração da REFER era composto pelo Presidente e pelos três Vogais.

A composição do Conselho de Administração da REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

O número e resumo das reuniões do Conselho de Administração da REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

A participação dos membros do Conselho de Administração da REFER em empresas do grupo REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

Sustentabilidade

QUALIDADE

Garantir a implementação e manutenção de Sistemas da Qualidade e de monitorização de desempenho em conformidade com a estratégia e objectivos definidos

SEGURANÇA

Garantir a implementação dos requisitos necessários à Segurança, com o objectivo de eliminar a sinistralidade e os prejuízos materiais e pessoais, beneficiando os valores da comunidade, do Estado, da Empresa e dos seus trabalhadores.

AMBIENTE

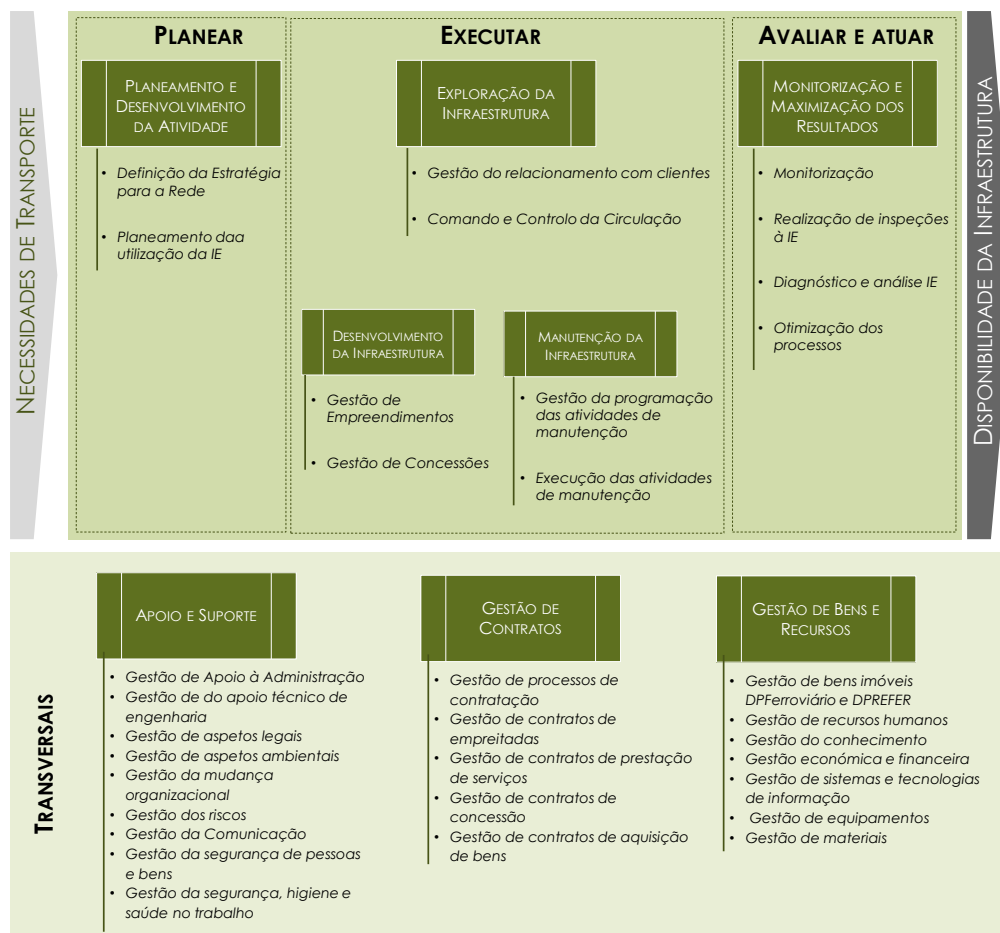
Garantir o cumprimento dos requisitos de protecção ambiental ao nível do planeamento, concepção e execução de novos projectos, bem como, na exploração e conservação da rede, enquadrado na lógica de um Sistema de Gestão Ambiental e num processo, implícito, de melhoria contínua.

SOCIAL

Assegurar o alinhamento das actividades de Gestão dos Recursos Humanos com a estratégia global da empresa. Definir as linhas orientadoras e as ferramentas de gestão de Recursos Humanos, que permitam atingir bons níveis de satisfação/motivação e de produtividade nos colaboradores da empresa. Apoiar iniciativas desenvolvidas no âmbito da promoção do desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Qualidade

Ao longo do ano de 2011, materializou-se a proposta do ano anterior, para uma nova abordagem para a área da Qualidade, iniciando um trabalho, estruturado e complementar, designado por "levantamento dos processos da REFER", o qual se suportou num método criado internamente para o efeito, tendo como resultados a produção do Mapa de processos da REFER que se apresenta de seguida:



Objetivos: Com a esperada aprovação da estratégia para a Gestão da Qualidade na REFER assente numa abordagem por processos, perspectiva-se o desenvolvimento de todo o trabalho de caracterização dos processos da empresa, atento às principais prioridades resultantes do contexto de gestão.

Segurança

A segurança na REFER é entendida como uma responsabilidade de todos e de cada um, requerendo a cooperação institucional e a participação empenhada e responsável de todos os colaboradores.

A política de Segurança cobre essencialmente três vertentes:

- Segurança no Trabalho**, quer dos colaboradores quer junto dos empreendimentos construtivos.
- Segurança das Instalações**, quer na vertente de emergência quer de vigilância das mesmas.

- **Segurança da Exploração** como apoio aos Órgãos que desenvolvem estas atividades.

Objetivo 2011: Continuar com a aposta no reforço das competências na área da Segurança (1.Formação profissional em segurança ferroviária no âmbito do cumprimento da Instrução de Exploração Técnica 77 (IET 77); 2.Formação em Regulamentação; 3. Formação em Segurança de pessoas e bens; 4.Formação em Segurança, Saúde e Condições de Trabalho).

Objetivo 2012: Promover a melhoria das condições de segurança e saúde do trabalho; Aumentar a capacidade de reação face a situações de emergência; Aumentar a cobertura e melhorar a gestão dos sistemas de segurança de pessoas e bens.

Ambiente

Mantendo-se válidos os propósitos da Política de Ambiente em agosto de 2007, o ano de 2011 dá sequência ao ajustamento incontornável iniciado em 2010, devido ao contexto de gestão da empresa, com reflexo sobre a dinâmica de implementação das principais linhas de estratégia do domínio ambiental. Nesse sentido, cumpriram-se as metas propostas para o ano de 2011.

Objetivos 2011: Adequar a estrutura humana de suporte a esta área na empresa, ao apoio de que esta última carece, internalizando na medida do possível, tarefas que até aqui eram asseguradas por meios externos. Concluir o Plano de Redução de Ruído (PRR) das Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano, de modo a sustentar os cenários e diferentes linhas de ação a empreender, entre as quais aquelas ao alcance da REFER e obtendo a aquiescência da tutela para o efeito. Dar sequência ao compromisso B&B atento à reprogramação efetuada e traduzida para o Plano de Atividades.

Objetivos 2012: Prosseguir com o esforço de ajustamento dos recursos humanos e modelo organizativo às transformações que vêm sendo introduzidas na empresa, face ao seu contexto de gestão. Consolidar e tornar mais abrangente o processo de internalização de tarefas, designadamente, no que diz respeito à aquisição de dados de ruído. Fomentar a reflexão ao nível da estratégia do Ruído, tendo por base o PRR visando incitar a uma alteração de estratégia a este nível, com o objetivo de levar a um compromisso transversal ao sector ferroviário e com metas realistas sustentáveis do ponto de vista económico. Importa ainda dar início e desenvolver o projeto do Continuum Ecológico.

Social

No âmbito da política social a atuação da REFER pode ser analisada em duas vertentes:

1. Responsabilidade social interna – As políticas de recursos humanos e de segurança e saúde até hoje implementadas são demonstrativas de uma observância atenta e continuada das necessidades dos colaboradores, refletindo-se nomeadamente ao nível do conjunto de apoios à educação e de incentivos ao desenvolvimento profissional quer dos colaboradores da empresa quer dos seus familiares (lar ferroviário, colónias de férias, apoio a Associações desportivas e sociais ferroviárias, etc); Programa de apoio à deficiência, nomeadamente no que respeita aos problemas de mobilidade e/ou de meios de trabalho adaptados às diferentes deficiências; Melhoria qualitativa dos processos de trabalho através do incremento da digitalização e dos meios eletrónicos de arquivo e de transmissão da informação (abandono gradual do arquivo tradicional em suporte papel).
2. Responsabilidade social externa – nesta vertente a atuação da REFER tem-se centrado no relacionamento com os utentes e as populações vizinhas da Rede Ferroviária Nacional. A este nível regista-se nomeadamente:
 - a) o apoio à reabilitação urbana das estações e zonas envolventes em colaboração com as Autarquias;
 - b) a realização de campanhas de promoção do uso do transporte público (e, particularmente, da ferrovia) nas zonas urbanas e na sensibilização para o respeito das regras de segurança em passagens de nível;
 - c) Apoio à recolha periódica de sangue junto dos colaboradores para entrega aos serviços de saúde;
 - d) a divulgação da atividade da empresa e suas associadas através do Portal;
 - e) Manutenção de um programa de estágios académicos protocolados com várias instituições académicas de ensino médio e universitário;
 - f) Apoio a instituições de carácter social como Associações de Bombeiros Voluntários de várias localidades e organizações não-governamentais como os Médicos do Mundo.
 - g) Documento Código de Ética. Este documento propõe um conjunto de princípios gerais de conduta, determinantes para a qualidade dos serviços prestados, procurando igualmente estimular uma dinâmica de aplicação de boas práticas empresariais.

Objetivo 2011: Implementação do programa de apoio psicossocial aos trabalhadores – Programa de Apoio aos Trabalhadores da REFER. Continuação da promoção da segurança de pessoas e bens.

Objetivo 2012: adequação dos recursos humanos às reais necessidades de cada órgão da empresa, atentos a critérios de funcionamento em condições de segurança, e procurando a adequada mobilidade e enquadramento dos

colaboradores com base na análise do respetivo perfil de competências e respeitando as condições vigentes.

Ética – Um Compromisso da REFER

O desenvolvimento deste tema é efetuado no Relatório de Governo da Sociedade, capítulo Código de Ética e Conduta.

Desempenho Económico

A REFER, que tem como objeto principal a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária nacional, procura desempenhar um papel determinante no sentido de inverter a tendência de utilização do transporte individual, através da melhoria do serviço prestado aos utilizadores da ferrovia, oferecendo-lhes segurança, conforto, rapidez e pontualidade, atributos que são perceptíveis e valorizados pelo consumidor.

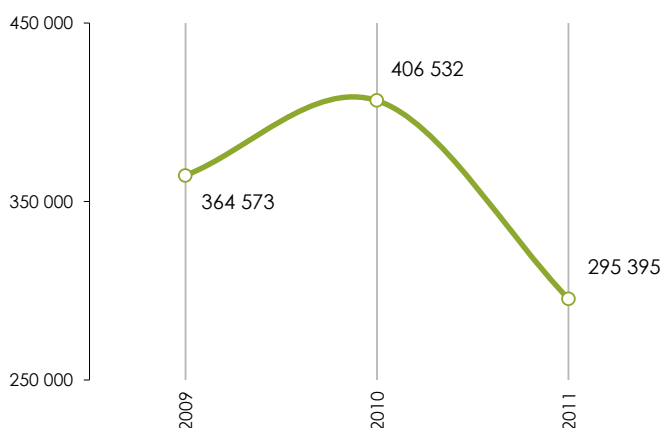
No âmbito da sua atividade a REFER tem dinamizado, por conta do Estado, projetos de investimento, tendo em vista a modernização e desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional. **Modernização**, porque só assim é possível proporcionar aos operadores condições que lhes permitirão oferecer um serviço de qualidade aos utilizadores finais. **Desenvolvimento**, porque a Rede Ferroviária Nacional contribui para a coesão e o desenvolvimento económico e social de todas as regiões do país. Em resumo, atendendo às crescentes necessidades de mobilidade da população e em perfeita sintonia com o mercado europeu, a REFER tem a sua estratégia orientada para a revitalização e promoção da utilização do comboio como meio de transporte preferencial em condições de fiabilidade e segurança, e em sintonia com as políticas ambientais.

Principais Indicadores

Desde a sua criação que a REFER tem investido na modernização da rede. Desde o ano de 2002 já foi investido na infraestrutura ferroviária 3 488 milhões de euros. No ano de 2011 o investimento foi de 349,7 milhões de euros, menos 14% que o investimento realizado em 2010.

Investimento em Modernização

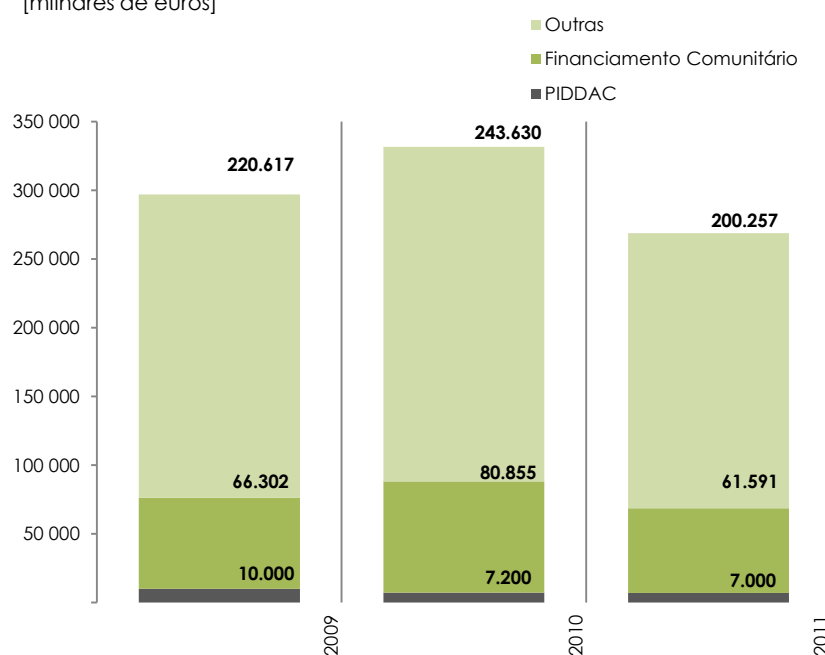
[milhares de euros]



Nos últimos três anos os investimentos da REFER foram financiados da seguinte forma:

Evolução do Financiamento do Investimento

[milhares de euros]



Os financiamentos obtidos pela REFER no ano de 2011 foram aplicados em cerca de 30% em Ligações às Plataformas Logísticas e Portos, em 28% a Ligações Inter-Regionais, em 12% nas Áreas Metropolitanas, e o restante em Renovação e Reabilitação da Infraestrutura, em Alta Velocidade, em Segurança e Eficiência da Rede e no Sistema de Mobilidade do Mondego. Uma parte significativa deste investimento corresponde à execução do Projeto de Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha com a continuação/conclusão dos trabalhos, entre outros, das empreitadas de Construção Civil, Via e Catenária e de Sinalização e Telecomunicações do troço Bombel / Casa Branca / Évora bem como a instalação do sistema Convel na Estação de Vendas Novas e nos troços Vendas Novas (excl.) / Casa Branca e Casa Branca (incl.) / Évora.

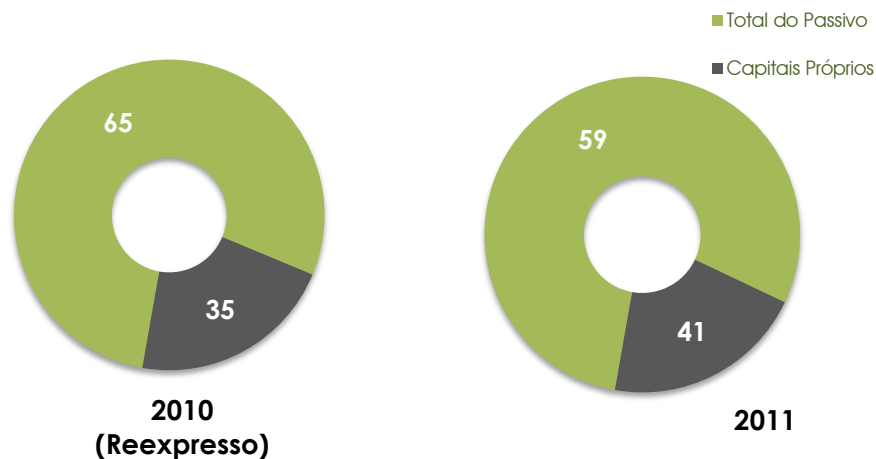
O facto de nos últimos anos os financiamentos por parte do Estado se terem reduzido influenciou o aumento do recurso ao financiamento externo, tendo conduzido a empresa a uma degradação da sua situação económica e financeira. Contudo perspetiva-se que esta situação tenha tendência contrária num futuro próximo.

Estutura da Posição Financeira

[milhares de euros]

	2010 (Reexpresso)	2011
Total do Passivo	6 409 125	6 860 131
Capitais Próprios	-1755 071	-1792 144
Total do Ativo	4 654 054	5 067 987

O Total do Passivo registou no ano de 2011 um aumento de 7% face a 2010.



Em 29 dezembro de 2011 foi assinado pela senhora secretária de estado do tesouro e das finanças e pelo senhor secretário de estado das obras públicas comunicações e transportes o Despacho Conjunto que determina o aumento do capital social da REFER em 125 milhões de euros. O capital estatutário passou de 305.200.000 euros para 430.200.000 euros.

O Total do Ativo verificou um aumento de 9%, cerca de 414 milhões de euros face a 2010.

Resultados

[milhares de euros]

	2010 (Reexpresso)	2011
Volume de Negócios	136 969	130 731
Resultado Operacional	- 108 692	- 89 432
Resultado Líquido	- 150 418	- 162 073

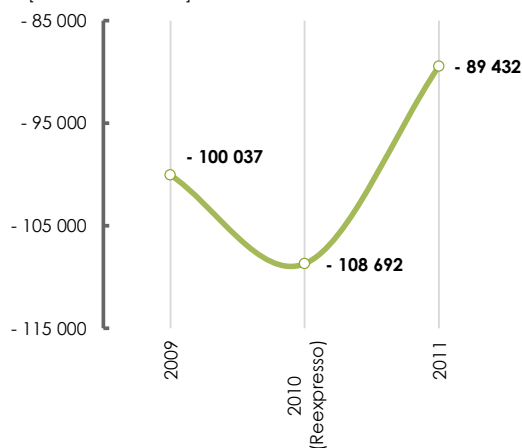
Resultados Operacionais

A REFER apresentou, para 2011, como um dos seus objetivos a sustentabilidade económica e financeira, nomeadamente através de melhoria de eficiência e contenção de gastos. Em 2011 a REFER registou um desagravamento de cerca de 19 milhões de euros, menos 18%, no seu resultado operacional, face a 2010.

Uma das rúbricas que maior impacto teve nos resultados operacionais foi a de Fornecimentos e Serviços Externos, com uma descida de 25,6 milhões de euros (2010: 124 milhões de euros; 2011: 98 milhões de euros), devido a fatores diversos nomeadamente renegociação de contratos vigentes de manutenção de via e catenária e sinalização; internalização de algumas ações de manutenção. Nas renovações de contratos foi aplicada a cláusula de redução de preço de 10% por via da aplicação do nº 1 do art.º 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

Resultados Operacionais

[milhares de euros]



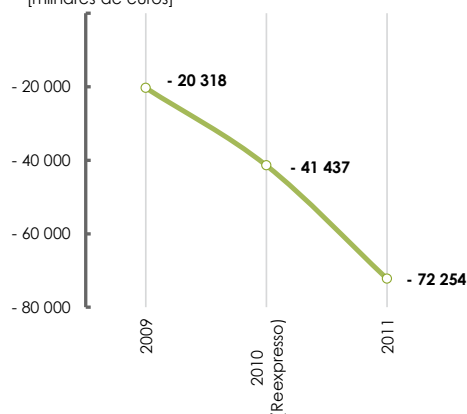
Resultados Financeiros

O valor dos resultados financeiros alcançou em 2011 o valor negativo de 72,3 milhões de euros.

Da análise comparativa com os resultados obtidos no final de 2010, verifica-se um agravamento de 31 milhões de euros. Este agravamento é causado essencialmente da turbulência que os mercados financeiros registaram ao longo do ano com o conseqüente agravamento das taxas de juro.

Resultados Financeiros

[milhares de euros]



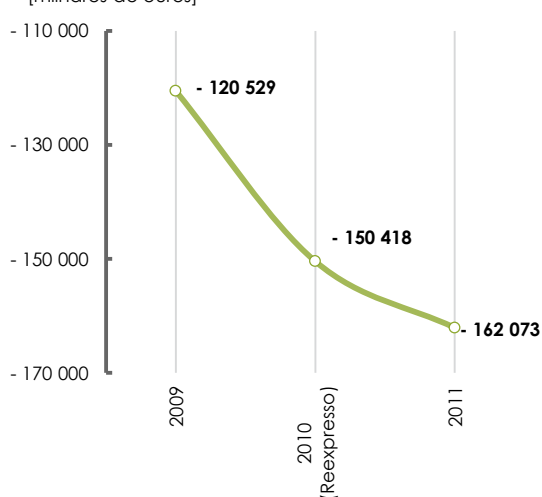
Resultado Líquido

O Resultado Líquido apresentou no ano de 2011 o montante negativo de 162,1 milhões de euros, tendo agravado 8% face ao ano de 2010, devido ao agravamento dos Resultados Financeiros.

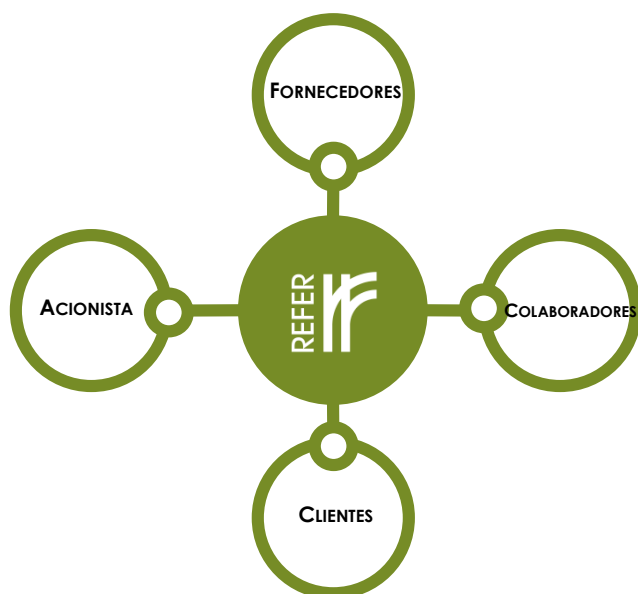
O peso do Total dos Ganhos no Total dos Gastos, passou de 63% em 2010 para 67% em 2011. Em 2011 o Total dos Gastos foi de menos 270,8 milhões de euros e o Total dos Ganhos foi de 181,4 milhões de euros.

Resultado Líquido

[milhares de euros]



Stakeholders



Stakeholders

Lista de Partes Interessadas		Expectativas e Necessidades	Formas de Comunicação
Acionista/Tutelas	Estado (Ministério da Economia e do Emprego e Ministério das Finanças)	Resultados obtidos Estabilidade Social Cumprimentos das obrigações de serviço público Comportamento social e ambiental responsável	Relatórios de Gestão Contrato de Gestão Reporting Claro e Transparente
	Entidades Supervisoras (CM VM, IGOP TC, IGF, ...)		
Clientes	Operadores ferroviários	Oferta de rede em condições de segurança	
	Utilizador do Transporte Ferroviário	Confiança e satisfação no serviço oferecido	
Fornecedores		Transparência Cumprimento dos prazos pagamentos Aumento do investimento da empresa gerando novos fornecimentos	
Comunicação Social		Acesso a informação fiável e relevante	
Comunidade em Geral		Acesso a informação fiável e relevante	
Regulador	IMT	Padrões de qualidade nos produtos e serviços	Reporting regular
Colaboradores		Remunerações adequadas	Informação regular
		Estabilidade (segurança de emprego, salário e proteção social)	Comunicação personalizada
		Oportunidade de evolução e progressão profissional	
		Boas condições de trabalho	
Sindicatos e Comissões de trabalhadores		Respeito pelas suas opiniões	Reuniões frequentes
		Negociação transparente	
		Participação em processos de negociação laboral	

Acionista

O Estado enquanto único acionista da REFER tem um papel primordial no desenvolvimento sustentável da Empresa, tendo o compromisso de assegurar apoio financeiro à REFER através da atribuição de dotações financeiras anuais, quer para cobertura do investimento, quer para cobertura dos custos associados ao serviço público de gestão da infraestrutura.

Nos últimos três anos, as prestações financeiras do Estado foram:

Prestações Financeiras do Estado

[milhares de euros]

	2009	2010	2011
Capítulo 50 do Orçamento de Estado	10 000	7 200	7 000
Indemnizações Compensatórias	36 149	35 851	36 000
TOTAL	46 149	43 051	43 000

Do quadro anterior destaca-se o esforço financeiro do Estado no ano de 2011, quando comparado com 2009 e 2010. Deste valor destaca-se um aumento de 0,4% nas Indemnizações Compensatórias, cerca de 149 mil euros quando comparado com o ano de 2010, contudo verifica-se a mesma redução de 0,4% quando comparado com o ano de 2009.

Por outro lado verifica-se no ano em análise, uma diminuição do valor atribuído através do Capítulo 50º do Orçamento do Estado, de 2,8%, cerca de 200 mil euros, face ao ano anterior.

De notar, contudo, que a importância do Estado enquanto acionista passa também pelos empréstimos desembolsados, que no ano de 2011 foi de 2 164 milhões de euros. Deste total, 125 milhões de euros foram convertidos em capital estatutário elevando para 430,2 milhões esta rubrica. O remanescente foi convertido num empréstimo de médio-longo prazo com maturidade em 2016 e reembolsável em 8 prestações semestrais com início em 2013.

Colaboradores

No final do ano em análise, o número de trabalhadores a cargo da empresa era de 2815, observando-se, assim, a maior quantidade de rescisões dos últimos anos, com a saída de 630 pessoas da empresa.

Colaboradores REFER

[31 de Dezembro de 2010]

	2009	2010	2011
Número de colaboradores a Dezembro	3 497	3 445	2 815

Analisando numa vertente financeira, os Gastos com Pessoal, são uma das rubricas que representam uma maior expressão no Total dos Gastos, 49%, sendo este valor em 2011 de 104,2 milhões de euros. Todavia, no ano em análise verificou-se a saída exponencial de colaboradores da empresa, pelo que analisando o valor dos gastos de pessoal retirando o montante referente às Indemnizações atribuídas aos recursos que rescindiriam com a empresa, o peso dos Gastos com Pessoal no Total dos Gastos passa para 38%.

Estrutura de Gastos com Pessoal Atividade Gestão da Infraestrutura

[milhares de euros]

	2009	2010	2011
Gastos com Pessoal	96 861	95 264	104 192
Indemnizações		2 491	23 659
Gastos Com o Pessoal s/ indemnizações		92 773	80 533
Gastos Totais Gestão da Infraestrutura	222 729	232 032	212 346
Peso Gastos com Pessoal	43%	41%	49%
Peso Gastos com Pessoal s/indemnizações		40%	38%

Estrutura de Gastos com Pessoal Atividade Investimentos

[milhares de euros]

	2009	2010	2011
Gastos com Pessoal	22 862	21 774	20 481
Gastos Internos Totais Investimentos	48 767	63 436	58 489
Peso Gastos com Pessoal	47%	34%	35%

Na Atividade Gestão da Infraestrutura, regista-se um aumento do peso dos Gastos de Pessoal no total do Gastos, sendo que em 2011 foi de 49%, quando no ano anterior tinha sido de 41%. Contudo verificou-se em 2011 a saída de colaboradores da empresa num volume incomparável com anos anteriores o que fez com que os gastos com Indemnizações fossem superior. Retirando o valor das Indemnizações ao valor dos Gastos com pessoal constata-se que o peso do Gastos com Pessoal, no Total dos Gastos, para a Atividade em análise, foi de 38%.

Na Atividade de Investimentos os valores têm mantido os mesmos níveis de anos anteriores, sendo o peso dos Gastos com Pessoal no Total dos Gastos de 35%.

Fornecedores

A importância da REFER relativamente aos fornecedores deverá ser analisada em duas vertentes:

- Investimento
- Atividade de conservação e manutenção da infraestrutura ferroviária.

Atividade Gestão da Infraestrutura

[milhares de euros]

	2009	2010	2011
Consumo de Materiais	8 327	5 620	3 795
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	108 341	116 680	93 110
Gastos Totais Gestão da Infraestrutura	222 729	232 032	212 346
Peso Gastos com FSE e Materiais no Total dos Gastos	52%	53%	46%

Atividade Investimentos

[milhares de euros]

	2009	2010	2011
Consumo de Materiais	18 164	33 215	31 153
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	6 179	7 241	5 440
Gastos Internos Totais Investimentos	48 245	63 436	58 489
Peso Gastos com FSE e Materiais no Total dos Gastos	50%	64%	62%

O peso dos Fornecimentos e Serviços Externos com o Consumo de Materiais no total dos Gastos da empresa, referentes à Atividade de Gestão da Infraestrutura, foi em 2011 de 46%, sendo que em 2010 essa percentagem tinha sido de 53%. Analisando valor dos Fornecimentos e Serviços Externos registados em 2011, verifica-se uma diminuição significativa do valor dos subcontratos e uma diminuição do valor de Outros Fornecimentos e Serviços Externos. O valor do consumo de Materiais diminuiu 32% face a 2010, seguindo a tendência de diminuição verificada nos últimos anos.

A atividade de Investimentos, registou em 2011 uma quebra dos Fornecimentos e Serviços Externos de 29%, comparando com 2010. O consumo de Materiais diminuiu 6% em 2011, quando confrontado com a mesma rubrica no ano de 2010. O peso destas rubricas no total dos gastos internos da atividade, foi em 2011 de 62%, tendo diminuído 2% quando comparado com 2010.

Clientes

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infraestrutura ferroviária.

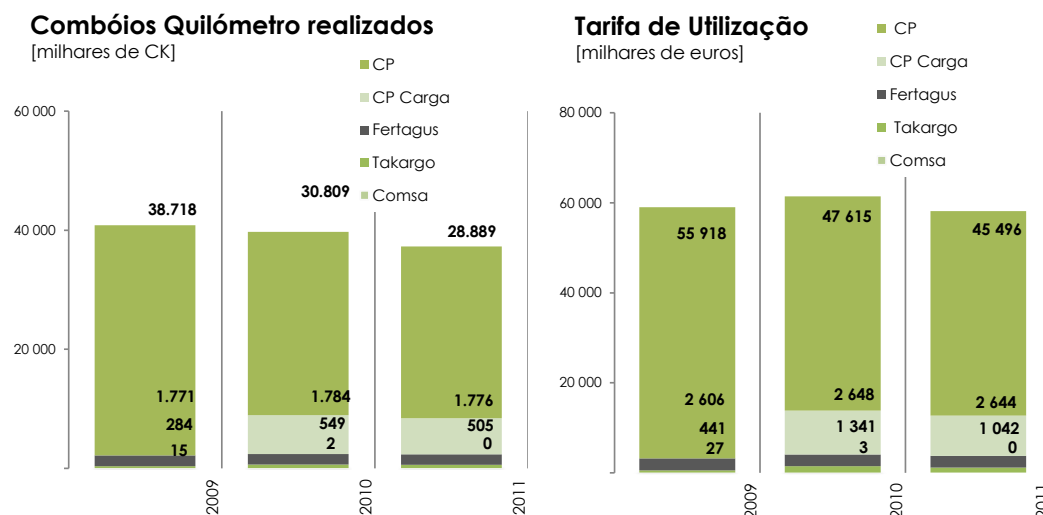
No grupo dos grandes clientes da REFER, estão as empresas:

- CP – Comboios de Portugal,
- CP Carga
- FERTAGUS
- TAKARGO e
- COMSA

Em 2011 o operador CP realizou cerca de 29 milhões que Comboios Quilómetros (Ck), correspondendo a 45,5 milhões de euros, o operador CP Carga realizou 6 milhões de Ck no valor de 9 milhões de euros. A CP e a CP Carga são os operadores que mais Ck realizam na rede ferroviária nacional, nomeadamente no transporte de passageiros e mercadorias respetivamente.

O operador FERTAGUS, opera exclusivamente no transporte de passageiros e em 2011 realizou 1,8 milhões de Ck, correspondendo a 2,6 milhões de euros. A TAKARGO é um operador unicamente vocacionado para o transporte de mercadorias e em 2011 realizou 505 mil Ck, o que equivale a um montante de um milhão de euros.

A importância relativa dos operadores e a evolução da Tarifa de Utilização faturada está patente nos seguintes gráficos a baixo. De referir que em 2009 a Tarifa de Utilização faturada ao operador CP incluía o transporte de passageiros e o transporte de mercadorias, que a partir de 2010 começou a ser faturado à CP Carga.



A evolução do valor referente aos proveitos com a tarifa de utilização, cobrado aos operadores ferroviários, é retratada no seguinte quadro:

Tarifa de Utilização

[milhares de euros]

	2008	2009	2010	2011
CP (Tarifa de utilização)	57 983	55 918	47 615	45 496
CP Carga (Tarifa de utilização)			9 764	8 955
Fertagus (Tarifa de utilização)	2 604	2 606	2 648	2 644
Takargo (Tarifa de utilização)	53	441	1 341	1 042
Comsa (Tarifa de utilização)		21	3	
Total Faturação Tarifa de utilização	60 641	58 986	61 370	58 137
Total Rendimentos	296 786	122 692	123 324	119 813
Peso Tarifa Utilização CP/Total Proveitos	20%	46%	39%	38%

Ck Realizados

[milhares de Ck]

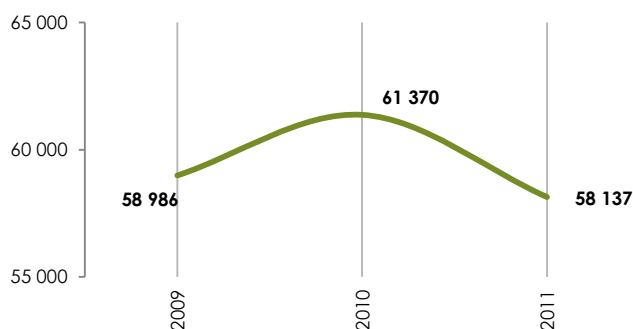
	2008	2009	2010	2011
CP	39 464	37 839	30 809	28 889
CP Carga			6 527	6 052
Fertagus	1 783	1 771	1 784	1 776
Takargo	37	284	549	505
Comsa		15	2	
Total Ck	41 284	39 909	39 672	37 222

A rubrica referente aos proveitos provenientes da tarifa de utilização, tem um peso bastante dominante no total dos ganhos, cerca de 49%. Sendo que o valor faturado ao operador CP pela tarifa de utilização, seja 39% do total dos proveitos.

A evolução dos proveitos dos Serviços Essenciais para todos os operadores é evidenciada neste gráfico:

Evolução Tarifa de Utilização Serviços Essenciais

[milhares de euros]



Os serviços prestados aos Operadores envolvem também:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infraestruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia elétrica de tração;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

Apenas uma parcela dos custos da atividade de gestão da infraestrutura, cerca de 27%, são cobertos pela tarifa cobrada aos operadores ferroviários de passageiros e mercadorias. A parte restante, salvaguardando a eficiência da operação, deveria ter uma contrapartida pública o que ainda não acontece. Também a construção e manutenção da infraestrutura tem sido financiada com recurso a capitais alheios, prática que tem vindo a ser alterada. Para um futuro sustentado, eficiente e com atribuição de responsabilidades de gestão pensamos ser indispensável a procura de um quadro de sustentabilidade económica e financeira para a empresa.

Definido o quadro de atuação e contando com o apoio que sempre recebemos da tutela, a dedicação e empenho dos trabalhadores e o apoio das demais entidades de controlo e regulação, consideramos reunir os pilares para a construção de um futuro sustentável para a REFER.

Desempenho Social

Apesar de a REFER ter completado 14 anos de existência em 2011, as suas origens remontam à criação dos caminhos-de-ferro em Portugal. Os seus colaboradores são detentores de um know-how centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais ativos estratégicos da empresa. Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objetivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objetivos estratégicos da organização.

Emprego

Evolução do Efetivo

Durante o ano de 2011 confirmou-se a tendência de redução do efetivo médio da REFER, que reflete a adaptação da organização aos diversos programas de modernização e automatização da atividade ferroviária implementados ao longo dos últimos anos.

Evolução Efetivo

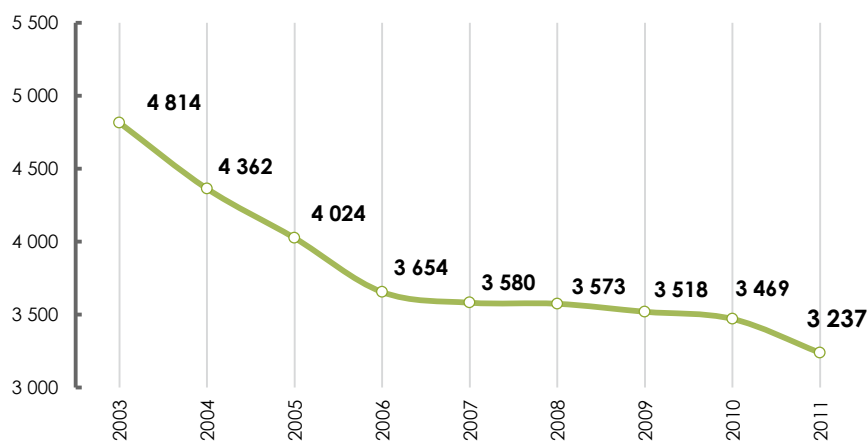


Gráfico 1 – Evolução do Efetivo REFER

Desde 1999 a REFER reduziu o efetivo em 3 790 trabalhadores, o que equivale a um decréscimo de 57% do número de colaboradores desde a sua criação. Em 2011 a empresa contou, em média, com 3 237 colaboradores a cargo, menos 232 do que em 2010. Em Dezembro estavam ao serviço da empresa 2 815 pessoa, o que representa um novo mínimo histórico ao nível da dimensão do efetivo da empresa.

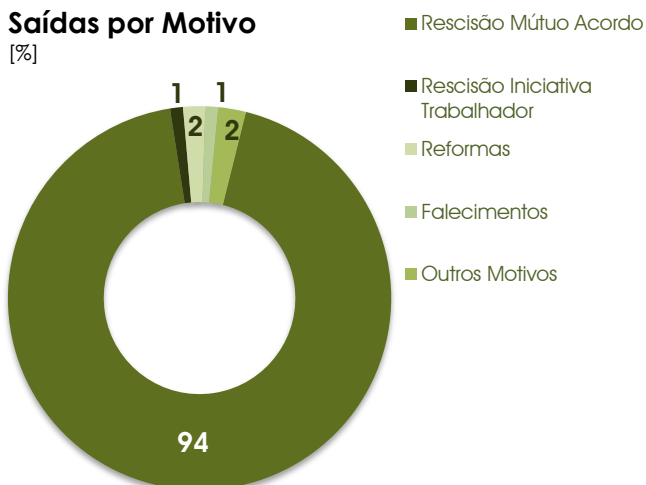
Saídas 2011

O ano passado caracterizou-se por um aumento significativo do número de saídas da empresa, de 76 em 2010 para 645 em 2011. A grande maioria das saídas teve origem em Rescisões por Mútuo Acordo (RMA - 94%), o que revela o esforço feito pela REFER no sentido de ajustar o efetivo às necessidades financeiras e operacionais do negócio. As 561 Rescisões por Mútuo Acordo assinadas no ano passado permitirão à REFER poupar anualmente 15,8 milhões de euros e terão um prazo de retorno médio de 26 meses.

A estratégia de redução do efetivo baseou-se sobretudo no aproveitamento de uma conjugação única de fatores externos e internos, entre os quais se destacam:

- A deterioração da conjuntura económica e financeira do país, que obrigou a Empresa a acelerar a estratégia de redução de Gastos de Pessoal no longo prazo;
- Possíveis alterações às regras de atribuição do subsídio de desemprego, da idade de reforma e dos limites de isenção de tributação das compensações associadas às RMA.
- Concretização de projetos que visam a modernização da atividade ferroviária, e que permitem aos órgãos operacionais a utilização de menos colaboradores;
- Forte diminuição do nível de investimentos na Infraestrutura Ferroviária, e consequente impacto no volume de trabalho da REFER.

Saídas por Motivo
[%]



O ano 2012 deverá representar um período de consolidação da nova estrutura do efetivo da REFER, esperando-se uma diminuição do número de saídas. Ao longo do ano a Direção de Recursos Humanos (RH) fará uma nova avaliação dos recursos humanos necessários ao normal desenvolvimento das atividades ferroviárias, estudo esse que permitirá concluir sobre novas formas de ajustar o Capital Humano da Empresa à sua realidade atual.

Turnover 2011

O aumento do número de saídas teve um impacto muito significativo no turnover da REFER, elevando-o para o nível mais alto de sempre. Em 2011 as cessações de contrato representaram quase 20% do efetivo médio, e a taxa de rotatividade superou os 10%.

Turnover

[%]

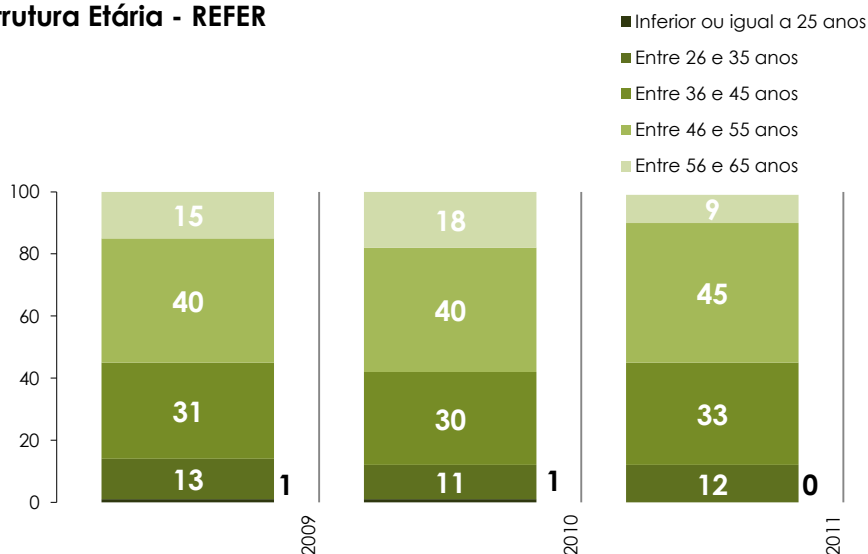
	2009	2010	2011
$\frac{\text{Saídas}}{\text{Efetivo Médio}}$	3,5	2,2	19,9
$\frac{\text{Saídas} + \text{Entradas}}{2}$ Efetivo Médio	2,6	1,3	10,4

Estrutura Etária e de Antiguidade

Analisando a estrutura etária do pessoal da REFER, constata-se que existe uma predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos. Em comparação com o ano anterior a média de idades diminuiu de 46,7 para 45,4 anos.

Estrutura Etária - REFER

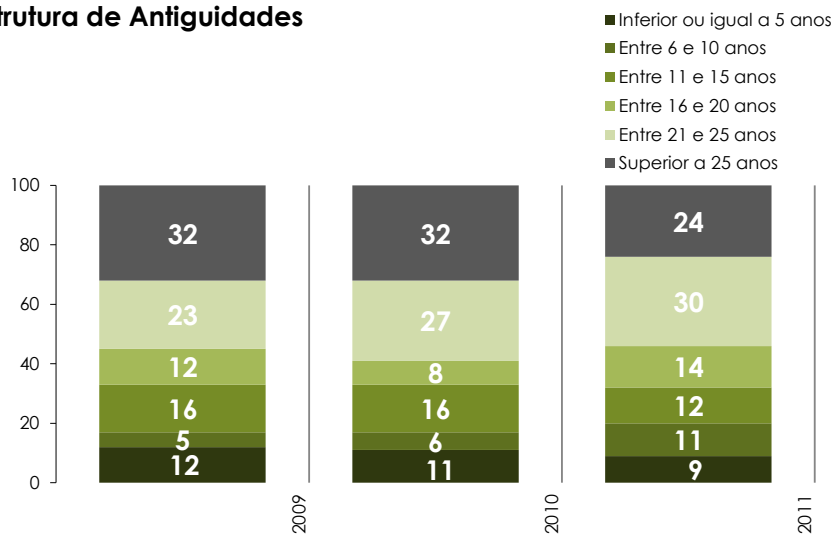
[%]



Como resultado do elevado número de saídas, a antiguidade média também diminuiu de 21,2 para 19,7 anos. Destaca-se que o grupo de trabalhadores com antiguidades entre os 21 e os 25 anos de antiguidade passou a ser aquele que tem maior peso na estrutura da empresa, o que reforça a importância do esforço de diminuição do efetivo feito em 2011.

Estrutura de Antiguidades

[%]

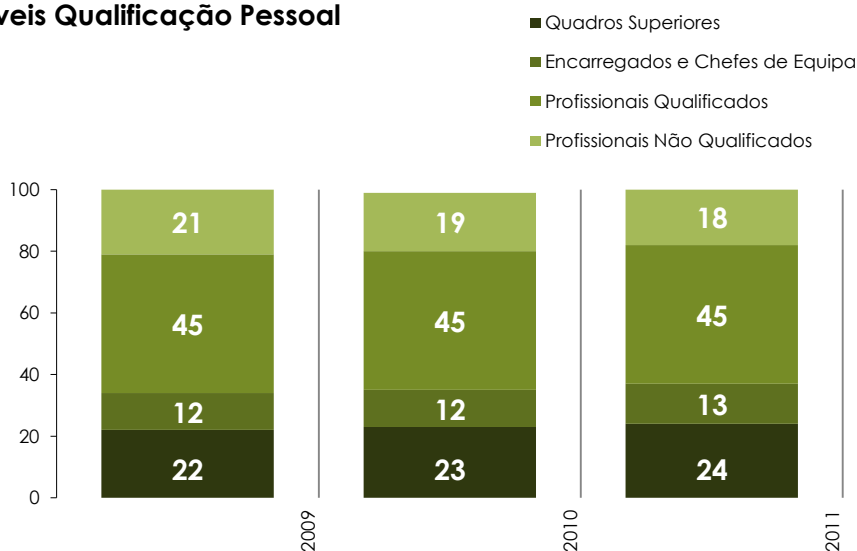


Qualificações Profissionais

O grupo de "Profissionais Qualificados" continua, tal como nos primeiros anos, a ser aquele que enquadra um maior número de colaboradores. No entanto, desde 1999, é significativa a perda de peso da classe de "Profissionais Não Qualificados" (de 40% para 18%) compensada pelo aumento do número de "Quadros Superiores" (de 7% para 24%). Esta tendência justifica-se pela concretização das já referidas políticas de modernização e automatização da atividade ferroviária, que deram lugar à necessidade de recrutamento de técnicos altamente qualificados, e permitiram a saída de pessoal operacional com níveis de habilitação significativamente inferiores.

Níveis Qualificação Pessoal

[%]



Recrutamento e Mobilidade 2011

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da conjuntura de crise económica, sendo de destacar, pelo seu impacto na área de mobilidade e recrutamento, as limitações impostas pelo Orçamento de Estado, na medida em que as mesmas restringiram a realização de atos suscetíveis de resultar em valorizações remuneratórias, o que trouxe sérias dificuldades aos processos de mobilidade interna e de provimentos de postos de trabalho com exigência de competências específicas.

O acentuado decréscimo do efetivo incidu sobretudo sobre colaboradores com elevados níveis de antiguidade na empresa, pertencentes a categorias de enquadramento (chefias intermédias) e detentoras de experiência e competências relevantes, sendo fundamental voltar a assegurar o provimento desses postos de trabalho. Neste contexto, foi feito um esforço de adequação dos recursos humanos às necessidades do negócio, destacando-se neste âmbito o reforço das áreas ligadas à manutenção da infraestrutura ferroviária.

Sobre os processos desenvolvidos ao longo do ano, destacam-se:

- A incorporação na REFER das atribuições da alta velocidade (RAVE) com os consequentes processos de integração dos colaboradores a ela afetos (aproximadamente 20 colaboradores);
- A mobilização de recursos e competências internas para a REFER Património (38 trabalhadores);
- Os processos tendentes à reorientação funcional (sem alteração de categoria) de 60 trabalhadores (de várias categorias profissionais e com perfis muito distintos)

da Direção de Coordenação da Construção, cujos postos de trabalho são afetados pela diminuição dos investimentos.

A avaliação de possibilidades de reenquadramento funcional e geográfico, associada a outros colaboradores de áreas operacionais, também estes alvo de reestruturação e/ou redução de atividade, foi uma constante preocupação da RH. Neste âmbito, foram significativos os processos de reconversão profissional para funções de menor qualificação (portarias, limpezas, etc.), mas que permitiram rentabilizar recursos e capacidades internas, inclusivamente de trabalhadores com inaptidões.

Também foi feita uma aposta nas reconversões de especialidade, as quais exigiram um assinalável esforço de formação pessoa a pessoa, reorientando as suas competências técnicas de uma área para outra, mas sem se perderem os conhecimentos mais transversais e úteis a ambas as situações (6 processos)

Foram sentidas grandes dificuldades na satisfação de necessidades de Recursos Humanos na zona sul do país (região operacional de manutenção e circulação que abrange uma área de Setúbal a Tunes) que se encontrava particularmente carenciada, concretamente em Tunes, de técnicos licenciados e pessoal de infraestruturas para a área de manutenção. Apesar das dificuldades associadas à mobilização de trabalhadores para uma zona tão distante (a maioria dos trabalhadores da empresa estão concentrados em Lisboa e zona centro e norte), foram conseguidos bons resultados na identificação de trabalhadores passíveis de serem transferidos, tendo-se concluído cinco processos de integração na carreira técnica de colaboradores de outras categorias, e sido dada continuidade a três concursos profissionais para as categorias de Especialista e Encarregado de Infraestruturas.

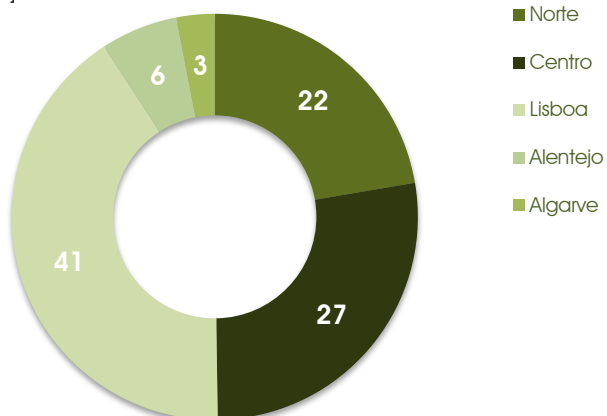
Para 2012 mantêm-se os objetivos de adequação dos RH às reais necessidades de cada órgão da empresa, atentos critérios de funcionamento em condições de segurança, e procurando a adequada mobilidade e enquadramento dos colaboradores com base na análise do respetivo perfil de competências e respeitando as condições vigentes.

Distribuição Territorial

A região de Lisboa é a que tem maior concentração de colaboradores (41%), uma vez que é neste distrito que se encontram sediados a maior parte dos órgãos corporativos da empresa e onde existe um maior volume de tráfego ferroviário. Como referido anteriormente, a Sul de Lisboa encontra-se apenas 9% do efetivo, enquanto que nas regiões Centro e Norte estão colocados os restantes 50% de colaboradores da REFER.

Distribuição Territorial Colaboradores

[%]



Trabalho e Relações Laborais

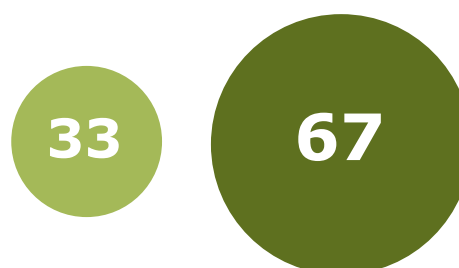
Sindicalização

A grande maioria dos colaboradores da empresa (66%) é representada por 22 organismos sindicais.

Taxa de Sindicalização

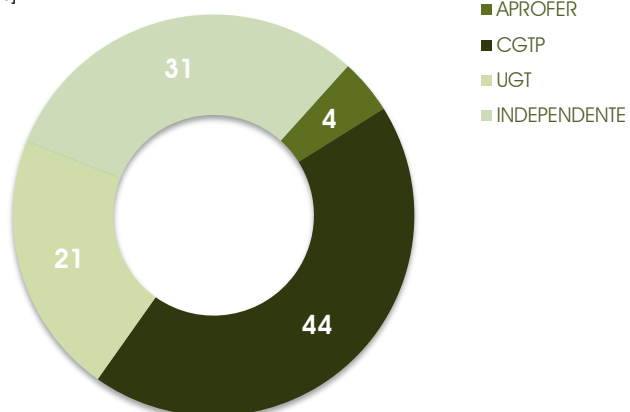
[%]

- Pessoal Sindicalizado
- Pessoal Não Sindicalizado



Distribuição do Pessoal Sindicalizado

[%]



Paz Social

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) e com a Comissão de Trabalhadores não se registando durante 2011 conflitos e problemas de relacionamento laboral dignos de nota. Destaca-se ainda o facto de no início de 2011 REFER ter conseguido garantir a manutenção das cláusulas do AE assinadas com os sindicatos do setor ferroviário relativas à prestação de trabalho suplementar, com base no facto de estas acarretarem menores custos para a Empresa do que as que constam do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Segurança e Saúde no Trabalho

No que diz respeito à vertente da Segurança e Saúde do Trabalho, a empresa centrou os seus esforços em 2011 na promoção do cumprimento dos requisitos legais e dos princípios de responsabilidade social que a norteiam, destacando-se a realização de atividades nos seguintes domínios:

- **Segurança na manutenção e construção** – com o objetivo de aferir as condições de segurança dos trabalhos e a eficácia da formação ministrada em 2010, foi incrementado o número de inspeções e visitas a frentes de trabalho para cerca de duas centenas. Deu-se continuidade ao desenvolvimento dos Manuais de Procedimentos de Segurança das Especialidades (Catenária, Sinalização, Via, Pontes e Túneis) tendo sido elaboradas e revistas centena e meia de Fichas de Análise de Riscos (FAR). No âmbito das Prestações de Serviços e Empreitadas, foram elaborados e validados uma centena de planos de segurança e saúde (PSS), fichas de procedimentos de segurança (FPS), compilações técnicas (CT), planos de prevenção de riscos profissionais (PPRP) bem como outra documentação técnico-normativa. Por último, assumiram-se as funções de coordenação de segurança em projeto e em obra em duas dezenas e meia de empreendimentos, bem como se participou em cerca de 60 mesas de contratação.
- **Formação e certificação profissional em Segurança Ferroviária** - foi dada continuidade aos cursos de segurança ferroviária no âmbito do projeto de certificação de formação profissional em segurança ferroviária de acordo com a IET77, assim como foram desenvolvidas outras ações de formação profissional e de sensibilização para a segurança do trabalho.

Ao todo, foram contabilizadas cerca de 55.000 horas de formação nas áreas da Segurança do Trabalho e de Segurança de Pessoas e Bens, correspondendo a duas dezenas e meia de diferentes ações de formação, e abrangendo um total

de 1560 trabalhadores da empresa, o que representa cerca de 50% do efetivo. Este conjunto de ações mobilizou internamente 60 formadores.

- **Vigilância médica e saúde** – procedeu-se ao trabalho de programação e gestão das atividades de vigilância da saúde, tendo sido realizados cerca de 2800 exames de medicina do trabalho. Prosseguiu-se com o programa de controlo da alcoolemia com a realização de mais de 4 100 testes de alcoolemia e o desenvolvimento de ações de reabilitação e recuperação de trabalhadores com restrições médicas. Foi lançado o serviço externo na área do apoio psicossocial aos trabalhadores – Programa de Apoio aos Trabalhadores – em Maio de 2011. Nos 6 meses de divulgação e início do programa foram encaminhados meia centena de trabalhadores. Foi desenhado e implementado o Programa de promoção da saúde com ações de sensibilização de práticas de vida saudável e rastreio de patologias ginecológicas e da próstata.
- **Condições de segurança e saúde nos locais de trabalho** - cumpriram-se as campanhas preventivas e extraordinárias de desinfestação conforme o plano de atividades estabelecido. Foi iniciado o Estudo Ergonómico e Psicossocial no CCO Lisboa, em parceria com técnicos da Faculdade de Motricidade Humana, encontrando-se em fase de conclusão.

Segurança de Pessoas e Bens

No âmbito da Segurança de Pessoas e Bens, as ações desenvolvidas em 2011 deram continuidade à análise das situações de risco e vulnerabilidades da infraestrutura ferroviária, consolidando processos e mecanismos de vigilância e de resposta a situações de risco e de emergência. Mais especificamente, a atividade centrou-se essencialmente nas seguintes vertentes:

- **Análise de risco e identificação de vulnerabilidades** – foram efetuados mais de centena e meia de estudos de análise de risco e vulnerabilidade, numa extensa cobertura geográfica da infraestrutura ferroviária, com maior enfoque nas estações e apeadeiros. Acrescente-se, ainda, a intervenção realizada em cerca de duas dezenas de situações de ocupações ilegais do património do DPF.
- **Promoção da segurança das pessoas e bens** – Neste âmbito deu-se continuidade à campanha conjunta com a Polícia de Segurança Pública denominada “Não arrisque com a sua segurança”, dirigida a utilizadores do serviço de transporte ferroviário, e à campanha de sensibilização para a segurança e preservação do património ferroviário dirigida à população escolar. Ambas as campanhas

mantiveram um excelente acolhimento junto de diversas entidades e população de utentes, prevendo-se sua continuidade em 2012.

Internamente, foi preparado normativo que regula a atividade dos Agentes Ajuramentados, especialmente vocacionado para a elaboração de Autos de Notícia. Após a sua aprovação pelo CA, foi preparada e ministrada formação a Agentes das várias Regiões Operacionais e da SR.

De referir ainda a assinatura de um protocolo com o Ministério da Administração Interna que cria a Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos (PSAT) e que irá operacionalizar as ações de combate ao furto de materiais e equipamentos no DPF.

- **Vigilância humana** – Foi elaborado e aprovado novo modelo de prestação de serviço de vigilância (humana e técnica) para o próximo contrato (2012-2015), alicerçado no projeto da Central de Segurança que permitirá, para além de garantir a coordenação e supervisão da vigilância humana no terreno e a operação da videovigilância, a supervisão do sistema de controlo de acessos, a centralização da alarmística da RFN e a coordenação centralizada das respostas a situações de emergência. Numa ótica de redução de custos com prestações de serviços, foram internalizados vários serviços de portaria e receção, anteriormente garantidos por prestador externo de segurança privada.
- **Gestão da emergência** – Foram desenvolvidas diversas atividades em parceria com Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS), desde ações de formação/sensibilização a simulacros executados em parceria com Empresas de Transporte Ferroviário (ETF), com vista ao estabelecimento de procedimentos conjuntos de atuação em situações de emergência. Internamente, foram, também, realizados exercícios de evacuação em edifícios REFER, tendo em vista o teste aos Planos de Emergência Internos (PEI) e foi desenvolvido trabalho, em parceria com diversos órgãos técnicos da empresa, de análise das condições de segurança, no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), e análise das condições de manutenção de equipamentos de segurança instalados na rede ferroviária nacional.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

O ano 2011 fica marcado pela implementação e operacionalização de iniciativas e projetos que permitem a promoção do desenvolvimento dos colaboradores da REFER de forma estruturada e alinhada com os desafios e objetivos que hoje se colocam à empresa.

As várias ações levadas a cabo ao nível do desenvolvimento na gestão das pessoas tiveram como principal enfoque a consolidação e aplicação prática de ferramentas

construídas e desenvolvidas em anos anteriores, possibilitando desta forma a efetiva obtenção das mais-valias esperadas no início de cada projeto.

Neste contexto, o levantamento de necessidades de formação para o ano 2012 das áreas de infraestruturas e circulação foi efetuado a partir dos perfis de competências funcionais elaborados para estas áreas. A aplicação destas ferramentas tem várias vantagens funcionais, permitindo:

- Maior alinhamento da política de desenvolvimento dos colaboradores dos órgãos operacionais da empresa;
- Definir uma abordagem estruturada que possibilita definição de percursos formativos plurianuais;
- Elaborar de planos de desenvolvimento individuais com vista à eliminação de gaps e/ou a promoção/elevação de competências específicas de determinado colaborador;
- Promover competências consideradas impactantes no negócio;
- Implementar ações formativas de carácter modular, que possibilitam uma maior dinâmica na gestão dos processos formativos;
- Integrar e sintonizar diferentes processos de recursos humanos.

Foi ainda construída uma aplicação informática que dará suporte a toda atividade relacionada com o desenvolvimento de competências dos colaboradores. Esta aplicação possibilita a recolha automática e sistematizada de informação dos colaboradores, fornecendo outputs que servirão de base para a construção dos planos de formação individuais dos colaboradores da REFER.

A implementação destes instrumentos de Gestão de Recursos Humanos são uma resposta aos requisitos exigidos para o Sistema de Gestão de Competências - parte integrante do Sistema de Gestão da Segurança - cuja concretização e importância é considerada prioritária à Refer.

Formação

A natureza da atividade da REFER impõe sérias preocupações ao nível da transmissão e retenção de know-how específico, quer nas áreas core de manutenção (via, catenária e sinalização), quer nas matérias relativas à regulamentação e segurança da exploração ferroviária.

Não descurando todas as áreas transversais que representam hoje um suporte essencial a qualquer atividade empresarial (ambiente, qualidade, segurança, entre outras), a REFER apostou em 2011 na definição de um modelo de gestão do

conhecimento técnico-ferroviário marcado por uma vincada internalização da atividade formativa que promoveu:

- **No colaborador/formando:** o desenvolvimento e consolidação das competências internas críticas ao negócio, aumentando o nível de qualificação e a qualidade da formação. Foram especialmente visadas as categorias operacionais de manutenção, desde as de execução às de enquadramento, inspeção e fiscalização.
- **No colaborador/formador:** o desenvolvimento das capacidades na função de formador, incluindo a elaboração dos materiais pedagógicos, o que contribuiu de forma decisiva para a sistematização, preservação e difusão do conhecimento na REFER.

Associada a estes objetivos, a Estratégia de Formação Técnico-Ferroviária para o triénio 2011-2013 define os seguintes principais vetores de atuação:

- Levantamento de necessidades de formação pessoa a pessoa;
- Programas de formação de reciclagem regulares;
- Racionalização do volume de formação;
- Planeamento, desenvolvimento e monitorização dos processos formativos;
- Recurso privilegiado a formadores internos.

O agravamento da conjuntura económica em 2011 teve repercussões diretas na área de formação, nomeadamente no que se refere ao orçamento previsto para esta atividade, o qual sofreu uma redução de cerca de 50% relativamente ao ano anterior (de 950 mil euros para 492 mil euros), e ao plano de formação aprovado, o qual apenas cativou 47% da verba disponível (cerca de 230 mil euros).

Neste âmbito, a internalização da formação surge também alinhada com as preocupações de contenção financeira e redução da contratação de serviços de formação, o que também se estendeu a áreas tradicionalmente contratadas ao exterior – formação comportamental – as quais vieram a ser objeto de ações por recurso a formadores internos (da RH), que garantiram a quase totalidade de ações desta natureza no âmbito dos programas de formação associados a processos de concurso profissional.

Manteve-se, em 2011, a necessidade de realizar programas de formação específicos para suportar mudanças de carreira profissional as quais decorreram da redução de atividade na área da circulação e de necessidades de reforço da área da manutenção. Estes programas são exigentes, pois não se limitam a atualizar

conhecimentos mas sim a dotar um grupo de colaboradores com um vasto conjunto de conhecimentos fundamentais à execução de novas funções.

O volume de formação realizada em 2011 foi de 90 952 horas, 1 349 ações que abrangeram 5 098 formandos, distribuídas do seguinte modo:

- **Formação interna** – 71 585 horas, com enfoque nas áreas técnico-ferroviária (via, catenária e sinalização), concursos, seleções e reconversões profissionais (mudanças categoria/carreira), regulamentação de segurança (IET 77 e função dono da obra) e informática;
- **Formação externa** – 19 367 horas, com enfoque nas áreas de desenvolvimento RH e competências pedagógicas, "security" e "safety", gestão, informática e qualidade.

Em 2012 pretende-se dar continuidade à abordagem do ano anterior, reforçando os seguintes aspetos:

- Constituição de uma bolsa formal de formadores;
- Implementação de modelo de avaliação da eficácia da formação no posto de trabalho (experiência piloto);
- Normalização de conteúdos pedagógicos – padronização de manuais e outros suportes às ações de formação;
- Alargamento da oferta formativa interna no âmbito da formação comportamental.
- Mais formação para a carreira de circulação, responsável pelo comando e controlo do tráfego ferroviário, que esteve menos envolvida em processos formativos em 2011 por questões de insuficiência de recursos para assegurar o normal funcionamento daquela atividade.

O plano apresentado e aprovado superiormente tem um custo global estimado em cerca de 212 mil euros, o que representa 74% do orçamento disponível para a formação, continuando a formação interna a representar o maior peso (75,5% do volume de formação previsto).

A formação externa manterá o seu papel mais reduzido, só se recorrendo à contratação destes serviços quando as competências internas não esgotam os necessários conhecimentos sobre as matérias ou quando estão em causa ações que exijam certificação.

Benefícios dos Colaboradores

Em 2011 a REFER manteve o plano de benefícios sociais que tem vigorado na empresa nos últimos anos, e que visa proporcionar aos seus trabalhadores um conjunto de apoios complementares à remuneração, em áreas sociais importantes como a saúde, educação, cultura e desporto.

Área da Saúde

Importa referir que a REFER é uma empresa com uma assinalável dispersão geográfica dos seus trabalhadores e um tipo de atividade operacional com relevante desgaste físico. Neste sentido, um benefício como o seguro de saúde surge com um papel reforçado, na medida em que possibilita um acesso facilitado a cuidados de saúde em qualquer ponto do país.

- **Seguro de Saúde** - Aplicável a qualquer trabalhador da empresa, com cobertura de 90% das despesas de saúde de qualquer especialidade médica realizadas na rede convencionada "Advance Care". Para além disso, todas as consultas realizadas fora da rede convencionada (qualquer médico, clínica ou hospital) beneficiam também de uma comparticipação de 70%. Sublinha-se que também os familiares poderão beneficiar deste seguro, ficando neste caso o prémio do agregado familiar a cargo do trabalhador;
- **Seguro de Acidentes Pessoais** - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra profissionais de invalidez permanente ou morte, com indemnização de 15 000 euros para estes casos;

Área da Educação

Neste âmbito, a empresa pretende apoiar os seus trabalhadores na fase de pré-escolaridade dos seus filhos, por se continuar a verificar uma relativa escassez de oferta da rede pública nesta área, e também incentivar as boas classificações durante todo o ensino secundário e superior.

Temos assim:

- Subsídio de Pré-Escolaridade - Atribuído mensalmente a filhos e equiparados dos trabalhadores, dos 4 meses aos 6 anos, e que frequentam creche, jardim-de-infância ou amas reconhecidas pela segurança social. O valor/criança destes subsídios varia entre os 50€ e 89€ (não tem atualização desde 2008). Em 2011 o valor global anual foi de 229 mil euros;
- Bolsas de Estudo - Atribuídas aos filhos e equiparados dos trabalhadores que consigam a obtenção de médias iguais ou superiores a 14 valores entre o 9º ano

de escolaridade e o final do ensino superior. O valor deste benefício social foi de 132 mil euros em 2011;

Área de Cultura e Lazer

Neste domínio, a empresa promove regularmente iniciativas que permitem aproximar os seus colaboradores (ou filhos), mantendo o espírito de grupo (festa de natal, de aniversário), e também proporciona o acesso facilitado a serviços úteis sem que daí decorram custos para a empresa.

- Festa de Aniversário e de Natal – Apesar de ser já tradição da empresa a celebração destes dois eventos, entendeu-se, por questões de contenção orçamental, não realizar os mesmos em 2011. Porém, fez-se um esforço para manter a entrega de um pequeno brinquedo às crianças (filhos dos trabalhadores), por ser uma prática habitual e com um significado afetivo importante. Os custos envolvidos situaram-se nos 6.500 euros.
- Campos de Férias REFER – Há já alguns anos que a REFER proporciona (em copagamento) aos filhos dos seus trabalhadores (dos 6 aos 16 anos) a possibilidade de usufruírem de colónias de férias na páscoa e verão, o que constitui já um marco importante para os respetivos períodos de férias escolares. O ano de 2011 não foi exceção, tendo os locais escolhidos respeitado as regras de contratação pública em vigor. Esta medida privilegia os trabalhadores com menores recursos, na medida em que o encargo assumido pela empresa é maior para estes.
- Descontos e Parcerias – Protocolos estabelecidos com diversas entidades, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades. As áreas abrangidas são combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios e cultura (teatros, livros, turismo e viagens etc.).

Área de concessões de viagem

Os trabalhadores que transitaram da CP para a REFER e respetivos familiares mantiveram o direito a viajar através de transporte ferroviário, sem custos. Os colaboradores da REFER vieram também a adquirir este direito, não estando incluídos os seus familiares. Este benefício é muito relevante no âmbito da atividade profissional dos trabalhadores da REFER, uma vez que aquela exige, na maior parte das situações, deslocações frequentes por toda a rede ferroviária. Esta é a componente que tem maior peso na estrutura de custos sociais da organização, com um valor de aproximadamente 3,3 milhões de euros em 2010.

Diversidade e Oportunidade

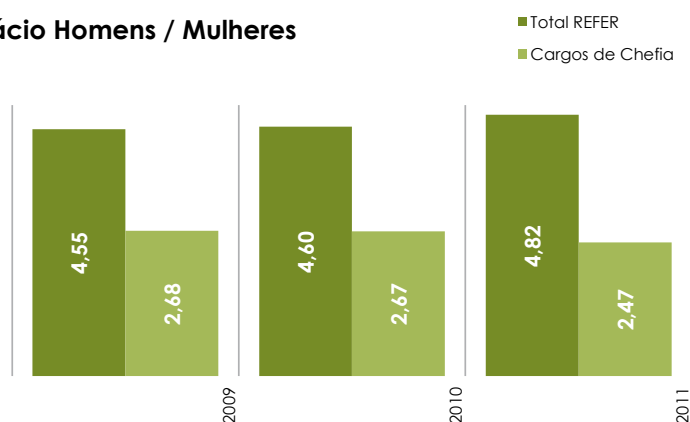
Igualdade entre Homens e Mulheres

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros. Este facto deve-se sobretudo à natureza da atividade desenvolvida nas áreas operacionais, onde está concentrada a maioria dos colaboradores da REFER, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Na última década o rácio Homens / Mulheres ficou ainda mais desequilibrado tendo em conta o elevado número de rescisões por mútuo acordo realizadas na categoria com maior presença feminina, Guarda de Passagem de Nível.

Porém, a REFER tem pautado a sua atuação pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Entre 1999 e 2011 o rácio de chefias Homens / Mulheres baixou de 4,07 para 2,47.

Rácio Homens / Mulheres



Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre Homens / Mulheres e que nas duas das categorias profissionais em que as mulheres têm maior representação, a sua remuneração base média é superior à dos seus colegas do sexo masculino (Assistentes de Gestão e Técnicos).

Rácio M/F - VB por Categoria Profissional*

	M/F
Auxiliar de Apoio Geral	1,03
Assistente de Gestão	0,92
Técnico Júnior	1,01
Técnico	0,99
Técnico Especialista	1,02

*Categorias profissionais com 10 ou mais homens e mulheres

Desempenho Ambiental

As diretrizes emanadas pelo Plano Estratégico dos Transportes (PET), determinam uma redução da Rede Ferroviária Nacional, mas ainda sem expressão visível na atividade da empresa no ano de 2011, sendo que as linhas do Corgo e Tâmega, cujo encerramento foi determinado no PET já não registavam atividade neste ano.

O PET define ainda o novo quadro de investimento da REFER que, num primeiro momento, se deve balizar àquelas ações que se destinem à salvaguarda das condições de segurança de pessoas e bens.

Importa, portanto, realçar o efeito da diminuição da atividade de investimento, essencialmente circunscrita à conclusão das empreitadas em curso. Deste quadro resulta uma dinâmica diferente ao nível da gestão de materiais na empresa.

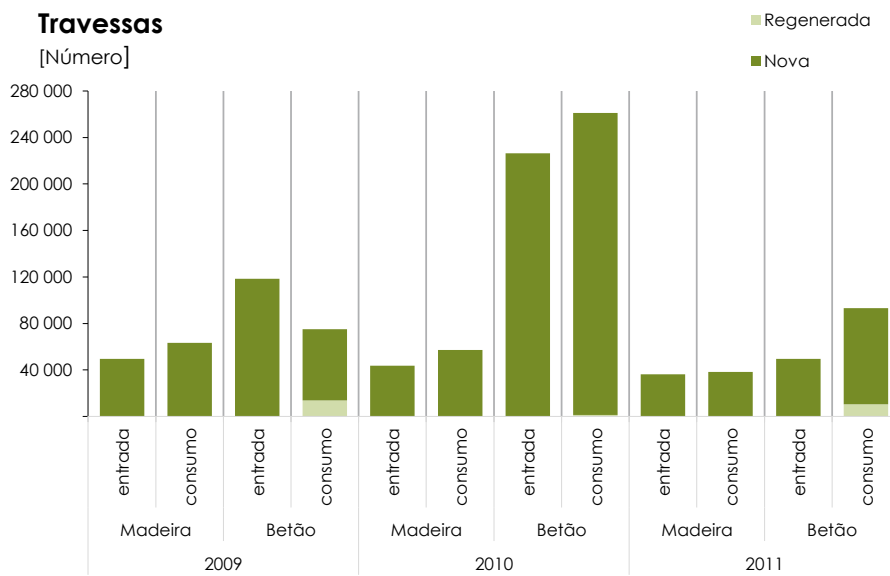
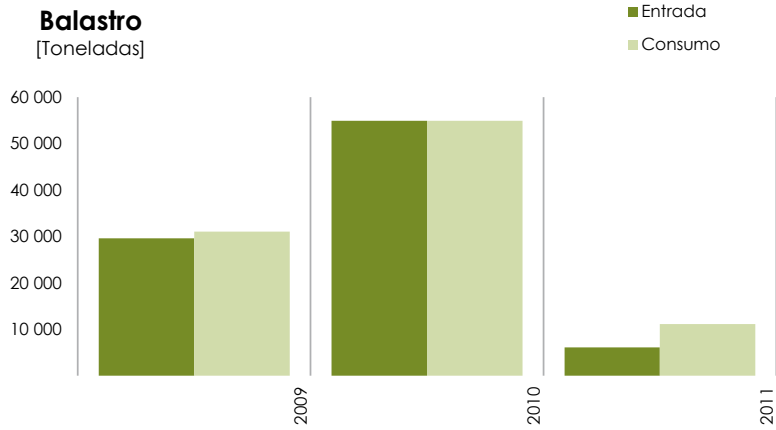
Já no que concerne à área da manutenção iniciam-se em 2011, os novos contratos de Prestação de Serviços na área da manutenção, designadamente os referentes às atividades de Construção Civil e Baixa Tensão. Trata-se de uma nova geração de contratos que já integra de raiz os requisitos ambientais necessários. Em 2012 o mesmo sucederá com os contratos de via e catenária.

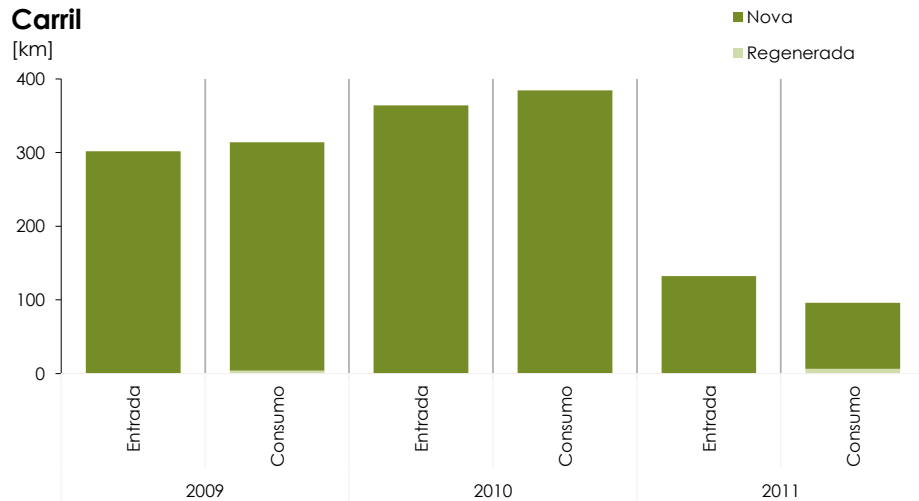
Por fim, importa destacar uma quebra no número de comboios.km que circularam na rede, designadamente no que diz respeito ao transporte de mercadorias.

Materiais

No ano de 2011 o consumo dos principais materiais reflete o decréscimo ao nível das diferentes intervenções verificando-se um decréscimo considerável no consumo de balastro, travessas e carril face ao ano de 2010.

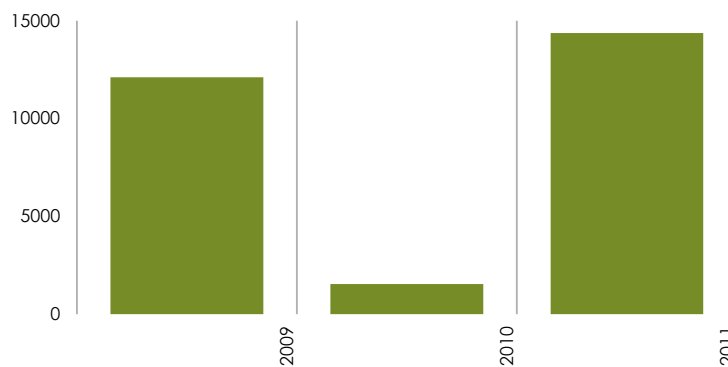
A reutilização de travessas de betão aumentou cerca de 87% face ao ano de 2010 traduzido numa percentagem de reutilização de 11%.





Em 2011 teve início o contrato de deservagem química, tendo a primeira campanha sido realizada no período compreendido entre outubro e novembro. Pelos registos efetuados consumiram-se 9 804 litros de produtos fitofarmacêuticos, ajustados à espécie de vegetação existente em cada troço aplicado. Fora o contrato referido foram aplicados cerca de 3200 litros na restante rede.

Produtos de Deservagem
[kg]

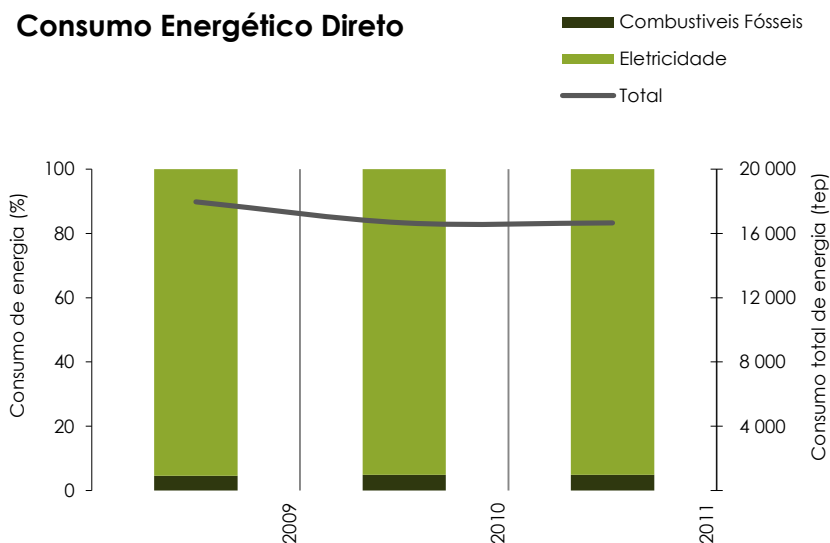


Energia

No ano de 2011 verificou-se uma redução no consumo de energia quer de origem fóssil quer eletricidade, respetivamente de 21% e 6%. A diminuição do consumo de

energia deve-se essencialmente a medidas de gestão deste recurso que têm vindo a ser implementadas.

Consumo Energético Direto



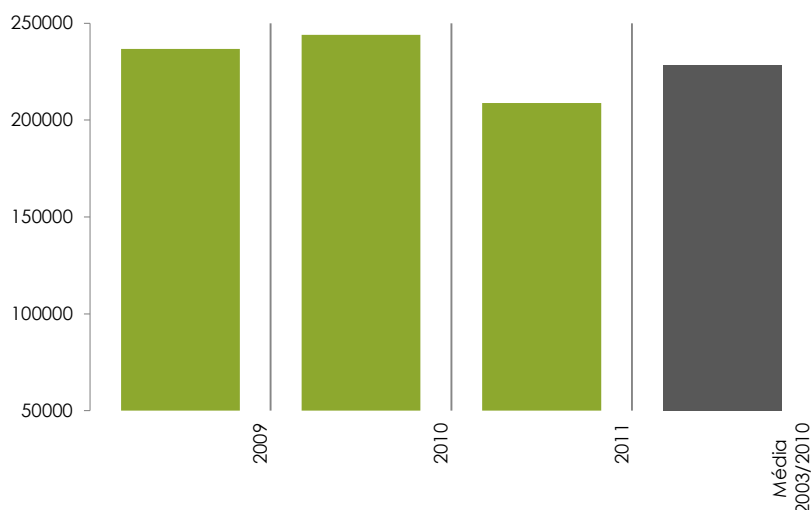
A energia de tração consumida pelo transporte ferroviário de passageiros e mercadorias no ano de 2011 sofreu um decréscimo de 5,4% face ao consumo de 2010. Em 2011, a energia devolvida à rede pelo processo de frenagem à semelhança de 2010 apresentou um valor cerca de 13%.

Água

No ano de 2011 foi desenvolvido um documento com medidas de uso eficiente da água numa aposta clara na redução de consumos designadamente, através da mudança de comportamentos, redução do desperdício por eliminação de fugas, redução de débitos (por gestão de caudais numa abordagem tecnológica) e de práticas e utilização de fontes alternativas de água, nomeadamente a utilização de águas pluviais. As medidas têm vindo a ser implementadas conforme a sua exequibilidade.

Consumo de Água - Abastecimento Público

[m³]



O consumo estimado de água no ano de 2011 apresentou um decréscimo face aos valores dos anos anteriores sendo que relativamente ao valor médio dos consumos entre 2003 e 2010, o decréscimo foi de 8%.

Biodiversidade

A percentagem de áreas sensíveis, áreas protegidas e áreas da Rede Natura, ocupadas pela rede ferroviária nacional no ano de 2011 manteve-se ao nível de 2010.

Na sequência do compromisso B&B assumido pela REFER em 2007, assegurou-se a implementação do projeto de Promoção da Floresta Autóctone, assim como, a consolidação do quadro que visa a execução do projeto do 'Continuum Ecológico'.

Promoção da Floresta Autóctone

Este projeto foi assegurado pelo 3.º ano consecutivo, enquadrado no programa Criar Bosques da Quercus, tendo-se decidido concluir esta participação face ao exigente contexto financeiro da empresa.

Neste último ano a REFER proporcionou a plantação de 7500 pés de espécies da floresta autóctone, elevando para 39.780 o número de pés cuja plantação apoiou diretamente.

Tal como nos anos antecedentes organizou-se uma ação de plantação apoiada no voluntariado dos colaboradores da REFER. Essa plantação ocorreu na Mata Nacional da Quinta das Virtudes.



Plantação na Mata Nacional das Virtudes - Azambuja

Continuum Ecológico

Este projeto assenta numa parceria entre a REFER e a Universidade do Porto (UP) por via do Centro para a Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) visando constituir uma Cátedra enquadrada no programa Ciência, promovido pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia (FCT).

O objetivo é o de apoiar a investigação no tema da continuidade ecológica, em particular no que concerne à infraestrutura ferroviária.

Foi realizado o concurso público internacional, conduzido pela UP do qual resultou a identificação do investigador que irá coordenar a equipa a constituir no seio do CIBIO, para o trabalho que se pretende estruturar e desencadear em 2012.

Impacte Ambiental

No ano de 2011 foram submetidos para apreciação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) os Sumários Técnicos Ambientais dos projetos de modernização do troço Covilhã/Guarda, da linha da Beira Baixa e de modernização da linha de Cascais, com vista a colher parecer sobre o enquadramento dos projetos face à legislação de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). A APA emitiu parecer favorável à interpretação dada, de não ocorrência de impactes negativos significativos pela implementação dos projetos, e por conseguinte não estarem sujeitos ao Regime Jurídico de AIA. Foram acompanhados 3 processos antecedentes sujeitos a AIA

relativamente aos elementos solicitados em fase de pós-avaliação (Pareceres sobre os RECAPE dos projetos "Alfarelos e Secções Adjacentes" e "km88/Entroncamento" ambos da linha do Norte) bem como na DIA (projeto de Modernização do Troço Ovar/Vila Nova de Gaia). Foram ainda desenvolvidos 2 RECAPE, referentes ao projeto execução da ligação desnivelada entre a linha de Cascais e o porto de Lisboa à linha de Cintura e do projeto execução da Quadruplicação do Troço Contumil/Ermesinde, com vista à sua instrução em 2012.

De igual modo, assegurou-se a continuidade ao acompanhamento dos estudos e projetos na Alta Velocidade, em particular nos eixos: Aveiro/Salamanca (Nota Técnica de seleção de corredores e avaliação de cenários estratégicos; Faro/Huelva e Lisboa/Porto (Estudo Prévio e Estudo de Impacte Ambiental da Ligação de Vila Nova de Gaia ao Aeroporto do Porto). No eixo Lisboa/Madrid, manteve-se o acompanhamento da gestão do contrato da Pareceria Público Privada n.º 1.

Complementarmente, no ano de 2011, a REFER desencadeou 71 processos de licenciamento ambiental com vista à regularização de ocupação de áreas condicionadas por intervenções quer na área de investimento quer da manutenção/exploração.

Monitorização Ambiental

No âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte ambiental (AIA) bem com do Acompanhamento Ambiental preconizado pela REFER aos seus projetos, no ano de 2011, procedeu à monitorização ambiental de diferentes aspetos ambientais, quer na fase de construção quer na fase de exploração, de vários empreendimentos.

Fase de construção	
Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas no troço Miranda do Corvo e Serpins.	- Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos. - Monitorização do Ruído.
Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas no troço Alto de São João e Miranda do Corvo.	- Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos. - Monitorização do Ruído.
Troço Castelo Branco/Vale Prazeres - Via, Construção Civil, Eletrificação, RCT+TP, Construção da Variante às Curvas 226/227, Remodelação das Estações, Passagens Desníveladas de Alcains, Lardosa e Castelo Novo.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Águas Residuais.
Remodelação da Estação de São João do Estoril.	- Monitorização do Ruído.
Empreitada Autónoma 1 no âmbito da modernização da Linha do Norte e quadruplicação da Linha de Cintura entre as estações do Areeiro e Oriente, para compatibilização com as novas infraestruturas da rede de alta velocidade.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Vibrações. - Monitorização de Águas Residuais.
Empreitada Autónoma 2 no âmbito da modernização da Linha do Norte e quadruplicação da Linha de Cintura entre as estações do Areeiro e Oriente, para compatibilização com as novas infraestruturas da rede de alta velocidade.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Águas Residuais.
Linha do Norte Subtroço 1.2/1.3 – Azambuja / Vale de Santarém Regularização da Ribeira de Aveiras.	- Monitorização de Águas Superficiais.
Construção do Túnel Aqualva.	- Monitorização do Ruído.
Quadruplicação da via-férrea entre os Pk 13,750 e 18,250 da Linha de Sintra e remodelação das estações de Barcarena e Cacém.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Vibrações.
4 Túneis: Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel da Carreira, de Tamel, de Sta. Lucrecia e de Caminha.	- Monitorização do Ruído.
Fase de exploração	
Troço Braço de Prata/Alhandra, Linha do Norte.	- Monitorização do Ruído.
Troço Entroncamento/Albergaria-dos-Doze, Linha do Norte.	- Monitorização Ruído.
Troço Quintans/Ovar, Linha do Norte.	- Monitorização Ruído.
Ligação ferroviária ao porto de Aveiro	- Monitorização fauna.

Recuperação Ambiental

Reabilitação do Património Desativado

Em 2011 foram inaugurados 51km de ecopistas, entre as linhas do Tâmega e do Dão, representando um acréscimo na rede de 47% face ao ano de 2010, que manteve igual extensão a 2009.



Ecopista do Tâmega



Ecopista do Dão

Projetos de Medidas Compensatórias

No âmbito de projetos de investimento realizados nos últimos anos a REFER, como medida compensatória pelo abate de sobreiros e azinheiras, concluiu em 2011 a plantação de uma área útil de 81ha entre Sines (Herdade da Bêbada e do Pinheiro Manso) e Penamacor (Mata Nacional da Quinta da Nogueira). Dentre os projetos de investimento acima referidos constam, Variante de Alcácer na linha do Sul, Modernização entre Bombel e Casa Branca na linha do Alentejo, Modernização do troço Castelo Branco/Covilhã na linha da Beira Baixa, Variante da Trofa na linha do Minho e ainda alguns projetos de requalificação ou supressão de passagens de nível.

Previamente à plantação foram executados trabalhos preparatórios entre os quais de corte da regeneração natural do Pinheiro Bravo, estilhaçamento e gradagem (Janeiro de 2011) na área de Sines e de marcação de regeneração natural de medronheiro e outras espécies de interesse ecológico nas faixas de proteção bem como de regularização e construção de rede viária (Fevereiro de 2011) na área de Penamacor.

Na área de Sines foram plantados 27 690 pés (fevereiro de 2011) com protetores individuais tendo na 1ª retancho (novembro de 2011) sido substituídos 5 400 plantas (19.5%).



Final da Plantação - Fevereiro 2011 - Sines



Visita de acompanhamento - Junho 2011 - Sines

Na área de Penamacor a plantação contou com 16 000 pés (março de 2011) sendo que na retancharia (novembro de 2011) houve substituição de 10% destes (1 600 pés).



Preparação do terreno - Fevereiro 2011 - Penamacor



Final da 1ª Retancharia - Janeiro 2012 - Penamacor

A diferença de eficiência entre a plantação de Sines e Penamacor deve-se essencialmente ao tipo de clima e solo. Previamente aos trabalhos de plantação na área de Sines.

Paisagem

As orientações estabelecidas nesta vertente foram devidamente asseguradas em Empreitadas de estabilização de taludes, respeitando os princípios paisagísticos (ecológicos funcionais e estéticos), de forma a garantir a sua integração na paisagem, conforme é patente nas fotografias da conclusão da Empreitada de Estabilização de Taludes aos km 237+400, 250+800 e 286+800, na Linha do Sul. A

salvaguarda da concretização desta ação foi acautelada durante a execução da Obra e acompanhada na fase de conclusão.

Acompanhamento Ambiental na área da manutenção/exploração

No seguimento da estratégia iniciada em 2009, em 2011 o acompanhamento dos contratos da área de manutenção, garantindo o cumprimento dos requisitos ambientais estabelecidos nos respetivos cadernos de encargos tornou-se efetivo, tendo sido alvo sistemático de acompanhamento 17 contratos de Prestações de Serviço de manutenção, 3 de cariz nacional e 14 com gestão local, ao nível das Regiões Operacionais.

Ao nível de Empreitadas foram acompanhadas em 2011, 64 empreitadas, quer no âmbito do investimento bem como no âmbito da manutenção, este último essencialmente nas especialidades de via, geotecnia e estruturas especiais (pontes).

Em 2011 foram realizados 11 dias de auditorias de ambiente aos contratos de manutenção em curso, traduzindo-se numa melhoria de desempenho e de cumprimento contratual.

É objetivo, no âmbito das Empreitadas o fecho respetivo com a respetiva compilação técnica e verificação da correta implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Construção e de Demolição. No âmbito das Prestações de Serviços o fecho contratual inclui igualmente a compilação técnica, sendo um processo extenso, face ao período de duração de cada contrato.

Auditorias de Ambiente realizadas, em 2011

Designação da Prestação de Serviços/ Empreitada	Prestador de Serviços	Órgão REFER afeto ao contrato
Prestação de Serviços de Controlo de Vegetação e Limpeza de Órgãos Drenantes	Maranhão / Fernandes & Remelhe	ROC
Manutenção de Via, Catenária, Geotecnia, Construção Civil e Baixa Tensão – Contrato 15	Ferrovias / Mota-Engil / Visabeira	ROC
Manutenção de via na Linha do Oeste e Linha da Beira Alta	Somafel	ROC
Manutenção de Via, Catenária, Geotecnia, Construção Civil e Baixa Tensão – Contrato 29	Somague/Neopul/EIP	ROS
Manutenção Integral dos Sistemas de Sinalização SSI	Dimetronic	RON/ ROC/ ROS

No ano de 2011 foram fiscalizadas na vertente de ambiente as Empreitadas e Prestações de serviços, apresentando-se nos quadros seguintes as mais relevantes.

Prestações de Serviço com Fiscalização de Ambiente, em 2011

Designação da Prestação de Serviços	Prestador de serviços	Órgão REFER afeto ao contrato
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços de Tecnologia SSI.	Dimetronic	GM RON/ ROC/ ROS
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços de Tecnologia ESTW e PIPC.	Thales	GM RON/ ROC/ ROS
Manutenção das Instalações Elétricas da Energia de Tração – Lote 2 – 2º Adicional	Ensulmeci	GM ROC/ROS
Manutenção e Reparação de Avarias de Passagens de Nível Automatizadas e Sinalização	EFACEC	GM RON/ ROC/ ROS
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes	Schmitt	GM RON/ ROC/ ROS
Manutenção de Via, Catenária, Construção Civil	Ferrovias / Mota-Engil /	ROC/ ROS
Manutenção de Via, Catenária, Construção Civil e Baixa Tensão – Contrato 29.	Somague/Neopul/EIP	ROS
Manutenção geral de Via na Linha do Oeste e Beira Alta.	Somafel	ROC
Manutenção de Instalações de Baixa Tensão (9 lotes)	Mediante o lote	RON/ ROC/ ROS
Manutenção de Construção Civil (9 lotes)	Mediante o lote	RON/ ROC/ ROS
Manutenção na Especialidade de Energia de tração (2 lotes)	Efacec/ Siemens	GM RON/ ROC/ ROS
Manutenção de Via, Catenária, Construção Civil e Baixa Tensão – Contrato 15 - Adicional.	Ferrovias / Mota-Engil / Visabeira	ROC/ ROS
Manutenção de Via, Catenária, Construção Civil e Baixa Tensão – Contrato 29 - Adicional.	Somague/Neopul/EIP	ROS
Manutenção geral de Via na Linha do Oeste e Beira Alta - Adicional.	Somafel	ROC
Controlo de Vegetação e Limpeza dos Órgãos Hidráulicos.	Fernandes e Remelhe & Maranhão	ROC
Deservagem química na rede ferroviária nacional - via larga.	Ferrovias/ Tecnocaril	GM

Linha	Designação da Empreitada	Empreiteiro
Leste	Renovação Integral de via da Linha do Leste - Crato/Assumar	Fergrupo
	Beneficiação de Pontes e Passagens Hidráulicas	Fergrupo
Oeste	Reabilitação de Pontes Metálicas na Linha do Oeste	Conduril
Sul	Estabilização de Taludes de escavação entre o km 237, km 250 e km 286, na Linha do Sul	Tecnovia
	Estabilização do talude de aterro entre o Km 236+450 e o Km 236+720	Tecnasol
Alentejo	Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora	Somague/ Tomás Oliveira/ Neopul
Évora	Construção de Pas. Desn. e restabelecimentos entre os PK 115+654-117+699 na Est. de Évora	Tecnovia
	Construção do Edifício de Passageiros e Interface da Estação de Évora	Tecnovia
	Modernização da Infraestrutura entre o km 115+654 e o km 117+699 na Estação Évora	Somague/ Tomás Oliveira/ Neopul
Algarve	Estação de Faro: Prolongamento da Linha G3 e Rede de Descarga de Efluentes nas Linhas IV e V	Neopul
	Troço Faro a Vila Real de Santo António – Substituição de travessas de madeira por travessas de betão e de carris em barras curtas por carris em barras longas soldadas	Promorail
	Troço Tunes a Lagos – Substituição de travessas de madeira por travessas de betão e de carris em barras curtas por carris em barras longas soldadas	Neopul
	Reabilitação, proteção das fundações e reconstrução de um muro ala da PH ao pk 396,269	Soproel
Beira Baixa	Reabilitação e Reforço do Túnel do Sabugal	Monte Adriano/ Spie
	Trabalhos de eletrificação dos Túneis da Gardunha e Fatela/Penamacor	Ferrovias
	Troço Castelo Branco/Vale Prazeres-Via, Construção Civil, Eletrificação, RCT+TP, Variante às Curvas 226/227, Remodelação das Estações, Pas. Desniv. de Alcains, Lardosa e Castelo Novo	Ramalho Rosa Cobetar / Conduril / EIP
	Troço Vale Prazeres/Covilhã-Construção Civil, Via e Catenária, Passagens Desniv eladas e RCT+TP	OPWAY
	Reforço, proteção e reabilitação das fundações da Ponte da Praia, ao pk 118+860	Obrecol
Cascais	Remodelação da Estação de São João do Estoril	Obrecol

Empreitadas com Fiscalização de Ambiente, em 2010

Linha	Designação da Empreitada	Empreiteiro
Douro	Mesquinhata - Reparação de Caminho ao Km 67+581 da Linha do Douro	Maranhão
	Melhoria de Caminho em Silveira - Ribadouro, Baião - Km 72+597, Linha do Douro	Maranhão
	PN 81+464 e 81+685 (Mirão)	Nortejuvil
	Variante Trofa-Construção Civil, Via e Catenária	OPWAY
Minho	Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel da Carreira, de Tamel, de St.ª Lucrecia e de Caminha	Ferrovias / Mota-Engil
	Supressão de PN aos km 43+433 e 45+244 e reconversão a Tráfego pedonal da PN ao km 43+806	A.M.S.
Sines	Proteção anticorrosiva da Ponte do rio Lima	Conduril
	Modernização da Estação da Raquete	Neopul
Sintra	Quadruplicação da Via, km 13+750/18+250, Remodelação das Estações Barcarena e Cacém	Edifer
	Construção do Túnel de Aqualva	Obrecol
Ramal da Lousã	Sistema de mobilidade do Metro de Mondego - Troço Miranda do Corvo-Serpins	DST / Isolux / Córzan / Dorsalve
	Reabilitação das Infraestruturas entre Coimbra B e Serpins	Vias Y Construcciones / Gabriel Couto / Electren
Vouga	Troço Semada/Espinho. Supressão da PN Km 14+461- construção de um caminho paralelo	Teodoro Valente
	Supressão da PN ao km 18+015	António F. Soares
	Troço Espinho/Semada. Supressão de PN km 34+112 e 44+988	Teodoro Valente
	Troço Semada/Av eiro - Reconversão da PN ao Km 12+557 e supressão da PN ao km 12+936	Maranhão
	Troço Semada/Av eiro - Supressão da PN ao Km 14+668- alargamento de caminho existente	Nortejuvil
	Automatização de 52 PN com meias barreiras	Alstom
	Segmento Águeda/Av eiro e Espinho/Oliveira de Azeméis-Manuf. corretiva na superestrutura de via	Ferrovias
Norte	Execução de Instalações de Sinalização e Telecomunicações no Subtroço Alfarelos - Coimbra B	Thales
	ST 1.2 - Regularização Ribeira de Aveiras	Construções Pragosa
	Linha do Norte - S.T. 2.3 - Instalação de JIC em Tav eiro, Amial e Coimbra B	Somafel
	Linha do Norte - S.T. 3.3 - Ovar - Gaia - Perfuração Horizontal ao km 318+018	Sondagens do Oeste
	Empreitadas Autónomas 1 e 2 da Linha do Norte e quadruplicação da linha de Cintura Areeiro/Oriente, para compatibilização com a rede de alta velocidade	Obrecol

Partindo desta conjuntura o resultado que se procura atingir, é a sistematização do acompanhamento ambiental, apoiando a gestão do contrato e atuando em equipa com a fiscalização.

Diagnóstico Ambiental na área da manutenção/ exploração

Em 2011 continuaram a ser desenvolvidas metodologias de articulação com as Regiões Operacionais, quer ao nível do acompanhamento ambiental, com a preparação de elementos para concursos abaixo de 250 000 euros e fecho de Empreitadas e Prestações de Serviço, quer pelas ações de diagnóstico realizadas.

Emissões, efluentes e resíduos

Emissões

A emissão de CO2 associada ao consumo direto de eletricidade, com base no fator de emissão caracterizador do Sistema Elétrico Nacional, foi de 24 mil toneladas de CO2 equivalente no ano de 2011, cerca de 6% inferior ao valor registado em 2010.

No ano de 2011, a entrada ao serviço dos troços Castelo Branco/Covilhã, da linha da Beira Baixa e Bombel/Casa Branca, da linha do Alentejo traduz-se num ganho ambiental pela disponibilização de uma maior rede eletrificada com a possibilidade de substituição de tração diesel por elétrica.

Efluentes

A produção de efluentes de origem doméstica no ano de 2011 apresenta uma redução face ao valor do ano de 2010 de cerca de 52 para 49 mil m3 diretamente relacionada com a diminuição do efetivo.

Resíduos

Face aos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores para a implementação da estratégia proposta no Plano de Gestão de Resíduos (PGR), foi possível desenvolver, durante o ano de 2011, os seguintes projetos de valorização/reutilização:

- Valorização material de resíduos de travessas de betão bi-bloco - Durante o ano de 2011 a REFER enviou para valorização material, cerca de 255 toneladas de resíduos de travessas de betão existentes na Linha de Sines.

A adoção desta solução que passa pela separação mecânica das frações constituintes (betão e ferro), em detrimento do envio para aterro de resíduos

inertes permitiu diminuir a recuperação de cerca de 25 toneladas de ferro para posterior reciclagem e de 230 toneladas de um inerte britado, que face às suas características mecânicas conserva um forte potencial de reutilização na construção civil.

- Reutilização de travessas de betão monobloco – à semelhança de anos anteriores, a REFER procedeu à reutilização interna de travessas de betão monobloco usadas, não aptas para uso ferroviário, na construção dos pavimentos dos caminhos de acesso interno do Complexo Logístico do Entroncamento.

Como resultado dos trabalhos de triagem e de separação dos resíduos, foram lançados durante o ano de 2011 vários processos de consulta para a alienação de resíduos valorizáveis a operadores licenciados. Estas vendas incidiram sobretudo nos resíduos metálicos ferrosos e veículos em fim de vida (VfV) e resultaram numa vantagem económica para a REFER de 454.376,90 €. Merece também especial destaque a venda de travessas de madeira usadas, não aptas para uso ferroviário que atingiu um valor da ordem dos cento e quarenta e dois mil euros.

Com a implementação de redes de recolha seletiva, quer ao nível das atividades de manutenção (óleos usados, massas lubrificantes, acumuladores) quer das instalações sociais (zonas administrativas onde operam os serviços da REFER) foi possível assegurar o correto encaminhamento destes resíduos.

A nível dos resíduos da atividade administrativa merece especial destaque o protocolo de cedência dos consumíveis informáticos firmado com a AMI – Assistência Médica Internacional, que para além de garantir um destino adequado tinteiros e toner, promovendo-se a sua reutilização, permitiu uma valorização económica para a Fundação AMI importante na sua campanha de angariação de fundos para prossecução das suas campanhas de apoio Humanitário.

Ruído

O ruído produzido pela atividade ferroviária constitui um dos maiores desafios ambientais que a REFER enfrenta. Esta realidade tem vindo a assumir contornos cada vez mais claros à medida que se tem consolidado o trabalho desenvolvido na área do ambiente na empresa.

Durante o ano de 2011 foram apresentadas 20 novas reclamações e 7 reclamações recorrentes relacionadas com o ruído gerado pela atividade da responsabilidade da REFER.

Número de Reclamações

	2010	2011
Novas Reclamações	26	20
Reclamações Recorrentes	6	7
Total Reclamações	32	27

A Diretiva 2002/49/CE, de 25 de junho, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, prevê a produção de mapas estratégicos de ruído para as Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário em duas fases. Na primeira, para os troços de via-férrea com mais de 60 000 comboios por ano e, na segunda, para os troços de via-férrea com mais de 30 000 comboios por ano.

A REFER elaborou todos os Mapas Estratégicos de Ruído correspondentes à primeira fase, tendo os mesmos sido apresentados à Agência Portuguesa do Ambiente até agosto de 2008 e, entretanto, aprovados. Para além destes, a REFER tem em elaboração os mapas estratégicos de ruído correspondentes à segunda fase, estando concluídos os relativos aos troços Entroncamento – Albergaria-dos-Doze e Quintans – Ovar, ambos na Linha do Norte.

A REFER foi a primeira entidade gestora de uma infraestrutura de transporte em Portugal a concluir e ter aprovado um Mapa Estratégico de Ruído, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 17 de julho, designadamente, o da Linha de Cascais em 2006.

Foi concluído em 2011, para apresentação à tutela, o Plano de Redução de Ruído da Rede Ferroviária Nacional (Avaliação de Cenários das Linhas com mais de 60000 comboios por ano). A estratégia proposta nesse documento permitirá à REFER:

1. Entender o esforço que será necessário despender para que se consiga cumprir com os requisitos legais em matéria de ruído;
2. Fomentar a concertação de uma estratégia para endereçar este assunto que carece da intervenção dos demais responsáveis nesta matéria, assim como dos recursos associados;
3. Estruturar uma disciplina de ação e uma atuação com critério.

GIF60k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído
Cascais	Concluída	Concluído
Sintra	Concluída	Concluído
Cintura	Concluída	Concluído
Norte (até Azambuja)	Concluída	Concluído
Minho (até Ermesinde)	Concluída	Concluído

GIF30k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído
Norte (Entroncamento – Albergaria-dos-Doze)	Concluída	Concluído
Norte (Quintans – Ovar)	Concluída	Concluído
Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	2011	2012
Oeste (Bifurcação de Meleças – Meleças)	2011	2012

A análise e discussão sobre o referido plano constitui, num primeiro momento, a base essencial para viabilizar a consolidação, em momento oportuno, dos planos de ação por linha.

No domínio da ação da REFER destaca-se que a modernização das vias constitui ação imprescindível para que as demais medidas surtam efeito, sendo esta a medida de redução na fonte, por excelência, ao nível da infraestrutura, que deverá ser acompanhada por igual ação no material circulante.

Para além das conhecidas, e por vezes contestadas, barreiras acústicas, a REFER tem em estudo outras medidas de redução de ruído que poderão ser aplicadas, depois de comprovado o seu efeito e depois de devidamente homologadas. Tais medidas compreendem, entre as mais significativas:

- Instalação de Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril (Rail Dampers);
- Lubrificadores Fixos de Via;
- Esmerilagem Acústica;
- Revestimentos Absorventes para muros de betão;
- Barreiras Acústicas (inclinadas ou curvas), com maior superfície transparente.

Por último, mas não menos importante, é de referir que, desde a publicação do primeiro Regulamento Geral do Ruído (em 1987) ficou explícita a necessidade de se promover uma nova dinâmica à gestão do território em torno de infraestruturas vitais, como o são as principais artérias de comunicação nas áreas metropolitanas e principais cidades. Desde essa data, que se torna evidente o desígnio de estancar a

ocupação, por usos sensíveis, do espaço contíguo a estes canais, que no caso da infraestrutura ferroviária conhecida, se encontram implantados no território há mais de um século. Só esta ação partilhada permitirá um efeito efetivo neste desiderato.

Medidas de Redução do Ruído

[Medidas implementadas pela REFER à data de 31.12.2011]

	Executado	Em estudo/ proposta
Eletrificação da rede	62% da rede com tráfego	
	100% das grandes infraestruturas de transporte ferroviário (GIF)	
Via com barra longa soldada (BLS)	72% da rede com tráfego	
	83% das GIF	
Utilização de Material Circulante pouco ruidoso (Esta medida é da responsabilidade exclusiva dos operadores ferroviários)	Parcialmente em 121km	111km
	24% das GIF	111km em GIF
Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril	0 km	19,8 km
	0 km em GIF	19,8 km em GIF
Lubrificadores Fixos de Via em curvas de raio reduzido	1 unidade	23 unidades
Esmerilagem Acústica	0 km	23,6 km
Barreiras acústicas	61km	(*)
	46 km em GIF	

(*) Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 123 km de via-férrea (123 km em GIF). Tais medidas incluem qualquer uma das indicadas neste quadro e não apenas barreiras acústicas.

Valorização das ações de carácter ambiental

Seguidamente apresentam-se alguns valores de custos associados a ações da REFER, de carácter ambiental.

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Ruído	Medidas de Redução de Ruído	(*)	(*)
		2009	11 000
	Protocolo estabelecido com o centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico (Diversos)	2010	11 000
		2011	8 500
	Cartografia Digital da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2009	45 200
	Cartografia Digital da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2009	35 462
	Cartografia Digital da Linha do Sul (Lisboa/Setúbal) e Linha do Oeste (Bifurcação de Meleças/Meleças)	2011	32 500
	Monitorização de Ruído em fase de Pós-Avaliação	2009	1 499
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2010	48 000
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2010	48 000
	Plano de Redução de Ruído da Linha de Cascais	2010	6 700
	Plano de Redução de Ruído da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2010	48 500
Plano de Redução de Ruído da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2010	49 000	

(*) Neste momento está em curso a avaliação global do custo total das medidas de redução de ruído pelo que o indicador de custo de barreiras acústicas, instaladas e a instalar, foi transitoriamente descontinuado.

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Resíduos		2009	313 275
	Gestão de resíduos	2010	198 014
		2011	11 436
	Análises de resíduos para determinação da admissibilidade em aterro e seu grau de contaminação	2009	3 655
		2009	1 278
	Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos de papel/cartão	2010	980
		2011	218
	Protocolo com o Centro para a Valorização de Resíduos (CVR) da Universidade do Minho	2009	2 000

Área	Ação	Ano	Custo (€)
Avaliação Ambiental	Estudos de impacte ambiental e relatórios de conformidade ambiental do projeto de execução	2009	343 402
		2010	389 117
		2011	383 280
	Monitorização ambiental da linha de Évora	2008	980
	Monitorização ambiental das linhas do Minho, Beira Baixa Sul e Évora e ramal de Braga	2009	9 990
		2009	5 000
	Monitorização ambiental da Ligação ferroviária ao porto de Aveiro	2010	6 456
	2011	4 842	

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Património	Protocolo estabelecido com a Universidade de Évora	2009	30 000
		2010	20 000
		2011	10 000

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Biodiversidade	Assessoria	2009	20 000
		2010	8 000
	Instalação de dissuasores e plataformas para ninhos de cegonhas	2009	104 100
		2010	18 528
	Project da Floresta Autóctone	2009	51 575
		2010	38 500
	2011	15 000	

Listagem de Todos os Indicadores

Código GRI	Desempenho Económico REFER	Página
Indicadores Económicos		
	Total do Ativo	IV35
	Resultados Operacionais	IV5; IV35; IV36
	Resultados Líquidos	IV34; IV35; IV37
EC1	Volume de Negócios	IV35
	Volume de investimento	IV5; IV34
Acionistas		
	Cobertura do Investimento pelos diversos subsídios	IV34
Colaboradores		
	Estrutura de Gastos com Pessoal, nomeadamente remunerações, encargos sociais	IV5; IV46 até IV62
Fornecedores		
	Estrutura de conta de custos 62, nomeadamente peso dos subcontratos	IV42
Clientes		
	Prestação de Serviços (Tarifa de Utilização)	IV5; IV41; IV43 até IV45
	Capacidade disponível da rede	IV43; IV44
	Valores dos Investimentos e conservação destinados a estações e interfaces	nd

Código GRI	Desempenho Social REFER	Página
Emprego		
LA 1	Número colaboradores por Qualificação	IV50
LA 1	Número de colaboradores por região NUT II	IV52
LA 12	Benefícios dos colaboradores, para além dos legalmente previstos;	IV59 até IV61
Trabalho e Relações Laborais		
LA 3	Taxa de Sindicalização	IV52; IV53
Saúde e Segurança		
LA 9	Horas de Formação Média Anual	IV57 até IV59
LA 9	Número de formandos	IV58
LA 9	Custos com formação / Custos com pessoal	IV58
	Quadros com formação complementar em gestão	IV58
Comunidade		
	Índice de sinistralidade em PNs	IV22; IV23
	Investimentos na supressão e reconversão de PNs	IV22; IV23
	Número de PNs suprimidas	IV22
	Custos com donativos e patrocínios	IV7
Diversidade e Oportunidade		
LA 11	Rácio Homem/Mulher na empresa,	IV61; IV62
LA 11	Rácio Homem/Mulher nos cargos de chefia	IV61; IV62
	Estrutura etária	IV5; IV49
	Gráfico Antiguidade	IV49

Código GRI	Desempenho Ambiental REFER	Página
Materiais		
EN1	ton balastro; km e ton carril; nº e ton travessas (madeira, bloco e betão); kg de produto de deservagem e suas características; Origem dos Materiais.	IV63 - IV65
Energia		
EN3	Jo ule de eletricidade comprada; Jo ule de comb fósseis, diesel, consumidos.	IV66
Água		
EN5	Custo associado ao consumo total de água	IV66; IV67
Biodiversidade		
EN6	Quantificação do domínio ferroviário afeto a áreas protegidas; Indicação de medidas de minimização. Indicação dos impactes:	IV67
EN7	Sobre áreas protegidas; Quantificação, se possível em %, das áreas impermeabilizadas.	IV67 - IV77
EN27	Indicação das medidas implementadas para: Recolha de resíduos abandonados; Reabilitação de troços sem tráfego; Reflorestação de áreas intervencionadas (Proj. Int. Paisagística).	IV67 - IV77
Emissões, efluentes e resíduos		
EN11	ton de resíduos por tipo e origem; Fração de recicláveis face ao total; Indicação dos destinos.	
EN30	ton de subs e ton _{eq} CO2 provenientes dos operadores, relação com a eletrificação das linhas.	IV77 - IV78
EN31	Quantificação dos resíduos considerados perigosos.	
Fornecedores		
EN33	Indicação das medidas implementadas.	IV73
Ruído		
AM1	Indicação das medidas implementadas em obra (investimento/conservação) para a minimização do ruído; Indicação do ruído proveniente da circulação de composições e medidas implementadas pela REFER, EP com vista à minimização de impactes; Nº total de pessoas potencialmente afetadas por níveis de ruído > 55dB(A); Nº de metros lineares de via com barra longa soldada; Nº de metros lineares de barreiras acústicas instaladas e em projeto; Nº de metros lineares de via eletrificada.	IV78 - IV81
Total		
EN35	Custo das barreiras acústicas;	IV80

Quadro Compromisso com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo

	Objetivos	Metas para 2012
Social	Aumentar a produtividade da Organização	Incentivar o acréscimo do fator trabalho
	Promover a Qualificação e Valorização dos RH's da Empresa	<p>• Reforçar as políticas internas e iniciativas no âmbito do desenvolvimento profissional dos colaboradores, de forma a garantir a disponibilidade e adequação das competências internas face às necessidades operacionais e de desenvolvimento da Empresa;</p> <p>• Prosseguir a meta já definida, de incrementar a qualidade e adequabilidade da formação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais relativos ao nº de horas/colaborador;</p>
	Adequar o Efetivo às necessidades do Negócio	<p>Criar condições para reconversão de trabalhadores excedentários;</p> <p>Negociar rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.</p>
Ambiente	Desenvolver e Implementar o Sistema de Gestão Ambiental da REFER	<p>Prosseguir com o ajustamento da rede interna de competências em ambiente e a convergência para um modelo de organização adequado ao contexto da empresa. Implementar o plano de auditorias.</p>
	Implementar os Planos de Monitorização Ambiental decorrentes dos projectos de investimento da REFER.	<p>Implementação dos seguintes planos de monitorização:</p> <p>Linhas do Minho, Beira Baixa, Sul, ramal de Braga e Évora Variante da Trofa –Descritor Ruído (através de trabalho interno)</p> <p>Ligação ao Porto de Aveiro, Variante de Alcácer – Fauna/Flora.</p>
	<p>Fomentar a protecção acústica* dos receptores significativamente** afectados pelo ruído decorrente da circulação ferroviária.</p> <p>* Considera-se garantida a protecção acústica dos receptores se forem cumpridos os limiares legislados, ou, ainda que não cumprindo esses mesmos limiares, se forem implementadas as medidas concertadas com os órgãos representativos das populações.</p> <p>** Consideram-se significativamente afectados os receptores sujeitos a níveis de ruído superiores aos limiares legislados para zonas mistas (critério este passível de ser revisto em função de alterações legislativas).</p>	<p>A apresentar a avaliação global do esforço a efectuar para mitigar os impactes do ruído nas vias-férreas com mais de 60 000 comboios por ano, numa perspectiva de custo-benefício, fomentando a concertação de uma acção neste contexto.</p> <p>Estudar a viabilidade de desenvolvimento de uma metodologia de aferição de níveis de ruído da circulação, adequada ao caso da REFER, assente em ferramentas de medição e em dados acústicos recolhidos nas campanhas de monitorização.</p> <p>Desencadear a elaboração do mapa estratégico de ruído da linha do Sul entre Ponte de Santana e Setúbal e da linha do Oeste entre a Bifurcação de Meleças e Meleças.</p> <p>Proceder aos estudos preparatórios para a execução de ensaios com o intuito de caminhar para a viabilidade de aplicação dos Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril, da Esmerilagem Acústica e de Barreiras Acústicas integradas social e paisagisticamente.</p>
	Eliminar a dispersão de resíduos fora da rede de locais de concentração estabelecidos.	<p>Mantêr a supervisão dos processos de gestão de resíduos na REFER (em particular a gestão de travessas de madeira) assegurando directamente a gestão de acumuladores de chumbo.</p>
	Fomentar a implementação de projectos de medidas de minimização ou compensatórias dos impactes ambientais.	<p>Prosseguir na identificação de possíveis parcerias para a implementação do projecto de reabilitação ecológica da Salina no Sado (inscrita na iniciativa B&B);</p> <p>Acompanhar o projecto do Continuum Ecológico.</p>

	Objetivos	Metas para 2012
Segurança	Aumentar os níveis de Segurança da rede	Executar o Plano de Investimentos; Executar o Plano de Manutenção; Implementar o Sistema de Detecção de queda de blocos; Implementar o Sistema de Gestão de Segurança; Execução do Plano de Supressão e Reclassificação de PN.
	Segurança Ferroviária	Elaborar Plano Plurianual de supressões e reclassificações; Monitorizar o cumprimento do Plano Anual; Estabelecer parcerias com entidades externas materializadas por protocolos, fazendo o seu acompanhamento e monitorização; Identificar fatores de risco e promover o desenvolvimento de ações que visem a sua mitigação; Gerir o cadastro das PN e regularizar os contratos das PN particulares; Promover campanhas de educação e sensibilização.
	Objetivos	Metas para 2012
Económico	Reduzir os Gastos em Serviços Partilhados	Desenvolver as ações propostas no âmbito do Plano para a Eficiência Energética na REFER; Desenvolver ações de sensibilização e alertas no sentido da redução de custos com a frota automóvel e comunicações fixas; ...
	Manter o tempo médio de imobilização de stocks	Gerir eficientemente os stocks através de um planeamento integrado entre a programação das obras e respetivos materiais
	Reduzir o número de dias do prazo médio de pagamentos	Reduzir para 36 dias o prazo médio de pagamentos aos fornecedores
	Reduzir o número de dias do prazo médio de recebimentos	Reduzir para 60 dias o prazo médio de recebimento dos clientes
	Adequar o perfil temporal da dívida financeira à maturidade dos ativos	

Glossário

Balastro	Material de granulometria seleccionada destinado a suportar e encastrar as travessas, a distribuir as cargas transmitidas pelas travessas à plataforma, a conferir elasticidade à via e a facilitar a drenagem. Quanto à sua natureza pode ser saibro de grão grosso, brita de rocha calcária e brita de rocha dura, dividindo-se quanto às dimensões em normal (de 25 a 50 mm) e fino (de 16 e 31.5 mm) que se destina a ser utilizado no nivelamento.
Barreira acústica	Painel disposto em série ao longo da via-férrea e de ambos os lados, em zonas onde se torne necessário proteger o meio ambiente da agressividade sonora das circulações
BLS	Abreviatura de Barra Longa Soldada: carril soldado, com um comprimento indefinido, em que exista uma zona central, de extensão variável com o tipo de fixação às travessas, em que as tensões internas atingem o seu valor máximo e os movimentos estão impedidos.
Cadeia de valor	Modelo de gestão que permite determinar o valor, que cada elemento ou segmento da cadeia acrescenta ao produto, que vai evoluindo através dessa mesma cadeia
CAE	Código de Actividade Empresarial
Capital estatutário	Montante de capital fixado nos estatutos da empresa
CH4	Metano
Ck	Abreviatura de comboio-quilómetro, unidade de prestação de exploração ferroviária, correspondente ao deslocamento de 1 comboio na distância de 1 Km. O seu custo depende das características quer da linha quer do comboio em causa
CO2	Dióxido de carbono
“Contratualização Global” (Outsourcing)	Contratação de especialistas externos à empresa para a realização de algumas funções da empresa, proporcionando um desempenho mais eficaz e com custos inferiores
CONVEL	Abreviatura de Controlo Automático de Velocidade. Sistema de protecção de comboios que, através de circuitos ressonantes indutivos colocados na via e de equipamentos de bordo correspondentes, verifica de modo pontual se as velocidades são cumpridas, se as frenagens são efectuadas e se os sinais de paragem são respeitados. Em caso de anomalia, o sistema desencadeia a aplicação automática dos freios, auxiliando assim os maquinistas no exercício das suas funções, impedindo que a velocidade dos comboios ultrapasse certos valores impostos pelas condições de segurança
Core business	Negócio principal de uma empresa
dB(A)	Decibel malha ponderada A

Deservagem	Tratamento preventivo, realizado periodicamente com recurso a equipamento adequado para eliminar a vegetação daninha que prolifera no balastro e nos passeios da via
Domínio Público Ferroviário	Bens de domínio público afectos ao funcionamento e à exploração do serviço público ferroviário
Ecopista	Rota de passeio não motorizado para lazer e contacto com a natureza, resultante do aproveitamento de corredores ferroviários desactivados
Família de comboios	Designação dada ao grupo de comboios com o mesmo itinerário de circulação, ou seja com idênticos tempos de trajecto
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo, que significa o valor dos bens duradouros adquiridos em cada ano, visando o aumento da capacidade produtiva do país
Fundos comunitários	Instrumentos financeiros de apoio comunitário
IFRS	International Financial Reporting Standards
INE	Instituto Nacional de Estatística
Infra-estrutura ferroviária	Conjunto de todas as instalações fixas respeitantes às vias principais e de serviço e às estações necessárias à circulação ferroviária, incluindo edifícios afectos ao serviço das infra-estruturas, bem como o conjunto dos elementos referidos na parte A do Anexo I Regulamento nº1108/70 /CE. DLnº270/2003 de 28 de Outubro
Intercidades	Designação da família de comboios de passageiros que ligam regularmente duas cidades
Isolador	Dispositivo isolador de material cerâmico, intercalado na "catenária" para separar a zona em tensão e que apresenta uma resistência à rotura, por tracção, de 9 toneladas
kgep	Quilograma equivalente de petróleo
kgeqCO2	Quilograma equivalente de dióxido de carbono
Linhas electrificadas	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujas vias estão equipadas por forma a permitir a tracção eléctrica, incluindo instalações de sinalização e CONVEL e de telecomunicações
Longo curso	Forma corrente e abreviada de designar os comboios de longo curso que transportam passageiros em distâncias superiores a um dado patamar, normalmente fixado entre 50 e 100 km
Manta de balastro	Tapete de borracha ou de material sintético colocada entre o balastro e a plataforma da via, para baixar o nível de ruído propagado através da estrutura da via
Marcha	Comboio em vazio efectuado por razões de gestão do material, ou outras
Mercadorias	Composições essencialmente utilizadas para o tráfego de mercadorias

N2O	Óxido de azoto
Norma ISO 14001	Norma orientadora na implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental
Notação de rating	Classificação de entidades, em função do seu risco de crédito
Notch	Níveis de diferença entre notações de rating
NP EN ISO 9001:2000	Norma orientadora na implementação de sistemas de gestão da qualidade
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
“Pacote Ferroviário I”	Conjunto de Directivas Comunitárias que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infra-estrutura ferroviária, promovendo a coerência na concessão de licenças a empresas ferroviárias, no acesso à infra-estrutura ferroviária e na emissão de certificados de segurança
PCB's	Bifenilos policlorados.
Pendular	Comboio de Pendulação, também designado por "comboio basculante", ou simplesmente "pendular", cuja tecnologia permite a prática de velocidades superiores às do material convencional, nas curvas e sem perda de segurança, ao mesmo tempo que proporciona um maior conforto ao passageiro
PIB	Produto Interno Bruto, que significa o valor da produção dos bens e serviços produzidos no país, durante um ano
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
Plano de Gestão de Resíduos	Documento desenvolvido pela Direcção de Ambiente com a colaboração da Direcção de Aprovisionamentos e Logística, Direcção de Conservação e Manutenção e Direcção Geral de Engenharia, que após a avaliação da situação de referência equacionou as linhas de acção, orientações e objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sistema de gestão de resíduos da REFER.
PN	Abreviatura de Passagem Nivelada ou Passagem de Nível: travessia de nível do caminho-de-ferro com uma estrada nacional ou municipal.
Rádio solo-comboio c/ transmissão de dados	Sistema de comunicações para controlo e comando de circulação, com fonia e transmissão de dados ligados ao CONVEL, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
Rádio solo-comboio s/ transmissão de dados	Sistema de comunicações em fonia, para controlo e comando de circulação, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
“rail pad”	Placa, de borracha ou de material sintético, colocada entre o chapim e a patilha do carril, para baixar o nível de ruído

propagado através do ar e da estrutura da via

Rede complementar	A rede complementar da rede ferroviária nacional, compreende as linhas e ramais de interesse público, não incluídas na rede principal. DLnº10/90 de 17 de Março
Rede principal	A rede principal ferroviária é composta pelas linhas vocacionadas para a prestação de serviços de transportes de passageiros, nacionais e internacionais, de longo curso, grande velocidade e elevada qualidade e pelas linhas basicamente destinadas ao transporte de grandes volumes de tráfego de passageiros deslocando-se diariamente entre os locais de residência e os locais de trabalho. DL nº10/90 de 17 de Março
Regionais	Forma corrente e abreviada de designar os comboios regionais destinados a dar resposta às necessidades dos passageiros no interior de uma dada região, designadamente de uma região autónoma. DL nº10/90 de 17 de Março e nº270/2003 de 28 de Outubro
Serviço Público	Serviço de interesse público, orientado para as necessidades da população e não para o lucro
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma parte integrante do sistema global de gestão da organização, que inclui a estrutura funcional, as actividades de planeamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos, para desenvolver, concretizar, rever e manter a Política de Ambiente.
Suburbanos	Forma corrente e abreviada de designar os comboios suburbanos que visam satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município ou de uma região metropolitana de transportes. DLnº10/90 de 17 de Março
Taxa de uso	Montante a pagar por um operador ferroviário pela utilização de uma linha ou de um troço de linha
Travessa	Elemento situado transversalmente à via que faz a ligação entre o carril e o balastro. A roda actua sobre o carril, transmitindo-lhes tensões elevadas, a travessa recebe essas tensões e transmite-as, degradadas, à camada de balastro de tal forma que elas sejam compatíveis com a sua capacidade de resistência e de deformação. As travessas desempenham a função de garantir, em conjunto com as fixações, a distância entre os carris (bitola da via)
Travessa bibloco	Travessa constituída por dois blocos de betão armado (não pré-esforçado), com mesas de assentamento para os carris, e ligados por um perfil metálico (madre) que garante a bitola da via
Travessa de madeira para VL	Travessa de madeira para via larga (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1,668 metros) e com uma largura de 260 cm
Travessa de via estreita	Travessa de madeira para via métrica (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1 m), também

denominada via estreita, e cuja largura é de 240 cm

Travessa monobloco	Travessa de via de uma só peça, fabricada em betão pré-esforçado. A compressão aplicada no pré-esforço é suficientemente elevada para que a travessa nunca sofra tracções por virtude das cargas a que é suposto vir a ser submetida. Tem um peso 50% superior ao da travessa bibloco
“undersleeper pads”	Placa de borracha ou de material sintético colocada por baixo das travessas, para baixar o nível de ruído propagado através do ar e da estrutura da via
VAB	Valor Acrescentado Bruto, que corresponde ao valor da produção de uma empresa, sector industrial ou país, menos o valor dos consumos intermédios; a soma dos VAB corresponde ao PIB
Via dupla	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via
Via estreita	Via em que a bitola, distância entre as faces interiores da cabeça dos carris, é de 1 metro. É por isso também denominada Via Métrica
Via larga	A via dita larga ou normal é a que tem uma bitola de 1668 mm, a praticada na Península Ibérica. A via larga europeia tem uma bitola de 1435 mm
Via múltipla	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal de Plena via apresenta mais do que duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via
Via única	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta uma só via que pode ser percorrida nos dois sentidos
Volume de negócios	Quantia líquida das vendas e prestações de serviços abrangendo as indemnizações compensatórias respeitantes as actividades normais das entidades consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.

PARTE V
**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO
POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

» INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, da **Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.** as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira (que evidencia um total de 5.067.987.033 euros e um total de capital próprio negativo de 1.792.143.923 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 162.072.948 euros), as Demonstrações do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

» RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame



» ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451-º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

» OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, em 31 de Dezembro de 2011, o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



» RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório de governo inclui elementos exigíveis nos termos da legislação aplicável.

» ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os factos seguintes:
- a) A REFER alterou a sua política contabilística no tratamento da atividade de investimento em infraestruturas públicas de longa duração (ILD's), tendo em conta o parecer emitido pela CMVM a pedido da Administração Tributária, na sequência do Pedido de Informação Vinculativa sobre o assunto que lhe foi endereçado pela Empresa, passando a aplicar a IFRIC 12 retrospectivamente, cujo principal efeito se reflete na posição financeira, que passa a incorporar no ativo o valor a receber do concedente-Estado e no passivo os empréstimos obtidos para realização de investimentos em infraestruturas ferroviárias de longa duração (ILD's) não cobertos financeiramente por fundos públicos, conforme divulgado nas notas anexas. Esta alteração requer uma maior clarificação das relações financeiras da Empresa com o Estado, no duplo papel que este exerce de concedente, das atividades de gestão da infraestrutura e de investimento, e de acionista ou detentor do capital, e das responsabilidades de cada uma das partes, contribuindo, assim, para a sustentabilidade da Empresa e do setor, através do equilíbrio financeiro da concessão e não da geração sistemática de défices nas atividades exercidas.
 - b) A REFER tem vindo a acumular sistematicamente prejuízos avultados (2,2 mil milhões de euros até final de 2011), tornando o seu capital próprio negativo no montante de aproximadamente 1,8 mil milhões de euros, em 31/12/2011, e nesta data o seu passivo atinge cerca de 6,9 mil milhões de euros. Assim, a sua continuidade dependerá essencialmente dos apoios financeiros do detentor do capital (Estado), da adequação das compensações do serviço público e dos efeitos das medidas de racionalização da gestão. É de salientar, porém, o efeito positivo que se nota nos resultados, na sequência da aplicação das medidas de reestruturação da empresa e de redução remuneratória previstas na Lei do Orçamento para 2011, que proporcionaram uma quebra significativa de gastos operacionais de cerca de 45 milhões de euros, excluindo as indemnizações por rescisões de contratos individuais de trabalho por mútuo acordo, permitindo perspetivar um resultado operacional tendencialmente positivo.
 - c) A empresa associada "GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A."; participada em cerca de 34% pela REFER, apresenta um Capital Próprio negativo estimado em



BMMMA

BARBAS, MARTINS, MENDONÇA
& ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.

cerca de 10 milhões de euros, o qual resulta do elevado Passivo desta sociedade (cerca de 87 milhões de euros) face ao seu escasso rendimento (apenas cerca de 5 milhões de euros), implicando a ajuda financeira dos respetivos acionistas, tendo a REFER contribuído com o valor acumulado de cerca de 9 milhões de euros, conforme referido na nota anexa 5.7;

Lisboa, 31 de Maio de 2012

Barbas, Martins, Mendonça & Associados, S.R.O.C., Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 100

(Inscrição C.M.V.M. n.º 8968)

Representada por:

Issuf Ahmad, ROC n.º 779